

TRANSFORMANDO VIDAS COM A
NOSSA ENERGIA

Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras

2025

CEMIG



SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	6
MODELO DE NEGÓCIOS E GERAÇÃO DE VALOR	12
REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO	28
DESEMPENHO OPERACIONAL	29
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	31
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	54
MERCADO DE CAPITAIS	55
INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES	57
SUSTENTABILIDADE	74
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS	112
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO	115
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	117
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	118
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	119
BALANÇOS PATRIMONIAIS	121
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	123
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	125
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	126
1. CONTEXTO OPERACIONAL	126
1.1 A CEMIG	126
1.2 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	128
1.3 CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	129
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	135
3. RESULTADO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	142
3.1. RESULTADO POR SEGMENTO	142
3.2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	145
3.3. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS	152
3.4. RESULTADO FINANCEIRO	155
3.5. REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS	156
4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	160
5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	163
6. ATIVOS DE CONTRATO	168
7. IMOBILIZADO	174
8. INTANGÍVEL	176
9. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	180
10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	192
11. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E ALIENAÇÕES	197
12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	199
13. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	200
14. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	201
15. DEBÊNTURES E EMPRÉSTIMOS	204
16. ARRENDAMENTOS	210
17. FORNECEDORES	213
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	213
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	223
20. OBRIGAÇÕES RELACIONADAS A ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES	236
21. PROVISÕES	237
22. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	248
23. TRIBUTOS E ENCARGOS	249
23.1 TRIBUTOS A RECUPERAR	249
23.2 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	249
23.3 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	258
23.4 ENCARGOS REGULATÓRIOS	259
24. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	260
25. EVENTOS SUBSEQUENTES	260
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	263
PARECER DO CONSELHO FISCAL	269
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA	270
DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	271
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	272
ORÇAMENTO DE CAPITAL	275



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 trouxe importantes conquistas para a Cemig em diversas áreas. Mantivemos o ritmo de implementação do robusto plano de investimentos, que totalizou R\$6,6 bilhões distribuídos entre diferentes setores da Companhia — com destaque para a área de distribuição, que registrou investimentos de R\$5,1 bilhões.

Nossos indicadores operacionais também evoluíram de forma consistente, evidenciando a melhoria contínua dos serviços prestados aos clientes. Encerramos o ano com redução de 29 minutos no DEC regulatório, resultado que reforça nossa busca permanente por qualidade e eficiência.

Ao longo de 2025, a Cemig foi reconhecida por diversas premiações que refletem seu processo de transformação. Entre elas, destacam-se o prêmio de *Melhor Empresa do Setor de Energia* pela **Época Negócios 360** e o de *Melhor Empresa de Energia do Brasil* no **Prêmio TOP30 – Melhores Empresas da Veja Negócios**.

Também avançamos na solidez financeira, com o upgrade da Moody's para a categoria de crédito AAA – moeda local, além de termos recebido o prêmio de *Melhores Práticas ESG* da Anefac, na categoria Estágio Transformador, reforçando nosso compromisso com responsabilidade socioambiental.

Nos próximos tópicos, detalharemos essas conquistas para cada área da empresa

Distribuição

Em 2025, mantivemos foco total em nossos clientes e avançamos em uma série de iniciativas essenciais para elevar a qualidade do serviço prestado.

A Companhia direcionou **R\$5,1 bilhões em investimentos na área de distribuição**, reforçando a infraestrutura, modernizando ativos e ampliando a capacidade operacional. Como resultado desse esforço, 23 novas subestações foram entregues em 2025 por meio do **Programa Mais Energia**, contribuindo diretamente para a melhoria perceptível da qualidade do fornecimento aos clientes.

A Cemig também superou as exigências regulatórias, alcançando uma redução de aproximadamente 29 minutos no **DEC regulatório** e 1 hora e 50 minutos no **DEC percebido** pelos consumidores. Esses avanços reafirmam nosso compromisso contínuo com eficiência e confiabilidade.

O ano também foi marcado pela ampliação da rede de atendimento e pela adoção de tecnologias avançadas, que fortaleceram a confiabilidade das operações. Avançamos na implementação do **Programa Cemig Agro**, ampliando nossa presença regional com mais de 224 profissionais distribuídos em diversos centros pelo interior de Minas Gerais, aproximando ainda mais nossa atuação das necessidades do setor rural.



O **projeto Minas Trifásico** também manteve seu ritmo consistente de entregas, somando 3.550 km de redes trifásicas convertidas ou expandidas, reforçando a infraestrutura elétrica e apoiando o desenvolvimento econômico do estado.

No campo social, fomos reconhecidos com um prêmio pelo projeto Energia Legal, iniciativa que leva energia regularizada e cidadania às comunidades mais vulneráveis. O programa tem como objetivo regularizar o fornecimento de energia para mais de 200 mil famílias ao longo de 5 anos, substituindo ligações clandestinas por estruturas seguras e adequadas. Além disso, promove educação sobre o uso eficiente e seguro da energia e apoia melhorias de equipamentos e instalações por meio do Programa de Eficiência Energética.

Com foco em segurança, inclusão social e desenvolvimento sustentável, o Energia Legal foi premiado pelo Ibef Minas Gerais com Prêmio Destaque ESG em dezembro de 2025, reforçando o impacto positivo do projeto na sociedade.

Inauguramos, em **Serra da Saudade (MG)**, um projeto que simboliza a convergência entre **inovação tecnológica, eficiência operacional e sustentabilidade energética**. A iniciativa transformou o menor município do Brasil em uma das localidades mais modernas do país em gestão e distribuição de energia elétrica, marcando um novo capítulo na modernização do setor.

Trata-se de um projeto **inédito no Brasil**, que integra de forma inteligente **geração solar, armazenamento em baterias de grande porte, automação avançada e medição inteligente**. Essa combinação estabelece um novo padrão de **resiliência energética**, capaz de assegurar maior continuidade do fornecimento e significativa melhoria na qualidade da energia entregue aos consumidores.

No centro da solução está um **banco de baterias de 2,0 MWh**, alimentado por um **gerador fotovoltaico dedicado**. Em vez de injetar a energia diretamente na rede convencional, a usina solar prioriza o carregamento dessas baterias. Assim, em situações de falha na rede principal, o sistema assume automaticamente o abastecimento de toda a cidade — garantindo **autonomia de até 48 horas**, um marco em independência energética para municípios de pequeno porte.

Esse modelo inovador demonstra como novas tecnologias podem oferecer alternativas mais eficientes, econômicas e sustentáveis às soluções tradicionais de reforço de rede.

Dessa forma, contribuímos de maneira decisiva para o fortalecimento da economia de Minas Gerais, transmitindo confiança, segurança e estabilidade à sociedade. Nossa visão de crescimento, aliada à proximidade com as comunidades mineiras, também se expressa por meio do apoio contínuo à cultura local.

Geração

Concluimos o processo de alienação de quatro usinas — Machado Mineiro, Martins, Marmelos e Sinceridade — por meio de um leilão realizado na B3, cujo valor mínimo estabelecido era de R\$ 29 milhões. O processo foi concluído com êxito, alcançando R\$52



milhões e registrando um ágio superior a 70%, pago pela empresa Âmbar Hidroenergia. A operação foi oficialmente finalizada em 16 de outubro de 2025.

Também tivemos uma participação bem-sucedida no Leilão do GSF, realizado em 1º de agosto de 2025, que representou um marco para o setor elétrico ao avançar na solução definitiva do risco hidrológico. O mecanismo instituído pela Medida Provisória 1.300/2025 permitiu a conversão de débitos acumulados em títulos negociáveis, adquiridos por empresas interessadas na extensão de outorgas de geração.

No certame, conduzido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), obtivemos a extensão das concessões de três empreendimentos hidrelétricos — Irapé, Queimado e Pai Joaquim. A usina de Irapé recebeu 3 anos adicionais de concessão, enquanto Queimado e Pai Joaquim conquistaram 7 anos de extensão cada, por um valor total aproximado de R\$ 200 milhões.

Destaca-se que a aquisição dos ativos ocorreu com ágio inferior à média praticada no leilão, reforçando a eficiência da estratégia adotada pela Companhia.

Cemig SIM

Concluimos aquisições estratégicas, como o descruzamento de ativos que a Cemig SIM possuía em parceria com terceiros. Com essa transação, a Cemig SIM passou a deter 100% de seis UFVs, que somam 27,0 MWp. Adicionalmente, aquisição de 51% da participação de duas UFVs, totalizando 2,8MWp e 100% capacidade 7,2Mwp. Essas operações resultaram em ganho de capital de R\$60 milhões na alienação da nossa participação, R\$62 milhões de ganho por remensuração de participação anterior e R\$12 milhões de compra vantajosa.

Com as aquisições, a CEMIG SIM encerra as parcerias até então existentes, passando a deter participação integral em todos os ativos próprios do portfólio, alinhado ao Planejamento Estratégico da Cemig

Na Cemig SIM tivemos também a entrega e energização de mais 61,4 MWp dentro dos Projetos Ouro Solar, Solar do Cerrado e Sol Central contribuindo para a estratégia de expansão da Cemig SIM, com investimento superior a R\$360 milhões.

Gasmig

Em 2025, nossa subsidiária Gasmig inaugurou o **Gasoduto Centro-Oeste**, um marco histórico na expansão da infraestrutura de gás natural em Minas Gerais. Com **investimento superior a R\$800 milhões**, o empreendimento adicionou cerca de **300 km** à malha de distribuição, representando uma ampliação de mais de **23%** do sistema existente.

A **linha tronco** do gasoduto Centro-Oeste, com **110 km entre Betim e Divinópolis**, foi oficialmente entregue em novembro de 2025, conectando diretamente **oito municípios**: Betim, Sarzedo, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Juatuba, Mateus Leme, Itaúna e Divinópolis. Juntas, essas cidades respondem por aproximadamente **10% do PIB industrial**



de Minas Gerais, reforçando a relevância econômica e estratégica do projeto para o desenvolvimento regional.

Resultados

Mantivemos nosso compromisso com a execução do maior plano de investimentos da nossa história, e realizamos R\$6,6 bilhões em 2025. Aprovamos o nosso novo plano estratégico que comporta o total de R\$44 bilhões nos próximos 5 anos, distribuídos nos diversos negócios da Companhia, sendo R\$29 bilhões destinados a investimentos no setor de distribuição.

Em 2025, alcançamos Lajida de R\$8,3 bilhões e registramos lucro líquido de R\$4,9 bilhões. Nesse mesmo ano, recebemos da **Moody's** a elevação de nossa classificação de risco de crédito para **AAA em moeda local**, passando a contar com **duas classificações máximas** — Moody's e Fitch. Esse upgrade reflete a robustez da gestão financeira da Companhia, nossa disciplina na alocação de capital e a sólida capacidade de geração de caixa dos nossos negócios. Esses marcos demonstram nosso compromisso com a transformação da Cemig e constituem a base para resultados cada vez mais sólidos e sustentáveis, em linha com nosso pilar de cultura de resultados.

Dentro da nossa estratégia financeira, emitimos a 12^a, 13^a e 14^a debêntures da Cemig D e a 10^a e 11^a debêntures da Cemig GT, totalizando R\$9 bilhões, em sua maioria títulos sustentáveis, mais uma ação que reforça nosso pilar ESG. Após essas operações houve aumento significativo do prazo médio da nossa dívida, que passou para 7 anos, em 31 de dezembro de 2025. Nossa alavancagem consolidada permanece em um nível saudável de 2,30 (Dívida Líquida/Lajida ajustado).

Adicionalmente, no exercício de 2025 declaramos um total de **R\$ 3,5 bilhões em proventos**, proporcionando remuneração atrativa aos nossos acionistas e reafirmando nosso compromisso contínuo com a geração de valor. Encerramos o ano com **17,5% de valorização das nossas ações** e ampliamos nossa base acionária em **16% em relação a 2024**, resultado **3 pontos percentuais acima** do crescimento do número de investidores da B3.

O destaque foi o avanço no número de acionistas pessoas físicas, que atingiu **544 mil investidores em dezembro de 2025**, demonstrando a crescente confiança do mercado na trajetória da Companhia.

Acreditamos muito no nosso plano estratégico e listamos algumas entregas relevantes para cada um dos nossos negócios. Agradecemos a confiança de nossos empregados, acionistas, comunidades e demais partes interessadas. Reafirmamos nosso compromisso com a geração de valor sustentável e a busca constante pela excelência na prestação de serviços



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

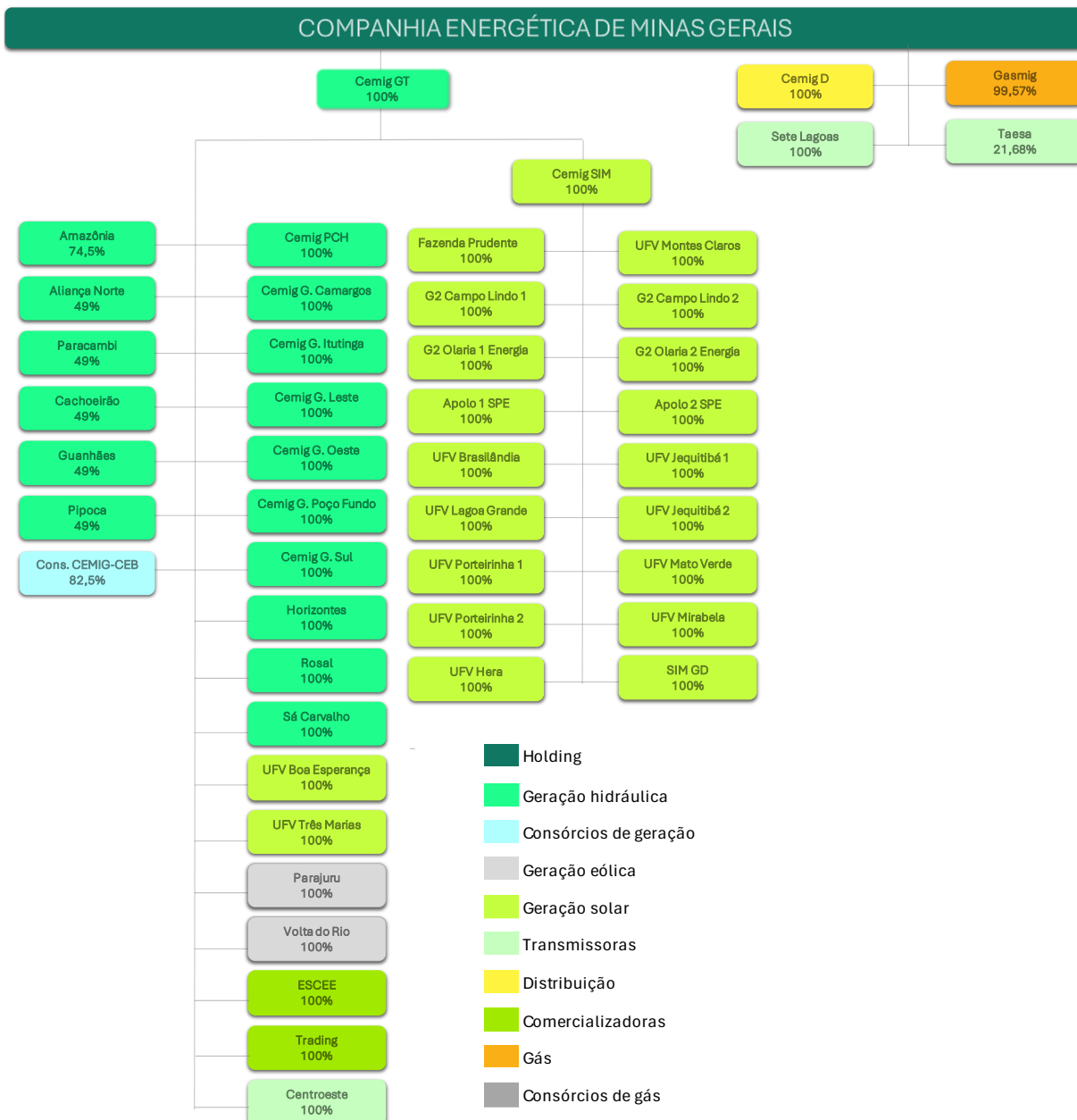
A COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS

A Cemig é uma empresa de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais tendo suas ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo e Nova Iorque. Seu valor de mercado, ao final de 2025, era de aproximadamente R\$35,4 bilhões.

Criada há mais de 70 anos, a Cemig é responsável por gerar, transmitir, distribuir e comercializar energia elétrica, proporcionar soluções energéticas e distribuir gás natural. Sua operação está presente em vários estados do Brasil, tendo como foco o estado de Minas Gerais. Atualmente, é a maior comercializadora de energia para clientes livres do País, sendo um dos maiores grupos integrados de energia e a maior distribuidora de energia da América Latina.

A Cemig supervisiona a gestão e o desenvolvimento, das controladas e controladas em conjunto, por meio de participação ativa nos órgãos de administração, dentro dos critérios de boa governança corporativa, zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios.

O Grupo Cemig (Companhia) é constituído pela holding Cemig, pelas controladas Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), incluindo suas controladas e controladas em conjunto, Cemig Distribuição S.A. (Cemig D), Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) e pela Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (Sete Lagoas), com ativos e negócios em vários estados do Brasil.



Estratégia Cemig

A estratégia da Cemig para o período de 2026 a 2030 foi aprovada por seu Conselho de Administração em dezembro de 2025. Entre as diretrizes que orientam o novo ciclo estão a manutenção do ritmo de investimentos com foco na modernização dos ativos, a preparação para a abertura total do mercado, a alocação prudente de capital e o fortalecimento da eficiência operacional.



	SAÚDE E SEGURANÇA	Consolidar uma cultura de “Acidente Zero”, assegurando ambiente de trabalho seguro e redução contínua dos indicadores de risco.
	FOCO NO CLIENTE	Elevar a experiência e a satisfação do cliente, preparando a Cemig para a abertura total do mercado e para o crescimento sustentável da base.
	EFICIÊNCIA	Aumentar a eficiência operacional com metas claras e ações objetivas, assegurando geração contínua de valor.
	REDES	Reforçar a resiliência e a confiabilidade das redes com soluções inteligentes, ampliando o uso de Smart Grid e a base de remuneração regulatória.
	ENERGIA	Renovar concessões estratégicas, expandir geração renovável e otimizar investimentos, fortalecendo a sustentabilidade do portfólio.
	ABERTURA DE MERCADO	Acelerar a preparação para o mercado livre, integrando portfólio e eficiência para ampliar competitividade e ofertas ao cliente.
	TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	Liderar a transição energética por meio de digitalização, IA, Smart Grids e novas tecnologias, impulsionando eficiência, inovação e novos negócios.

Trata-se de uma atualização do lema “**Focar em Minas e Vencer**” que reforça o foco no cliente, a busca por eficiência operacional e a ambição de consolidar a empresa como referência nacional em satisfação, saúde, segurança e desenvolvimento sustentável. Essas iniciativas deverão guiar a Cemig para atingir os principais compromissos traçados, listados a seguir:

Distribuição de energia: Encantar o cliente com qualidade, segurança e inovação, viabilizando a transição energética de Minas Gerais.

Fortalecer a cultura de saúde e segurança e o compromisso com o valor ‘Acidente Zero’, garantindo um ambiente de trabalho seguro

Elevar a satisfação e o atendimento ao cliente

Melhorar a qualidade e a resiliência do serviço

Ampliar a Relação do BRL/AIS, com foco em Modernização de Ativos

Avançar em eficiência operacional, reduzindo multas e compensações



Distribuição de gás: Ampliar a presença no mercado urbano e fomentar a interiorização, alcançando o Triângulo Mineiro e fortalecendo a atuação no Sul do Estado, com foco no cliente, inovação e eficiência.

Tornar a Gasmig mais centrada no cliente e digital, com jornadas 100% online

Aumentar a expansão da rede

Garantir a eficiência do OpEx

Aumentar a distribuição de Biometano por dia no Triângulo Mineiro

Geração distribuída: Expandir a capacidade instalada de Geração Distribuída consolidando e mantendo a liderança em Minas Gerais.

Aumentar a capacidade instalada, implantação ativos próprios, aquisição ativos operacionais e arrendamento fora concessão

Assegurar a excelência na gestão do portfólio, visando a maximização da geração de valor

Diversificar mix da base de clientes

Aumentar receita via novos produtos

Transmissão: Crescer de forma sustentável na transmissão, com saúde, segurança, eficiência e inovação.

Fortalecer a cultura de saúde e segurança e o compromisso com o valor 'Acidente Zero', garantindo um ambiente de trabalho seguro

Aumentar a RAP Energizada, com resiliência de rede e novas tecnologias

Avançar na eficiência operacional, garantindo cobertura regulatória

Geração centralizada: Crescer de forma sustentável em Geração, com saúde, segurança, eficiência e inovação.

Fortalecer a cultura de saúde e segurança e o compromisso com o valor 'Acidente Zero', garantindo um ambiente de trabalho seguro

Expandir e desenvolver o portfólio capacidade instalada

Garantir excelência na operação, buscando ganho de eficiência no negócio

Comercialização: Ser referência no mercado de comercialização de energia, gerando valor com soluções inovadoras, portfólio diversificado e excelência no relacionamento com o cliente.

Melhorar a satisfação com foco no cliente

Atingir margem de comercialização, mantendo a liderança em MG

Ser excelente em gestão de riscos, garantindo cumprimento dos indicadores de risco

Criar novos produtos e serviços



Nossa missão, visão e valores

Missão

Fornecer soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva

Visão

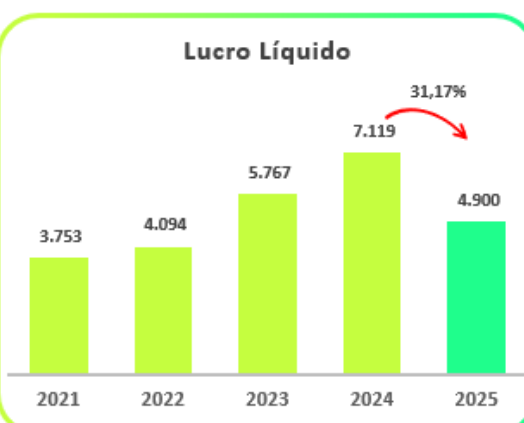
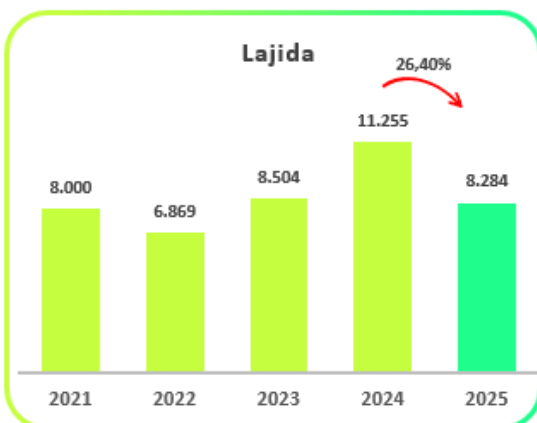
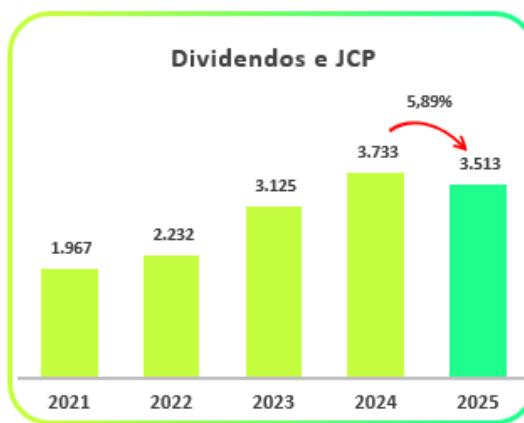
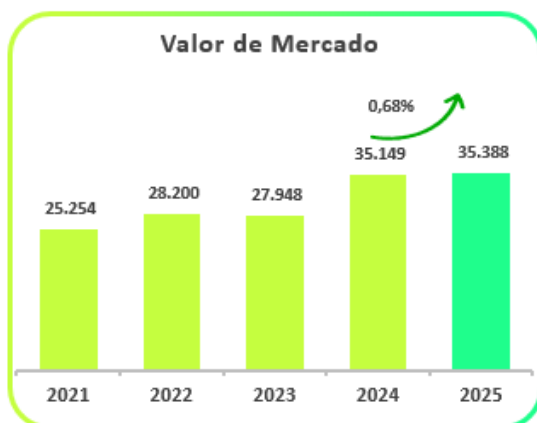
Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, Integridade, Geração de valor, Comprometimento, Sustentabilidade e responsabilidade social e Inovação

Principais indicadores (R\$ Milhões):

A evolução dos últimos cinco anos para os principais indicadores é conforme segue:





Outros indicadores:

Descrição	2021	2022	2023	2024	2025
GWh faturados	43.263	44.895	49.718	50.584	52.632
Receita líquida (R\$ Milhões)	33.646	34.463	36.855	36.855	42.751
Lucro por ação – PN (R\$)	2,22	1,86	2,62	2,62	1,71
Quantidade de clientes faturados (em milhares)	8.885	9.037	9.217	9.217	9404
Quantidade de empregados	5.025	4.969	4.918	4.918	5028

Princípios Éticos e Código de Conduta Cemig

Código de Conduta Cemig

O Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada por meio do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, por meio de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

MODELO DE NEGÓCIOS E GERAÇÃO DE VALOR

A Cemig visa criar valor sustentável para todas as partes interessadas em seu negócio, incluindo acionistas, empregados, fornecedores, clientes, comunidades do entorno e a sociedade em geral. Para alcançar esse objetivo, a Companhia realiza investimentos contínuos na expansão e no aprimoramento de suas atividades, reafirmando seu compromisso com a qualidade e a excelência.

Com base na Estrutura Conceitual para Relato Integrado, da *IFRS Foundation*, a Cemig sistematizou seu modelo de negócios, o qual está representado a seguir. Esse modelo ilustra como os recursos, processos e relações da Companhia se integram para gerar valor econômico, social e ambiental.



Capital financeiro

Viabiliza financeiramente a operacionalização dos demais capitais. Destacamos a execução do maior plano de investimentos da nossa história, desinvestimentos de ativos não estratégicos, eficiência operacional e sustentabilidade.

Capital natural

A água é a principal matéria-prima para produção de energia elétrica da Cemig, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso d'água. A Cemig reconhece a sua responsabilidade para com o meio ambiente e se compromete com a adoção e disseminação das boas práticas de gestão ambiental.



Capital manufaturado

A Companhia se destaca pela produção por 100% de fontes renováveis, tanto por geração centralizada como distribuída, por meio de empreendimentos de fonte hidráulica, eólica e solar.

Capital humano e intelectual

A Cemig considera o seu capital humano e intelectual fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Capital social e de relacionamento

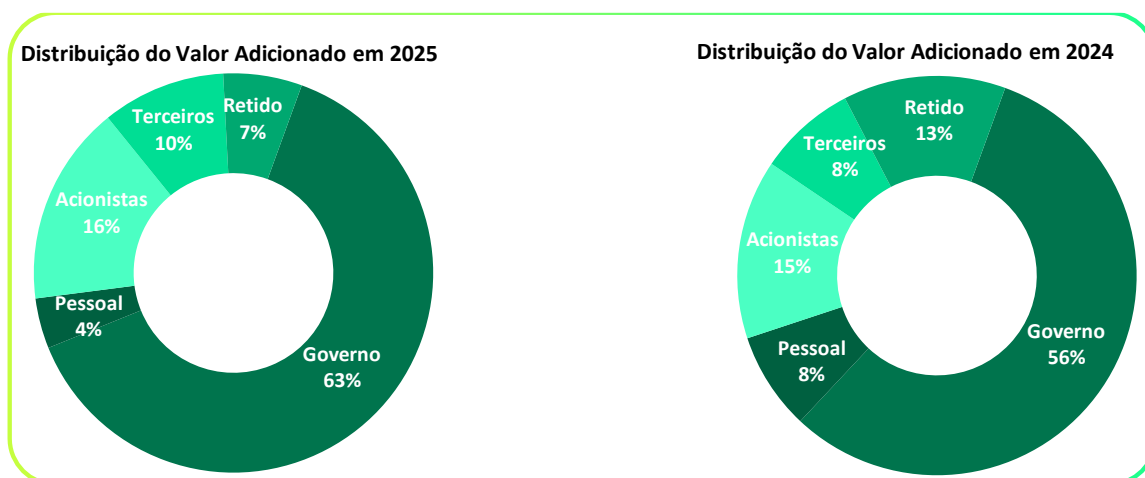
A Companhia tem direcionado esforços para atender diversos grupos vulneráveis, incluindo aprendizes oriundos do exército, familiares diretos de pessoas em situação de rua, adolescentes de abrigos e refugiados do Marrocos, Venezuela e Colômbia.

A Cemig entende que o sucesso do seu negócio está diretamente relacionado à sua estratégia de fornecedores e adota os mesmos princípios e valores em relação à sua cadeia de suprimentos.

A qualidade do serviço é resultado de diversas ações internas, desde a gestão das operações, planejamento logístico para atendimento a emergências, inspeções, manutenções preventivas das subestações, linhas e redes de distribuição.

Valor Adicionado

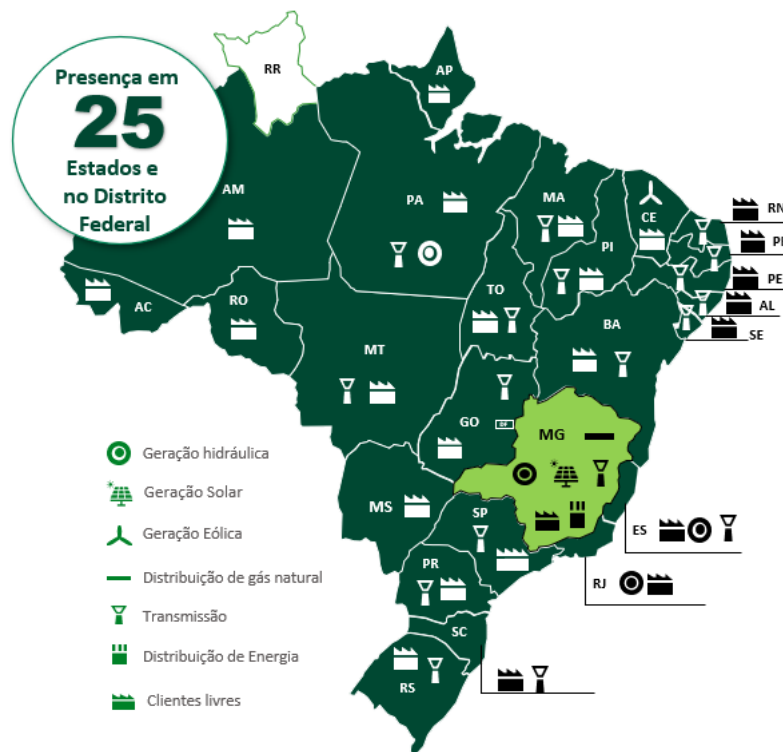
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$21.680 milhões de valor adicionado em 2025, em comparação a R\$25.688 milhões em 2024.





Área de atuação

A Companhia atua em várias regiões do País por meio de seus segmentos operacionais, com uma maior concentração na região Sudeste.



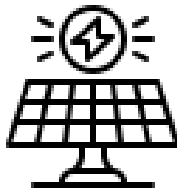
Geração de energia elétrica

No negócio geração de energia, a Companhia se destaca pela produção por 100% de fontes renováveis, tanto por geração centralizada como distribuída, por meio de empreendimentos de fonte hidráulica, eólica e solar.

Composição da matriz energética



Hidráulica



Solar



Eólica

92,42%

6,10%

1,48%

Capacidade instalada (Mw)

4.436

293

71

Garantia Física (MW)

2.068

45

27

Geração distribuída (GD)

A Aneel implementou, em 2012, por meio da Resolução Normativa Aneel nº 482, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), a fim de incentivar a geração de energia renovável. Esse sistema permite que o usuário produza a própria energia utilizando fontes renováveis, como painéis solares, e utilize o que sobrar para reduzir a conta de luz. Além disso, o excedente é convertido em créditos e pode ser utilizado em outras unidades que o usuário possua, desde que estejam na mesma área de concessão.

Ou seja, o SCEE permite que a energia injetada por unidades consumidoras com microgeração distribuída (potência instalada até 75 kW) ou minigeração distribuída (potência instalada entre 75 kW e 5 MW) seja cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local, e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica, respeitando-se a validade de 60 meses. Essa solução ajuda a economizar, sendo sustentável e promovendo o uso eficiente de energia.

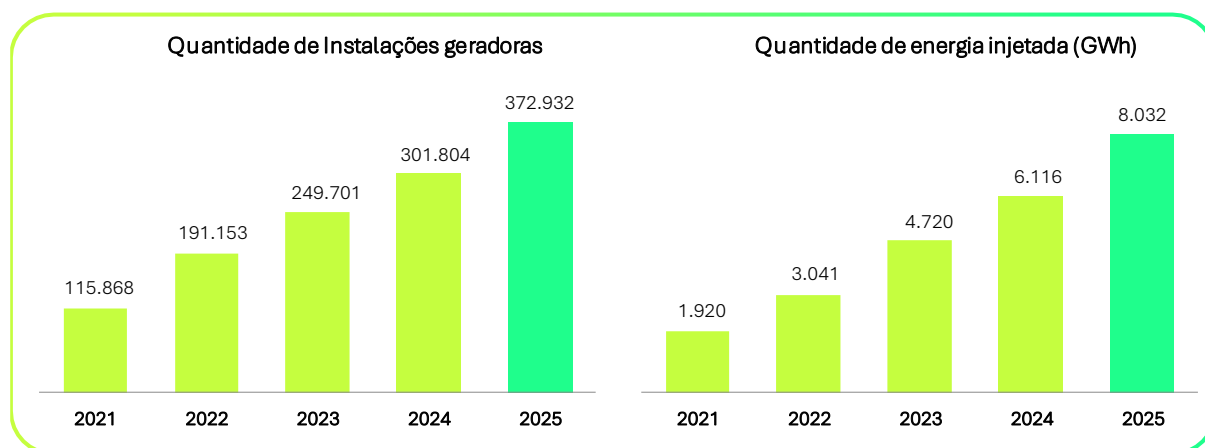
Para que tenham acesso aos benefícios do SCEE, os usuários devem solicitar a realização da conexão na rede de distribuição, por meio de requerimento formulado pelo acessante (consumidor) e entregue à acessada (distribuidora).

Após aprovação da documentação e tratativas dos serviços necessários, as condições técnicas e comerciais definitivas serão apresentadas pela distribuidora na emissão do Parecer de Acesso, que também garante a reserva de carga e/ou da geração pretendida. Somente com o Parecer de Acesso favorável o cliente estará autorizado a executar a implantação da central geradora.



Desde 2012, quando a Aneel criou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCCE), a Cemig vem sendo protagonista no mercado de conexões de GD no país, sendo pioneira quanto ao número de conexões de geração distribuída e está em primeiro lugar em relação à potência injetada na rede. A evolução do número de clientes de GD por classe, da quantidade de instalações geradoras conectadas na rede de distribuição da Cemig D, bem como da quantidade de energia injetada ao longo dos últimos anos é demonstrada na sequência:

Nº de clientes de GD	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	82.834	141.080	184.181	226.201	278.145
Industrial	2.390	3.439	4.248	4.496	3.938
Comercial	7.390	15.138	23.476	28.670	52.894
Rural	14.236	20.953	28.013	33.092	37.467
Poder Público	361	611	889	1.145	1.096
Outros	5	7	11	18	32
Total	107.216	181.228	240.818	293.622	373.572



Transmissão de energia elétrica

No segmento de transmissão, a Cemig, suas controladas e controladas em conjunto, operam e mantêm 42 subestações e 5.066 km de linhas de transmissão, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme segue:

Transmissão	Comprimento (km)
230 kV	801
345 kV	2.083
500 kV	2.182
Total	5.066

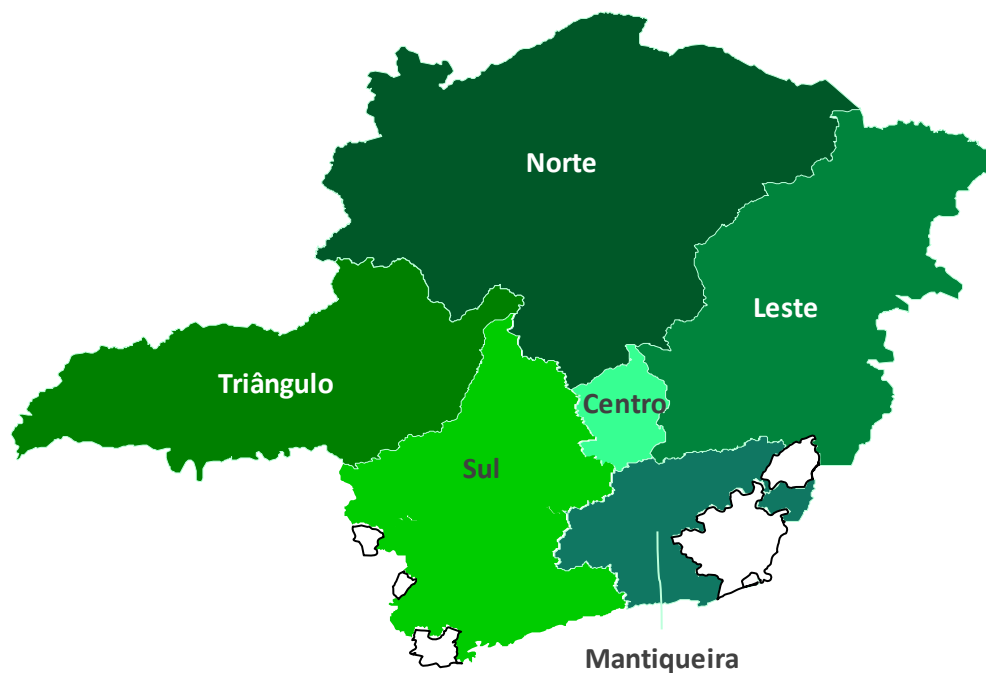
Além disso, possui ativos que, opera e mantém, em outras 12 subestações de outros agentes de transmissão.

Em 2025, a Companhia teve vigentes contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de ativos de transmissão com outras 11 empresas, em 14 subestações e 95,5 km de linhas de transmissão.



Distribuição de energia elétrica

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico no país, sendo a maior distribuidora da América Latina. Sua área de atuação cobre aproximadamente 97% do estado de Minas Gerais, conforme segue:



Número de consumidores por classe

Classe	Número de Consumidores				
	2025	2024	2023	2022	2021
Clientes Cativos					
Residencial	8.206.751	7.960.300	7.725.836	7.501.704	7.297.174
Industrial	22.847	23.807	28.437	29.201	29.580
Comercial	884.430	916.307	943.831	948.615	793.708
Rural	379.481	405.953	422.829	462.142	673.008
Poder público	75.326	72.681	69.670	69.302	67.584
Iluminação pública	8.001	7.209	6.659	7.194	6.831
Serviço público	13.271	13.688	13.703	13.586	13.678
Subtotal	9.590.107	9.399.945	9.210.965	9.031.744	8.881.563
Variação %	2,02	2,05	1,98	1,69	2,15
Clientes Livres					
Industrial	2.452	1.865	1.221	1.079	965
Comercial	3.214	2.377	1.714	1.462	1.263
Rural	159	84	22	14	23
Serviço Público	61	12	22	12	6
Concessionária (Distribuidora)	241	68	8	3	3
Subtotal	6.135	4.406	2.987	2.570	2.260
Total (*)	9.596.242	9.404.351	9.213.952	9.034.314	8.883.823
Variação %	2,04	2,07	1,99	1,69	2,15

* Exclui o consumo próprio.

Linhas e redes de distribuição

A Cemig D faz cobertura de 774 municípios em Minas Gerais. Sua área de concessão abrange 567.478 Km², aproximadamente 97% do estado de Minas Gerais, com 588.340 km de redes de distribuição, sendo 146.136 km em área urbana, 421.978 km de redes rurais e 20.226 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 9.596 mil clientes em 2025.



Comercialização de energia elétrica

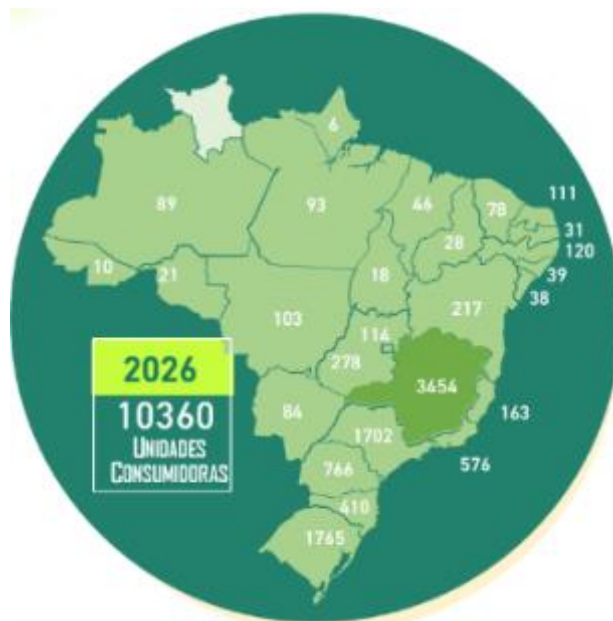
A Cemig continua líder no atendimento ao mercado livre de energia no Brasil, sendo a primeira empresa a atender mais de 10 mil unidades consumidoras no Ambiente de Contratação Livre (ACL) – uma evidência de sua capilaridade nacional, que se estende por quase todos os estados, conforme demonstrado no mapa abaixo:

A Companhia vem realizando movimentos paralelos em várias frentes estratégicas: digitalização, capilaridade comercial, modernização do atendimento, inovação em produtos e aprimoramento da experiência do cliente. Construindo confiança, escala e solidez operacional junto a seus clientes e ao mercado.

Merece destaque o Programa Sinergia, que teve sua nova versão lançada em 2025. O programa, que fortalece a rede comercial de parceiros, representa uma das apostas mais robustas da companhia ao introduzir um diferencial no setor: o pagamento de comissão aos parceiros, 100% imediato, no ato da assinatura do contrato dos clientes apresentados. O Sinergia ampliou a capacidade de captação e atendimento da Cemig. Hoje,

possuímos uma rede com mais de 700 parceiros espalhados por todo o país.

Como diferencial estratégico para um mercado cada vez mais orientado por critérios ambientais, sociais e de governança (ESG), a Cemig comercializa e fornece energia 100% limpa, renovável e rastreável, o que a permite comercializar os certificados de energia renovável Cemig-REC e I-REC. Em 2025 foram comercializados mais de 2,6 milhões de CEMIG-RECs, e mais de 2,8 milhões de I-RECs, contribuindo para a sustentabilidade econômica de seus clientes.





Energia Livre Cemig – Mercado Varejista

Com foco em novos mercados, a Cemig inovou com o lançamento do “Energia Livre Cemig” em 2023, com um sistema de e-commerce que oferece aos clientes de média tensão a possibilidade de simular e contratar energia renovável, aproveitando as oportunidades que a abertura de mercado criou a partir de 2024.

A nova plataforma, que revolucionou o setor, foi planejada para tornar a jornada do cliente simples e ágil, possibilitando a contratação de energia de forma 100% digital. Ela tem alavancado o atendimento dos clientes do mercado varejista e, juntamente com outras ações importantes para o desenvolvimento deste segmento, contribuiu para que a Cemig alcançasse a liderança do mercado varejista a partir de outubro de 2024.

Em dezembro de 2025, foram comercializados 208 MW médios, para este tipo de cliente, que corresponde ao Market Share de 8,5%; um patamar nunca alcançado por outra empresa no Brasil, consolidando a Cemig como referência nacional neste ambiente de contratação.

Distribuição e comercialização de gás natural

A Cemig também atua no segmento de distribuição e comercialização de gás natural por meio da sua controlada Gasmig, que é a distribuidora exclusiva de gás natural canalizado em todo o estado de Minas Gerais.

Classe	Número de clientes	
	2025	2024
Residencial	108.186	102.324
Industrial	86	94
Comercial	1.568	1.379
Automotivo	64	70
Outros	27	18
Total	109.931	103.885

AMBIENTE MACROECONÔMICO

No cenário internacional, o ano de 2025 começou alimentado pela crença na “excepcionalidade americana”, instigada pela nova plataforma política do Governo dos Estados Unidos. Foram adotadas três mudanças relevantes: imposição generalizada de tarifas de importação, restrições mais rígidas à imigração e aprovação de um orçamento federal claramente deficitário para os próximos anos.

As tarifas representaram uma ruptura com a lógica tradicional do comércio americano, mas seu impacto foi menor do que o inicialmente previsto. Isso ocorreu porque o governo americano revisou várias das medidas que indicavam efeitos econômicos piores do que o esperado. Adicionalmente, em fevereiro de 2026 a Suprema Corte dos Estados Unidos julgou inconstitucional a cobrança de tarifas de forma unilateral pelo governo norte americano.

Esse cenário estimulou bancos centrais de outros países a buscar uma maior diversificação de reservas, de modo a reduzir a concentração de ativos denominados em



dólar. Como consequência, o ouro disparou, impulsionado também pela busca por segurança por parte de investidores, enquanto a moeda norte-americana perdeu valor.

A desaceleração do mercado de trabalho, que se intensificou a partir de abril, levaram o Federal Reserve (FED) a reduzir os juros básicos nos Estados Unidos (*Federal Funds Rate* - FFR) em 75 pontos-base, no segundo semestre de 2025, levando a FFR ao nível de 3,5%–3,75% ao ano no encerramento de 2025. Com os juros próximos da taxa neutra, não parece haver urgência para cortes adicionais de juros, sobretudo num contexto em que a atividade se mantém em crescimento robusto, apesar do esfriamento do mercado de trabalho. Ademais, persistem dúvidas sobre a convergência da inflação à meta, pressionada pelas tarifas e pela inflação de serviços.

No Brasil, o governo preservou e ampliou iniciativas para sustentar o dinamismo da demanda doméstica ao longo de 2025, incluindo benefícios fiscais, reforço de programas sociais e expansão de linhas de crédito subsidiadas. Para conter os efeitos inflacionários dessas medidas, o Banco Central manteve a política monetária restritiva. O resultado foi uma desaceleração moderada e desbalanceada da economia, que continua operando com níveis excepcionalmente baixos de ociosidade. As atividades ligadas à evolução da renda, como grande parte do setor de serviços, mantiveram bom ritmo, enquanto setores mais sensíveis às condições de crédito apresentaram moderação.

Nesse contexto, a inflação e as expectativas inflacionárias desaceleraram apenas de forma moderada, permanecendo mais próximas ao teto do que ao centro da meta do Banco Central. O IPCA encerrou 2025 em 4,3%, abaixo das projeções iniciais, que giravam em torno de 5,7%.

Esse resultado foi determinado pelo comportamento favorável de Alimentação no domicílio e Bens industriais, influenciado por boas safras, efeitos temporários da gripe aviária (ao reduzir as exportações e ampliar oferta doméstica), impactos das novas tarifas impostas pelo governo americano sobre carnes e café, além da apreciação do real, que ajudou a conter os preços de bens industriais após os aumentos registrados no primeiro quadrimestre, decorrentes da depreciação cambial do ano anterior. Em contrapartida, o segmento de Serviços permaneceu resiliente, próximo a 6% em termos anuais, refletindo a força do mercado de trabalho e da atividade econômica. Preços administrados também seguiram pressionados, com alta de energia elétrica (devido a reajustes mais elevados e acionamento da bandeira amarela em dezembro) e aumento de 15,2% nos jogos de azar.

Nesse contexto, o real se valorizou em relação ao dólar americano em 2025 (a cotação de R\$/US\$ tem variação de -10,60% entre dez/2024 e dez/2025), em parte pelo cenário internacional. O Comitê de Política Monetária (Copom) promoveu um aumento de 100 pontos-base em janeiro, elevando a Selic para 13,25% ao ano e dando continuidade ao ciclo de alta. Em março, retomou a elevação com mais 100 pontos-base, levando a taxa para 14,25%. Em maio, intensificou o ritmo de alta em 50 pontos-base, alcançando 14,75%, e em junho promoveu novo ajuste de 25 pontos-base, fixando a Selic em 15% ao ano, patamar mantido até dezembro. Assim, a Selic encerrou o ano de 2025 em 15% ao ano, nível mais alto que o de encerramento de 2024, que foi de 12,25% ao ano.



Além do cenário delineado para 2025, merece atenção, em uma perspectiva prospectiva, o impacto potencial da intensificação e da eventual prolongação dos conflitos no Oriente Médio sobre o ambiente macroeconômico global e doméstico. A relevância estratégica da região para a produção e o escoamento de petróleo implica que uma escalada das tensões geopolíticas possa pressionar os preços da commodity, em decorrência de riscos à oferta e do aumento do prêmio geopolítico. Esse movimento tende a gerar pressões inflacionárias adicionais, ao elevar custos de produção, transporte e logística, podendo dificultar a convergência da inflação às metas em diversas economias.

No caso brasileiro, choques persistentes nos preços internacionais do petróleo podem se traduzir em aumentos dos preços internos de combustíveis e em efeitos indiretos sobre outros bens e serviços, com impactos sobre o poder de compra das famílias. Ademais, um ambiente de maior incerteza e aversão ao risco nos mercados financeiros pode intensificar a volatilidade cambial, com potencial depreciação do real frente ao dólar e ampliação das pressões inflacionárias via preços de importados.

Por fim, a combinação de custos mais elevados, maior incerteza e possível restrição das condições financeiras pode afetar decisões de investimento e o comércio internacional, configurando riscos ao crescimento econômico global e brasileiro, especialmente em um cenário de prolongamento dos conflitos.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de energia elétrica

Em 2025, a hidrologia observada permanece significativamente abaixo da média histórica, podendo se aproximar dos piores cenários já registrados no período de 1931 a 2024. A Energia Natural Afluenta (ENA) alcançou apenas 77% da Média de Longo Termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN). Por submercado, os valores foram: Sudeste com 76% da MLT, Sul com 90% da MLT, Nordeste com 46% da MLT e Norte com 73% da MLT.

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD.

Já o armazenamento não apresentou destaques, permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025)

O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço ficou acima de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes teve oscilações entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$223,46/MWh, Sul com R\$225,94/MWh, Nordeste com R\$176,61/MWh e Norte com R\$182,22/MWh. O GSF



(*Generation Scaling Factor*) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Distribuição de energia elétrica

Mercado livre de energia

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A (atendidos em média e alta tensão) passaram a poder optar pela compra de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, adquirindo energia de geradores, produtores independentes ou comercializadores, no âmbito do Sistema Interligado Nacional (SIN). Consumidores com demanda contratada inferior a 500 kW devem, obrigatoriamente, ser representados por um agente varejista perante a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Com o chamado Novo Marco Regulatório do Setor Elétrico (Lei nº 15.269, de 24 de novembro de 2025), foi estabelecido um cronograma para a abertura do mercado aos consumidores de baixa tensão, prevendo-se o prazo máximo de 24 meses para a migração dos consumidores industriais e comerciais (até novembro de 2027) e de 36 meses para os demais consumidores, inclusive residenciais (até novembro de 2028), condicionados à regulamentação infralegal pela ANEEL e pelo MME.

Os consumidores que optarem pela migração para mercado livre de energia devem realizar o pagamento do serviço de distribuição de energia e dos encargos relacionados ao serviço de distribuição para o concessionário de distribuição da sua localidade, e realizar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos tributos incidentes para o comercializador de energia escolhido.

Para garantir a segurança do fornecimento durante essa transição, a lei cria o Supridor de Última Instância (SUI), responsável por atender consumidores que ficarem temporariamente sem contratos no mercado livre. Também institui o encargo de sobrecontratação, que mitiga riscos financeiros das distribuidoras decorrentes da migração de consumidores do ambiente regulado.

Reajuste Tarifário Anual

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente em 28 de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

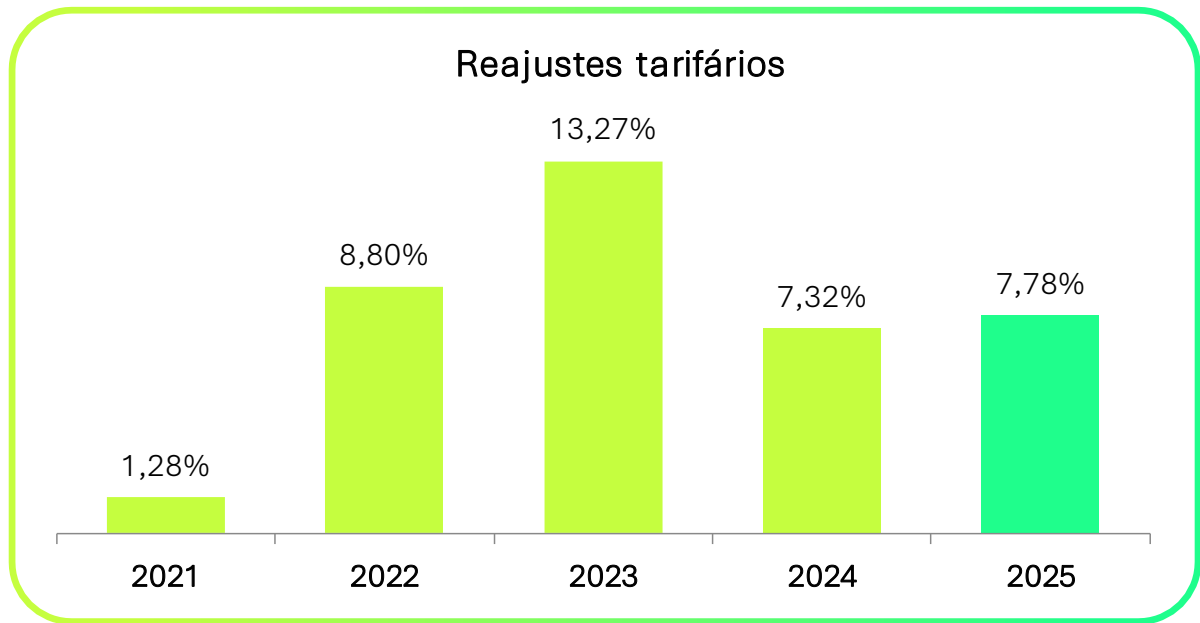
Em 20 de maio de 2025, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição, para vigência no período de 28 de maio de 2025 a 27 de maio de 2026, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 7,78%, demonstrado na



sequência. Para os consumidores residenciais conectados na baixa tensão o impacto médio foi de 6,86%.

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão – Grupo A	9,45%
Baixa tensão – Grupo B	7,03%
Reajuste médio	7,78%

Essa variação decorre do reajuste dos itens de custos da Parcela A e da B, inclusão de novos componentes financeiros para compensação dos 12 meses subsequentes e retirada dos que vigoraram no ciclo anterior, além da variação acumulada do IPCA no período de maio de 2024 a abril de 2025.



Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, apenas 25,8% ficam na Cemig D e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 74,2% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Cemig D, com destaque para a compra de energia e tributos.

Critérios de eficiência

Uma das exigências do contrato de concessão da Cemig D está associada ao cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão.

Eventual descumprimento por três anos consecutivos, para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento, e por dois anos consecutivos, para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira, implicará a abertura de processo que pode levar à declaração de caducidade da concessão. Essa regra foi regulamentada pela Resolução Normativa nº 948/2021, sintetizada conforme segue:

Indicador	Critérios	Medidas decorrentes do descumprimento
Gestão econômica e financeira	No ano base	Aporte de capital (1) Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
Gestão econômica e financeira	2 anos consecutivos	Caducidade da concessão
Qualidade do fornecimento	No ano base	Plano de resultados (2)
Qualidade do fornecimento	2 anos consecutivos ou 3 dos 5 anos civis anteriores	Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (3)
Qualidade do fornecimento	3 anos consecutivos	Caducidade da concessão

- (1) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.
- (2) O descumprimento de qualquer dos limites do DEC ou do FEC por um ano torna obrigatória a apresentação pela concessionária de um Plano de Resultados, que deverá ser submetido ao aceite prévio da Aneel e acompanhado em sua execução pelas áreas de fiscalização.
- (3) Essa limitação passará a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano do descumprimento do indicador.

O critério de qualidade do fornecimento é mensurado pelos indicadores de continuidade coletivos: DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).

O critério de eficiência com relação à gestão econômica e financeira é mensurado pela seguinte inequação:

$$\frac{Dívida\ líquida^1}{Lajida^2 - QRR^3} \leq \frac{1}{(1,11 * Selic^4)}$$

1. A dívida líquida corresponde a dívida bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. A dívida corresponderá ao somatório de passivos formado por empréstimos, financiamento, debêntures, passivo atuarial (previdência privada e benefícios pós-emprego), parcelamentos de tributos, instrumentos financeiros derivativos, tributos em atraso, custos e encargos setoriais em atraso e renegociados, passivos financeiros setoriais que não estejam em discussão administrativa ou judicial, suprimento/compra de energia elétrica para revenda (curto prazo sem cobertura tarifária).
2. Lajida calculado conforme metodologia definida pela Aneel.
3. QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória: será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pro rata.
4. Selic: deverá ser limitada a 9,009% ao ano, caso supere esse percentual e a 6,006%, caso seja inferior a este último percentual.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Para o exercício de 2025 a apuração ainda não ocorreu, sendo realizada quando da divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Inclusão de geração distribuída no cálculo das perdas não-técnicas das distribuidoras

Em 11 de março de 2025, a ANEEL aprovou a mudança da base de cálculo das perdas não técnicas das distribuidoras. O indicador passou a ser apurado com base no mercado

medido (consumo efetivamente registrado nos medidores), em substituição ao mercado faturado, que agrega variáveis comerciais como créditos de energia, cobranças retroativas e custo de disponibilidade. Essa alteração passou a valer nos processos tarifários de 2025.

A mudança foi motivada pelos efeitos da expansão da micro e minigeração distribuída (MMGD), que reduziu o mercado faturado mais intensamente do que o mercado medido, gerando descasamentos no reconhecimento regulatório das perdas. Com isso, a energia injetada na rede pelas unidades de MMGD passou a ser explicitamente considerada no cálculo de perdas não técnicas e no dimensionamento da energia requerida das distribuidoras, sem alterar os direitos de compensação dos consumidores com GD.

Transmissão de energia elétrica

O negócio de transmissão tem sua receita regulada pela Aneel e consiste na remuneração dos ativos pela sua disponibilidade aos usuários. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*, que consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora no período.

A ANEEL define a receita de novos ativos através de Resoluções Autorizativas, que estabelece a Receita Anual Permitida – RAP previamente com direito a recebimento da RAP a partir da data de entrada comercial do ativo, sendo reajustada nos processos de Reajuste Anual em 01 julho de cada ano e reposicionadas nos processos de Revisão Periódica da Receita que ocorrem a cada 5 anos. O primeiro processo tem por objetivo corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste). O processo de Revisão Tarifária Periódica - RTP, por sua vez, consiste na reavaliação dos ativos e recálculo dos parâmetros eficientes de cobertura regulatória de custos operacionais, outras receitas e remuneração dos ativos.

Em 2025, os contratos de concessão da Companhia tiveram apenas processos de reajuste tarifário. Desta forma, as receitas dos contratos Cemig GT (contrato de concessão nº 006/1997) e SLTE (contrato de concessão nº 006/2011) tiveram correção monetária pelo IPCA, e os contratos Cemig-Itajubá (contrato de concessão nº 079/2000) e Centroeste (contrato de concessão nº 004/2005) tiveram reajuste da receita pelo IGPM. Além da correção monetária, no caso do contrato 006/1997 houve entrada de novas obras ao longo do ciclo 2024-2025 e o contrato 004/2005 teve redução da RAP em função da redução da receita no 15º ano prevista em contrato para ocorrer em 25 de março de 2025.

RAP homologada para o ciclo 2025-2026

No período, os índices de preço IPCA e IGPM variaram 5,32% e 7,02%, respectivamente.

	Índice reajuste	RAP ciclo 2024-2025 R\$ milhões	RAP ciclo 2025-2026 R\$ milhões	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	1162,00	1164,00	0,17
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	43,00	53,00	23,25
Contrato de Concessão – 004/05	IGPM	26,00	16,10	-38,08
Contrato de Concessão – 006/11	IPCA	11,92	12,50	4,87
		1.243,03	1.245,60	0,21%

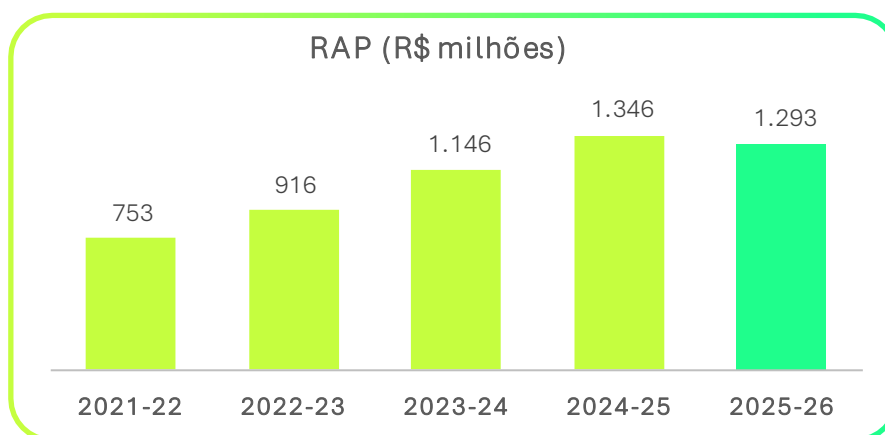
A variação abaixo da inflação da RAP do contrato (006/1997) deveu-se notadamente à redução do Componente Financeiro dos ativos existentes (RBSE) em R\$56 milhões, definida pela Resolução Homologatória nº 3469/2025. Em compensação, houve acréscimo de receita oriundo de novas obras no montante de R\$ 29 milhões e reajuste da RAP pelo IPCA.

Já a variação da RAP do contrato (079/2000 - Itajubá) reflete a entrada em operação das obras de Grande Porte, autorizadas pela Resolução Autorizativa nº 9.979/2021, cuja receita adicionou R\$ 6 milhões à RAP além do reajuste de toda a RAP pelo IGPM.

A variação da RAP do contrato (004/2005 - Centroeste) reflete o efeito da redução da receita no 15º ano, ocorrida em 25 de março de 2025, ou seja, dentro do ciclo 2024-2025.

Adicionalmente à RAP, a processo de reajuste estabeleceu também R\$60,3 milhões de parcela de ajuste (PA). Esta receita refere-se a ajustes financeiros relacionados a receitas de anos anteriores.

A RAP da SLTE, contrato de concessão 006/2011, variou devido ao reajuste pelo índice do contrato (IPCA).



Rede Básica do Sistema Existente (RBSE)

Em 10 de junho de 2025, a Aneel publicou a ReH nº 3.469, que alterou a Receita Anual Permitida (RAP) referente ao componente financeiro dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), anteriormente homologada pela ReH nº 2.852/2021.

A principal alteração ocorreu na base de aplicação do custo de capital próprio para cálculo do componente, com a segregação da fase de amortização em dois fluxos, um denominado incontroverso (pagamentos não suspensos por liminares) e outro controverso (pagamentos suspensos por liminares), com datas de efetivo pagamento iniciadas em 1º de julho de 2017 e 1º de julho de 2020, respectivamente, e duração de oito anos cada.

Assim, a remuneração pelo custo do capital próprio incidiu exclusivamente sobre o fluxo controverso, pelo período de 2017 até 2020 (ano do efetivo pagamento).



As RAPs homologadas e processadas até o ciclo 2024/2025 foram consideradas como conclusas, e os resíduos foram acomodados nos pagamentos restantes dos ciclos 2025/2026 a 2027/2028.

Em decorrência das alterações promovidas pela resolução, a Companhia realizou a remensuração do ativo contratual da RBSE e registrou redução de R\$219 milhões, em 30 de junho de 2025.

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 27 de março de 2025, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2025 a fevereiro de 2026. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras foi de 8,03 (7,72% em 2024) e às transmissoras e geradoras foi de 7,89% (7,56% em 2024).

REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO

A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, estruturada na criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirão gradualmente, entre 2026 e 2032, os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. As Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 regulamentaram as etapas iniciais da implementação, abrangendo regras de transição, governança dos novos tributos, administração tributária e contencioso.

O período de transição teve início em 1º de janeiro de 2026, com coexistência entre o sistema vigente e o novo modelo. Nesse exercício, serão destacados nos documentos fiscais apenas valores simbólicos de CBS (0,9%) e IBS (0,1%), destinados exclusivamente a fins estatísticos e preparatórios, sem efeitos financeiros ou impactos sobre as bases de apuração e escrituração. Os primeiros efeitos econômicos dos novos tributos ocorrerão somente a partir de 2027.

A Companhia mantém acompanhamento contínuo da evolução normativa e constituiu grupo multidisciplinar para avaliar potenciais impactos sobre operações, processos, sistemas e controles internos. Durante 2025, foram conduzidas ações preparatórias, que terão continuidade em 2026, com foco na plena adequação ao novo modelo tributário. Importante ressaltar que os impactos da Reforma Tributária ainda não são integralmente conhecidos, uma vez que subsistem etapas regulatórias, legais e infralegais, pendentes de definição e publicação pelas autoridades competentes.

Como as alterações possuem caráter prospectivo, não há efeitos da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Eventuais impactos decorrentes de modificações legislativas futuras ou de sua interpretação serão reconhecidos no período em que se tornarem definitivos.



DESEMPENHO OPERACIONAL

Distribuição

Balço energético

Em MWh	2025	2024	2023	2022	2021
Venda de energia	28.653.461	28.923.620	28.114.542	26.628.031	26.137.805
Fornecimento	28.653.461	28.923.620	28.114.542	26.628.031	26.137.805
Consumidores Livres / Dist. / Ger.	25.540.385	25.609.642	23.919.345	22.779.582	22.356.887
Mercado atendido	54.193.846	54.533.262	52.033.887	49.407.613	48.494.692
Perdas na rede básica	466.837	405.766	419.740	501.407	470.140
Perdas na distribuição	6.461.787	6.305.781	6.239.227	6.172.362	6.135.258
Perdas técnicas	4.860.700	4.875.397	4.842.855	4.872.141	4.788.861
Perdas não técnicas - PNT	1.601.087	1.430.383	1.396.372	1.300.221	1.346.397
PNT / energia requerida total %	2,62%	2,3%	2,40%	2,32%	2,40%
Perdas totais - PT	6.928.624	6.711.546	6.658.967	6.673.769	6.605.398
PT / energia requerida total %	11,34%	11,10%	11,30%	11,90%	11,99%
Energia requerida total	61.122.470	61.244.808	58.692.854	56.081.382	55.100.090

Geração

Disponibilidade de geração

A disponibilidade de geração é medida por meio do indicador FID (Fator de Disponibilidade), valor adimensional resultante da divisão da disponibilidade apurada nos últimos 60 meses pelo índice de referência definido pela Aneel. Logo, quanto maior o FID, melhor o desempenho do ativo.

Conforme metodologia atual, os valores tendem a subir quando o histórico recente é positivo, o que resultou na queda do valor do FID de algumas instalações.

Apesar disso, o Índice de Disponibilidade verificado, que compõe o numerador do cálculo do FID, vem se mantendo elevado nos últimos anos para as UHEs da Cemig, sendo 95,16% em dezembro de 2025.

Volume de geração de energia

Geração em GWh	Total 2025	Parcela Cemig
UHE despachadas centralizadamente	37.764	11.562
UHE não despachadas centralizadamente (1)	824	643
Usinas eólicas	219	219
Usinas fotovoltaicas	342	342
Total	39.149	12.766

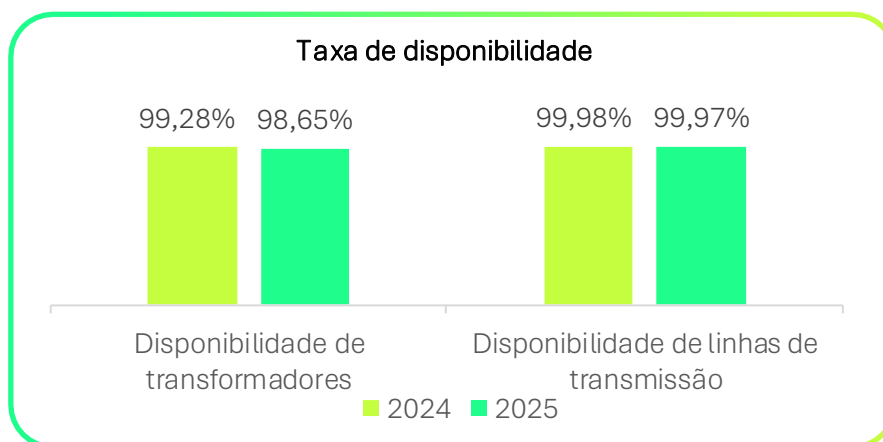
(1) Para as usinas hidrelétricas Machado Mineiro, Marmelos, Martins e Sinceridade, foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação dessas usinas da Cemig GT para a Âmbar Hidroenergia.



Transmissão

Taxa de disponibilidade de transmissão

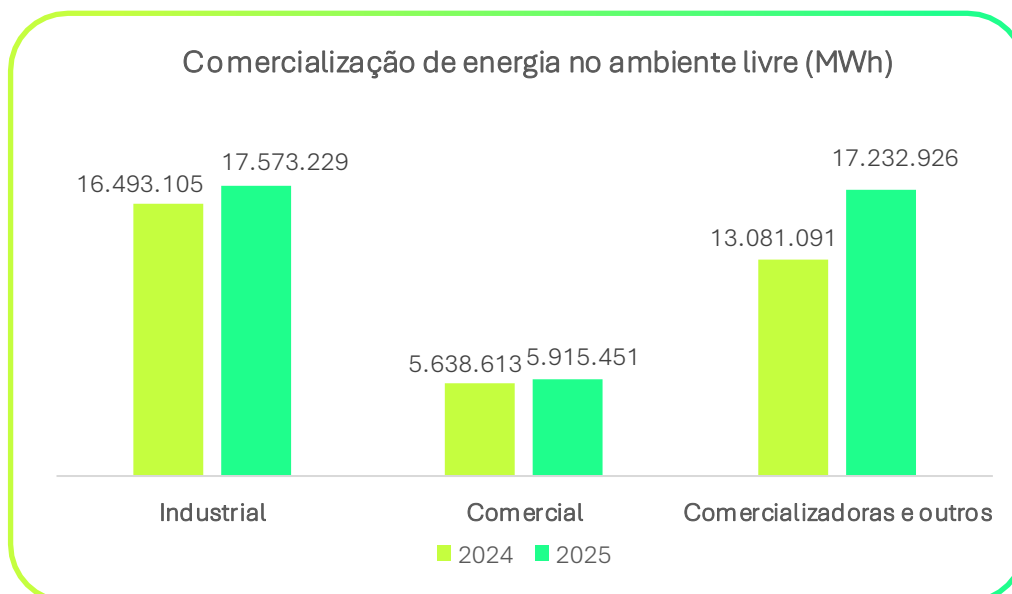
Abaixo são apresentados os indicadores de performance operacional da transmissão:



A referência setorial para a Disponibilidade de transformadores é de 98,2% e para a Disponibilidade de linhas de transmissão é de 98,54%.

Comercialização

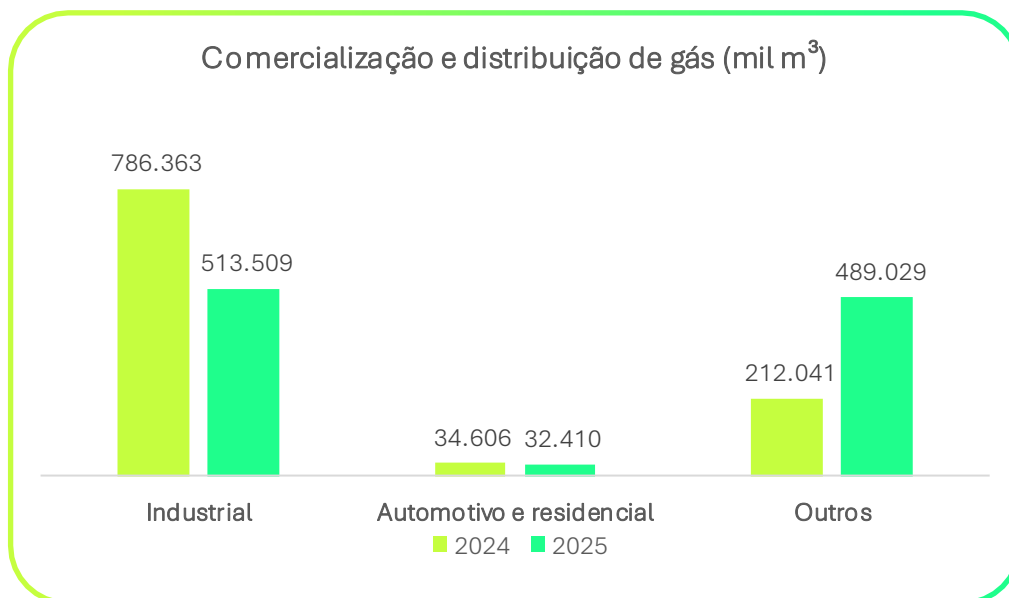
No exercício de 2025, a Cemig comercializou o total de 40.721.607 MWh (35.212.809 MWh no exercício de 2024) de energia no ambiente livre, assim segregados:





Gás

No ano de 2025, a Gasmig comercializou o total de 1.034.948 mil m³ de gás (1.033.010 mil m³ em 2024), assim segregados:



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Desempenho Consolidado

Resultado do exercício

A Companhia apresentou um lucro líquido de **R\$4.900 milhões** no exercício de 2025, em comparação a **R\$7.119 milhões** em 2024, representando uma **redução de 31,17%**.

As principais variações nas receitas, custos, despesas e resultado financeiro, de forma consolidada e segregada por segmento, estão apresentadas na sequência deste relatório.

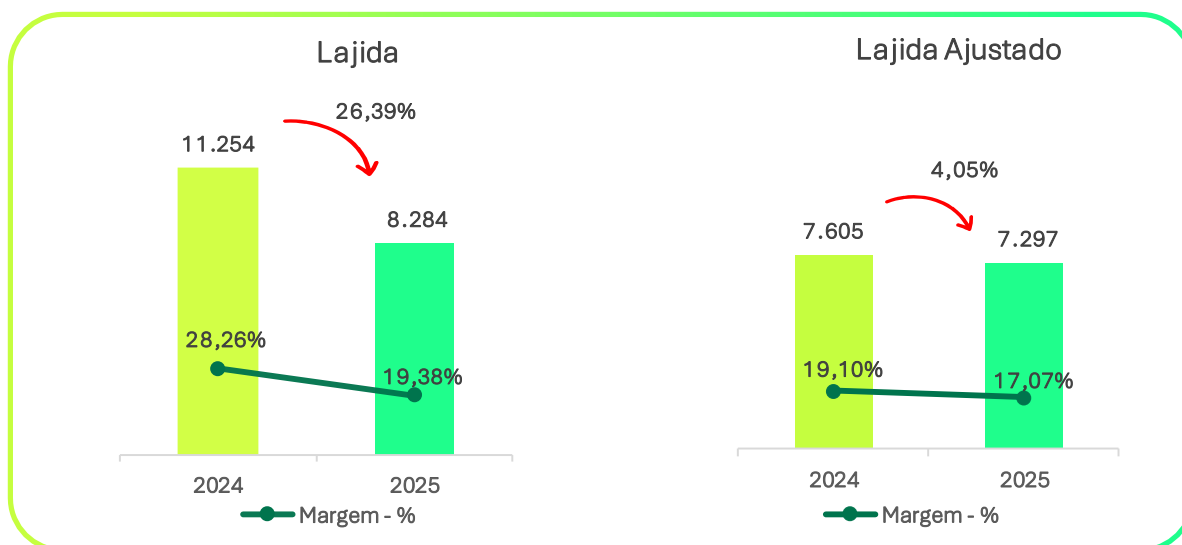
Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - 2025 - R\$ Milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Gás	Holding / Participações	Total
Resultado do exercício	1.521	452	163	2.121	514	129	4.900
Despesa de imposto de renda e contribuição social	185	45	(35)	426	183	(32)	772
Resultado financeiro	(2)	31	(17)	886	49	132	1.079
Depreciação e amortização	330	15	-	1.054	102	32	1.533
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	2.034	543	111	4.487	848	261	8.284
Efeitos não recorrentes e não caixa							
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Remensuração do passivo de pós-emprego (nota 18)	(128)	(79)	(18)	(922)	-	(119)	(1.266)
Remensuração RBSE (nota 6)	-	199	-	-	-	-	199
Provisões tributárias - Indenização do anuênio (nota 21)	29	17	4	139	-	5	194
Programa de desligamento voluntário (nota 3.3c)	1	1	-	19	-	1	22
Ganho na alienação de investimentos (nota 9)	-	-	-	-	-	(60)	(60)
Compra Vantajosa	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Ganho por remensuração de participação anterior (nota 9)	-	-	-	-	-	(62)	(62)
Lajida ajustado (2)	1.936	681	97	3.723	846	14	7.297



Lajida – 2024 – R\$ Milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Gás	Holding / Participações	Total
Resultado do período	1.281	1.560	517	2.206	498	1.057	7.119
Despesa de imposto de renda e contribuição social	334	557	136	662	213	336	2.238
Resultado financeiro	180	108	(24)	17	52	188	521
Depreciação e amortização	325	9	-	922	98	22	1.376
Lajida conforme “Resolução CVM 156” (1)	2.120	2.234	629	3.807	861	1.603	11.254
Efeitos não recorrentes e não caixa							
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Ganho na alienação de usinas	(43)	-	-	-	-	-	(43)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	5	-	-	41	46
Constituição de provisões cíveis - Compra e venda de energia	-	-	53	-	-	-	53
Reversão de provisões tributárias - INSS s/ PLR	(31)	(33)	(5)	(513)	-	(3)	(585)
Programa de desligamento voluntário	9	10	2	56	-	1	78
Ganho na alienação de investimentos	-	-	-	-	-	(1.617)	(1.617)
Resultado da Revisão Tarifária Periódica	-	(1.521)	-	-	-	-	(1.521)
Reversão de provisão com parte relacionada	-	-	-	-	-	(58)	(58)
Lajida ajustado (2)	2.055	690	684	3.350	859	(33)	7.605

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes, fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.



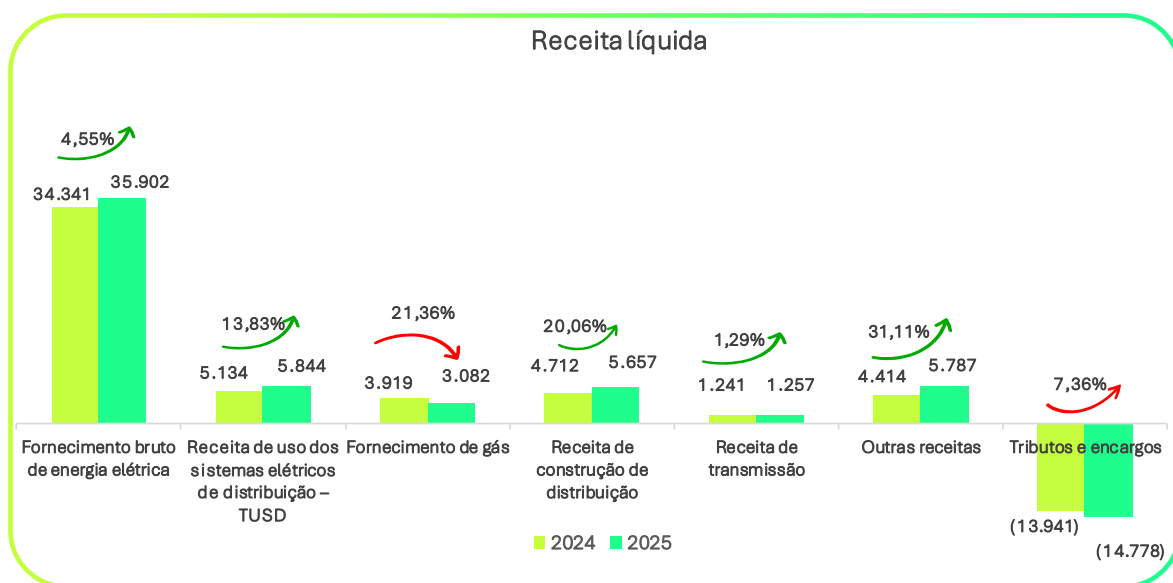
A redução no Lajida da Companhia, está associada, principalmente, aos efeitos ocorridos em 2024: (i) reconhecimento dos efeitos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Receita Anual Permitida (RAP) dos contratos de concessão da Cemig GT; e (ii) o reconhecimento do ganho com a alienação da participação societária da Cemig GT na Aliança Geração.

Mais detalhes no desempenho segregado por segmento.

Receita líquida

A composição da receita líquida da Companhia é conforme segue:

	Consolidado		Variação %
	2025	2024	
Fornecimento bruto de energia elétrica	35.902	34.341	4,55
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	5.844	5.134	13,83
CVA e outros componentes financeiros	506	423	19,62
Receita de transmissão			
Receita de operação e manutenção	346	383	(9,66)
Receita de construção de transmissão	577	425	35,76
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	334	433	(22,86)
Receita de indenização da geração	126	86	46,51
Receita de construção de distribuição	5.657	4.712	20,06
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	117	104	12,50
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	451	447	0,89
Liquidação na CCEE	268	92	191,30
Fornecimento de gás	3.082	3.919	(21,36)
Compensação por violação de padrão indicador de continuidade	(155)	(157)	(1,27)
Outras receitas	4.474	3.419	30,86
Tributos e encargos incidentes sobre a receita	(14.778)	(13.941)	6,00
Receita líquida	42.751	39.820	7,36



Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica da Companhia é composta pela entrega de energia aos consumidores cativos, aos clientes livres, suprimimento a outras concessionárias e pela energia compensada pelos clientes de micro e minigeração distribuída.



Essa receita aumentou, devido ao crescimento de 8,21% na quantidade de energia e em função do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, conforme segue:

	2025			2024			Variação %	
	MWh	R\$	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	15.081.976	14.259	945,43	14.430.293	12.970	898,80	4,52	9,94
Industrial	18.589.692	5.105	274,61	17.820.062	5.377	301,74	4,32	(5,06)
Comércio, serviços e outros	12.350.345	6.805	551,00	11.801.947	6.613	560,33	4,65	2,90
Rural	3.749.606	2.666	711,01	3.577.553	2.528	706,63	4,81	5,46
Poder público	1.156.763	961	830,77	1.031.480	937	908,40	12,15	2,56
Iluminação pública	945.998	590	623,68	972.599	546	561,38	(2,74)	8,06
Serviço público	728.624	583	800,14	919.849	728	791,43	(20,79)	(19,92)
Subtotal	52.603.004	30.969	588,73	50.553.783	29.699	587,47	4,05	4,28
Consumo Próprio	28.750	-	-	30.339	-	-	(5,24)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(41)	-	-	92	-	-	-
	52.631.754	30.928	588,73	50.584.122	29.791	587,47	4,05	3,82
Suprimento a outras concessionárias (2)	20.708.996	4.961	239,56	17.191.591	4.500	261,76	20,46	10,24
Suprimento não faturado líquido	-	13	-	-	50	-	-	(74,00)
Total	73.340.750	35.902	490,10	67.775.713	34.341	504,82	8,21	4,55

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Inclui Contratos de Cessão de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, vendas no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e receitas de Gestão de Ativos de Geração (GAG) das usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

As principais variações no fornecimento de energia estão descritas a seguir:

Residencial

O **consumo residencial aumentou 4,52% (651.683 MWh)** no exercício de 2025, em relação a 2024. Essa variação é composta, principalmente, pelo crescimento de 3,1% na quantidade de consumidores e compensado pela redução de 2,5% no consumo médio mensal por consumidor, além da migração de clientes para micro e minigeração distribuída.

Industrial

O consumo da **classe industrial aumentou 4,32%, (769.630 MWh)** no exercício de 2025, em relação ao ano anterior. Esse crescimento é composto, principalmente, pelos seguintes fatores:

- **aumento no fornecimento de energia para clientes livres** relacionado, principalmente, ao crescimento da quantidade de energia vendida, em especial na modalidade varejista.
- em contrapartida, houve **redução de 33,9% no consumo dos clientes cativos da classe industrial**, em função, principalmente, da migração de clientes para o mercado livre.



Comercial, serviços e outros

O consumo dessa classe **aumentou 4,65%** no exercício de 2025, em comparação a 2024, principalmente, a classe varejista, devido ao reajuste de preços dos contratos, que em sua maioria são atualizados no início do ano.

Receita de uso da rede – Consumidores livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No exercício de 2025, essa receita correspondeu ao montante de **R\$5.844 milhões**, comparado a **R\$5.134 milhões** em 2024, representando um **crescimento de 13,84%**, decorrente, principalmente, do aumento da quantidade de unidades consumidoras na TUSD e do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D. Em contrapartida, houve redução na quantidade de energia transportada, impactada pela migração de dois clientes de grande porte para a rede básica.

	MWh ¹		Variação %
	2025	2024	
Industrial	21.652.810	22.035.453	(1,74)
Comercial	2.714.069	2.414.550	12,40
Rural	136.441	77.159	76,83
Serviço Público	774.779	597.273	29,72
Poder Público	45.845	7.021	552,97
Concessionárias	320.639	329.352	(2,65)
Total de energia transportada	25.644.583	25.460.808	0,72

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Fornecimento de gás

A receita com fornecimento de gás apresentou uma **redução de 21,36%** no exercício de 2025, tendo sido de **R\$3.082 milhões** em comparação a **R\$3.919 milhões** em 2024. Essa redução decorre, principalmente, da migração de clientes para o mercado livre e queda no volume vendido. Mais detalhes nos comentários sobre o desempenho do segmento de gás.

CVA (Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A”) e outros componentes financeiros

A Cemig D reconhece em suas demonstrações financeiras as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Cemig D nos próximos reajustes tarifários. A principal função da CVA é reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras.

No exercício de 2025, foi reconhecida uma receita no montante de **R\$506 milhões**, em comparação a uma receita de **R\$423 milhões em 2024**, representando um **aumento de 19,48%**. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com CDE.

Mais informações sobre a composição e movimentação da CVA na [nota explicativa nº 5.4](#)



Receita de construção da distribuição

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica e de gás foram **R\$5.657 milhões** em 2025, comparado a **R\$4.712 milhões** em 2024, um **crescimento de 20,06%**.

Essa variação deve-se, basicamente, ao aumento no número de obras realizadas pela Cemig D, principalmente em redes de distribuição de energia elétrica, em linha com o **Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD)**, e pela Gasmig em virtude do projeto Centro Oeste, tendo sido uma receita de construção de **R\$5.657 milhões** no exercício de 2025, em comparação a **R\$4.712 milhões** no exercício anterior, um **crescimento de 20,06%**.

Estas receitas são integralmente compensadas pelos custos de construção, no mesmo valor, e correspondem aos investimentos realizados pela Cemig D e pela Gasmig, no período, em ativos da concessão.

Outras receitas - Subvenções e subsídios

A receita reconhecida como **subsídio de bandeiras tarifárias** foi de **R\$427 milhões** no exercício de 2025 em comparação a **R\$153 milhões** no ano anterior. Esse subsídio é impactado pelo acionamento ou não das bandeiras amarela e vermelha, que possuem custos adicionais na tarifa de energia.

Em 2025 houve acionamento das bandeiras “Amarela” em maio; “Vermelha – patamar 1” nos meses de junho, julho, outubro e novembro; “Vermelha – patamar 2” nos meses de agosto e setembro; e “Amarela” em dezembro. Em 2024 houve acionamento da bandeira “Amarela” em julho, e “Vermelha – patamar 1” em setembro, “Vermelha – patamar 2” em outubro e “Amarela” em novembro. Nos demais meses, não houve acionamento, permanecendo a bandeira verde.

A receita de **subvenção da CDE para custear descontos tarifários** foi de **R\$1.969 milhões** no ano de 2025, em comparação a **R\$1.334 milhões** em 2024, apresentando um **aumento de 47,60%**. O montante para esse subsídio é definido na resolução homologatória de cada reajuste tarifário anual da distribuidora. A variação decorre, principalmente, do aumento nos descontos que a Cemig D concede, principalmente para as classes “Carga Fonte Incentivada”.

Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

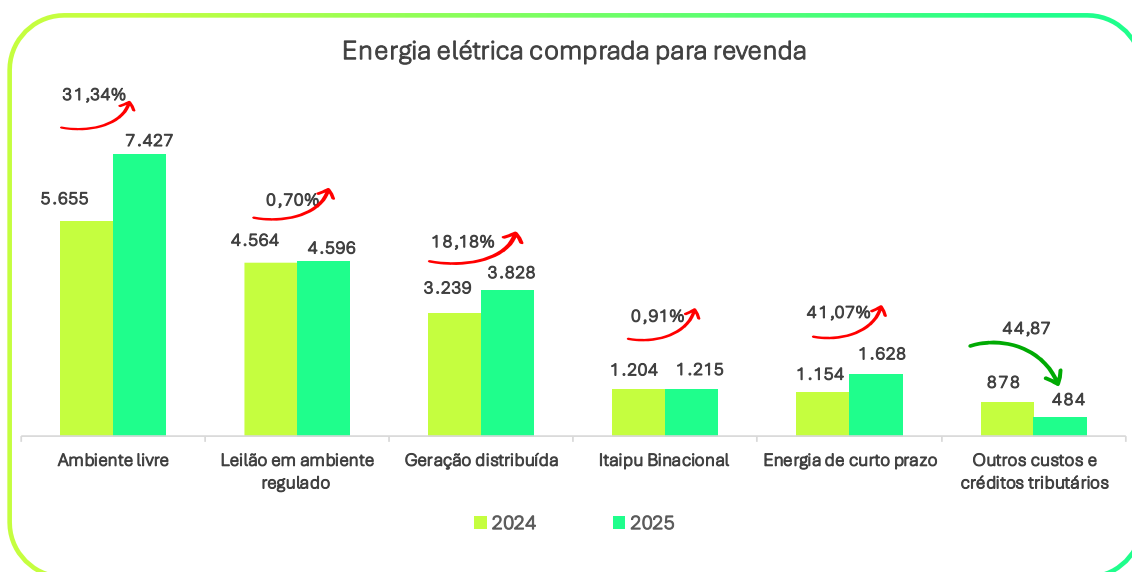
Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de **R\$14.778 milhões** no exercício de 2025 comparado a **R\$13.941 milhões** em 2024, representando um **crescimento de 6,00%**.

Custos e despesas

Os custos e despesas totalizaram **R\$36.244 milhões** em 2025, em comparação a **R\$33.360 milhões** em 2024, representando um **crescimento de 8,65%**. As principais variações estão descritas a seguir.

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de **R\$19.086 milhões** no exercício de 2025, comparado a **R\$16.695 milhões** no exercício anterior, representando um **crescimento de 14,33%**, sendo composto conforme segue:



Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- **aumento** em **ambiente livre**, decorrente, principalmente, da necessidade de maior volume de compra de energia para o fechamento de posições e da elevação dos preços de mercado no ano de 2025.
- **crescimento** na **energia de curto prazo** causado, principalmente, pela forte elevação do PLD em todos os submercados, com destaque para o PLD SE/CO que passou de um patamar médio de R\$127,88/MWh em 2024 para R\$223,46/MWh em 2025, representando um crescimento de 75%. Essa elevação, associada a um cenário hidrológico desfavorável, onera os custos de curto prazo da Companhia com contratos de disponibilidade e com aqueles que compartilham o risco hidrológico.
- **aumento** em **geração distribuída** decorre do aumento do número de instalações geradoras (372.932 em 2025, em comparação a 301.804 em 2024) e do aumento na quantidade de energia injetada (8.032 GWh em 2025, comparado a 6.116 GWh em 2024).



Obrigações pós emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia, no resultado de 2025, foi uma **reversão de despesa** no montante de **R\$750 milhões**, em comparação a uma **despesa** de **R\$485 milhões** em 2024. Essa variação decorre do acordo realizado entre a Companhia e as entidades sindicais pelo encerramento das contribuições patronais ao ProSaúde Integrado (PSI) e ao Plano Odontológico (POD), em contrapartida ao pagamento de indenização compensatória. Mais detalhes na [nota explicativa nº 18](#).

Provisões operacionais

No exercício de 2025, a Companhia apresentou uma **despesa** com provisões operacionais de **R\$655 milhões**. No exercício anterior houve uma **reversão de despesa** no valor de **R\$82 milhões**. Essa variação é justificada, principalmente, pelo provisionamento (i) **do processo relativo ao recolhimento de Imposto de Renda sobre os valores indenizatórios pagos aos funcionários em troca do direito de incorporação dos futuros anuênios nos salários** e (ii) **de processos trabalhistas coletivos**.

Informações adicionais sobre a composição dos custos, despesas e outras receitas estão dispostas na [nota explicativa nº 3.3](#).

Perdas de créditos esperadas (PCE)

No exercício de 2025, houve uma constituição de PCE no montante **R\$161 milhões**, em comparação a uma constituição de **R\$175 milhões** em 2024. Essa variação decorre, principalmente, da alteração, a partir de agosto de 2024, do limite para o reconhecimento integral de perdas, passando de 24 para 36 meses, para clientes de consumo regular e, de 12 para 18 meses, para os clientes de consumo irregular, a fim de alcançar a melhor estimativa da exposição ao risco de crédito dos clientes cativos da Cemig D.

Informações adicionais sobre a composição dos custos, despesas e outras receitas estão dispostas na [nota explicativa nº 3.3](#).

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira de **R\$1.079 milhões** no exercício de 2025 em comparação a uma despesa financeira de **R\$521 milhões** em 2024. Essa variação está associada, principalmente aos seguintes fatores:

Encargos de debêntures

Houve um **crescimento de 51,91%** nessa despesa financeira em 2025 passando de **R\$990 milhões** em 2024 para **R\$1.503 milhões** em 2025 em decorrência das emissões de debêntures realizadas no exercício de 2025.

A composição das receitas e despesas financeiras estão apresentadas na [nota explicativa nº 3.4](#).



Variação monetária de CVA

A variação líquida no resultado financeiro relativa aos saldos de variação monetária de CVA e outros componentes financeiros foi uma receita financeira de **R\$108 milhões**, em 2025, em comparação a uma receita financeira de **R\$16 milhões**, no ano anterior. Essa variação decorre, basicamente, do aumento dos montantes homologados no reajuste tarifário de 2025 e da maior constituição dos montantes a serem homologados no reajuste tarifário de 2026.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, no exercício de 2025, uma despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de **R\$772 milhões (R\$2.238 milhões em 2024)** em relação ao lucro de R\$5.671 milhões (R\$9.358 milhões em 2024) antes dos efeitos fiscais, representando 13,90% de alíquota efetiva (23,92% em 2024).

Essa variação está relacionada, principalmente, ao reconhecimento dos efeitos tributários sobre (i) Revisão Tarifária Periódica da RAP e (ii) ganho com a alienação da participação detida pela Cemig GT na Aliança Geração, em 2024.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na [nota explicativa nº 23.2](#).

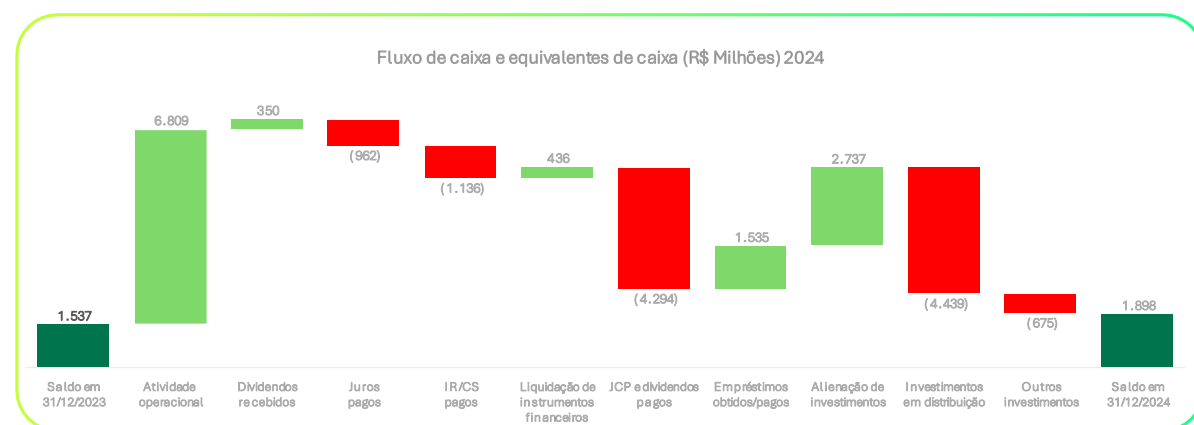
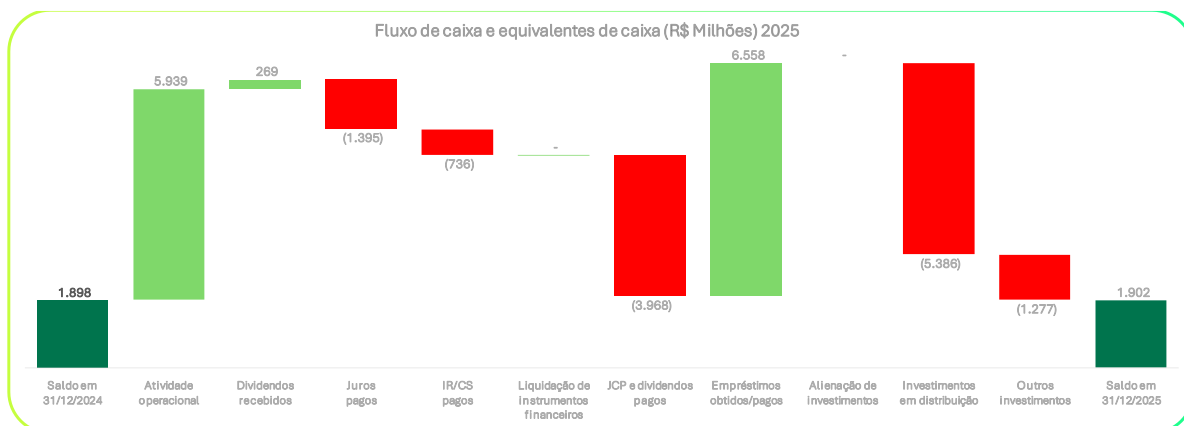
Liquidez e recursos de capital

O negócio da Companhia é de capital intensivo. Historicamente, a Companhia tem necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.

As exigências de liquidez da Companhia também são afetadas pela política de dividendos. A Companhia financia sua liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

Caixa e equivalentes de caixa

A evolução dos fluxos de caixa da Companhia para os exercícios de 2025 e 2024 é demonstrada a seguir:



Os principais eventos que impactaram o total de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia, durante o exercício de 2025, foram as **captações de debêntures e empréstimos** sendo o valor líquido de **R\$9.337 milhões**.

Em contrapartida, em linha com atual política de investimentos, a Companhia **investiu R\$5.386 milhões** na infraestrutura de distribuição de energia elétrica e gás durante o exercício de 2025, além do **pagamento de R\$3.968 milhões de dividendos e juros sobre o capital próprio**.

Desempenho por segmento

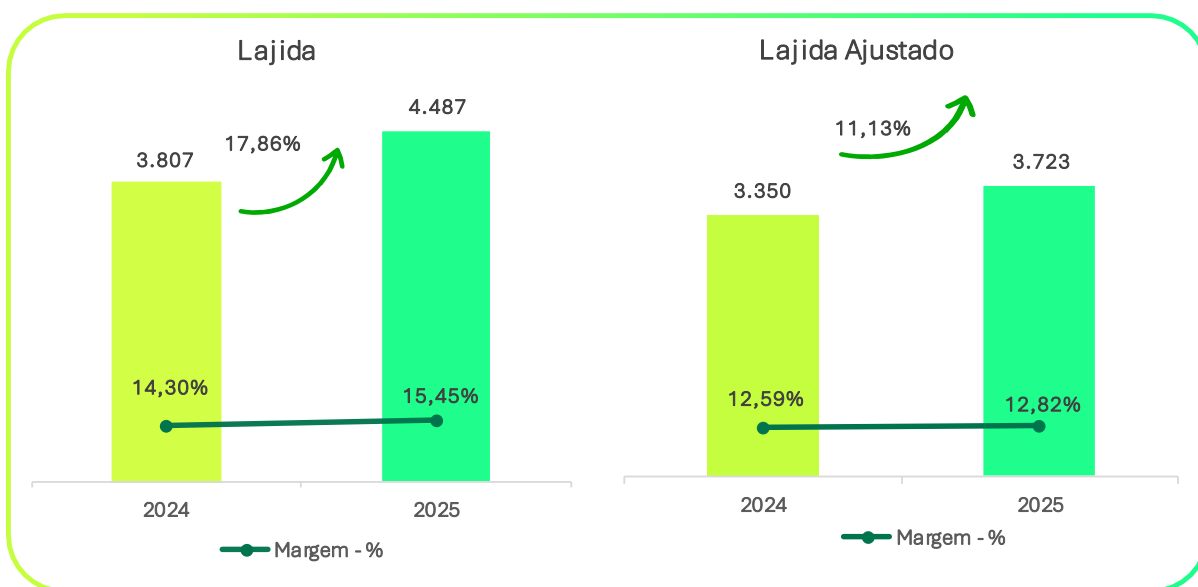
Os resultados apresentados separadamente por segmento não consideram as eliminações do consolidado de operações entre os segmentos.



Desempenho do segmento de Distribuição

As principais variações estão descritas no decorrer deste comentário.

Lajida - Distribuição	2025	2024	Variação %
Resultado do exercício	2.121	2.206	(3,85)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	426	662	(35,65)
Resultado financeiro	886	17	5.111,76
Depreciação e amortização	1.054	922	14,32
Lajida conforme Resolução CVM 156	4.487	3.807	17,86
Efeitos não recorrentes e não caixa			
Remensuração do passivo de pós-emprego	(922)	-	-
Provisões tributárias - Indenização do anuênio (nota 21)	139	-	-
Programa de desligamento voluntário	19	56	-
Reversão de provisões tributárias - INSS s/ PLR (nota 22)	-	(513)	-
Lajida ajustado	3.723	3.350	11,13



Receita líquida

A receita líquida deste segmento **cresceu 9,11%**, sendo **R\$29.043 milhões** no exercício de 2025 e **R\$26.617 milhões** em 2024, sendo as principais variações apresentadas a seguir:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica da Cemig D é composta pela entrega de energia aos consumidores cativos e pela energia compensada pelos clientes de micro e minigeração distribuída. Essa receita foi de **R\$25.167 milhões**, em 2025, em comparação a **R\$24.594 milhões** em 2024, representando um **crescimento de 2,33%**. Os principais fatores que compõem essa variação são:

- **aumento no preço médio faturado por MWh**, em função do reajuste tarifário anual da Cemig D, vigente a partir de 28 de maio de 2025;
- **aumento de 4,52% no consumo de energia pela classe residencial**, decorrente, principalmente, do aumento de 3,1% na quantidade de consumidores; e



- em contrapartida houve **redução de 24,62% na classe industrial** em função de migração de consumidores cativos para o mercado livre.

Receita de uso da rede – consumidores livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No exercício de 2025, essa receita foi de **R\$5.934 milhões**, em comparação a **R\$5.169 milhões** no ano anterior, representando um **crescimento de 14,80%**, decorrente, principalmente, do aumento da quantidade de unidades consumidoras na TUSD e do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D.

	MWh		
	2025	2024	Var %
Industrial	21.652.810	22.035.453	(1,74)
Comercial	2.714.069	2.414.550	12,40
Rural	136.441	77.159	76,83
Serviço Público	774.779	597.273	29,72
Poder Público	45.845	7.021	552,97
Concessionárias	320.639	329.352	(2,65)
Total de energia transportada	25.644.583	25.460.808	0,72

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição foram de **R\$5.325 milhões** no exercício de 2025, em comparação a **R\$4.379 milhões** em 2024, o que representa um **crescimento de 21,60%**. Essa variação deve-se, basicamente, ao aumento no número de obras devido ao Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), principalmente em redes de distribuição. Essa receita é integralmente compensada pelos custos de construção e corresponde ao investimento da Cemig D em ativos da concessão.

Custos e despesas

O total de custos e despesas do segmento de distribuição foi de **R\$25.610 milhões** no exercício de 2025, em comparação a **R\$23.732 milhões** no exercício de 2024, representando um **aumento de 7,91%**. As principais justificativas para essa variação estão apresentadas a seguir.

Energia elétrica comprada para revenda

Aumento de 6,35% no custo com energia elétrica comprada para revenda, sendo **R\$12.102 milhões**, no exercício de 2025, em comparação a **R\$11.379 milhões**, no ano anterior. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- **aumento de 36%** nos custos com **energia de curto prazo** da Cemig D, sendo de **R\$1.190 milhões** em 2025 em comparação a **R\$875 milhões** em 2024. Essa variação foi causada, principalmente, pela forte elevação do PLD em todos os submercados, com destaque para o PLD SE/CO que passou de um patamar médio de R\$127,88/MWh em 2024 para R\$223,46/MWh em 2025, representando um crescimento de 75%. Essa elevação, associada a um cenário hidrológico



desfavorável, onera os custos de curto prazo da Companhia com contratos de disponibilidade e com aqueles que compartilham o risco hidrológico.

- **aumento de 0,43%** no custo **com energia adquirida em leilão em ambiente regulado**, sendo de **R\$4.642 milhões** no exercício de 2025 comparado a **R\$4.622 milhões** no exercício de 2024. Esse aumento é reflexo dos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novos contratos;
- **aumento de 18,18%** no custo com **geração distribuída**, sendo de **R\$3.828 milhões** no exercício de 2025 comparado a **R\$3.239 milhões** no exercício de 2024. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (372.932 no exercício de 2025, comparada a 301.988 no exercício anterior) e do aumento na quantidade de energia injetada (8.032 GWh no exercício de 2025, comparado a 6.176 GWh no exercício anterior);

Os custos com energia elétrica comprada para revenda são não gerenciáveis, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional do exercício de 2025 foi uma reversão de despesa no montante de R\$578 milhões, em comparação a uma despesa de R\$323 milhões no exercício de 2024. Essa variação decorre, principalmente, devido ao acordo realizado entre a Companhia e as entidades sindicais pelo encerramento das contribuições patronais ao ProSaúde Integrado (PSI) e ao Plano Odontológico (POD) em contrapartida ao pagamento indenizatório. Mais detalhes na [nota explicativa nº 18](#).

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro deste segmento no exercício de 2025, foi uma **despesa de R\$886 milhões**, comparada a uma **despesa de R\$16 milhões** em 2024. Essa variação está atrelada, principalmente, aos seguintes fatores:

- **aumento de 13,95%** com a despesa de **variação monetária de debêntures**, sendo **R\$264 milhões** no exercício de 2025, comparada a **R\$231 milhões** no exercício de 2024 e um **aumento em encargos de debêntures**, sendo **R\$1.187 milhões** no exercício de 2025, comparada a **R\$551 milhões** no exercício de 2024. Essa variação decorre, principalmente, da contratação da 12ª, 13ª e 14ª emissão de debêntures, que elevou o montante de dívida da Companhia e, por consequência, a despesa de variação monetária. Além do impacto da variação do IPCA, principal indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas da Companhia, que apresentou uma variação de 4,26% em 2025, comparada a variação de 4,83% no período anterior de 2024.
- **variação** na atualização dos **créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo**, sendo uma **despesa financeira de R\$14 milhões** no exercício de 2025, comparada a uma **receita financeira de R\$371 milhões** no exercício de 2024. Em maio de 2024, foi reconhecida a baixa do

saldo remanescente do passivo de “Valores a restituir a consumidores” que foi devolvido a partir das revisões tarifárias, reduzindo a base de cálculo desta despesa financeira.

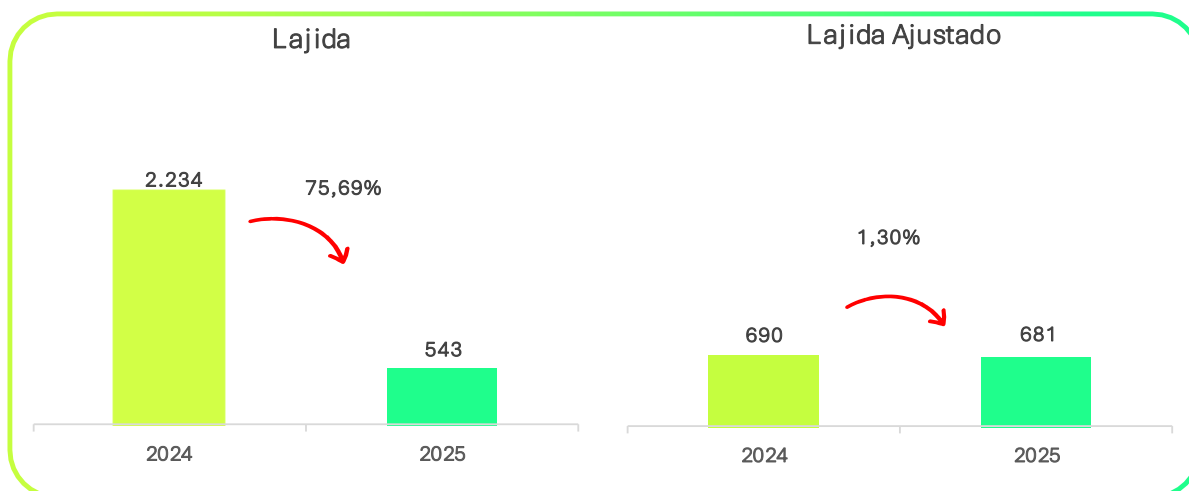
- **aumento** na receita financeira com **renda de aplicação financeira**, sendo **R\$256 milhões** no exercício de 2025, comparadas a **R\$123 milhões** no exercício de 2024. Essa variação justifica-se, principalmente devido a um maior volume médio de caixa disponível para aplicações;
- **aumento** na receita financeira relativa à **variação monetária de CVA** e outros componentes financeiros que foi de **R\$108 milhões** no exercício de 2025, em comparação a uma receita financeira de **R\$16 milhões** no exercício anterior. Essa variação decorre, basicamente, do maior montante, relativo aos itens que são atualizados financeiramente, homologado no reajuste tarifário de 2025, comparado ao valor desses itens no reajuste tarifário de 2024.

Informações mais aprofundadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras da Cemig D.

Desempenho do segmento de Transmissão

As principais variações são descritas na sequência.

Lajida - Transmissão	2025	2024	Variação %
Resultado do exercício	452	1.560	(71,03)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	45	557	(91,92)
Resultado financeiro	31	108	(71,30)
Depreciação e amortização	15	9	66,67
Lajida conforme Resolução CVM 156	543	2.234	(75,69)
Efeitos não recorrentes e não caixa			
Remensuração do passivo de pós-emprego	(79)	-	-
Remensuração RBSE (nota 10)	199	-	-
Provisões tributárias - Indenização do anuênio (nota 21)	17	-	-
Programa de desligamento voluntário	1	10	-
Reversão de provisões tributárias - INSS s/ PLR	-	(33)	-
Resultado da Revisão Tarifária Periódica	-	(1.521)	-
Lajida ajustado	681	690	(1,30)





A redução no Lajida do segmento de transmissão está associada, principalmente, ao reconhecimento do registro dos efeitos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Receita Anual Permitida (RAP) para os contratos de concessão da Cemig GT no exercício de 2024 e ao reconhecimento da remensuração da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) no exercício de 2025.

Receita de concessão da transmissão

A receita de transmissão da Companhia é composta por (i) receita de operação e manutenção, (ii) receita de construção e (iii) remuneração financeira do ativo de contrato.

As **receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura** foram de **R\$425 milhões** no exercício de 2025, comparados a **R\$383 milhões** em 2024, um **aumento de 10,97%**. A variação decorre, basicamente, do maior volume investido em obras de reforços e melhorias, no desenvolvimento de projetos, com fornecimento significativo de equipamentos que possuem alto valor financeiro.

Custos de construção

O custo de construção da transmissão foi de **R\$446 milhões** no exercício de 2025, em comparação a **R\$290 milhões** em 2024, um **aumento de 53,79%**. A variação decorre, principalmente, do maior volume investido em obras de reforços e melhorias, no desenvolvimento de projetos, com fornecimento significativo de equipamentos que possuem alto valor financeiro.

Resultado financeiro

O segmento de transmissão apresentou uma despesa financeira líquida de **R\$31 milhões** no exercício de 2025, em comparação a uma despesa financeira líquida de **R\$108 milhões** no ano anterior. Essa variação está atrelada principalmente a liquidação dos “Eurobonds” pela Cemig GT em dezembro de 2024.

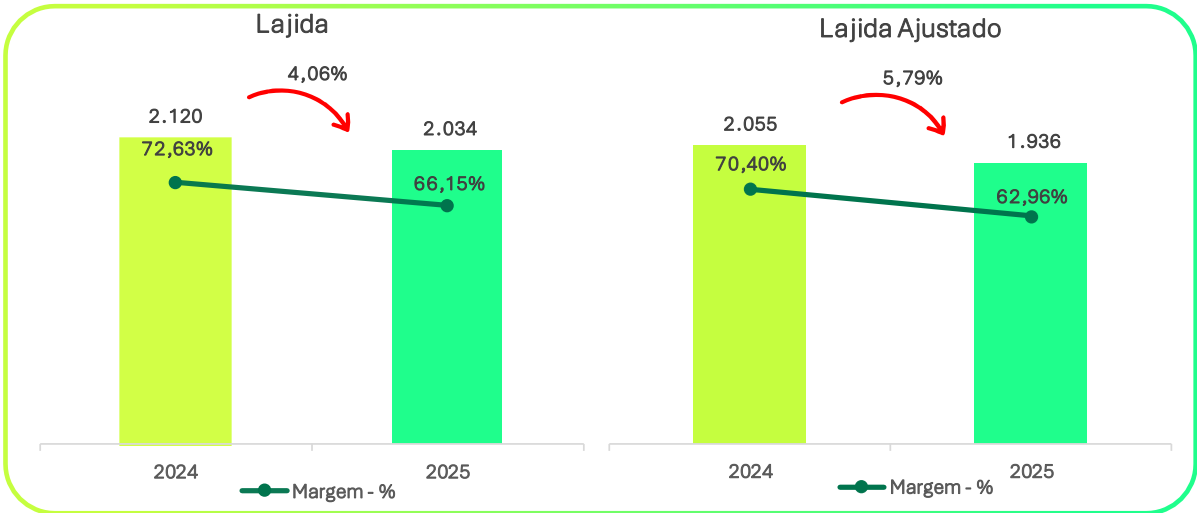
As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras da Cemig GT.

Desempenho do segmento de Geração

Lajida - Geração	2025	2024	Variação %
Resultado do exercício	1.521	1.281	18,74
Despesa de imposto de renda e contribuição social	185	334	(44,61)
Resultado financeiro	(2)	180	(101,11)
Depreciação e amortização	330	325	1,54
Lajida conforme Resolução CVM 156	2.034	2.120	(4,06)
Efeitos não recorrentes e não caixa			-
Remensuração do passivo de pós-emprego	(128)	-	-
Provisões tributárias - Indenização do anuênio (nota 21)	29	-	-
Programa de desligamento voluntário	1	9	-
Ganho na alienação de usinas	-	(43)	-
Reversão de provisões tributárias - INSS s/ PLR	-	(31)	-
Lajida ajustado	1.936	2.055	(5,79)



A evolução do Lajida é conforme segue:

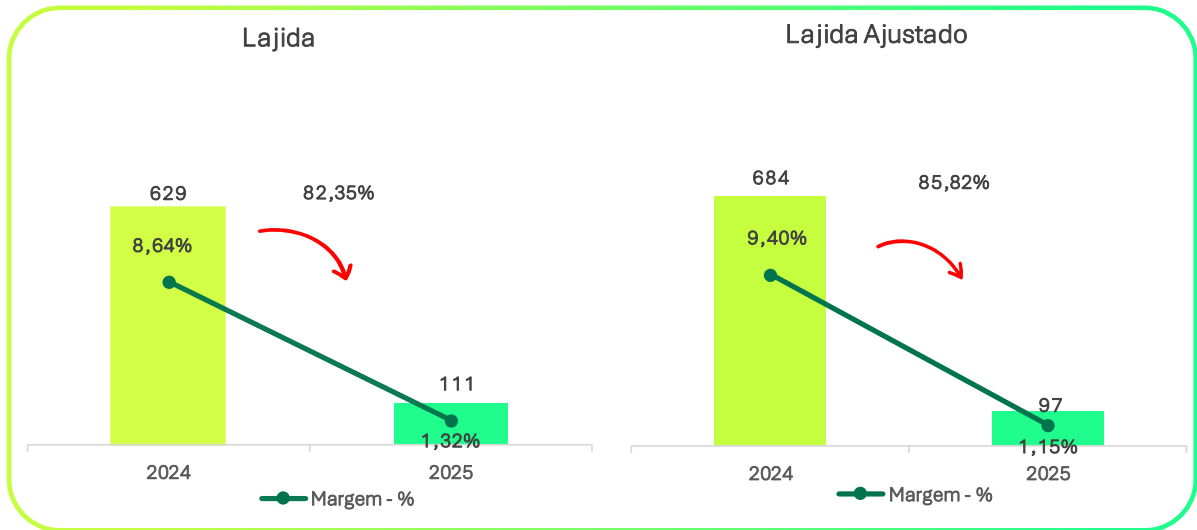


A redução do Lajida é justificada principalmente pelo **crescimento de 61,95%** nos **custos com energia elétrica**, tendo sido **R\$620 milhões** no exercício de 2025, em comparação a **R\$383 milhões** em 2024. Esse aumento está associado, principalmente, à elevação dos custos com risco hidrológico, explicada pela redução do GSF médio.

Desempenho do segmento de Comercialização

As principais variações estão descritas no decorrer deste comentário.

Lajida - Comercialização	2025	2024	Variação %
Resultado do exercício	163	517	(68,47)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(35)	136	(125,74)
Resultado financeiro	(17)	(24)	(29,17)
Lajida conforme Resolução CVM 156	111	629	(82,35)
Efeitos não recorrentes e não caixa			
Remensuração do passivo de pós-emprego (nota 18)	(18)	-	-
Provisões tributárias - Indenização do anuênio (nota 21)	4	-	-
Constituição de provisões cíveis - Compra e venda de energia (nota 24)	-	53	-
Perda por redução ao valor recuperável	-	5	-
Programa de desligamento voluntário	-	2	-
Reversão de provisões tributárias - INSS s/ PLR	-	(5)	-
Lajida ajustado	97	684	(85,82)





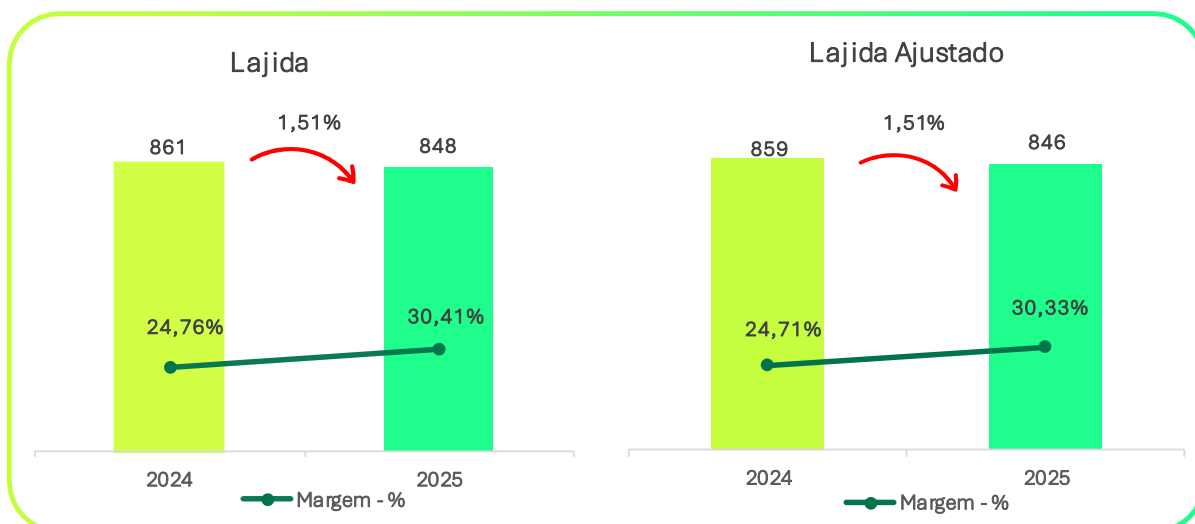
A redução no Lajida deste segmento, está associada, principalmente, ao **crescimento** do custo com **energia elétrica comprada para revenda**, que foi de **R\$8.216 milhões** no exercício de 2025, em comparação a **R\$6.509 milhões** em 2024, representando um **aumento de 26,23%**. Essa variação decorre basicamente, dos seguintes fatores:

- **crescimento** no custo com **energia adquirida no ambiente livre** em decorrência da necessidade de maior volume de compra de energia para o fechamento de posições e da elevação dos preços de mercado no ano de 2025.
- **crescimento** no custo com **energia de curto prazo**, causado, principalmente, pela elevação do PLD em todos os submercados, com destaque para o PLD SE/CO que passou de um patamar médio de R\$127,88/MWh em 2024 para R\$223,46/MWh em 2025, representando um crescimento de 75%. Essa elevação, associada a um cenário hidrológico desfavorável, onera os custos de curto prazo da Companhia com contratos de disponibilidade e com aqueles que compartilham o risco hidrológico.

Desempenho do segmento de Gás

As principais variações estão descritas no decorrer deste comentário.

Lajida - Gás	2025	2024	Variação %
Resultado do exercício	514	498	3,21
Despesa de imposto de renda e contribuição social	183	213	(14,08)
Resultado financeiro	49	52	(5,77)
Depreciação e amortização	102	98	4,08
Lajida conforme Resolução CVM 156	848	861	(1,51)
Efeitos não recorrentes e não caixa			
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	(2)	(2)	-
Lajida ajustado	846	859	(1,51)



Receita

A receita da Gasmig é formada pelo fornecimento bruto de gás aos consumidores cativos e pela disponibilização da capacidade instalada do gasoduto para os clientes do mercado livre.



A **receita líquida** atingiu **R\$ 2.789 milhões** no exercício de 2025, com **redução de 19,8%** em relação a receita líquida obtida em 2024 (**R\$3.477 milhões**). Essa variação está impactada principalmente, pela migração de clientes para o mercado livre e queda no volume vendido.

	2025 (mil m³)	2024 (mil m³)	Var. %
Mercado cativo			
Industrial	522.447	796.638	(34)
Automotivo	19.633	23.141	(15)
Comercial	24.598	23.203	6
Cogeração	10.108	12.164	(17)
Residencial	13.194	12.094	9
	589.979	867.241	(32)
Mercado livre			
Industrial	364.178	107.723	238
Gás Natural Comprimido Industrial	10.145	7.699	32
Cogeração	3.763	-	-
Térmica	66.919	58.046	15
	445.005	173.468	157
	1.034.984	1.040.709	(1)

Custos e despesas

O total de custos e despesas foi de **R\$2.043 milhões** em 2025 (**R\$2.714 milhões** em 2024), correspondendo a 73,25% da receita líquida no exercício de 2025 (78,06% em 2024). Houve uma **redução de 24,72%**.

Essa redução nos custos do exercício de 2025, ocorreu devido à redução volume vendido, que provoca redução no custo de gás comprado para revenda e da redução dos custos com operação e manutenção.

Resultado financeiro

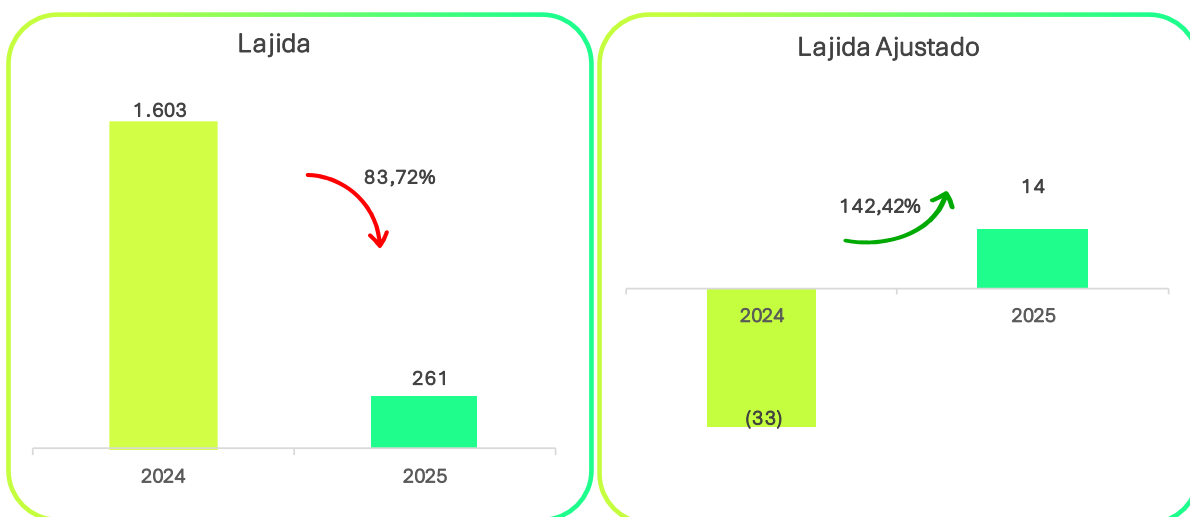
O resultado financeiro líquido foi negativo em **R\$49,3 milhões** no exercício de 2025 frente ao resultado negativo **R\$52,4 milhões** em 2024. O resultado financeiro foi influenciado pela menor receita com aplicações financeiras.

Outras informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras da Gasmig.

Desempenho do segmento de Participações e Holding

As principais variações estão descritas no decorrer deste comentário.

Lajida - Holding/Participações	2025	2024	Variação %
Resultado do período	129	1.057	(87,80)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(32)	336	(109,52)
Resultado financeiro	132	188	(29,79)
Depreciação e amortização	32	22	45,45
Lajida conforme Resolução CVM 156	261	1.603	(83,72)
Efeitos não recorrentes e não caixa			
Perda por redução ao valor recuperável	-	41	-
Remensuração do passivo de pós-emprego (nota 18)	(119)	-	-
Provisões tributárias - Indenização do anuênio (nota 21)	5	-	-
Programa de desligamento voluntário	1	1	-
Compra Vantajosa	(12)	-	-
Ganho por remensuração de participação anterior (nota 9)	(62)	-	-
Reversão de provisões tributárias - INSS s/ PLR	-	(3)	-
Reversão de provisão com parte relacionada	-	(58)	-
Ganho na alienação de investimentos	(60)	(1.617)	(96,29)
Lajida ajustado	14	(33)	(142,42)



Essa variação decorre, essencialmente, do reconhecimento do ganho com a alienação da participação societária da Cemig GT na Aliança Geração, no montante de **R\$1.617 milhões**, em 2024.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

Com o objetivo de viabilizar recursos para a execução do Plano Plurianual e Estratégico da Cemig, a Companhia planejou, identificou e captou recursos de terceiros nos mercados de capitais e financeiro nacional em condições compatíveis com os seus projetos e negócios. A Companhia apresentou relevante geração de caixa por meio de seus negócios. A combinação destes fatores possibilitou a execução de seu programa de investimentos sem afetar sua alavancagem, mantendo-a em níveis sustentáveis, o que contribui para a continuidade das suas operações.

Em março de 2025, a Cemig D captou recursos por meio da 12ª emissão de debêntures, no valor de R\$2,5 bilhões, em duas séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$1,640 bilhões, com incidência de juros remuneratórios de CDI + 0,86% a.a., com prazo de 7 anos e amortizações nos 6º e 7º anos. A 2ª série foi emitida no valor de R\$860 milhões, com



correção monetária através do IPCA mais 7,5467% a.a. de juros remuneratórios, com prazo de 15 anos e amortizações nos 13º, 14º e 15º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2025 era de R\$2,524 bilhões.

As condições da oferta e de mercado naquele momento fizeram com que houvesse uma sobre demanda por parte dos investidores de cerca de 1,94 vezes o valor inicialmente ofertado. Para aproveitar essa liquidez do mercado, a Companhia optou em realizar logo em seguida, no mês de abril de 2025, nova captação por meio da 13ª emissão de debêntures no valor de R\$1,895 bilhão em duas séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$1,143 bilhão, com incidência de juros remuneratórios de CDI + 0,64% a.a., com prazo de 5 anos, com amortizações nos 4º e 5º anos. A 2ª série foi emitida no valor de R\$752 milhões, com incidência de juros remuneratórios de CDI + 0,80% a.a., com prazo de 7 anos, com amortizações nos 6º e 7º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2025 era de R\$1,895 bilhões.

Em novembro de 2025, a Cemig D voltou a captar recursos no mercado de capitais por meio da 14ª emissão de debêntures, no valor de R\$2,5 bilhões em duas séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$2 bilhões, com incidência de correção monetária através do IPCA mais 6,7878% a.a. de juros remuneratórios, com prazo de 12 anos, com amortizações nos 10º, 11º e 12º anos. A 2ª série foi emitida no valor de R\$500 milhões, com incidência de correção monetária através do IPCA mais 6,6504% a.a. de juros remuneratórios, com prazo de 15 anos, com amortizações nos 13º, 14º e 15º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2025 era de R\$2,514 bilhões.

Por sua vez, a Cemig GT, paralelamente à 12ª emissão da Cemig D em março de 2025, captou recursos por meio da 10ª emissão de debêntures, no valor de R\$625 milhões em série única. Essa série possui incidência de juros remuneratórios de CDI + 0,64% a.a., com prazo de 5 anos e amortizações nos 4º e 5º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2025 era de R\$625 milhões.

Em agosto de 2025, a Cemig GT procurou diversificar suas linhas de crédito optando por fazer uma captação de recursos no mercado financeiro através da linha de crédito sob a instrução da Lei 4131/62 junto ao Citibank. O objetivo dessa operação foi viabilizar recursos para a participação da Cemig no leilão GSF (*Generation Scaling Factor*) promovido pelo Ministério de Minas e Energia no qual a Companhia conseguiu a extensão dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Queimado (7 anos), Pai Joaquim (7 anos) e Irapé (3 anos). O valor financiado foi de US\$40 milhões com vencimento em agosto de 2026 conta com um *full cross-currency swap*, fazendo com que seu custo final consolidado seja de CDI + 0,55% a.a. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2025 era de R\$220 milhões.

A Cemig GT, paralelamente à 14ª emissão da Cemig D em novembro de 2025, captou recursos por meio da 11ª emissão de debêntures, no valor de R\$1,5 bilhão, em duas séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$1 bilhão, com incidência de correção monetária através do IPCA mais 6,7878% a.a. de juros remuneratórios, com prazo de 12 anos, com amortizações nos 10º, 11º e 12º anos. A 2ª série foi emitida no valor de R\$500 milhões, com incidência de correção monetária através do IPCA mais 6,6504% a.a. de juros



remuneratórios, com prazo de 15 anos, com amortizações nos 13º, 14º e 15º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2025 era de R\$1,508 bilhões.

A Cemig GT realizou alienações de ativos em 2025 dando continuidade ao seu programa de desinvestimentos, com destaque para a alienação da sua participação direta nas Usinas Machado Mineiro, Sinceridade, Martins e Marmelos, pelo valor de R\$ 52 milhões.

A Gasmig, captou recursos por meio da 10ª emissão de debêntures, no valor de R\$300 milhões, em uma série única, com incidência de correção monetária através do IPCA mais 6,50% a.a. de juros remuneratórios, com prazo de 10 anos, com amortizações nos 8º, 9º e 10º anos.

É possível constatar o sucesso da Companhia em recorrer a essas ferramentas de captação de recursos, já que conseguiu captar cerca de R\$9 bilhões sem que sua alavancagem fosse comprometida.

Ao longo de 2025, a Companhia desembolsou R\$4.085 milhões com serviço da dívida (principal e juros), sendo R\$2.697 milhões referente à amortização do principal.

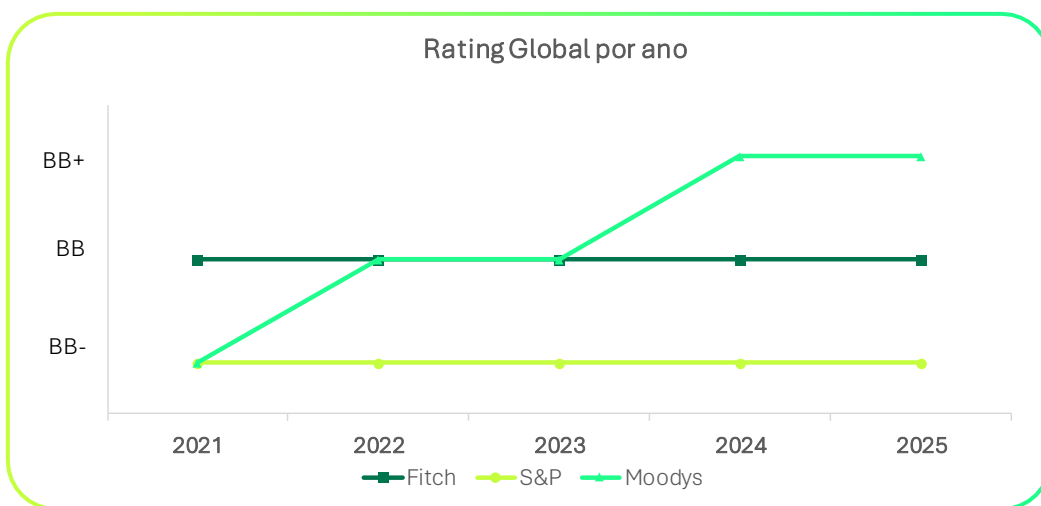
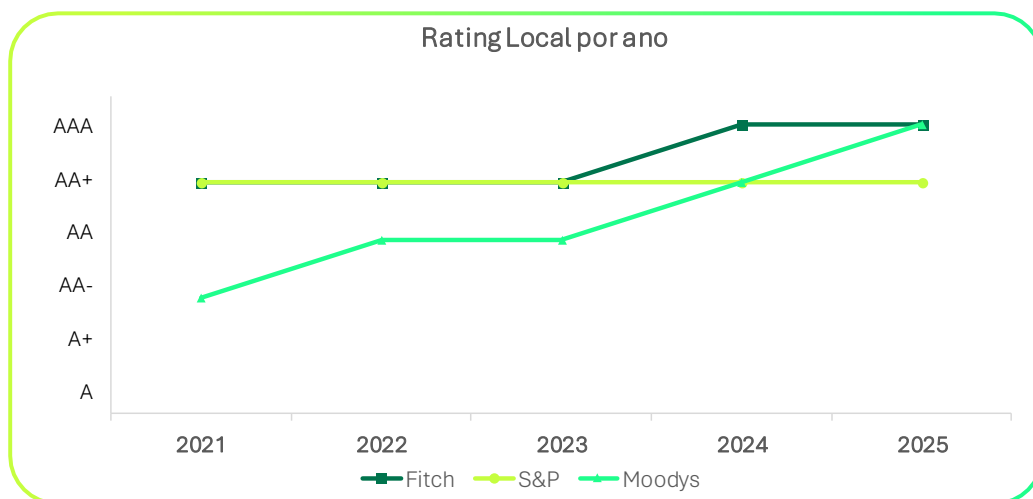
Como consequência das novas captações realizadas pela Cemig D e pela Cemig GT, houve aumento significativo do prazo médio da dívida consolidada de 4,8 anos, em 31 de dezembro de 2024, para 6,9 anos, em 31 de dezembro de 2025. Por sua vez, os custos nominais e reais da dívida aumentaram marginalmente, sendo 13,01 % a.a. e 8,06 % a.a. em 31 de dezembro de 2025, respectivamente, e 11,98% a.a. e 6,65% a.a., respectivamente, em 31 de dezembro de 2024, devido às condições de mercado.

Com relação ao risco de crédito corporativo, as principais agências de classificação de risco avaliam os *ratings* da Cemig de maneira consolidada, ou seja, a Cemig, Cemig D e Cemig GT possuem as mesmas notas nas avaliações de cada agência.

Com relação aos *ratings* locais, a Fitch manteve o *rating* da Cemig em AAA, enquanto a Moody's elevou, em agosto de 2025, o *rating* de AA+ para AAA. Por fim, em 2025 a Standard & Poor's manteve o *rating* AA+, com perspectiva positiva. Dessa forma, todas as agências mantiveram ou elevaram sua visão positiva de crédito consolidada sobre a Cemig, refletindo sua diversificada operação, gestão financeira adequada, com melhoria do perfil de liquidez e melhora dos indicadores de desempenho operacionais.

Com relação aos *ratings* globais, a Fitch, Standard & Poor's e Moody's reafirmaram as notas BB, BB- e Ba1, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta a posição de *rating* da Cemig nas três principais agências:



Os detalhes sobre as debêntures emitidas pela Cemig D, Cemig GT e Gasmig, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na [nota explicativa nº 15](#) destas Demonstrações Financeiras.

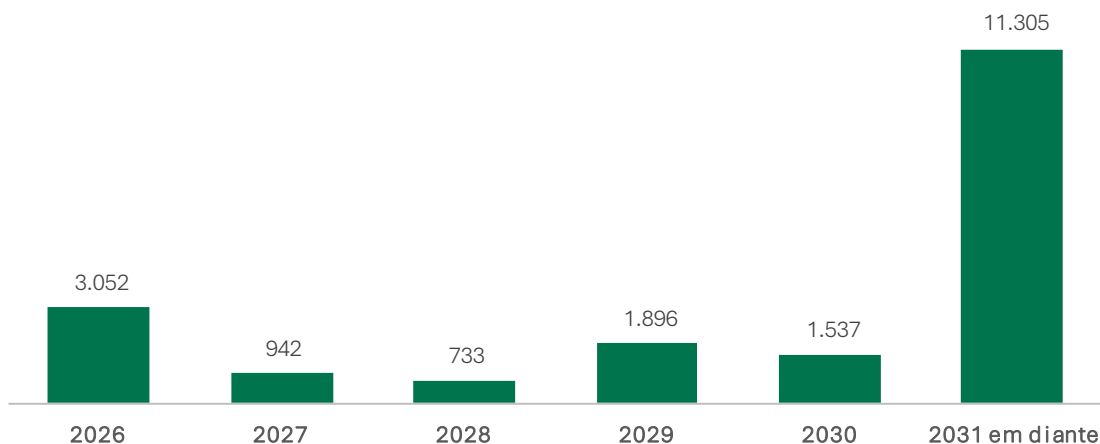
A Companhia conta com *covenants* financeiros, atrelados às emissões de debêntures, relacionados ao seu endividamento e distribuição de dividendos.

O endividamento bruto da Companhia é de R\$19.465 milhões em 31 de dezembro de 2025.

O cronograma de amortizações da dívida é apresentado no gráfico a seguir:

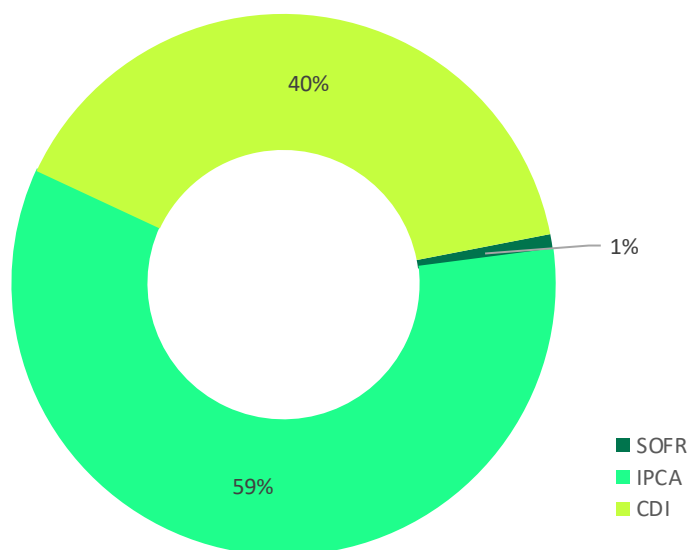


Cronograma de amortização da dívida Posicionamento em dezembro de 2025 (R\$ milhões)



A composição da dívida da Companhia por indexadores, em 31 de dezembro de 2025, é conforme segue:

Composição da dívida por indexadores



Para a dívida cuja referência é o IPCA, existe um hedge natural, dado que a receita de sua atividade, por meio de seus contratos de distribuição, transmissão e comercialização, possui, em grande parte, correção por esse mesmo índice. Do outro lado, o caixa da Companhia é corrigido pelo CDI, produzindo um efeito similar.

Administração de capital

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividida pelo Lajida ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Companhia tem como meta manter o endividamento consolidado líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida ajustado.

A dívida líquida consolidada da Companhia é conforme segue:

R\$ Milhões	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e debêntures (circulante e não circulante)	19.465	12.279
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.902)	(1.898)
(-) Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante)	(760)	(493)
Instrumento derivativo de hedge	9	-
Dívida líquida	16.812	9.888
Lajida ajustado (1)	7.297	7.606
Dívida líquida / Lajida ajustado	2,30	1,30

(1) A conciliação do Lajida ajustado com o Lajida calculado conforme Resolução CVM nº 156/2022 está apresentada na seção do Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado.

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

R\$ Milhões	31/12/2025	31/12/2024
Total do passivo	38.446	32.344
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.902)	(1.898)
(-) Títulos e valores mobiliários	(760)	(358)
Passivo líquido	35.784	30.088
Total do patrimônio líquido	28.582	27.383
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,25	1,10

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que será realizada em abril de 2026, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2025, no montante de **R\$4.897 milhões**, acrescido dos saldos de realização: do custo atribuído do imobilizado, da reserva de lucros a realizar e do ajuste de avaliação atuarial do benefício de pós -emprego:

- **R\$241 milhões** sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de **Reserva Legal**, conforme estabelecido na Lei 6.404/1976;
- **R\$3.513 milhões** sejam destinados para pagamento de **dividendos obrigatórios** aos acionistas da Cemig, conforme segue:
 - **R\$2.420 milhões** declarados a título de **juros sobre o capital próprio (JCP)** e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 2025;
 - **R\$676 milhões** declarados como **dividendos obrigatórios**, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
 - **R\$417 milhões** como **dividendos obrigatórios pagos** em dezembro de 2025.



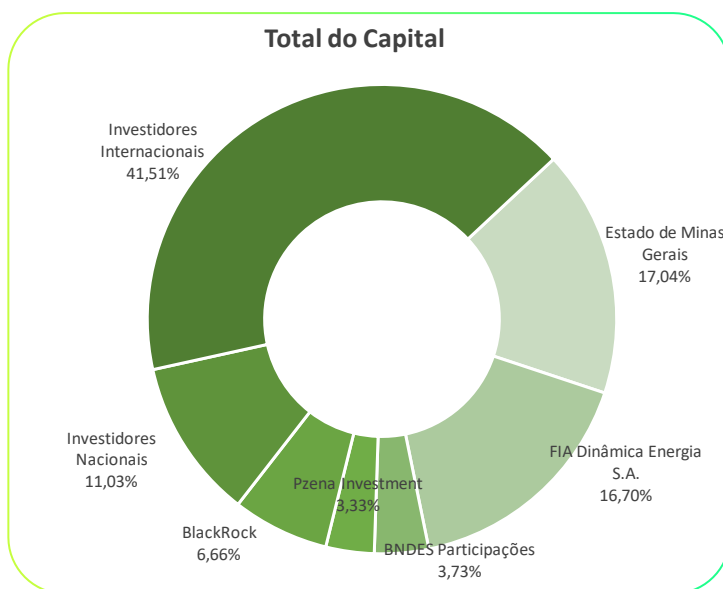
- **R\$1.156 milhões** sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de **Reserva de Retenção de Lucros**, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2026, conforme orçamento de capital;
- **R\$79 milhões** sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de **Reserva de Incentivos Fiscais**, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

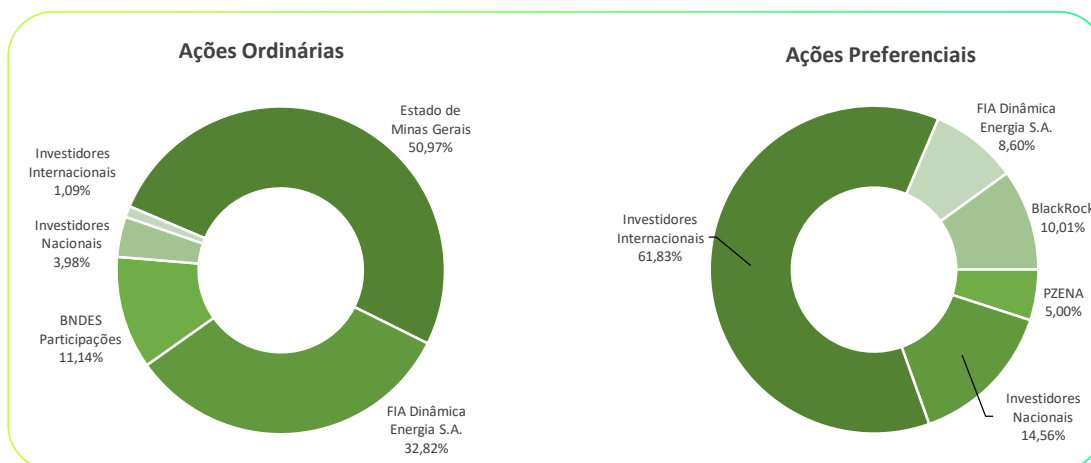
O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

MERCADO DE CAPITAIS

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960 e a partir de 1972 na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Além disso, as ações da Companhia são negociadas desde 1993 na Bolsa de Nova Iorque (CIG e CIG/C), sendo a partir de 2001 no Nível 2 de governança corporativa.

Composição acionária





Cotações das ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2024 e 2025, das ações em São Paulo (B3) e Nova Iorque (NYSE)

Denominação	Códigos	Moeda	Fechamento 2024	Fechamento 2025
Cemig PN	CMIG4	R\$	11,11	11,20
Cemig ON	CMIG3	R\$	14,63	14,70
ADR PN	CIG	US\$	1,79	2,00
ADR ON	CIG.C	US\$	2,32	2,60

Fonte - Economática – cotações ajustadas por proventos, inclusive dividendos

Em 2025, as ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um **volume de negociação** de **R\$31,87 bilhões**, com uma média diária de R\$127,51 milhões. Esse volume negociado proporciona segurança e liquidez aos investidores.

O volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque no ano de 2025 foi de US\$5,48 milhões e movimentou US\$1,37 bilhão, o que consolida a posição da Cemig como opção global de investimento.

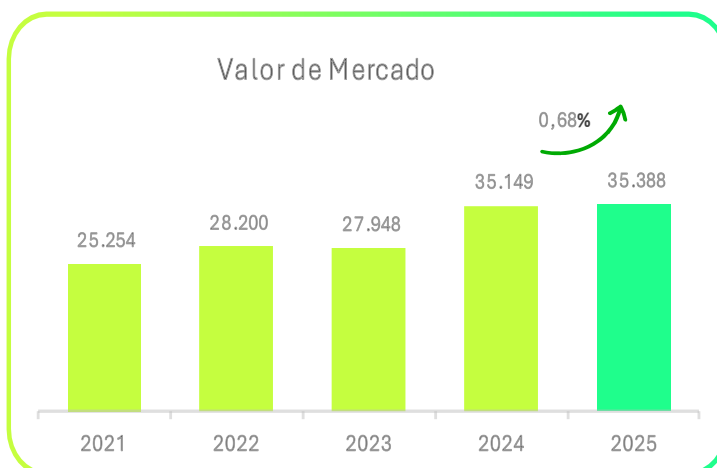
Evolução das nossas ações

O Ibovespa, índice de referência para o desempenho da bolsa de valores de São Paulo, registrou ganho de 33,95% no ano, enquanto as ações preferenciais e ordinárias apresentaram ganhos de 17,51% e 12,43%, respectivamente.

	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	IEE	CDI
2025/2024	17,51%	12,43%	27,02%	11,85%	33,95%	58,87%	14,32%

Valor de mercado

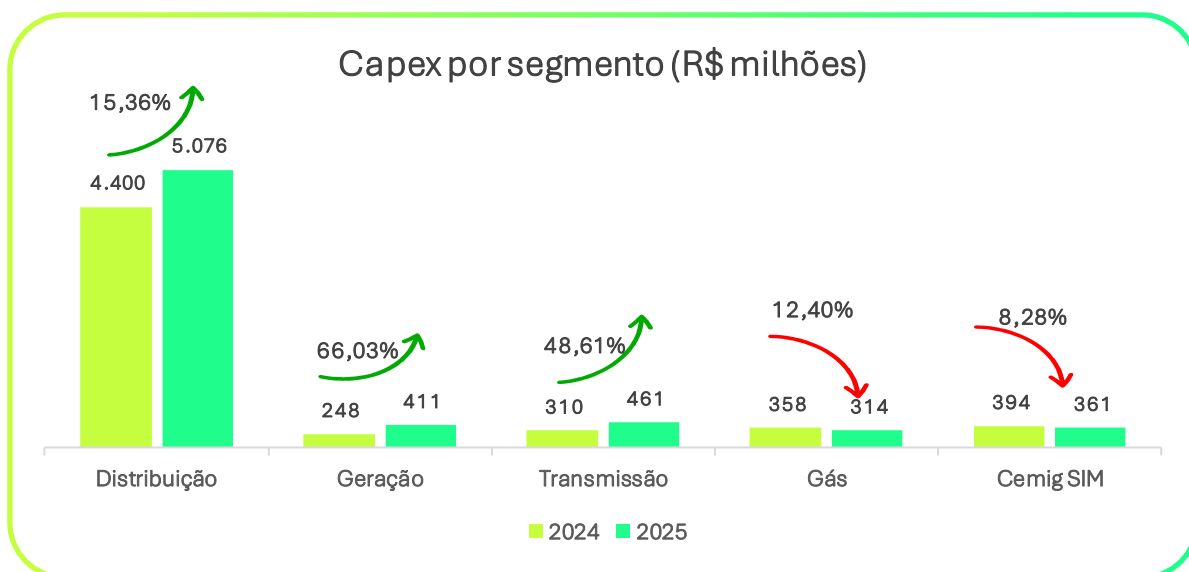
O valor de mercado está representado pela totalidade das ações da Cemig ao valor de mercado das ações no último dia de negociação de cada ano, apresentando um crescimento em relação ao ano anterior, de 0,68%.



INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Capex por segmento

Os investimentos realizados pela Companhia em 2025 **cresceram 15,98%** em relação a 2024, sendo segregado por segmento conforme segue:



Investimentos em distribuição de energia elétrica

Dentro da estratégia de investir em Minas Gerais, em 2025 foram **investidos R\$5,1 bilhões** no negócio de distribuição, valor expressivo que marca uma mudança de patamar nos investimentos da Cemig D na concessão de distribuição. Isso representa mais oferta de energia, o que impulsiona o crescimento do estado e um atendimento de mais qualidade aos clientes.

Esse maior investimento da Cemig D também terá impactos positivos na **melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica, atendimento ao cliente e redução dos**



custos com operação e manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico da Companhia, com a **expectativa de investimentos relevantes de R\$5,3 bilhões em 2026**, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD)

A Cemig D define, por meio do **Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD)**, a priorização dos investimentos a serem realizados pela distribuidora, referentes à Base de Remuneração Regulatória (BRR), e a respectiva gestão prudente dos recursos no ciclo tarifário vigente. O objetivo é o incremento da disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e na quantidade requerida pelos clientes, promovendo o desenvolvimento social e econômico na sua área de concessão.

Em 2023, deu-se o início ao 5º ciclo quinquenal de investimentos, conforme regulação do setor, que compreende o período de 2023 a 2027, tendo sido aprovado o valor de R\$21,9 bilhões. O PDD atual aprovado, 3 vezes maior que o PDD do ciclo anterior, prevê investimentos estruturantes e com forte modernização e digitalização dos ativos, promovendo a melhoria da qualidade do fornecimento de energia e a eficiência dos processos operativos.

O PDD consiste na realização de empreendimentos vinculados ao sistema elétrico de potência, associados à expansão, reforço, reforma e renovação de ativos da Cemig D, como subestações e linhas de distribuição. O plano é dividido em macroprojetos que agrupam os diversos projetos da mesma natureza.

O macroprojeto de **Atendimento Urbano** concentra os investimentos necessários para atendimento às demandas de fornecimento de energia a unidades consumidoras na área urbana, cujo atendimento é realizado sem ônus para o solicitante. Em 2025, foram realizados, aproximadamente, **R\$372 milhões** em investimentos, promovendo a extensão de 109 km de novas redes e permitindo a conexão ao sistema elétrico de 336.540 unidades consumidoras urbanas.

O atendimento às unidades consumidoras em área rural que fazem jus ao atendimento sem ônus é realizado por meio do macroprojeto de **Atendimento Rural**. Foram efetivadas as conexões de mais de 9.522 unidades consumidoras, por meio da extensão de 1.662 km de rede de média e baixa tensão, em 2025, perfazendo um total de **R\$425 milhões** em investimentos na infraestrutura de redes de distribuição rurais.

A conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico é realizada pelas obras conduzidas no macroprojeto **Atendimento Complementar**. Foram investidos no sistema elétrico de distribuição de média e baixa tensão aproximadamente **R\$844 milhões**, pela Cemig, e **R\$565 milhões** pelos solicitantes a título de participação financeira nas



obras, no ano de 2025. Esses investimentos viabilizaram a conexão de 11.890 clientes e empreendimentos no sistema de distribuição da Cemig D.

Para que o sistema elétrico de distribuição consiga absorver todas as conexões de clientes e empreendimentos atendidos pelos macroprojetos Atendimento Urbano, Rural e Complementar, é necessário empreender diversas obras nos ativos de distribuição, tais como: ampliação de capacidade de potência, conversão de redes monofásicas em trifásicas, interligações entre alimentadores, reformas de redes e obras de contingência operativa. A realização do reforço e reforma do sistema elétrico é feita pelos macroprojetos de Reforço de Redes e Reforma de Redes, sendo que, no ano de 2025, ocorreram intervenções em 1.161 quilômetros de redes de média e baixa tensão, com um investimento total de R\$ 520 milhões.

Com vistas à eliminação de situações de risco de choque elétrico nas redes de distribuição da Cemig D foi definido o macroprojeto **Segurança de Terceiros**. Esse programa visa realizar os investimentos necessários para a remoção e/ou afastamento de redes, para eliminar riscos de acidentes por toque direto, toque indireto ou outras situações de risco para terceiros, nas redes de distribuição. No último ano, foram regularizadas 385 instalações, com um investimento de **R\$9,3 milhões**.

Outra ação contemplada no Plano de Investimentos é a regularização do fornecimento de energia de famílias carentes, que vivem nos principais núcleos urbanos do estado, por meio do **Programa Energia Legal**. O investimento abrange a implantação de novas redes, inclusão na tarifa social e doações de padrões de energia e lâmpadas eficientes. Em 2025, foram realizados cerca de **R\$18,6 milhões** na regularização dessas ligações.

Com foco na melhoria da qualidade do fornecimento, renovação de ativos, expansão na capacidade de suprimentos e mudança de patamar tecnológico, o PDD prevê, ainda, automação de equipamentos de rede, substituição de medidores obsoletos, instalação de novos medidores com soluções inteligentes, como leitura, corte e religação remotos, investimentos em telecomunicações e meio ambiente, além de ações de manutenção e operação de linhas e redes de distribuição, como podas de árvores e inspeções, para reduzir o tempo de restabelecimento de energia, no caso de ocorrências. Nesses programas foram investidos, aproximadamente, **R\$845 milhões** em 2025.



No terceiro ano do ciclo, o investimento realizado pela Cemig D foi de **R\$4,87 bilhões**. Os valores realizados estão sintetizados nos projetos que compõem o PDD, conforme tabela abaixo:

Macroprojeto (R\$ Milhões)	2025	2024
Expansão e reforço em alta tensão	1.493	1.232
Atendimento a consumidores e acessantes (Participação Cemig)	340	353
Operação e manutenção em alta tensão	69	75
Operação e manutenção em média e baixa tensão	375	309
Reforço de redes de média e baixa tensão	365	304
Reforma de redes em média e baixa tensão	155	139
Atendimento ao mercado urbano em média e baixa tensão	372	290
Atendimento ao mercado rural em média e baixa tensão	425	361
Programa Complementar (Participação Cemig) em baixa e alta tensão	844	667
Troca de medição/medição de fronteira	220	197
BT Zero - Programa de regularização de comunidades	19	39
Telecomunicações	154	135
Plano diretor de automação da média tensão	28	65
Segurança de Terceiros (Participação Cemig)	9	11
Total	4.868	4.176

Programa Minas Trifásico

No plano de investimentos da Cemig D, um destaque é o **Programa Minas Trifásico**, que transformará cerca de 30.000 quilômetros de redes elétricas rurais monofásicas em redes trifásicas até 2027. Com ele, a Cemig D levará energia com mais qualidade e em maior quantidade para a população que vive no campo. O programa beneficiará quase todos os 774 municípios da área de concessão da Cemig D, promovendo a potencialização acelerada do agronegócio local, mais desenvolvimento, emprego e renda para as regiões mineiras.

O Programa tem o propósito de melhorar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes rurais, disponibilizando mais energia e apoiando a transformação da agricultura de subsistência em agronegócio.

O valor investido no Programa Minas Trifásico, em 2025, foi de aproximadamente **R\$850 milhões**, com extensão de 3.550 km de rede trifásica.

Programa Mais Energia

Outro destaque do plano de investimentos da Cemig D é o **Programa Mais Energia**, cujo objetivo é disponibilizar um sistema elétrico de distribuição robusto e capaz de atender as novas cargas e levar mais energia para o desenvolvimento do estado de Minas Gerais.

O programa prevê a construção e ampliação de mais de 200 subestações modernas e digitalizadas, aumentando em mais de 30% a quantidade e potência do parque de subestações ante ao início do programa de investimentos em 2018, e que hoje atendem a cerca de 9 milhões de consumidores dentro de nossa área de concessão. Assim, as subestações novas e reforçadas irão suportar o crescimento advindo do Programa Minas Trifásico e das diversas iniciativas da Cemig e do estado de Minas Gerais.

Dessa forma, a Companhia viabilizará o crescimento de diversos setores da economia, com destaque para o agronegócio, eliminando as dificuldades para atendimento de clientes e de plantas de geração distribuída. Serão investidos ao todo mais de R\$5 bilhões,



no período de 2023 a 2027, que ajudarão a levar o desenvolvimento econômico e social a todas as regiões do estado, fomentando a expansão da indústria, do comércio e do agronegócio, além da geração de empregos e renda.

As novas subestações são mais eficientes e modernas, possibilitando ampliar a capacidade de atendimento a novos pedidos de cargas, reduzir o tempo médio e o custo das obras de conexão de novas usinas, além de proporcionar uma energia confiável e de qualidade aos nossos clientes.

O valor investido no Programa Mais Energia em 2025 foi de **R\$1.493 milhões**, com a energização de 23 subestações e mais de 550 km de novas linhas de distribuição.

Cemig Agro: energia e inovação para o campo

Em 2025, o **Cemig Agro** consolidou-se como iniciativa estratégica voltada ao fortalecimento da infraestrutura elétrica no meio rural e ao suporte ao desenvolvimento do agronegócio em Minas Gerais. No segundo ano de operação, o programa avançou na ampliação da capacidade instalada, na melhoria dos indicadores de continuidade, na qualificação do atendimento ao cliente rural e no desenvolvimento de ações estruturantes de inovação e eficiência energética.

No exercício, foram concluídas **mais de 16 mil obras** em redes rurais, beneficiando **mais de 100 mil unidades consumidoras** e representando **crescimento de 33%** na carteira de projetos.

A estratégia de descentralização operacional avançou com **95% das 76 bases regionais** previstas já em funcionamento, ampliando a presença territorial e reduzindo tempos de atendimento. Desde janeiro, foram executados **mais de 156 mil serviços**, incluindo ações emergenciais e preventivas, contribuindo para a **redução de 1h25min** na duração média das interrupções e para a melhoria de **7%** no **DEC Percebido Rural**.

O programa apresentou evolução consistente nos indicadores de relacionamento com clientes. As reclamações de consumidores rurais à Cemig registraram queda superior a **53%**, enquanto os registros no órgão regulador reduziram em mais de **22%**. O canal de atendimento exclusivo superou **158 mil demandas**, fortalecendo a interação direta com produtores, sindicatos e entidades representativas. A presença institucional também foi ampliada por meio da realização de **47 eventos regionais** e pelo crescimento do acesso ao portal digital do programa, que contabilizou **41.990 visitas** no período.

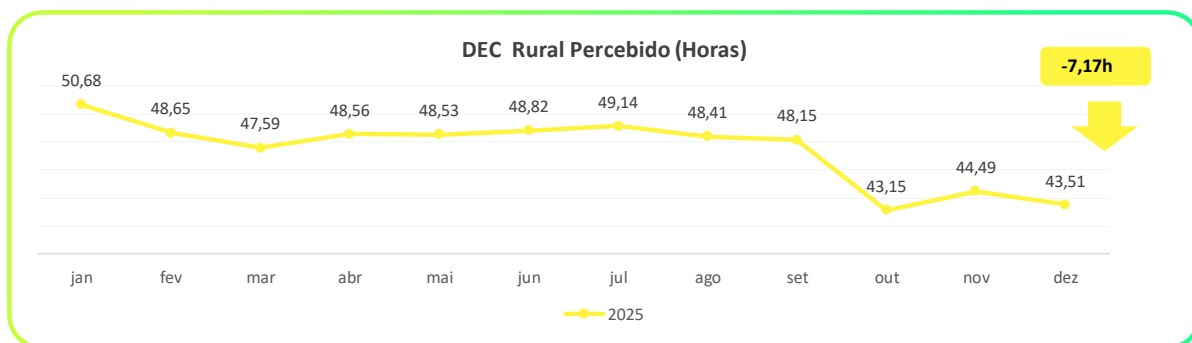
No eixo de eficiência energética, o programa **Cemig Troca Seu Motor** avançou para a fase de execução, com **44 propostas** cadastradas, totalizando aproximadamente **R\$ 750 mil** em investimentos previstos, além da ampliação da rede de parceiros para **38 revendas credenciadas**. Outro destaque foi o desenvolvimento do projeto voltado às **Escolas Municipais Rurais**, que prevê a modernização de escolas pela substituição de iluminação e implantação de usinas fotovoltaicas, quando tecnicamente viável.

As iniciativas de inovação tecnológica mantiveram ritmo consistente. O projeto **Agrivoltaico**, desenvolvido em parceria com a EPAMIG, avançou na implantação das



primeiras estruturas em Prudente de Moraes (MG). O **Robô Supressor**, desenvolvido no Inovalab, evoluiu para fase de protótipo, e foi iniciado o desenvolvimento de uma solução para aprimorar a **previsibilidade da demanda futura de energia no meio rural**, visando melhorar o planejamento da expansão das redes, linhas e subestações.

Os resultados de 2025 reforçam o papel do Cemig Agro como instrumento de apoio ao desenvolvimento do agronegócio mineiro, por meio de investimentos em infraestrutura, digitalização, eficiência e inovação.



Investimentos em geração de energia elétrica e geração distribuída

Cemig SIM

A Cemig SIM faz parte do Grupo Cemig e tem por objeto, dentre outras atividades, formatar negócios e desenvolver soluções associadas à micro e minigeração distribuídas de energia elétrica, incluindo a prestação de serviços de gestão, por meio das modalidades autoconsumo remoto e geração distribuída compartilhada, com a formação e gestão de Consórcios constituídos para este fim.

Em 2025, investiu aproximadamente **R\$361 milhões** em aquisições e desenvolvimento de usinas de geração de energia solar fotovoltaica.

A Cemig SIM atingiu a marca de 54 mil unidades consumidoras de energia solar por assinatura em 2025. A empresa está buscando expandir sua capacidade instalada alinhada ao Planejamento Estratégico da Cemig, prospectando o desenvolvimento de novos projetos e planeja investir, no período entre 2026 e 2027, o equivalente a R\$155 milhões no segmento de geração distribuída.

Modernização da UHE Salto Grande

Em alinhamento com a iniciativa estratégica de elevar a eficiência operacional dos ativos, serão investidos cerca de **R\$250 milhões** na reforma e modernização da Usina Hidrelétrica de Salto Grande. Com Potência Instalada de 102MW, a usina está localizada no leste do estado de Minas Gerais e sua modernização visa garantir as condições de operação, segurança e fornecimento de energia para a região conforme requisitos do contrato de concessão. A contratação do fornecedor já foi realizada. O empreendimento está em fase de elaboração de projetos executivos dos novos equipamentos e sistemas e a parada da primeira unidade geradora está prevista para junho de 2026.



Hidrelétrica Pipoca S.A.

Em 14 de agosto de 2025, foi exercido o Direito de Preferência pela Cemig GT, para a aquisição de 51% das ações da Hidrelétrica Pipoca S.A. detidas pela Serena Geração S.A., subsidiária integral da Serena Energia S.A. O referido Direito de Preferência, conforme regulado no Acordo de Acionistas, decorre da transferência do controle indireto da PCH Pipoca, efetivada em 4 de novembro de 2025.

A eficácia da transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais nesse tipo de operação. A aprovação pelo CADE já ocorreu e a anuência da Aneel está em andamento.

Atualmente, a Cemig GT possui 49% das ações da PCH Pipoca. A aquisição dos 51% restantes integralizará a participação da Companhia no ativo, com 20 MW de potência instalada e 11,9 MW médios de garantia física.

Investimentos em transmissão

LT Verona

A Cemig GT, por meio da sua subsidiária integral Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (Centroeste) está investindo cerca de **R\$220 milhões** na implantação da **LT 230 kV Governador Valadares 6 – Verona**. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas à regularização fundiária, licenciamento ambiental e elaboração do projeto executivo. O prazo de implantação da linha de transmissão é de 60 meses a partir da assinatura do contrato de concessão, realizada em março de 2023. Até 31 de dezembro de 2025 foram investidos **R\$74 milhões** pela Centroeste.

Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita

Em 26 de fevereiro de 2025, a Cemig GT assinou o Contrato de Compra e Venda de Ativos (CCVA) para aquisição da totalidade do capital social da Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita (ETTM) de propriedade do Grupo Fram Capital. Em 29 de janeiro de 2026 a Cemig GT concluiu a aquisição da totalidade do capital social da ETTM.

O preço negociado foi de **R\$30 milhões** e a RAP dos ativos é de R\$5,7 milhões. Os ativos de transmissão da ETTM estão conectados na Rede Básica de 230 kV de propriedade da Cemig, localizados na região do Vale do Aço, em Minas Gerais.

A aquisição está em linha com o Planejamento Estratégico da Cemig, que prevê o investimento em ativos de transmissão no estado de Minas Gerais.

Em 29 de janeiro de 2026 a Cemig GT concluiu a aquisição da totalidade do capital social da ETTM.



Investimentos em gás natural

A Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) é a distribuidora exclusiva de gás canalizado em Minas Gerais, por outorga de concessão, atendendo aos segmentos industrial, residencial, comercial e termelétrico, fornecendo gás natural comprimido (GNC), gás natural liquefeito (GNL) e automotivo (GNV). A Cemig detém 99,57% do capital da Gasmig.

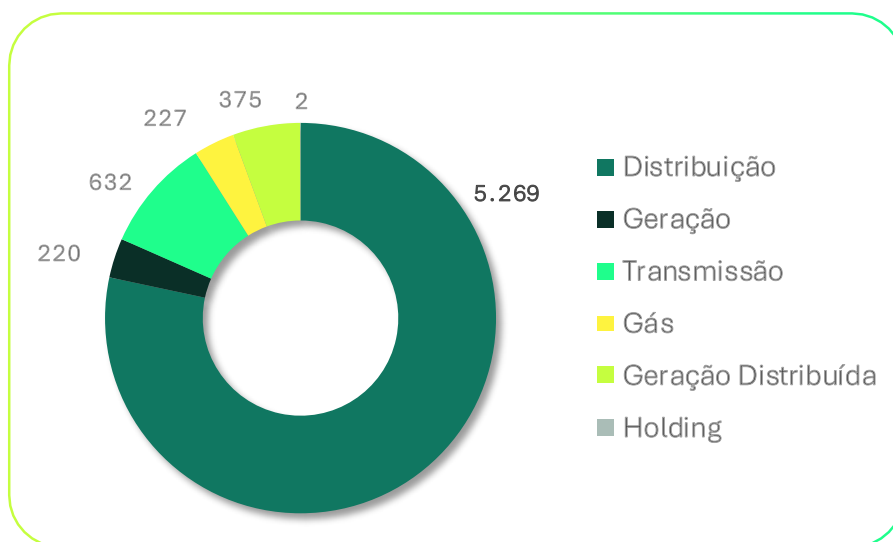
Os investimentos realizados no exercício de 2025 alcançaram **R\$314 milhões** (R\$358 milhões em 2024), destinados, principalmente, para projetos de expansão, que representaram 80,9% do total investido no exercício de 2025 e projetos de saturação, adensamento e operação das redes já existentes, com 19,1% dos recursos investidos. O destaque é o Projeto Centro Oeste que recebeu R\$217 milhões de investimento no exercício.

Projeto Centro-oeste

O projeto Centro-oeste prevê a ampliação do sistema de distribuição de gás natural da Gasmig em cerca de 300 km, sendo sua implantação em etapas. Em 2025 foram investidos **R\$217 milhões**, com volume distribuído previsto de aproximadamente 238 mil m³/dia. O término do projeto está previsto para o 2º semestre de 2026.

Programa de investimentos para 2026

O total de investimentos planejados pela Companhia para 2026 é de **R\$6.725 milhões**, segregados conforme segue:





RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

Foco no cliente

A busca contínua pela satisfação dos clientes faz parte da Visão da Cemig. O compromisso com a excelência na prestação de serviços e com o bom relacionamento com os clientes constitui um dos princípios expressos no Código de Conduta da Cemig.

Nossos clientes

O relacionamento com os clientes Cemig, tanto em contratos regulados quanto livres, é embasado pela Política de Comercialização de Energia. Para ofertar ao cliente o melhor atendimento, a Companhia conta com equipes de profissionais com conhecimento técnico específico, que gerenciam contratos e todas as demandas de clientes, além de prospectar e captar novos clientes.

Os tipos de clientes da Cemig são:

- **Consumidores cativos:** vinculados à Cemig D com demanda inferior a 500 KWh/mês. Localizados em Minas Gerais, estão entre as classes: residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público;
- **Consumidores livres:** sem vínculo com distribuidoras com demanda de consumo acima de 500 KWh/mês. Estão entre as classes: industrial, comercial e rural em Minas Gerais, Distrito Federal ou em outros estados em que a Cemig atua.
- **Distribuidoras** que atuam em concessão em outras áreas e atendidas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

Conselho de consumidores

A Cemig possui um Conselho de Consumidores que representa os interesses de todas as classes de consumo coletivamente e promove a defesa de seus direitos. Esse Conselho é composto por seis membros titulares e seis suplentes, representando as seguintes classes de consumo: residencial, industrial, comercial, rural e poder público.

Premiações no relacionamento com clientes

Cemig recebe selo "O cliente recomenda" e certificação de excelência em satisfação no setor de energia

A Cemig foi premiada com o certificado *Experience Certified* e o selo "O cliente recomenda" na cerimônia do *Experience Award*, promovida pela SoluCX, em São Paulo. O evento, que busca destacar as empresas com os melhores índices de satisfação do cliente em diversos setores, avalia o desempenho de marcas em 48 categorias. No setor de *Utilities* – que inclui Energia, Gás Botijão, Água e Saneamento, a Cemig se destacou entre as 82 empresas avaliadas, recebendo um índice de satisfação superior à média de 35 pontos.

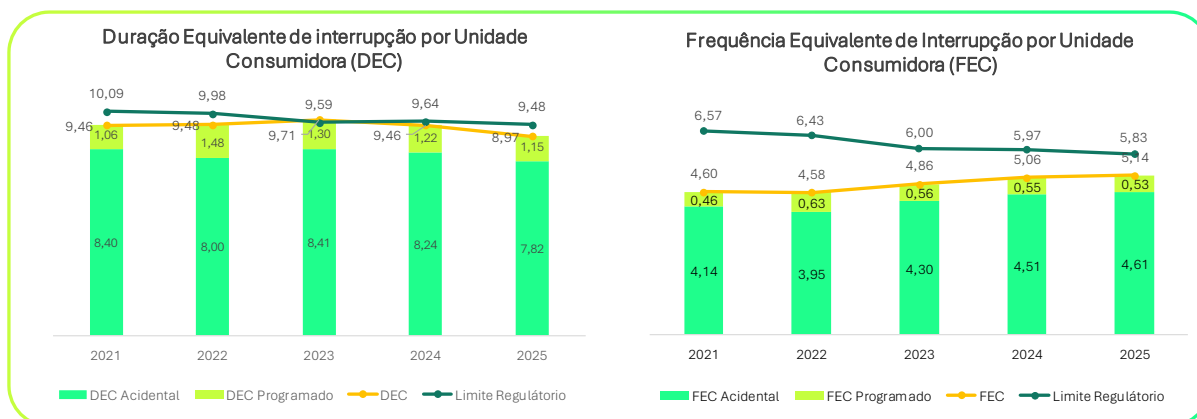
A premiação no setor de *utilities* foi baseada em 82.915 avaliações de clientes em todo o Brasil, utilizando a metodologia NPS de percepção (*double-blinded*), que mede a opinião de consumidores de forma independente. Para se qualificar ao prêmio, as empresas precisaram acumular ao menos 400 avaliações, atingindo a média de NPS no setor.

Qualidade no fornecimento

A qualidade no fornecimento é resultado de diversas ações internas, desde a gestão das operações, planejamento logístico para atendimento a emergências, inspeções, manutenções preventivas das subestações, linhas e redes de distribuição. Há também o investimento em qualificação dos recursos humanos, em novas tecnologias e padronizações do processo de trabalho. A efetividade das ações anteriormente ilustradas é verificada por meio dos indicadores Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC).

O DEC obteve, em 2025, um percentual de 5,38% abaixo do limite regulatório e uma redução significativa em relação a 2024. A Cemig D realizou 8,97 (horas) frente ao limite de 9,48 (horas). O FEC apresentou elevação em comparação ao ano anterior, porém obteve um resultado abaixo do limite regulatório. Em 2025, o valor apurado foi de 5,14 (interrupções) frente ao limite regulatório de 5,83 (interrupções).

Os gráficos abaixo retratam os resultados de DEC e FEC dos últimos cinco anos:



Compensação financeira

Eventos climáticos extremos — como chuvas intensas, vendavais e descargas atmosféricas — podem causar danos às redes de distribuição de energia, resultando em interrupções no fornecimento. Essas interrupções impactam indicadores coletivos (DEC e FEC) e geram custos adicionais com manutenção, recomposição de equipes e ressarcimento a clientes.

Segundo a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021, quando os limites dos indicadores individuais de continuidade (**DIC** – Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora, **FIC** – Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora, **DMIC**



– Duração Máxima de Interrupção Contínua e **DICRI** – Duração da Interrupção Individual ocorrida em Dia Crítico) são violados, as distribuidoras devem compensar financeiramente os consumidores afetados por meio de crédito na fatura em até dois meses. Em 2025, essas compensações somaram **R\$155 milhões (R\$157 milhões em 2024)**.

Para reduzir esses riscos, são realizadas ações de manutenção preventiva, como manejo de arborização, limpeza de faixa e substituição de estruturas danificadas. Além disso, a Cemig investe em um plano robusto de obras e melhorias na rede de distribuição. A operação de estações climatológicas e de radar meteorológico permite prever tempestades com maior precisão e antecipar ações emergenciais, acelerando o restabelecimento da energia.

Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e digital, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D possui área de concessão no estado de Minas Gerais e está presente em 774 municípios deste estado. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, por meio das 88 agências e 689 postos de atendimento. O número de contatos registrados em 2025 foi de 131 milhões.

O atendimento telefônico é realizado pelo “**Fale com a Cemig**”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo Vídeo atendimento e Chat.

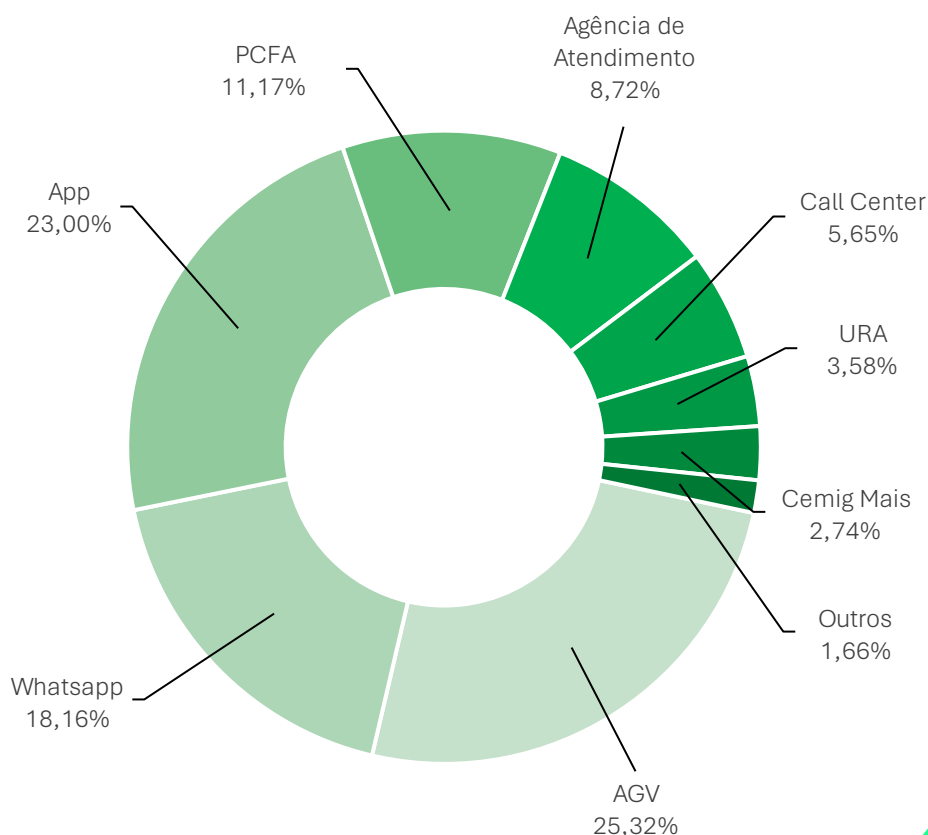
Além do seu site, com mais de 21 milhões de contatos em 2025, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Chatbot, para os seus principais serviços, que tiveram mais de 16 milhões de contatos registrados.

Destaca-se também o aplicativo “**Cemig Atende**”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e iOS, que registrou 20,7 milhões de contatos em 2025.

Por meio das máquinas de autoatendimento (totens), localizadas no interior das agências, e em cinco equipamentos externos, foram realizados mais de 1,3 milhões de contatos.

Abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais de atendimento no ano de 2025:

Participação dos canais de atendimento em 2025



Satisfação do consumidor

A satisfação dos clientes é inerente à cultura da Companhia e está sob responsabilidade de todos os empregados. Os impactos positivos relacionados a essa postura são a valorização da marca e a boa reputação da Companhia nos mercados em que atua e o reconhecimento por meio de pesquisas de satisfação, em especial: Índice Aneel de Satisfação do Consumidor Residencial (IASC) e Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP).

Como referência do trabalho realizado pela concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

Companhia atingiu 68,5 pontos no índice de satisfação (72,1 pontos em 2024), o que representou uma queda de 5% ao valor apurado no ano anterior. Frente a isso, a Cemig iniciou um trabalho para proposição do plano de ações estruturantes integrado, com a participação de várias áreas de negócio da Companhia. Ao todo, são mais de 50 ações que estão sendo realizadas visando a melhoria da satisfação dos clientes.



Ainda, na busca da melhoria contínua no atendimento aos clientes, foram atualizadas as pesquisas mensais do Net Promoter Score (NPS), para aprimorar o entendimento das necessidades dos clientes e atuar de forma mais eficiente.

As pesquisas NPS permitem que os clientes façam um comentário sobre sua experiência com a Cemig, abrindo mais um espaço para o cliente manifestar sua opinião sobre os serviços prestados. Desde o último resultado do ISQP, a Companhia passou a categorizar as opiniões recebidas pelos clientes, com base nos atributos das pesquisas ISQP e IASC e a utilizar Inteligência Artificial (IA) para a leitura de todas as opiniões, buscando conhecer quais são os principais pontos indicados pelos clientes. Com base nessas informações, é elaborado um relatório mensal que é direcionado às Lideranças da Companhia, permitindo melhor entendimento das opiniões dos clientes e melhor direcionamento das ações.

A pesquisa IASC de 2025, que é realizada pela Aneel em todo o Brasil, aconteceu no período de julho a outubro de 2025, com a aplicação de questionários em municípios sorteados nas áreas de concessão, cujo resultado será disponibilizado no primeiro semestre de 2026. No ano de 2024, o resultado da Cemig foi 60,45.

Transformação do atendimento

A Cemig, comprometida com a satisfação de seus clientes, desenvolveu o projeto **Cliente+**, parceria estratégica, tecnológica e operacional com a IBM, uma das empresas mais importantes do setor de tecnologia, que hoje é responsável por operar todos os canais de atendimento da Companhia.

Entre os principais objetivos do projeto, está o aporte de novas tecnologias digitais e cognitivas, inovadoras e disruptivas, com vistas à melhoria da experiência do cliente ao entrar em contato com a Companhia, bem como a redução do custo total de toda a operação de atendimento.

Diante disso, as soluções utilizando a Inteligência Artificial Generativa no atendimento presencial e telefônico da Cemig tem como objetivo o aumento da eficiência operacional. Com o intuito de fornecer novos instrumentos tecnológicos que pudessem auxiliar os atendentes em sua jornada, contribuindo direta ou indiretamente para a melhoria dos indicadores, o Projeto Cliente+ implementou e vem utilizando uma ferramenta para análise da fatura dos clientes cativos conectados em baixa tensão, a saber:

A centralização das informações, o ganho de agilidade nos processos e a padronização das respostas contribuem tanto para a elevação da eficiência interna quanto para o aumento da satisfação do público atendido.

Benefícios para o Atendimento e para o Cliente

A implementação da inteligência artificial no atendimento reduz significativamente a curva de aprendizado dos novos colaboradores, já que a tecnologia disponibiliza informações completas sem a necessidade de navegação por diferentes telas do SAP. Isso permite um diagnóstico mais rápido das faturas e oferece aos atendentes maior domínio sobre os principais motivos de cobrança, garantindo explicações mais claras e padronizadas aos



clientes. Além disso, há um avanço notável na qualidade da argumentação, pois o recurso tecnológico promove mais segurança e precisão na exposição dos valores cobrados nas faturas. A ferramenta também contribui para desenvolver a capacidade analítica dos profissionais de forma simples e acessível, fortalecendo a confiabilidade das informações repassadas e ampliando a segurança na contra argumentação durante os atendimentos.

Do ponto de vista do cliente, a IA assegura que as informações fornecidas sejam consistentes em todos os canais de atendimento, promovendo transparência e facilitando o entendimento sobre os valores cobrados. Essa clareza reduz interpretações equivocadas que poderiam gerar insatisfação e, conseqüentemente, eleva o nível de confiança do cliente nas informações recebidas. O processo torna-se mais ágil, uma vez que o atendente passa a ter acesso imediato aos dados relevantes, proporcionando um atendimento mais rápido, objetivo e eficaz.

Além das soluções cognitivas para atendimento, conforme explicitado anteriormente, a Cemig possui uma infraestrutura avançada de medição (**AMI – Advanced Metering Infrastructure**) implantada para clientes localizados em Belo Horizonte e região metropolitana.

A medição AMI permite que através dos canais App e Site Cemig Atende, o cliente possa realizar o monitoramento mensal, diário e horário do consumo e da injeção de energia excedente na rede, permitindo-o compreender o valor de possuir um medidor inteligente instalado em sua residência. Além disso, esses serviços proporcionam maior autonomia aos clientes, oferecendo informações essenciais para o controle e planejamento financeiro. Esses fatores são essenciais para promover uma imagem positiva da empresa, aumentando a possibilidade de melhorias nos índices de satisfação e de redução do número de reclamações.

Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 1,856 milhão de clientes no exercício de 2025 (1,630 milhão em 2024), representando um aumento de 13,9%. Diversas iniciativas foram realizadas ao longo de 2025 visando incrementar o número de clientes que optam por receber a conta por e-mail, sendo as principais, Promoção "**Conta Premiada Cemig**", Inclusão do QR Code para adesão digital no verso das faturas enviadas por correio, envio da fatura degustação por e-mail e envio de e-mail marketing incentivando a adesão. Esse projeto é uma importante iniciativa de sustentabilidade e preservação do meio ambiente que também tem efeito direto na satisfação dos clientes e na redução de custos para a Companhia.

Gestão da inadimplência e arrecadação

Em 2025, a Companhia manteve um robusto plano de combate à inadimplência, garantindo uma gestão eficiente das receitas e a manutenção de índices históricos de arrecadação.

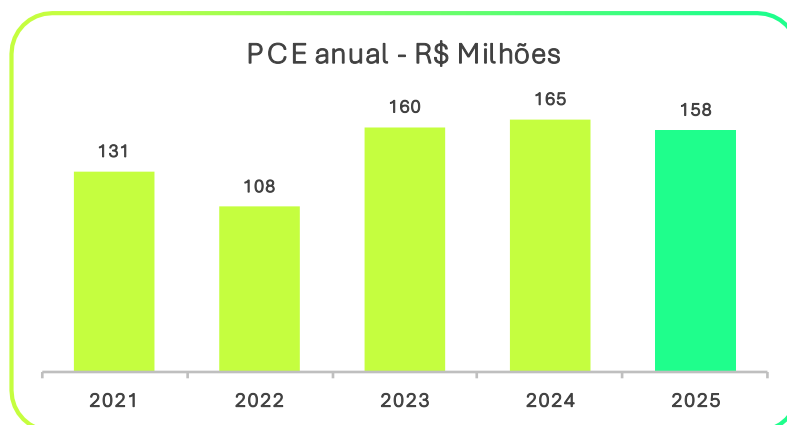
Os resultados alcançados pelo segmento de distribuição decorrem das iniciativas e estratégias adotadas pela Companhia, com destaque para:



- **Intensificação e aprimoramento das ações de cobrança.** Foram realizadas mais de 90 milhões de acionamentos (18% superior ao exercício anterior) sendo: 75,9 milhões de cobranças, por meio de telecobrança, SMS e e-mail (incluindo notificações prévias ao vencimento). Além disso, foram emitidas e entregues pelos leituristas 6,7 milhões de cartas de cobrança, efetuadas 7,2 milhões de negativas, 1,8 milhão de suspensões de fornecimento e 137 mil protestos de títulos em cartório;
- **Aplicação de técnicas de otimização e modelos de Machine Learning** para classificação dos padrões de solvência dos clientes, permitindo identificar o nível de risco e direcionar a ferramenta de cobrança mais adequada, garantindo maior eficiência operacional e melhor relação custo-benefício conforme o perfil e o comportamento de cada cliente;
- **Reforço da equipe dedicada à cobrança de consumo irregular**, com tratamento direcionado de carteiras selecionadas e intensificação das ações de cobrança, incluindo telecobrança, protesto, negativação e suspensão de fornecimento, além da contratação de novas empresas especializadas;
- **Atuação sistemática de equipe especializada** junto aos grandes clientes, hospitais e o poder público;
- **Realização de campanhas de negociação** em parceria com os canais digitais, o Ministério Público Federal e os Procons, direcionadas a públicos selecionados. As iniciativas permitiram não apenas ampliar a arrecadação e a regularização de créditos, mas também fortalecer o relacionamento com os órgãos de classe e aprimorar a experiência do usuário.

Perdas de Créditos Esperadas (PCE) – Distribuição de energia

Evolução positiva encerrando 2025 com **R\$158 milhões, 4,2% abaixo** do exercício anterior. O desempenho foi impulsionado pelo reforço das ferramentas de cobrança e negociações junto a grandes clientes (destaque para os segmentos de hospitais e empresas de serviços públicos).





Proteção contra perdas

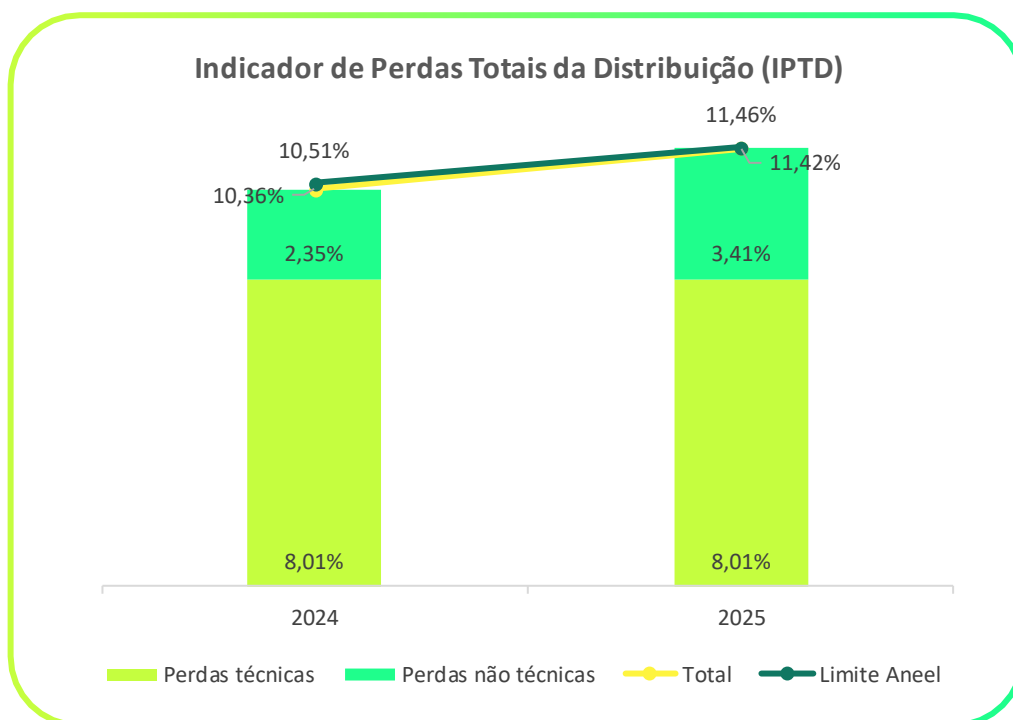
A redução das perdas de energia é um dos objetivos estratégicos da Cemig, uma vez que as perdas representam receitas não auferidas e trazem, indiretamente, impactos ao meio ambiente, como o aumento das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, o controle das perdas elétricas se relaciona, também, com a qualidade do fornecimento de energia e com a segurança da população, temas considerados muito relevantes para a Companhia.

A Cemig D monitora as perdas de energia a partir do **Indicador de Perdas Totais da Distribuição (IPTD)**, que resulta da diferença entre a energia total injetada no sistema de distribuição, apurada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e a energia total faturada (expresso em percentual da energia total injetada). O IPTD é segmentado, internamente, em **Perdas Técnicas (PPTD)**, que são inerentes ao transporte e transformação de energia, e **Perdas não Técnicas (PPNT)**, que ocorrem no sistema elétrico especialmente devido irregularidades na medição do consumo e ligações clandestinas de energia.

As perdas de energia são divididas em duas categorias:

- **Perdas técnicas:** são as perdas naturais que ocorrem durante o processo de transporte, transformação e distribuição da energia elétrica pelas redes e equipamentos. Fatores como a eficiência das redes, obras de melhoria no sistema elétrico, o uso de geração distribuída (produção local de energia, como a solar residencial) e o comportamento dos consumidores influenciam esse resultado.
- **Perdas não técnicas:** são causadas, principalmente, por problemas como ligações clandestinas, irregularidades em medições de consumo, falhas em equipamentos de medição e perdas em sistemas de iluminação pública. Para calcular as perdas não técnicas, a Cemig subtrai as perdas técnicas das perdas totais.

Destaca-se que, pelo quinto ano consecutivo, a Cemig D manteve os níveis de perdas abaixo dos limites regulatórios, em função da implementação de diversas ações que compõe o escritório de projetos de combate às perdas (PMO).



Dentre as principais ações do PMO de combate às perdas implantadas em 2025, destacam-se: a realização de **370 mil inspeções** em unidades consumidoras na área de concessão da empresa; **substituição de 386 mil medidores obsoletos**; **regularização de fornecimento de energia de 19 mil famílias** que vivem em ocupações e áreas de baixa renda, inclusive com uso de tecnologia de rede BT Zero; instalação de **220 mil medidores inteligentes**, e intensificação das cobranças de consumo irregular.

Importante destacar que a Cemig D, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza a telemedição dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão, o que representa o monitoramento remoto de cerca de 58% do consumo associado. Tal monitoramento permite identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

Para 2026, visando manter a trajetória de redução das perdas abaixo dos limites regulatórios, estão previstas diversas ações de combate e controle de perdas, destacando-se: inspeções em unidades consumidoras, campanhas de comunicação junto à população, criminalização de fraudadores reincidentes, modernização do parque de medição, ampliação do número de medidores inteligentes, regularização de ligações clandestinas por meio do **Programa Energia Legal**.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A **KPMG Auditores Independentes Ltda** presta serviços de auditoria independente para a Companhia desde abril de 2022. Serviços como, auditoria das demonstrações financeiras anuais e intermediárias e revisões de suas respectivas traduções ao inglês, relatórios sobre controles internos, revisão tributária (*tax compliance*), e, no que se aplica, auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, do relatório de controle patrimonial, e do *Form 20-F*. O contrato vigente possui duração de 60 (sessenta) meses, com previsão de reajuste



anual limitado à variação obtida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA/IBGE. Adicionalmente, a KPMG fora contratada para emissão de carta conforto referente a 12ª (décima segunda) emissão pública de debêntures da Cemig D.

Em 2025, por competência, a KPMG fez jus a receber o montante de R\$9 milhões, sendo R\$6 milhões pelo contrato recorrente de auditoria, e R\$3 milhões pela 12ª emissão de debêntures da Cemig D.

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

Destaca-se que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pelo Comitê de Auditoria, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resoluções CVM nº 23/2021 e 80/2022 e alterações.

SUSTENTABILIDADE

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação. Por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde a sua criação, em 1999.

Em 2025 a Cemig foi umas das 30 empresas reconhecidas pela sua presença simultânea nos três principais índices de ESG da B3, a bolsa de valores brasileira, sendo eles: o **ISE B3** (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que reconhece empresas que aderem às melhores práticas de sustentabilidade do mercado; o **ICO2 B3**, que seleciona empresas pelo seu comprometimento com a eficiência na gestão de gases de efeito estufa; e o **IDIVERSA B3**, que reconhece as empresas cujo quadro de funcionários (incluindo liderança, Conselho e Diretoria Estatutária) mais se aproxima da população brasileira, conforme dados do IBGE em termos de gênero e raça. Além disso, a Cemig foi selecionada na “**A List**” (empresas que lideram a atuação em mudanças climáticas) do **Carbon Disclosure Project - CDP Climate Change 2025**, um dos mais importantes indicadores globais de avaliação de comprometimento com as questões de sustentabilidade ambiental, como baixa emissão de carbono.

Plano ESG (*Environmental, Social and Governance*)

Com base em seu Planejamento Estratégico, a Cemig elaborou o Plano de Sustentabilidade 2024-2029, visando

integrar práticas sustentáveis em suas operações e fortalecer a governança corporativa. A partir de um estudo de



tendências corporativas e definição dos temas mais relevantes para a Cemig, foram estruturados os pilares estratégicos, iniciativas e metas de curto, médio e longo prazo.

O plano, portanto, orienta a criação de programas, metas e indicadores, além de definir ações e alocação de recursos para alcançar os objetivos propostos.

Entre os principais objetivos da Cemig estão a criação de valor para as partes interessadas, a identificação de riscos e oportunidades, e a integração de princípios sustentáveis à cultura organizacional. A Companhia também busca identificar gaps e pontos de melhoria nas áreas socioambiental e de governança, reforçando sua posição de liderança no setor ao adotar as melhores práticas. A comunicação eficaz dessa estratégia, com transparência, é outro

foco, agregando valor à marca e à reputação da Cemig, e assegurando que todas as ações estejam em sintonia com os interesses das partes envolvidas.



No âmbito do Plano de Sustentabilidade da Companhia, destacam-se os seguintes compromissos públicos que serão cumpridos por meio de iniciativas estratégicas e monitorados por indicadores e metas corporativas.

COMPROMISSOS PÚBLICOS DA CEMIG				
 Transição energética	 Meio ambiente	 Desenvolvimento local	 Nossas pessoas	 Governança sólida
Compensar 100% das emissões de escopo 1 até 2026	Reciclar e/ou reaproveitar pelo menos 99,5% dos resíduos industriais gerados, até 2027	Digitalizar pelo menos 85% dos atendimentos aos clientes	Efetivar a cultura de acidente zero na Companhia e na cadeia de valor	Atender a 100% dos requisitos do Movimento Transparência do Pacto Global até 2026
Ser net zero até 2040 e reduzir em 70% as emissões totais de gás de efeito estufa até 2030	Realizar o diagnóstico de impactos e dependências da Cemig de serviços ecossistêmicos	Converter rede monofásica para trifásica por meio do projeto Minas Trifásico	Estabelecer uma cultura de valorização da diversidade, equidade e inclusão	Treinar e auditar 100% dos fornecedores críticos em ESG e integridade
Ter geração 100% renovável e certificada e comercializar certificados		Beneficiar 120 mil famílias com a regularização do fornecimento de energia		Manter o índice de zero afetados por violações relacionadas à segurança cibernética e vazamento de informações de dados pessoais
100% das sedes municipais com dupla alimentação, conectar 7 GW de geração distribuída e instalar medidores inteligentes		Beneficiar, pelo menos, 60 mil pessoas com projetos da infância, idoso e esporte até 2027		Implementar o programa de gestão sustentável da cadeia de valor até 2027



Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos **“Relatórios ESG Trimestrais”** e anualmente no **“Relatório Anual e de Sustentabilidade”**. Para mais detalhes sobre o desempenho anual da Cemig, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos: desempenho ambiental, social e de governança.

DESEMPENHO AMBIENTAL

A Cemig reconhece a sua responsabilidade para com o meio ambiente e se compromete com a adoção e disseminação das boas práticas de gestão ambiental. A Companhia possui uma política ambiental, disponível publicamente, que orienta sobre a inclusão de aspectos ambientais nos processos decisórios da Companhia e estabelece o respeito ao meio ambiente como um valor que deve ser praticado por todos os empregados e outras partes interessadas que atuem em seu nome, incluindo seus fornecedores.

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP - instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

A Cemig desenvolveu e emprega diversos índices internos para mensurar e monitorar a sua performance ambiental:

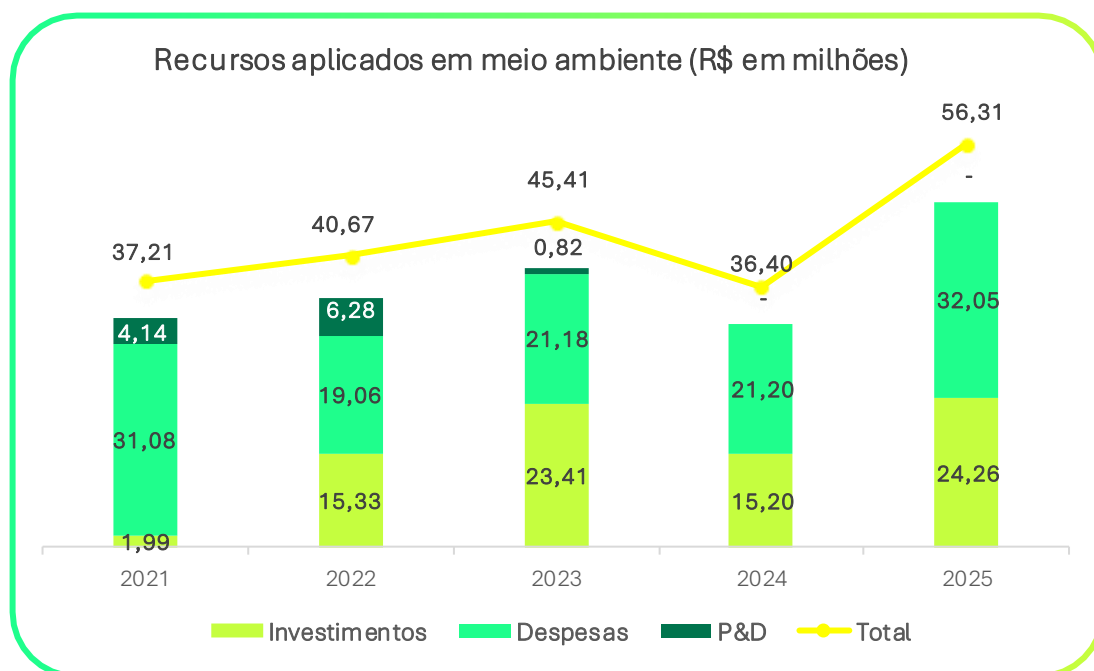
Índice de Cumprimento de Condicionante (ICC): avalia o cumprimento das exigências ambientais anualmente, respeitando os prazos e as definições impostas pelos órgãos ambientais. Assim, busca-se garantir a conformidade ambiental dos empreendimentos da Cemig Geração e Transmissão.

Índice de Cumprimento de Compensação Florestal (ICCF): mede o cumprimento anual das compensações florestais estabelecidas em licenças ambientais ou em atos autorizativos que são relacionados à reconstituição da flora.

Índice de licenciamento ambiental para operação de instalação da geração e da transmissão (ILOI): expressa o percentual das instalações da Cemig G e T, em operação, que apresentam licença ambiental em vigor.



Os investimentos realizados pela Companhia em meio ambiente estão demonstrados na sequência.



Em 2025, a Cemig investiu **R\$56 milhões** em ações ambientais, registrando aumento significativo em relação ao ano anterior, impulsionado principalmente pela intensificação das obras anunciadas pela Cemig D em 2025, alinhadas ao seu planejamento estratégico. Os recursos foram destinados à **adequação e compensação ambiental (R\$1,8 milhão)**, à realização de **estudos e compensações ambientais (R\$16 milhões)** e ao cumprimento de obrigações legais e melhorias ambientais, totalizando pouco mais de **R\$38 milhões**.

Biodiversidade

A Cemig adota práticas ambientais rigorosas para gerenciar os impactos sobre a biodiversidade. Para cada empreendimento ou unidade com potencial de impacto, são realizados estudos especializados que avaliam os efeitos ambientais e definem ações de prevenção, mitigação, reabilitação ou compensação, seguindo a hierarquia de mitigação. Esses estudos consideram fatores como magnitude, frequência, extensão e reversibilidade dos impactos, além das características ambientais locais, como fauna, flora e recursos hídricos.

Embora o uso de energia elétrica pela sociedade tenha baixo risco direto à biodiversidade, a Cemig monitora os impactos ambientais ao longo de sua cadeia de fornecimento. Sua Política de Biodiversidade prioriza fornecedores comprometidos com a conservação dos ecossistemas, reforçando práticas sustentáveis.

A Companhia também dá grande importância ao cumprimento das exigências legais ambientais, pois atrasos ou descumprimentos podem gerar multas, paralisações e até



suspensão de licenças. Por isso, mantém monitoramento contínuo de aspectos relevantes, incluindo pesquisas e programas voltados à fauna terrestre, peixes e reflorestamento.

Todas essas ações estão integradas ao modelo de governança corporativa baseado no “**Modelo das Três Linhas**”, no qual gestores e colaboradores das áreas de negócios assumem a responsabilidade direta pelo controle e pela aplicação de recursos com segurança e sustentabilidade.

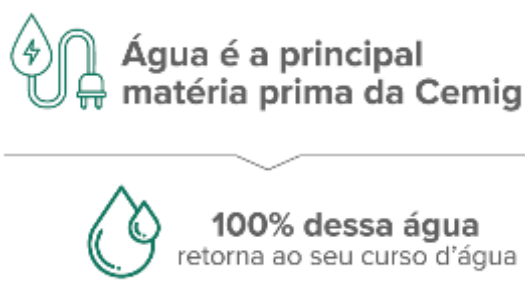
Diagrama de três linhas de defesa



A Cemig, apoiada por uma estrutura sólida e por estudos científicos, garante o cumprimento das leis ambientais e contribui ativamente para a conservação da biodiversidade. Dessa forma, fortalece a sustentabilidade de suas operações e reafirma seu compromisso com a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável.

Recursos hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de eletricidade da Cemig, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso, sendo a gestão e a conservação da água assuntos de alta relevância para a Cemig, com gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.





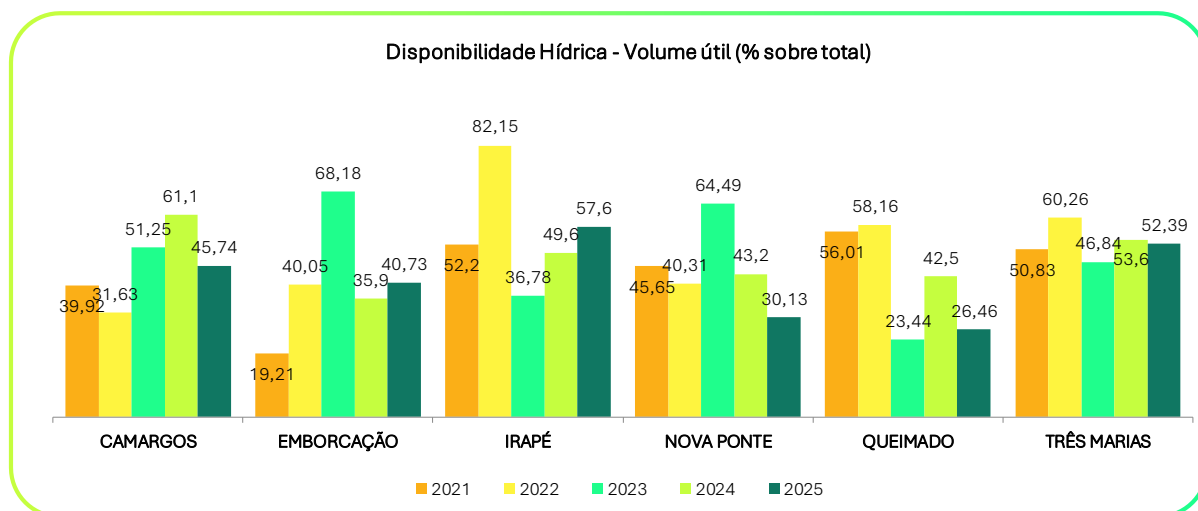
O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Em períodos críticos, de estiagem severa (ocorrida entre os anos de 2013 e 2019), de crise hídrica (ocorrida em 2021) e de intensas chuvas (ocorrida nos períodos chuvosos 2020/2021 e 2021/2022), o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para a garantia dos demais usos dos recursos hídricos.

A Cemig disponibiliza em seu website e no **aplicativo PROX** (ferramenta para divulgação dos dados operativos e de gestão de riscos de emergência), os dados diários operativos e hidrológicos dos seus reservatórios. A ferramenta está disponível para download nas plataformas iOS e Android dos smartphones.

O ano de 2025 foi caracterizado por ter sido de operação normal da maioria dos reservatórios das grandes hidrelétricas localizadas na região centro-sul do país, com vazões assumindo patamares satisfatórios, tanto no período seco como no período chuvoso, muito decorrente da recuperação de armazenamento ocorrido no ano de 2024. No início do ano de 2025, o Operador Nacional do Sistema (ONS), em seus estudos energéticos identificou uma probabilidade de redução da recuperação dos níveis de armazenamento dos reservatórios ao fim do ano de 2025, dentro do período de cheias 2025/2026, o que realmente se consolidou, a partir de outubro 2025 com um fraco início do período chuvoso.

O gráfico abaixo traz as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em 31 de dezembro de 2025, comparado com a mesma época de anos anteriores.





Áreas protegidas

Em todo o território onde atua, a Cemig mantém e restaura áreas de grande importância ecológica, cuidando dos ecossistemas e contribuindo para a recuperação de ambientes impactados pelas atividades humanas. Entre os destaques estão três Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), criadas e mantidas pela Companhia em diferentes regiões de Minas Gerais. Juntas, essas áreas somam mais de 4.400 hectares de vegetação nativa protegida. São elas: a RPPN Fartura, em Capelinha-MG (1.455 hectares), a RPPN Galheiro, em Perdizes-MG (2.695 hectares), e a RPPN Usina Coronel Domiciano, entre os municípios de Muriaé e Rosário da Limeira (263,56 hectares), que inclui a PCH Coronel Domiciano. Essas áreas não apenas protegem a vegetação e fauna local, mas também funcionam como espaços para pesquisas científicas e educação ambiental, além de servirem de refúgio para animais.

Além das reservas, a Cemig conduz uma série de ações de recuperação de áreas degradadas, totalizando milhares de hectares restaurados em diferentes regiões de Minas Gerais e em outros estados. Essas ações incluem desde o plantio de mudas nativas até o uso de técnicas inovadoras, como os “núcleos de Anderson” – pequenos agrupamentos de espécies vegetais que aceleram o processo de regeneração natural.

A Cemig também renovou a sua parceria com o Pakre, projeto que atua na preservação de nascentes e na recuperação de matas ciliares e áreas degradadas da bacia do Rio das Mortes, um dos afluentes do Rio Grande, em Minas Gerais. A parceria prevê a doação de mudas produzidas pela Estação Ambiental de Itutinga (EAIT), pertencente a companhia. Por meio de um trabalho em conjunto com produtores rurais, o Projeto Pakre já realizou o plantio de 10.310 mudas nativas doadas pela Cemig.

As ações de recomposição ambiental também são estendidas a diversas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), com projetos técnicos específicos para reconstituir a flora nativa em áreas que antes sofreram interferência. Embora muitas dessas iniciativas ainda estejam em fase de manutenção e avaliação, os primeiros resultados já demonstram a capacidade de resiliência dos ecossistemas quando bem manejados.

Outro importante instrumento de conservação é o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (Pacuera), que já foi elaborado para 30 usinas da Companhia. A implementação desse plano conta com o apoio de comitês de gerenciamento participativo, formados por moradores, lideranças locais e o empreendedor. Juntos, eles definem e executam ações como plantios, oficinas educativas e campanhas de conscientização sobre a importância da preservação ambiental, principalmente no entorno do reservatório.

Com essas ações, a Cemig trabalha de forma integrada e proativa para proteger tanto o meio ambiente quanto a qualidade do serviço prestado à sociedade, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e contribuindo para a preservação da biodiversidade.



Cuidados com a fauna

A Companhia adota medidas abrangentes para a conservação da fauna terrestre, semiaquática e aquática em todas as áreas sob sua influência. A Companhia desenvolve programas ambientais específicos que visam minimizar os impactos de suas operações e promover a preservação das espécies. Esses programas incluem o monitoramento de longo prazo dos animais e, no caso, das espécies terrestres e semiaquáticas busca compreender os locais utilizados para alimentação, construção de ninhos e abrigo, bem como os fatores ecológicos essenciais para a manutenção de populações saudáveis.

A construção de usinas hidrelétricas altera significativamente o ambiente natural. Ao transformar trechos de rios em reservatórios, há mudanças na dinâmica das águas e impactos sobre a biodiversidade.

O enchimento dos reservatórios pode eliminar matas ripárias e áreas preservadas no entorno do leito dos rios, afetando diretamente a fauna terrestre e semiaquática. No caso dos peixes (fauna aquática), a construção dos barramentos modifica a condição do rio transformando a água corrente (lótica) do rio em água parada (lética) do reservatório, podendo eliminar sítios vitais, como os de desova e berçários, fundamentais para a reprodução e desenvolvimento das espécies. Algumas espécies, adaptadas a ambientes de águas correntes, evitam habitar os reservatórios formados, resultando em mudanças na composição da ictiofauna.

Por sua dependência dos recursos hídricos, a Cemig reconhece a importância de gerenciar os impactos ambientais em cursos d'água, especialmente aqueles que afetam a ictiofauna. A construção e operação de uma usina geram a regulação do fluxo de água, podendo reduzir a intensidade e a duração das cheias naturais, prejudicando a desova e o desenvolvimento dos peixes, especialmente em planícies de inundação. Além disso, muitos peixes tendem a se concentrar no canal de fuga das usinas, o que aumenta o risco de mortalidade por aprisionamento, choque mecânico e descompressão.

Para lidar com esses efeitos, a Cemig implementou uma instrução de serviço específica que abrange todas as suas usinas, detalhando responsabilidades e ações para evitar e mitigar impactos com a ictiofauna. A iniciativa mais abrangente da Cemig para a proteção da ictiofauna é o Programa Peixe Vivo, criado em 2007 para minimizar impactos sobre os peixes e buscar soluções e tecnologias de manejo que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas.

Peixe Vivo

O programa busca desenvolver e aplicar soluções técnicas e estratégias de manejo que reduzam os impactos das usinas hidrelétricas, ao mesmo tempo em que amplia o conhecimento científico sobre os ecossistemas aquáticos. Em 2025 o investimento com projetos de pesquisa e com manejo da ictiofauna foi na ordem de R\$5,1 milhões.

Ele é organizado em três pilares complementares:

- O primeiro reúne os programas de conservação e manejo, voltados à adoção de boas práticas operacionais e ao monitoramento sistemático dos riscos. Nesse contexto,



destaca-se o Programa de Avaliação de Risco de Morte de Peixes nas Usinas Hidrelétricas da Companhia, que acompanha periodicamente a densidade de peixes e as condições ambientais nas áreas a jusante dos empreendimentos.

- O segundo pilar concentra as ações de pesquisa e desenvolvimento, responsáveis por gerar conhecimento técnico e científico que subsidia decisões mais eficazes de conservação.
- Já o terceiro pilar é dedicado ao relacionamento com a comunidade, promovendo a divulgação das ações, o diálogo com a sociedade e a conscientização sobre a importância da preservação dos peixes e dos rios.

Os resultados dessas iniciativas se refletem na redução expressiva dos registros de mortandade de peixes ao longo dos anos, na diminuição de autuações ambientais e no aprimoramento contínuo dos programas de monitoramento da fauna aquática. Para acompanhar de forma objetiva os impactos associados à operação das usinas, o Programa Peixe Vivo instituiu o indicador de Biomassa Afetada (BA). Esse indicador corresponde à soma da biomassa, em quilogramas, dos peixes mortos em decorrência direta das atividades de operação e manutenção das estruturas hidrelétricas. Os limites anuais do indicador foram definidos com base na análise histórica das ocorrências ambientais e são progressivamente reduzidos ao longo do tempo, reforçando o compromisso da Companhia com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental e com a proteção da ictiofauna.

O Programa Peixe Vivo possui 23 projetos científicos em seu portfólio, que contaram com a participação de 434 empregados, pesquisadores e estudantes, resultando em mais de 860 publicações. Durante o exercício de 2025 não houve projetos em execução, porém, usando resultados de projetos realizados em anos anteriores houve a publicação de 24 produtos científicos (06 artigos científicos, 17 resumos ou informes técnicos e 01 monografia) relacionados aos projetos ou ações do Programa Peixe Vivo. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do Peixe Vivo envolveram, diretamente, um total de 16 pessoas de instituições de ensino e pesquisa em 2025.

O programa já reduziu em até 77% a biomassa de peixes afetada em ocorrências registradas nas usinas e diminuiu em 99,7% perdas financeiras com multas ambientais por morte de peixes, fruto de monitoramento contínuo, inovação tecnológica e engajamento de equipes multidisciplinares. Para o ano de 2025 o limite do indicador de Biomassa Afetada era de 806kg, e as ocorrências no ano totalizaram 196,5 kg, ficando abaixo do limite estabelecido. Em uma análise histórica (considerando dados desde 2001), em 2025 foi possível alcançar uma redução de quase 38% na média mensal das mortes de peixes nas usinas hidrelétricas da Companhia.

Mudanças climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, desde 2022, a Cemig aderiu à iniciativa global, **Movimento Ambição Net Zero** e do **Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)**, reforçando o compromisso firme da Companhia com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.



A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Companhia dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Companhia.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Em 2025, a Cemig foi reconhecida pelo segundo ano consecutivo na **A List de Mudanças Climáticas do Carbon Disclosure Project (CDP)**, uma das mais importantes referências globais em transparência ambiental. A Cemig foi incluída novamente no **Carbon Clean 200**, ranking global anual que lista as 200 empresas de capital aberto que lideram iniciativas de soluções de transição para um futuro de energia limpa.

Gestão de resíduos

A Cemig gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário dos resíduos da Cemig De GT no Centro de Logística Reversa (CLR), a partir desse ponto a Superintendência de Logística é responsável pelo processo de destinação final do resíduo.

As atividades de manutenção das linhas e redes de distribuição são responsáveis pela maior parte da geração de resíduos, sendo os resíduos oleosos e contaminados por óleo mineral isolante a parcela principal de resíduos perigosos gerados pela Companhia. Para redução do impacto, são adotados procedimentos com o intuito de reduzir o vazamento de óleos em equipamentos e a reciclagem do óleo mineral isolante como destinação, priorizando o seu reuso após regeneração.

A maior parte dos resíduos da Companhia possui valor comercial e é constituída principalmente de sucata metálica, cabos, fios e postes. São adotados procedimentos para o manuseio, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, a fim de garantir que as atividades da Companhia não resultem em impactos à saúde humana e ao meio ambiente.

No exercício de 2025, foram encaminhadas para destinação final aproximadamente 56,7 mil toneladas de resíduos industriais. Materiais oriundos de manutenções e ampliações do parque elétrico da Cemig, compostos pelos sistemas de geração, transmissão e distribuição. Uma característica comum dos resíduos gerados pela Companhia, são seus altos níveis de reaproveitamento, pois, grande parte dos resíduos gerados são metálicos: cabos, equipamentos elétricos, transformadores, ferragens, estruturas, materiais diversos com alto teor de cobre, ferro e alumínio em suas composições.



Do total de resíduos gerados, cerca de 56 mil toneladas foram alienadas ou recicladas. Com a alienação de sucata, e óleo usado, a Cemig obteve uma receita bruta de R\$38 milhões. Além disso, 40,78 toneladas de resíduos industriais foram coprocessados. Vale destacar que o nosso índice de reaproveitamento e reciclagem segue em um patamar consideravelmente elevado. Dos resíduos gerados pelo sistema elétrico da Cemig, 97,94% passam por processos de reciclagem e reaproveitamento.

No ano de 2025, foram destinadas 178,7 toneladas de resíduos contaminados por PCB. O processo possui uma robusta gestão de controle e verificação. Pois esse resíduo tem alto grau de periculosidade para o meio ambiente e a sociedade.

Todo o processo de logística reversa e destinação de resíduos é feita de forma ambientalmente correta e responsável, seguindo normas internas e a legislação ambiental vigente. Com isso a Cemig garante que toda a sucata e resíduos industriais gerados sejam destinados corretamente.

Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Programa de Aprendizagem Industrial

Por meio do curso de **Eletricista de Linhas e Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica**, mais de 800 jovens já foram qualificados. Além da formação técnica, o programa também tem sido porta de entrada para o mercado de trabalho. Jovens que concluem a capacitação com sucesso podem ser admitidos pela própria Companhia, por meio de concursos públicos, ou ainda contratados por empresas prestadoras de serviço da Companhia.

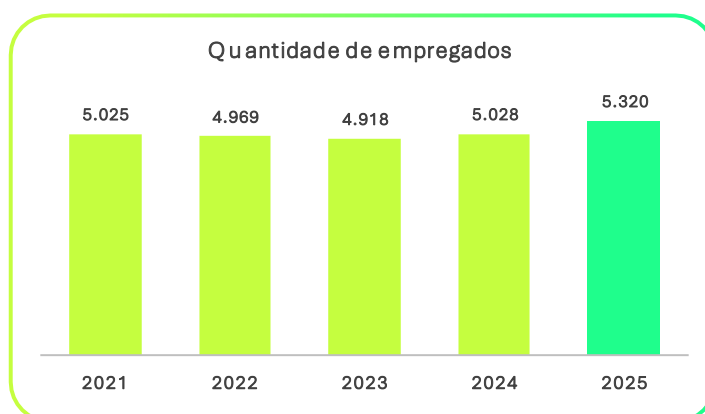
Outro ponto de destaque é o incentivo à diversidade e inclusão. Há vagas reservadas para o público em situação de vulnerabilidade, com foco em promover a equidade e a mobilidade social. Além disso, 50% das vagas são destinadas ao público feminino, medida que tem contribuído para romper barreiras históricas no setor elétrico. No primeiro semestre de 2025, por exemplo, 67 mulheres foram matriculadas entre os 139 aprendizes, o que evidencia o avanço na representatividade de gênero em um ambiente profissional tradicionalmente masculino.

Além de formar profissionais, a iniciativa tem sido um ponto de virada para jovens em situação de vulnerabilidade, oferecendo a chance de reescreverem suas histórias e conquistarem uma vida mais digna para si e suas famílias.



Quadro de empregados

A Companhia apresentou um aumento em seu quadro de pessoal em 2025 devido à implantação do **Programa Cemig Agro**, que proporcionou a admissão de eletricitistas para atuarem em novas localidades do estado, nas quais, até então, não havia base operacional da Companhia. A iniciativa de ampliação das bases operacionais da Cemig tem como foco reduzir o tempo de atendimento a ocorrências no sistema elétrico para os clientes rurais, objetivando potencializar o agronegócio local, proporcionando mais desenvolvimento, emprego e renda para as regiões mineiras.



Em 2025, a Cemig realizou 552 admissões no total. Além das contratações do Cemig Agro, as admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico, administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia nas áreas deficitárias.

Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas contratações de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia nos casos em que o processo de recrutamento externo se apresentou mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Capacitação e desenvolvimento

A Cemig considera seus empregados como parceiros estratégicos no cumprimento de sua missão, responsáveis pela sustentabilidade econômica, técnica social e ambiental. Dessa forma, promove a capacitação e o desenvolvimento contínuo, com o objetivo de aprimorar suas competências e promover seu crescimento profissional e pessoal.

Após a contratação dos profissionais, a Companhia disponibiliza um portfólio de treinamentos de cunho técnico, comportamental e de gestão, com o objetivo de que cada colaborador possa desenvolver seus conhecimentos para o exercício de sua função e progressão de carreira.

O desenvolvimento da liderança é um fator determinante para a sustentabilidade organizacional, onde a capacidade de orientar pessoas, mobilizar equipes e conduzir processos complexos impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados e a



consolidação da cultura corporativa. Nesse contexto, a companhia implementará um novo Programa de Desenvolvimento da Liderança em parceria com uma instituição de ensino reconhecida pela excelência em formação executiva. O programa contará com a organização de turmas específicas para supervisores, gerentes e superintendentes, garantindo que cada nível receba conteúdos e abordagens alinhados às suas responsabilidades e desafios. A iniciativa tem previsão de continuidade até 2028, permitindo que os líderes da empresa sejam contemplados ao longo do período e fortalecendo, de maneira progressiva e estruturada, a atuação estratégica da liderança na Cemig.

Saúde, higiene e segurança do trabalho

A proteção de toda sua força de trabalho é ponto central da atuação da Cemig, reafirmado pelo valor de **“Respeito à vida”** do seu Código de Conduta, alinhada à Política de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Bem-estar.

A Cemig adota uma abordagem abrangente para prevenir e mitigar impactos significativos na saúde e segurança do trabalho, que estão diretamente ligados às suas operações, produtos e serviços, assim como às suas relações de negócios.

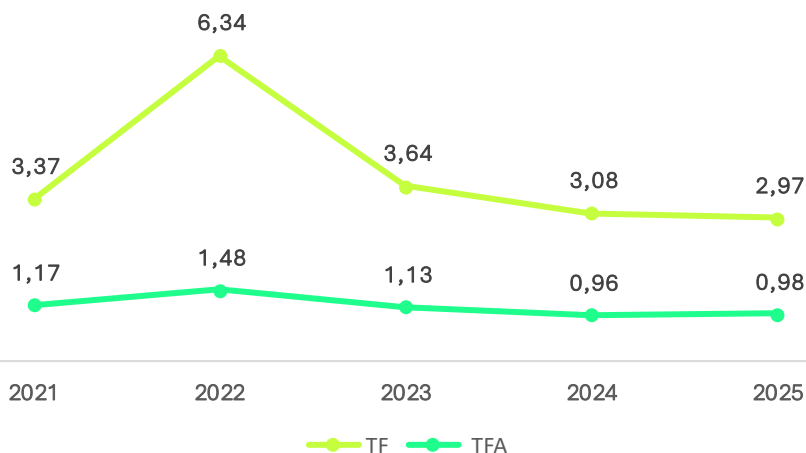
Durante todo o ano de 2025, continuaram a ser adotadas pela nossa força de trabalho, ações preventivas visando a preservação da saúde e segurança das equipes.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas **Taxa de Frequência de Acidentes (TF)** e **Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFA)**, apresentamos os dados de 2025 e dos últimos 5 anos.

Comparando com o ano de 2024, tivemos uma redução na TF, e uma pequena elevação na TFA, evidenciando uma ligeira estabilização, porém, em relação aos últimos 5 anos, houve um declínio nas taxas. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a manter a tendência de redução do TF e TFA nos próximos anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.



Histórico das taxas de frequência de acidentes



Cultura organizacional

A Cemig vem passando por uma evolução da sua cultura, em especial, a cultura de cliente, um dos direcionadores do seu planejamento estratégico. A empresa ajustou suas lentes para trabalhar, em 2025, com o desenvolvimento desse direcionador de forma mais específica, frente aos desafios que já surgem em um horizonte próximo, no qual deixa de ter consumidores cativos para receber clientes que vão poder escolher de qual empresa consumir a energia.

A Cemig conta com 5 mil empregados próprios e quase 15 mil terceirizados, sendo que, desse total, 60% têm interface com clientes nas áreas de distribuição e comercialização.

A gestão do cliente direto é de responsabilidade da Cemig D e a operação de todos esses Postos de Atendimento é realizada pelo parceiro estratégico, fruto do **Projeto Cliente+**. O atendimento ao cliente da Cemig possui canais digitais e postos de atendimento espalhados pelos 774 municípios de sua área de concessão. E, na comercialização, centenas de parceiros vendem energia no Mercado Livre em nome da companhia.

Com o chamado Novo Marco Regulatório do Setor Elétrico (Lei nº 15.269, de 24 de novembro de 2025), foi estabelecido um cronograma para a abertura do mercado aos consumidores de baixa tensão, prevendo-se o prazo máximo de 24 meses para a migração dos consumidores industriais e comerciais (até novembro de 2027) e de 36 meses para os demais consumidores, inclusive residenciais (até novembro de 2028), condicionados à regulamentação infralegal pela ANEEL e pelo MME.

Essa transformação do setor energético, de um serviço básico para uma experiência focada no cliente, é tanto um desafio quanto uma oportunidade para as empresas se adaptarem ao novo dinamismo de mercado. Iniciativas importantes, como investimentos em infraestrutura, melhorias de processos e desenvolvimento de tecnologias têm



avanzado na Cemig. No entanto, não estavam sendo percebidas pelos clientes a ponto de contribuírem para a melhoria da satisfação com os serviços e reputação da empresa.

Foi diante desse cenário que a empresa iniciou, em 2024, a primeira etapa do Projeto Cultura de Cliente, hoje chamado de **Cliente em Foco**.

Projeto Cliente em Foco

Nessa fase, o trabalho de desenvolvimento foi focado e envolveu diretamente mais de 400 líderes, desde a construção da cultura desejada até o desenvolvimento de competências para o processo de sua internalização e sustentação. Os objetivos foram:

- **Definir a Cultura** com foco no Cliente que sustentaria as estratégias para o novo cenário e geração de resultados excepcionais;
- **Desenvolver e robustecer a liderança** para modelar as pessoas e equipes para a prática da Cultura com foco no Cliente;
- **Envolver e mobilizar todos os empregados**, próprios e terceirizados para a prática da Cultura com foco no Cliente.

Assim, para sustentar a ambição de “ser referência em satisfação do cliente”, o projeto foi estruturado em duas grandes frentes: Capacitação e Comunicação Interna.

Durante o ano de 2025, a liderança teve a oportunidade de passar por trilhas de aprendizado que exploraram conteúdos sobre como ser um líder Cemig, que estimula e mobiliza times para atuar com excelência, tanto para atender o cliente externo como também para trabalhar em prol dele, ao colaborar com os clientes internos.

Como verificação do resultado desse trabalho, os líderes foram convidados a compartilhar com seus times o “jeito de ser e fazer da Cemig”, de manter o cliente sempre em foco, como base para a nossa cultura organizacional. Essa definição orienta nossas decisões e ações, gerando valor e fortalecendo as relações de confiança, garantindo que cada desafio seja transformado em oportunidade para evoluir e gerar experiências únicas.

Diversidade

A Companhia tem se empenhado em promover a valorização da diversidade e a inclusão em sua cultura organizacional, por meio de sua **Política de Valorização da Diversidade e Inclusão**, que tem como diretriz o respeito às pessoas e a valorização das diferenças e da individualidade de cada um.

A Companhia busca criar um ambiente de trabalho livre de preconceitos, alinhado ao seu **Código de Conduta e ao Compromisso com os Direitos Humanos**. Desde 2019, a Companhia conta com o **Grupo de Valorização da Diversidade**, subordinado ao Comitê de Sustentabilidade Empresarial, composto por representantes de diversas áreas. Esse grupo tem a responsabilidade de identificar e implementar ações que promovam a equidade de gênero e a valorização da diversidade no quadro funcional.

METAS DO PROGRAMA DE DIVERSIDADE



- Ter 25% de mulheres em cargos de gerência/superintendência em todas as diretorias até 2026.
- Ter 15% de mulheres em cargos de supervisão até 2026.
- Ter 6% de pessoas com deficiência até 2030.
- Aumentar o percentual de gerentes/superintendentes da geração Y para 50% até 2026.
- Aumentar o percentual de supervisores da geração Y para 50% até 2026.
- Aumentar para 55% a representatividade de pessoas negras até 2030.
- Ter 20% de pessoas negras em cargos de gerência/superintendência até 2030.
- Ter 20% de pessoas negras em cargos de supervisão até 2030.
- Aumentar a percepção/favorabilidade no recorte LGBTQIAP+ para 70% até 2026.
- Aumentar o percentual de aliados a causa LGBTQIAP+.
- 30% dos candidatos a posição de liderança devem pertencer aos grupos minorizados até 2026.

A Cemig possui metas de médio e longo prazos, aprovadas pela Alta Liderança. Essas metas refletem o compromisso da Companhia em buscar uma representatividade que seja mais condizente com a sociedade brasileira em todas as suas hierarquias.

Uma das iniciativas importantes da Cemig, no que diz respeito à diversidade, foi a nomeação de três mulheres para cargos de livre nomeação e exoneração na Diretoria Executiva, o que representa uma ação significativa para aumentar a representatividade feminina na liderança. A Companhia também busca alternativas para aumentar a participação de outros grupos minorizados em seu quadro de empregados, ampliando sua abordagem sobre diversidade e inclusão.

Nos últimos anos, a Cemig ampliou a presença de mulheres em posições de liderança (alcançando 21% nos cargos de gerência e superintendência e 8% na supervisão) e elevou a participação de pessoas negras no quadro geral para 42%. Também avançou na representatividade da geração Y em posições estratégicas e consolidou ações estruturantes, como a adoção do nome social em sistemas internos, a implementação de cotas em concursos públicos, a ampliação da acessibilidade física e digital e o fortalecimento dos Grupos de Afinidade, que promovem diálogo e letramento contínuo sobre gênero, raça, pessoas com deficiência e população LGBTI+.

A **Política de Valorização da Diversidade e Inclusão** da Cemig conta com a diretriz de “Respeitar as pessoas, valorizando as diferenças e a individualidade de cada um, criando um ambiente livre de preconceitos”.

Política de equidade

A Cemig adota uma estratégia de remuneração que busca garantir equidade interna e competitividade externa, com base em pesquisas salariais de mercado realizadas periodicamente. O objetivo é manter um equilíbrio justo entre os salários pagos pela Companhia e as práticas do mercado, considerando tanto o setor de energia quanto o mercado em geral. Para apoiar essa estratégia, a Diretoria Executiva, com o apoio de



consultorias externas especializadas, toma decisões alinhadas ao planejamento estratégico.

A Cemig prevê remunerações iguais para cargos de mesma natureza, independentemente de gênero. Qualquer diferença salarial observada é explicada por fatores como promoções anteriores ou adicionais relacionados à função, como periculosidade.

Quantidade e proporção de mulheres contratadas

Níveis hierárquicos	2025		2024		Variação
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	
Nível técnico	412	10,3%	402	10,7%	2,5%
Nível universitário	336	24,6%	262	24,4%	28,2%
Liderança	60	13,0%	41	13,0%	46,3%
Total	808		705		14,6%

Quantidade e proporção de mulheres na administração

Administração	2025		2024		Variação
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	
Conselho de administração	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Conselho fiscal	1	3,6%	1	3,6%	0,0%
Comitê de auditoria	1	25,0%	1	25,0%	0,0%
Diretoria estatutária	1	12,50%	2	33,3%	-50,0%
Total	3		4		-25,0%

Razão matemática do salário-base e da remuneração das mulheres em relação aos homens

Remuneração	Diferença salarial média			Diferença da remuneração média		
	2025	2024	Variação	2025	2024	Variação
Nível técnico	1,09	1,08	0,01	0,86	0,90	-0,04
Nível universitário	0,88	0,89	-0,01	0,79	0,84	-0,05
Liderança	1,00	0,88	0,12	0,85	0,85	0,00

Cemig nas comunidades

A Cemig se dedica a promover o uso seguro da energia elétrica, fornecendo informações e esclarecimentos contínuos à população. A Companhia realiza campanhas informativas, oferece instruções técnicas e disponibiliza equipes para orientar sobre situações de risco. Além disso, a Cemig promove ações de prevenção de acidentes em sua área de concessão, utilizando diversos meios de comunicação, como rádio, jornal, mídias digitais, TV e redes sociais, além de materiais educativos como cartilhas e folders.

A Cemig, anualmente, atualiza o **Plano Estratégico de Comunicação Integrada** para Segurança com a população, reescrevendo ações e estratégias para garantir a efetividade junto aos seus públicos de interesse em relação ao uso seguro da energia elétrica. Entre os objetivos desse plano estão a conscientização da população, a mobilização das diversas partes interessadas da Companhia para a inclusão de pautas sobre segurança no uso da energia, e a conscientização dos empregados para atitudes de prevenção dentro e fora da Companhia. O plano visa, também: i) **disseminar campanhas de comunicação em massa,**



prestando informações de utilidade pública para ampla audiência, e ii) **lançar campanhas de comunicação dirigidas**, prestando informações do interesse de públicos específicos.

Atuando no pilar da educação, a Cemig possui o treinamento **“Segurança com a Energia Elétrica”**, na modalidade à distância, gratuito e direcionado à população, a partir dos 10 anos de idade. O curso também está disponível para pessoas com deficiências auditivas e visuais. O treinamento visa potencializar a disseminação de informações sobre segurança com o uso da energia elétrica e ampliar o conhecimento público sobre o tema.

A Cemig também realiza visitas de eficiência energética nas residências de milhares de famílias de comunidades, aglomerados e conjuntos habitacionais de Minas Gerais. Durante as visitas, atendentes comunitários realizam a troca de lâmpadas antigas por outras de modelo LED. Caso a residência já tenha todas as lâmpadas desse modelo, os atendentes poderão dar dicas importantes sobre como economizar energia. Esse serviço é totalmente gratuito e faz parte do **Programa de Eficiência Energética** da Companhia, regulado pela Aneel.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig aporta recursos em cultura, esporte, saúde, educação e cidadania, considerando interesses usualmente comuns a seus milhões de clientes. A prioridade das iniciativas de incentivo a projetos sociais, quer seja por alocação de investimento social, quer seja por patrocínio de projetos, é contribuir para transformação social em múltiplos municípios.

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do País. Em 2025, foram investidos **R\$120 milhões** em centenas projetos culturais, com atuação em dezenas de municípios, a Cemig fortalece territórios e conecta realidades distintas por meio do desenvolvimento humano, econômico e cultural. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Esse investimento em cultura contribui para a construção do patrimônio de Minas Gerais e posiciona a Cemig como uma grande fomentadora do desenvolvimento da economia criativa, da manutenção de grupos tradicionais, de equipamentos históricos. Além disso, os projetos apoiados visam a ocupação do espaço urbano, transformação nas comunidades e fomento a arte inovadora.



Saúde

Em 2025, por meio do **Programa de Eficiência Energética**, a Companhia investiu mais de **R\$3 milhões** em diferentes regiões de Minas Gerais, atendendo a 55 unidades hospitalares públicas e filantrópicas, em mais de 40 municípios da área de concessão. As ações da iniciativa **Cemig nos Hospitais**, promoveram a substituição de autoclaves, secadoras, calandras, focos cirúrgicos e sistemas de iluminação em geral, além da instalação de usinas fotovoltaicas, garantindo economias para os hospitais e melhoria do atendimento para os mineiros.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lança chamada pública anualmente para selecionar projetos que promovam a prática de esportes e ofereçam benefícios sociais e de cidadania, especialmente para crianças e adolescentes.

Em 2025, a Cemig destinou mais de **R\$10 milhões** para projetos esportivos, beneficiando aproximadamente 8 mil crianças e adolescentes em 27 municípios. Desses recursos, 62% provieram da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte e 38% da Lei Federal.

Fundo do Idoso

A população acima dos 60 anos tem aumentado e a expectativa de vida, nesse contexto, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual do Idoso do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Desde 2020 são lançados editais anuais de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. O número de beneficiados das iniciativas destinadas aos idosos cresce a cada ano, tendo sido investido nesses projetos, em 2025, quase **R\$2 milhões**.

Cidadania corporativa e investimentos sociais

As estratégias filantrópicas e de cidadania corporativa da Cemig estão alinhadas à sua missão, visão e valores e objetivam o desenvolvimento econômico e social nos locais em



que atua, por meio do apoio às comunidades, proporcionando transformação e impacto social duradouros para alcance do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Acesso à energia

A Cemig D também atua com a tarifa social, um desconto na conta de energia elétrica para famílias de baixa renda. Considerando dados de dezembro de 2025, a Cemig D atendeu cerca de 1.220 mil consumidores beneficiados com a tarifa social, o que representa aproximadamente 15% do total de consumidores faturados na classe residencial. Essa quantidade de clientes beneficiados é uma das maiores entre as concessionárias, conforme dados da Aneel presentes no seu Relatório de Acompanhamento Mensal Geral/tarifa Social de energia Elétrica.

O benefício permite que mais pessoas tenham acesso à energia de qualidade, possibilitando uma melhoria da qualidade de vida e dignidade. Além disso, é um importante instrumento na redução de desigualdades socioeconômicas, inclusive entre as diferentes regiões e estados brasileiros, que sofreram efeitos diferenciados com a elevação dos custos no fornecimento de energia elétrica nos últimos anos.

Programa Energia Legal

A Cemig tem o compromisso de melhorar a cada dia o fornecimento de energia para as comunidades onde atua, priorizando a segurança com a população quanto a riscos de acidentes elétricos e a promoção do desenvolvimento local de toda a sua área de concessão.

Para viabilizar esse compromisso, a Cemig lançou o Programa Energia Legal, que visa regularizar o acesso à energia elétrica de aproximadamente 240 mil famílias, localizadas em comunidades e ocupações na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em algumas regiões do estado.

São vantagens do Programa Energia Legal:

- mais segurança contra choques elétricos;
- mais cuidados para não queimar eletrodomésticos;
- regularização da energia;
- geração de comprovante de endereço, por meio da conta de luz;
- direito a benefícios sociais;
- facilidade para realizar novas ligações de energia;
- assistência 24h por dia.

Programa de Eficiência Energética (PEE)

Historicamente, a Cemig investe em eficiência energética, promovendo a redução do consumo de energia e da demanda no horário de ponta, e disseminando o conhecimento sobre uso seguro, racional e eficiente da eletricidade, visando o combate ao desperdício de energia elétrica e à preservação de recursos naturais.



O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Cemig, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, desde o ano 2000, se traduz em diversas ações que incentivam à mudança dos hábitos de consumo e a otimização do consumo energético em diferentes setores da sociedade. Desde a implantação do Programa, a Companhia mantém esforços para demonstrar à sociedade que é possível reduzir o desperdício da energia de forma simples, com a adequação de atitudes no dia a dia.

Atualmente, o PEE atua por meio de cinco subprogramas: **Cemig nas Cidades, Cemig nos Hospitais, Cemig no Campo, Cemig nas Escolas** e o **Cemig nas Comunidades**, nos quais todos os projetos são executados diretamente pela Cemig e contemplam a substituição de equipamentos ineficientes e obsoletos por modelos mais modernos e eficientes e a instalação de usinas fotovoltaicas.

Além disso, a Companhia publica anualmente a Chamada Pública de Projetos, determinada pela Aneel, e que tem como objetivo democratizar o acesso dos clientes a projetos de eficiência, já que permite que os próprios clientes proponham ações que confirmem maior eficiência a suas unidades consumidoras. Nesse modelo, a Cemig seleciona e financia os projetos viáveis, que são executados por empresas especializadas em serviços de conservação de energia.

Somente em 2025, o programa investiu mais de **R\$72 milhões** em projetos próprios de eficiência energética e disponibilizou outros **R\$200 milhões** para Chamada Pública, dos quais cerca de R\$49 milhões foram capitados pela sociedade para projetos que serão executados a partir de 2026. Em 2025, o PEE da Cemig atendeu à 267 municípios da área de concessão, beneficiando mais de 20 mil clientes e mais de 1,5 milhões de pessoas. Entre os beneficiários se destacam os estabelecimentos de saúde públicos e filantrópicos, entidades beneficentes de assistência social, escolas públicas, famílias de baixa renda em comunidades urbanas e rurais, prestadores de serviços públicos e órgãos da administração pública estadual e municipal.

Projetos sociais

Programa Al6% - O programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA). A campanha de 2025 do Al6% envolveu a participação de **1.464 empregados** que, voluntariamente, destinaram **R\$ 1,5 milhão**, com o intuito de beneficiar 148 instituições que atendem mais de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A Cemig também irá destinar parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. Com o propósito de ser, cada vez mais, uma empresa socialmente responsável, a Cemig busca fomentar projetos e ações voluntárias que tenham um papel transformador na sociedade.

Programa Você – Voluntariado Empresarial - engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social, esse programa foi criado em três pilares, sendo: **(i) o de incentivo ao voluntariado**, para disseminar a cultura



na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) **realização de ações transformadoras**, nas quais o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino e (iii) **ações propostas por colaboradores** na plataforma de voluntariado, às quais os colegas podem aderir.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado junto com uma empresa especializada no tema.

Em 2025, o Programa Você destacou-se pela importância de suas ações voluntárias na comunidade. Com a participação de 194 empregados voluntários, o programa acumulou 790 horas de atuação, beneficiando diretamente **mais de duas mil pessoas**. Essas iniciativas não apenas promovem o desenvolvimento humano e o bem-estar das comunidades, mas também reforçam a cultura de solidariedade e cidadania participativa dentro da Companhia. A atuação voluntária dos empregados é fundamental para a transformação social, demonstrando o compromisso da Cemig em ser uma empresa socialmente responsável e engajada com as causas comunitárias.

Energia Jovem - visa formar jovens, estudantes de escolas públicas, para o mercado de trabalho, auxiliando-os no entendimento de como iniciar a vida profissional e ingressar em uma organização. A formação é composta por módulos que abordam temas relevantes para a entrada no mercado de trabalho, como por exemplo, o autoconhecimento, networking, competências a serem desenvolvidas, como se preparar para uma entrevista e elaborar o currículo, entre outros. Em 2025, foram capacitados **115 jovens** de diversas cidades mineiras, no formato online e presencial, que contaram com a orientação de 15 voluntários da Cemig.

Mulher Empreendedora - o curso busca oferecer suporte, orientação e subsídios didáticos para mulheres em situação de vulnerabilidade social que desejam dar os primeiros passos para iniciar o próprio negócio. A formação é composta por módulos que abordam temas cruciais para o sucesso no mundo dos negócios, como autoconhecimento, empreendedorismo, ferramentas de gestão, comunicação, vendas e o fortalecimento do protagonismo feminino. Em 2025, foram capacitadas **144 mulheres** em vários municípios de Minas Gerais, com a participação de 13 voluntários da Cemig.

Empreendedorismo Sustentável - a formação, voltada para jovens da rede pública de ensino em Minas Gerais, busca contribuir para a inserção e reinserção no mundo do trabalho, oferecendo conteúdos que unem responsabilidade social, inovação e sustentabilidade. A ação foi estruturada para capacitar os participantes a identificarem oportunidades de negócio alinhadas aos princípios da sustentabilidade, além de desenvolver iniciativas empreendedoras com impacto positivo para a sociedade e o meio ambiente. Em 2025, **128 jovens** receberam o treinamento, com aulas de 7 voluntários.

Campanha Dignidade Menstrual - reforçando o compromisso da Cemig com a promoção da saúde de pessoas em situação de vulnerabilidade, foi realizada em celebração ao Mês da Mulher a ação que mobilizou colaboradores de diversas regiões de Minas Gerais e arrecadou um total de **quase 30 mil absorventes**.



Ação na Cemig Run - Centenas de colaboradores se uniram em uma jornada que promoveu saúde, solidariedade e compromisso ambiental. Mais do que um encontro esportivo, a Cemig Run reforça o propósito de transformar vidas com a nossa energia. O Cemig Run arrecadou **1,4 tonelada de alimentos** doados à Cruz Vermelha. Além disso, recebeu o selo de emissão de carbono neutro, com a **compensação de 80 toneladas de CO₂** emitidas.

Cadeia de suprimentos sustentável

A Companhia compreende a relevância dos impactos ambientais e sociais associados à sua cadeia de fornecedores, bem como a sua responsabilidade em casos de infrações ou crimes cometidos por parceiros comerciais. Por isso, atua preventivamente para mitigar riscos que possam comprometer sua marca, reputação e competitividade no mercado, além de evitar perdas financeiras e eventuais ações judiciais de corresponsabilidade civil e/ou criminal.

O rigor no cadastro e na contratação de fornecedores é proporcional ao nível de risco ambiental, social ou de saúde e segurança envolvido nos produtos ou serviços fornecidos. Assim, são adotados instrumentos de proteção específicos durante todo o processo de gestão da cadeia de fornecimento, desde a prospecção de novos fornecedores até o monitoramento contínuo. Fornecedores que não atendem aos requisitos socioambientais ou que possuem reputação comprometida são desconsiderados ainda na fase inicial de prospecção e cadastro.

A Companhia está avançando em um projeto estratégico que une **crescimento produtivo e responsabilidade socioambiental** em toda a nossa cadeia de suprimentos. O objetivo é garantir que os fornecedores estejam cada vez mais alinhados às melhores práticas de sustentabilidade e aos princípios ESG.

Alinhado ao Plano ESG da Companhia, o projeto **“Estruturação de Processo de Gestão Sustentável da Cadeia de Suprimentos”**, iniciado em junho de 2025, busca aprimorar a Política de Suprimentos, o Processo de Compras e a Gestão dos Contratos/Fornecedores, incluindo a ampliação de critérios e requisitos de sustentabilidade.

Prêmio Melhores Fornecedores Cemig 2025

O Prêmio Melhores Fornecedores é uma iniciativa da Companhia que reconhece e valoriza empresas parceiras que se destacam pela excelência na prestação de serviços e fornecimento de materiais. Realizado anualmente, o evento reúne representantes da Companhia e das empresas fornecedoras para celebrar as parcerias de sucesso e incentivar a melhoria contínua.

Destinado a fornecedores que demonstram alto desempenho em critérios como **qualidade, pontualidade, inovação e alinhamento às práticas ESG**, o prêmio reforça a importância de uma cadeia de suprimentos comprometida com a sustentabilidade e a eficiência.



A premiação é direcionada às empresas que mantêm contratos ativos com a Companhia e que atendem aos requisitos estabelecidos pela Companhia, incluindo **conformidade legal, responsabilidade socioambiental e aderência às políticas internas**. O processo de avaliação considera indicadores de desempenho e resultados obtidos ao longo do período contratual.

Pela primeira vez, a Companhia destacou as melhores empresas em **ações de segurança e valorização à vida**. Foram distribuídas premiações para destaques no fornecimento de materiais, prestação de serviços e ações ESG.

Segurança de barragens

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades, também são feitas revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da empresa, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais com notório saber.

A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de **Planos de Ação de Emergência (“PAE”)** para ruptura de barragens, tendo iniciado os estudos do tema em 2003. Estão disponíveis, atualmente, Planos de Emergência específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis emergências;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em emergências;
- Responsabilidades e lista de contatos;

Mantendo sua política de estreitamento de relacionamento com o público externo, em 2025, a Cemig manteve o foco na continuidade das ações que promovem a integração dos PAEs de suas usinas junto aos **PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados**.

Em 2025, dentro do **Projeto VAMOS**, em atendimento às exigências listadas na Lei nº 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e na Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL, a Cemig GT continuou executando as ações/atividades pactuadas nos CIs- Comitês de Integração dos PAEs-Planos de Ação de Emergência das 16 barragens exigidas pela lei.

No total foram constituídos 15 Comitês de Integração para 16 barragens (UHE Itutinga e UHE Camargos são integradas), que trataram os temas listados na figura abaixo:



Além do plano mencionado, foram realizadas, em 2025, as seguintes ações:

- Treinamentos para divulgação e uso do App PROX, voltado à Gestão de Riscos.
- Campanhas de divulgação e ações para ampliar as inserções no App PROX (perfil população), incluindo reuniões com comunidades para apoiar a criação desse perfil. O objetivo foi disponibilizar outros cenários de risco — como incêndios, deslizamentos e enchentes — e aprimorar a interação nos cenários de ruptura de barragens e cheias (como visualização de manchas de inundação, rotas de fuga e pontos de encontro).



- **Serviços de manutenção da Sinalização de Alerta**, incluindo placas de rotas de fuga e pontos de encontro na Zona de Autossalvamento (ZAS) das usinas UHE Três Marias, Emborcação e Irapé.

Ainda no ano de 2025, foram realizados eventos do **“Programa Proximidade - Programa de Integração com a Comunidade”** ocorridos nas usinas de Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreu também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

Segurança nas faixas de ocupação

A Cemig enfrenta ocupações irregulares nas faixas de segurança de linhas de alta tensão, áreas que devem permanecer livres para garantir segurança e operação adequada. Para controlar o problema, a Cemig realiza fiscalizações terrestres periódicas, usa monitoramento por satélite e aciona judicialmente novas invasões. Também conscientiza moradores sobre os riscos elétricos. Além de evitar novas ocupações, a Cemig atua para reduzir as existentes, firmando parcerias com prefeituras para remoção das construções irregulares e reassentamento das famílias em locais seguros.

Direitos humanos

Alinhada à Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e seus Princípios Orientadores, às normas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e ao Pacto Global da ONU, a Cemig declara que respeita e apoia a proteção aos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente em sua área de influência.

A Cemig busca prevenir ou mitigar os impactos negativos sobre os direitos humanos em suas operações, serviços e relações comerciais, mesmo quando não há contribuição direta para a geração desses impactos, em alinhamento com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU. Todas essas ações estão descritas no documento de *due dilligence* em direitos humanos da Cemig – que estabelece ações para mitigar, prevenir, monitorar e, quando necessário, reparar violações dos direitos humanos.

Gestão tecnológica e inovação

Inovação constante é um dos principais pilares da Cemig. Inovamos para ser protagonistas na Transição Energética, explorando e desenvolvendo novas tecnologias e novos negócios, promovendo cultura de inovação, com foco em digitalização, eficiência, geração de energia limpa, eletrificação, resiliência e armazenamento, com recursos próprios, regados e incentivados.



Nossos territórios de inovação

Soluções para redução de perdas, aumento da resiliência, automação e integração de novos serviços e novas funcionalidades aos sistemas elétricos de transmissão e distribuição.

- **Produtos e Serviços Inteligentes**

Soluções para redução de perdas, aumento da resiliência, automação e integração de novos serviços e novas funcionalidades aos sistemas elétricos de transmissão e distribuição.

- **Sistemas Elétricos do Futuro**

Soluções para redução de perdas, aumento da resiliência, automação e integração de novos serviços e novas funcionalidades aos sistemas elétricos de transmissão e distribuição.

- **Eletrificação e Eletromobilidade**

Soluções e modelos de negócio para incentivar a eletrificação de atividades econômicas e a eletromobilidade.

O Inova Cemig possui três linhas de atuação adaptadas aos diferentes públicos, que permite a ampla colaboração da Cemig.

Inova Cemig tec - Chamadas Públicas para Desenvolvimento de Projetos de PDI visando o recebimento de desafios e propostas de solução, com o objetivo de geração de resultados por meio de P&D, aplicação dos produtos desenvolvidos e etapa de industrialização e comercialização, tendo como público-alvo universidades, empresas e startups. No último trimestre de 2025, publicamos o edital do INOVA CEMIG TEC 3, o qual pretende promover investimentos de R\$200 milhões nos três próximos anos.

Inova Cemig lab - Programa que conecta startups à Cemig focado na cocriação de soluções ágeis e escaláveis para desafios estratégicos do setor, tem como objetivo a aceleração de soluções inovadoras, com aplicação na Cemig por meio de Contrato de Fornecimento e inserção no mercado, e tem como público-alvo startups (Lei Complementar 182).

Inova Cemig campus - Programa de inovação do setor elétrico que fortalecerá a colaboração entre Cemig e instituições de ensino técnico e superior, tem como objetivo incentivar pesquisas para apoiar iniciativas e operações da Cemig. Formação de profissionais para o setor elétrico. O público-alvo na iniciativa são instituições de ensino técnico e superior.

Sistema de armazenamento de baterias

Em 15 de janeiro de 2026, a Cemig D inaugurou, no município de **Serra da Saudade**, Minas Gerais, sua primeira **planta de energia solar integrada a um sistema de armazenamento por baterias**. O projeto, pioneiro no Brasil, recebeu investimento de **R\$7 milhões** e reúne armazenamento inovador, geração solar dedicada à recarga, medição inteligente e automação avançada do sistema.



O sistema instalado tem capacidade de 2,0 MWh e conta com um gerador fotovoltaico que, ao invés de injetar energia diretamente na rede convencional, carrega um banco de baterias. Em casos de falhas na rede principal, o equipamento é projetado para suprir a demanda de energia da cidade por até 48h. Adicionalmente, o sistema de baterias contribui para a melhora a qualidade da energia fornecida, reduzindo distúrbios e mantendo a tensão estável dentro dos níveis regulatórios.

A escolha de Serra da Saudade foi baseada em um estudo de viabilidade técnica, que indicou a microrrede como a alternativa mais adequada para garantir segurança, reduzir interrupções e assegurar a resiliência do fornecimento

A iniciativa representa uma evolução relevante para o segmento de distribuição no país, ao introduzir uma solução tecnológica capaz de reduzir substancialmente as ocorrências de falta de energia e proporcionar maior autonomia para o atendimento da localidade em situações de contingência. A Cemig D estuda replicar a solução em outras localidades de Minas Gerais com características semelhantes, especialmente em áreas de topografia complexa e redes extensas.

Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Dedicamo-nos a projetos que alavanquem os avanços tecnológicos não só nos sistemas energéticos, mas também em todos os domínios relacionados com a energia, como o controle ambiental, os sistemas de armazenamento de energia, o desempenho dos sistemas energéticos e a otimização da segurança.

Em 2025 investimos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, **R\$68 milhões**, com recursos regulados, em 28 projetos voltados para negócios das áreas de Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização.

Entre eles, destacamos os projetos:

Plataforma de coleta, tratamento e processamento de dados satelitais

Por meio dos dados e imagens coletados por nano satélites, será feito um trabalho de pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de gerar uma metodologia própria para a classificação e detecção das situações, auxiliando na tomada de decisão do operador do sistema.

Sistema de Produção Integrada de Energia Elétrica Fotovoltaica e Alimentos – Agrivoltaico

A proposta vai unir a agricultura, um dos pontos mais fortes da economia de Minas, e a geração de energia solar, forma de geração limpa que tem ganhado importância nos últimos anos.



Sistema de Pagamento e Arrecadação multicanal.

Este sistema permitirá a integração por API com o diretório do Open Finance para realizar operações de pagamento e terá uma interface a ser aplicada em multicanais de atendimento ao cliente, sejam eles por e-mail, WhatsApp, aplicativo ou site.

Energy GPT

Tecnologia de inteligência artificial (IA) generativa adaptada para as necessidades do setor elétrico brasileiro. O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de modelo de linguagem de grande porte específico para o contexto do tema de energia contribuindo de forma decisiva para a inovação do ecossistema energético brasileiro.

Dispositivo Individual para Notificação de Emergência com Barragens – DIN NB IoT

Tecnologia acessível e inteligente para salvar vidas em áreas de risco de barragens. Ele tem como objetivo desenvolver, validar e inserir no mercado, dispositivos individuais de notificação de emergência com conectividade NB IoT e LoRaWAN, reduzindo em até 85% os custos de implantação e operação em relação às soluções tradicionais, com cobertura para até 234 barragens em potencial.

Desenvolvimento de Módulos Smart para gestão e adaptação de estações de recarga de veículos elétricos comerciais na rede BT 127/220V

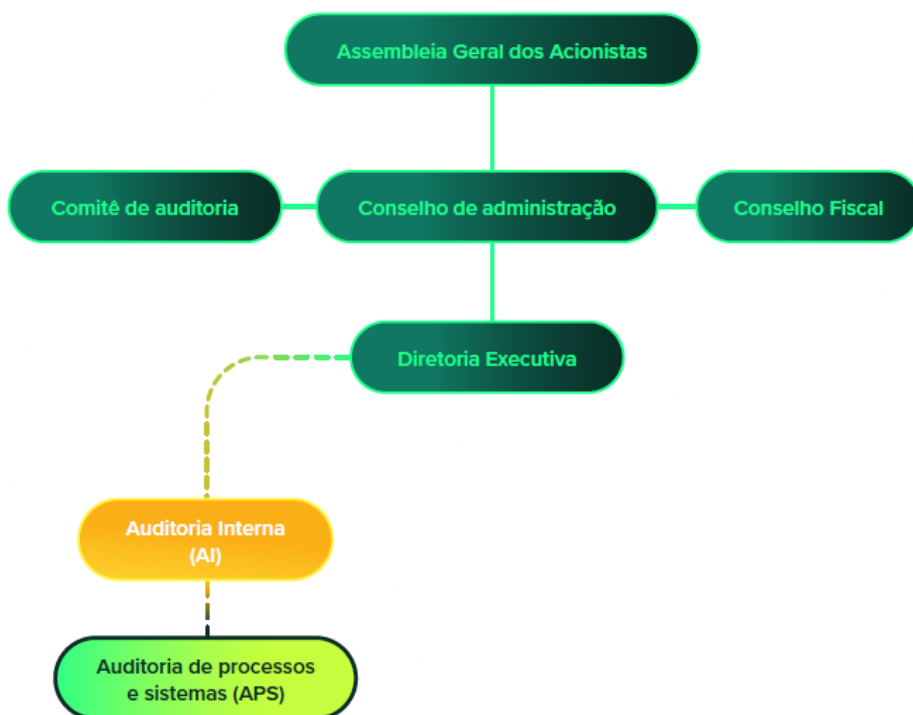
Solução para acelerar a eletromobilidade no Brasil. O projeto tem como objetivo O projeto tem como objetivo desenvolver no âmbito do Programa de P&D ANEEL módulos de adaptação de tensão e potência para estações de recarga com funções de smart charging.

Desempenho em Governança Corporativa

A governança corporativa da Cemig se fundamenta nos princípios da transparência, equidade e prestação de contas. Seu foco é promover o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de contribuir, continuamente, para o desenvolvimento sustentável e aprimorar o relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Desde 2001, a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3.

A principal característica do modelo de governança adotado é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem o Presidente, os Vice-Presidentes estatutários e nomeiam os Diretores não estatutários da Cemig.

Estrutura de Governança Corporativa



Conselho de Administração

Composição, eleição e mandato

O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente, sendo 8 (oito) indicados e eleitos pelos acionistas e 1 (um) eleito pelos empregados, por meio de processo eleitoral específico.

Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Dos nove membros do Conselho de Administração da Cemig, oito atendem aos critérios de Conselheiro Independente adotados pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme atestado na Declaração de Independência do Conselho.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.



O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026.

As atribuições do Conselho de Administração encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 38 vezes, no exercício de 2025, para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

O Comitê de Auditoria reuniu-se 25 vezes no exercício de 2025.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva estatutária é composta por 8 (oito) membros com funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

Os membros da Diretoria Executiva exercerão seus cargos em regime de tempo e de dedicação integral ao serviço da Companhia, sendo permitido o exercício concomitante em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, a critério do Conselho de Administração.

O mandato da atual Diretoria Executiva estatutária expira na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2026.



A composição da Diretoria Executiva estatutária, atribuições e informações curriculares encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

A Diretoria Executiva reuniu-se 61 vezes, no exercício de 2025, para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Conselho Fiscal

Composição, eleição e mandato

O Conselho Fiscal é um órgão permanente, composto por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos, admitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2025, foram realizadas 15 reuniões do Conselho Fiscal.

Avaliação de desempenho

Anualmente, os administradores e os membros do Comitê de Auditoria Estatutário são submetidos a avaliações de desempenho, individuais e coletivas, observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à Estratégia de Longo Prazo e Orçamento Anual.



Compete ao Conselho de Administração avaliar os membros da Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria, em caráter independente, verificar a conformidade do processo de autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, visando aprimorar o exercício das suas funções.

Remuneração dos executivos

A Cemig define a remuneração dos executivos com base em sua Política de Remuneração de Diretores, no plano estratégico de longo prazo, no orçamento anual e no plano de negócios plurianual. O valor global da remuneração é fixado em Assembleia Geral, conforme as leis aplicáveis.

A remuneração dos Executivos é composta por Remuneração Fixa (RF) e Remuneração Variável (RVA). A RF é paga em espécie, correspondendo à compensação direta pelos serviços prestados, em conformidade com as práticas de mercado. A RVA, por sua vez, é uma bonificação baseada no desempenho e nos resultados alcançados em um determinado período, geralmente anual, de acordo com as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Essas metas estão diretamente relacionadas aos indicadores de resultado, incluindo a incorporação de objetivos ESG, como a redução de emissões de gases de efeito estufa; a melhoria da nota no DJSI e do índice de implementação do código de conduta; e o cumprimento dos controles internos e do Plano de Ação sobre não conformidades apontadas pela Auditoria Interna. A Companhia possui também uma Política de Clawback para os casos de restituição de remuneração concedida erroneamente.



COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Presidente
Marcos Montes Cordeiro	Vice-Presidente de Relações Institucionais
Marney Tadeu Antunes	Vice-Presidente de Distribuição
Andrea Marques de Almeida	Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Vice-Presidente de Geração e Transmissão
Sérgio Lopes Cabral	Vice-Presidente de Comercialização
Sérgio Pessoa de Paula Castro	Vice-Presidente Jurídico
Luis Cláudio Correa Villani	Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhães (majoritário)	Não há
Aloísio Macário Ferreira de Souza (preferencialistas)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
Roger Daniel Versieux (minoritários)	Não há
Daniel Alves Ferreira (minoritários)	Não há
Anderson Rodrigues (representante dos empregados)	Não há
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	Não há

CONSELHO FISCAL

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Carlos Roberto de Albuquerque Sá (majoritário)	Carlos Alberto Arruda de Oliveira (majoritário)
Lucas de Vasconcelos Gonzalez (majoritário)	Mauro Teixeira Biondini (majoritário)
Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)	Vago
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Paulo Roberto Bellentani Brandão (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritários)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Roberto Cesar Guindalini (Coordenador)	Não há
Artemio Bertholini	Não há
Ricardo Lopes Cardoso	Não há
Giulia Carla Scalercio	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Ciro Mota - Presidente (Industrial)	Tânia Mara Aparecida Costa Santos
Erick Nilson Souto - Vice-Presidente (Poder Público)	Luiz Paulo Aparecido Gontijo Caetano
Luciano José de Oliveira- Secretário Executivo (Cemig D)	Alexandre Ribeiro de Almeida
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Betânia Moura Magalhães Corrêa
Edilson Avelino da Mata (Comercial)	José Luis França dos Santos
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Weber Bernardes de Andrade



Compliance e Antissuborno

A Cemig mantém forte compromisso com a ética, a integridade e o combate à fraude e à corrupção. Para isso, adota um sistema robusto de controles internos e Compliance, que inclui políticas específicas, a Comissão de Ética e o Canal de Denúncias, garantindo prevenção, detecção e tratamento de irregularidades.

O **Código de Conduta** orienta todos que atuam em nome da Companhia, reforçando princípios como integridade, ética, geração de valor, sustentabilidade e respeito à vida. A conscientização é promovida por meio de treinamentos obrigatórios e ações de comunicação. Em 2025, **32.089 profissionais** foram capacitados, entre empregados próprios e terceiros.

A Cemig não realiza doações políticas de qualquer natureza, conforme legislação vigente.

O **Canal de Denúncias** funciona 24h, assegura anonimato e proteção contra retaliações e recebe relatos de fraude, corrupção, assédio e outras violações. Todas as denúncias são apuradas pela Comissão de Ética, composta por membros multidisciplinares, garantindo investigação adequada e imparcial.

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2025, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de Top Risks, vigente para o ciclo 2025/2026.

Compõem a Matriz 21 Top Risks com agenda de acompanhamento contínuo pela Administração. A Matriz compreende riscos relacionados aos negócios Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização bem como temas corporativos como Inovação, Tecnologia da Informação, Pessoas e Serviços Corporativos, ESG (Environmental, Social and Governance), Comunicação e Financeiro.

A Companhia possui um Comitê de Riscos, criado em 2022, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (Top Risks) e respectivo tratamento, identificação e mensuração de planos de ação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

Em 2025, a Cemig avançou na estruturação de um plano de gestão de crises com a criação de um conjunto de ações planejadas, com definição de responsabilidades, fluxos de comunicação, treinamentos e estratégias para responder de forma rápida, eficiente e segura diante de cenários adversos. O documento formalizado estabelece procedimentos e ações para lidar com situações inesperadas que possam ameaçar a reputação, operações ou resultados financeiros da Companhia.



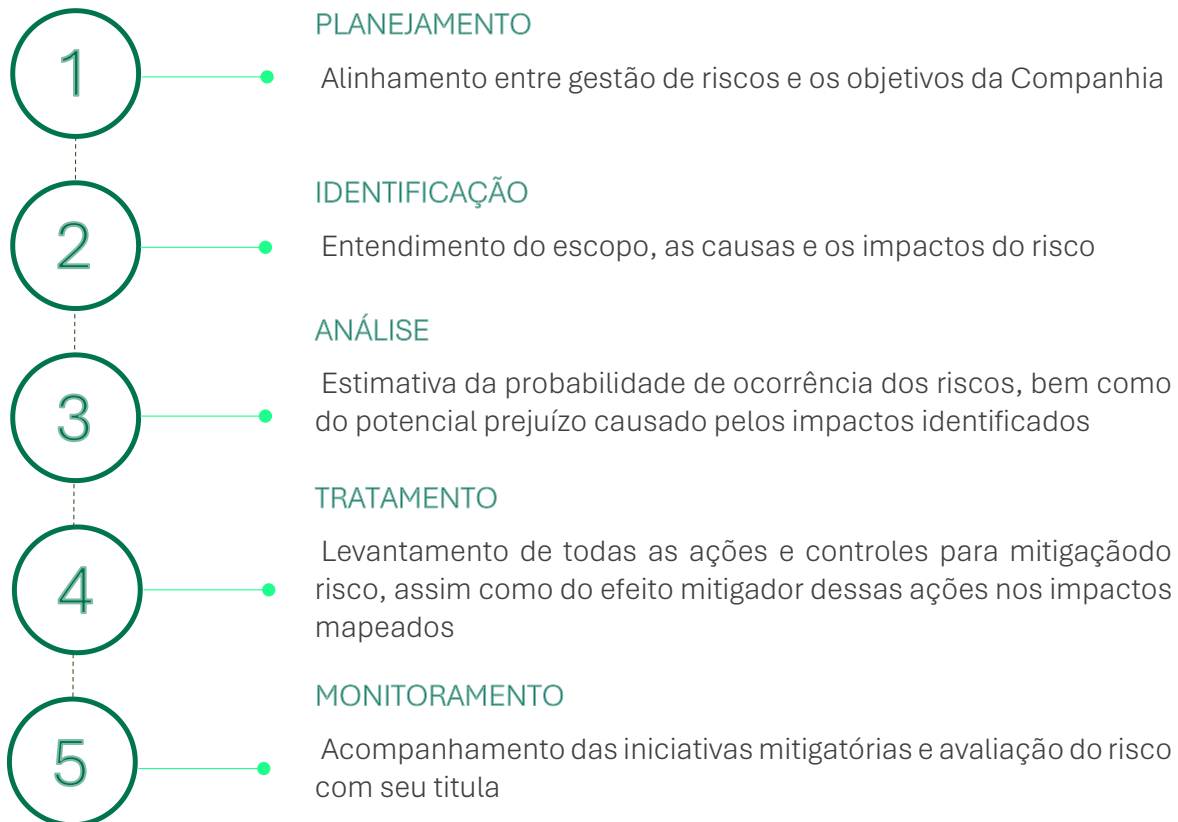
Em relação às respostas aos riscos relevantes e que atingem, ou extrapolam, os limites de tolerância definidos pela Administração, o ambiente de Controles Internos possui um processo anual de revisão e testes de desenho da totalidade dos controles internos presente na Matriz de Riscos e Controles Internos, de modo a mantê-los aderentes, atualizados e avaliados em relação a sua suficiência em endereçar e fornecer garantia razoável em relação à mitigação destes riscos.

A Companhia adota as melhores práticas de mercado e realiza atualizações constantes nestas práticas de controles internos, tendo como principais premissas o atendimento aos padrões metodológicos e requisitos do *framework* COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) ICIF (*Internal Control – Integrated Framework*), do *framework* de governança e gestão de tecnologia da informação COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technologies*) e da Lei Norte Americana Sarbanes Oxley – SOX.

Ademais, a Companhia mantém a atividade de auditoria interna, responsável pela elaboração e execução do Plano Anual de Auditoria Interna, validado pelo Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração. Esse Plano prevê a avaliação dos principais processos de negócios e corporativos e é orientado pela estratégia organizacional e pelos riscos relacionados, tendo como objetivo avaliar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia.

A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia dos processos de governança e gerenciamento de riscos, bem como a efetividade do sistema de controles internos, reportando eventuais deficiências e oportunidades de melhoria, além de recomendar ações aplicáveis.

A auditoria interna acompanha a implementação das ações corretivas e preventivas pelas áreas responsáveis, bem como sua manutenção e efetividade na mitigação dos riscos, visando à agregação de valor ao negócio e fortalecendo a governança corporativa. A Auditoria Interna da Companhia possui a **Certificação de Qualidade – QA** emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, que é o órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria.



Prêmio IIA May Brasil 2025

A Auditoria Interna da Cemig foi agraciada, pelo segundo ano consecutivo, em reconhecimento as suas realizações em maio, Mês Internacional de Conscientização Profissional da Auditoria Interna, com o prêmio IIA May Brasil, concedido pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil).

O prêmio reflete o empenho do time da Auditoria Interna da Companhia em promover a conscientização sobre a importância de suas atividades e fortalecer a parceria com as áreas auditadas. As iniciativas desenvolvidas durante o mês de maio visaram um maior alinhamento com as áreas gestoras da Companhia sobre suas necessidades e destacar a relevância da Auditoria Interna no fortalecimento dos processos organizacionais e na promoção de uma cultura de integridade e transparência, contribuindo para que a Companhia alcance seus objetivos estratégicos.

O prêmio IIA May 2025 é um reconhecimento do IIA Brasil para as auditorias internas que se destacam na promoção da conscientização e na melhoria contínua de seus processos.



Declaração de conformidade NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos

A Cemig alcançou um marco significativo ao obter a Declaração de Conformidade em relação a NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos, destacando seu compromisso com práticas sólidas de gestão de riscos. A norma internacional, focada na gestão de riscos, serve como uma ferramenta essencial para aprimorar a tomada de decisões, planejamento e gerenciamento de riscos em todos os níveis da Companhia.

A NBR ISO 31000:2018 recomenda a integração do processo de gestão de riscos à tomada de decisão, à gestão global do negócio e ao contexto organizacional atual. Isso significa que a Cemig poderá aplicar as diretrizes da norma não apenas em projetos e operações, mas também em estratégias corporativas, promovendo uma abordagem abrangente para identificar, avaliar e mitigar riscos.

Para garantir a conformidade, a equipe de Gestão de Processos da Cemig realizou um diagnóstico prévio para avaliar a aderência aos requisitos da NBR ISO 31000:2018. A partir desse diagnóstico, foram implementadas melhorias no processo e na documentação, visando atender às práticas recomendadas pela norma.

O reconhecimento da conformidade com a NBR ISO 31000:2018 não apenas valida o compromisso da Cemig com práticas de gestão de riscos de classe mundial, mas também fortalece sua reputação no mercado e perante as partes interessadas. A norma auxilia no planejamento estratégico e na tomada de decisões, resultando em menor índice de perdas e melhoria dos processos operacionais.

Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU

A Cemig reafirma seu compromisso com a ética e a integridade ao aderir ao Movimento Transparência 100%, iniciativa do Pacto Global da ONU voltada para o combate a todas as formas de corrupção. Essa adesão, anunciada durante o *“Workshop Melhores Práticas ESG e Agenda 2030”* realizado pela Companhia em 2023, reforça a determinação da Cemig em alinhar suas práticas corporativas aos mais elevados padrões internacionais de governança.

O Movimento Transparência 100%, primeira grande iniciativa de promoção da transparência corporativa no Brasil, tem como propósito estimular empresas a irem além das exigências legais, fortalecendo mecanismos de integridade e consolidando referências de sucesso que inspirem todo o mercado nacional.

Ao integrar o Movimento, a Cemig fortalece sua estratégia de longo prazo, baseada na criação de valor sustentável e na construção de relações de confiança com investidores, clientes, colaboradores e a sociedade. Essa iniciativa também reafirma o alinhamento da Companhia aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, consolidando sua posição como agente relevante na agenda global de sustentabilidade.

As metas assumidas pela Cemig no âmbito do Movimento Transparência 100% incluem:



- 100% de transparência nas interações com a Administração Pública;
- Remuneração íntegra da alta administração;
- Treinamento em integridade para 100% da cadeia de valor considerada de alto risco;
- Transparência total da estrutura de Compliance e Governança;
- Transparência integral sobre os canais de denúncias.

A Cemig já atingiu três dessas ações, reforçando sua liderança no setor elétrico brasileiro e reafirmando seu papel como empresa comprometida com a ética, a sustentabilidade e a geração de valor para todos os seus públicos de relacionamento.

RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Companhia em 2025, vários segmentos da Companhia reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Índices ESG da B3

ISEB3

A Cemig está presente nos índices de ESG da B3 – ISEB3, ICO2 B3 e IDIVERSA B3 – há 19 anos, desde a criação do ISE B3. Já o ICO2 B3 seleciona empresas pelo seu comprometimento com a eficiência na gestão de gases de efeito estufa. O IDIVERSA B3 reconhece as empresas cujo quadro de funcionários (incluindo liderança, Conselho e Diretoria Estatutária) mais se aproxima da população brasileira, conforme dados do IBGE em termos de gênero e raça. Durante a COP30, a maior conferência climática do planeta, a Cemig foi reconhecida em uma cerimônia comemorativa, realizada em Belém, pela sua presença simultânea nos três índices.

S&P Global

Standard & Poor's Global Sustainability Yearbook 2025

A Cemig se manteve no “The Sustainability Yearbook 2025”, da S&P Global. O reconhecimento demonstra o comprometimento da Companhia com a transparência em relatar suas iniciativas ESG. A Companhia alcançou uma pontuação de sustentabilidade global da S&P dentro dos 5% da empresa de melhor desempenho de seu setor.



Índice Carbon Clean200™

A lista do Carbon Clean 200, divulgada pelas organizações “As You Sow” e “Corporate Knights”, inclui a Cemig entre as 200 companhias mundiais de capital aberto que mais se destacam na transição energética, liderando a economia de energia limpa sustentável. As duas centenas de empresas que compõem o índice Carbon Clean 200 são as maiores classificadas por receita limpa.



CDP – A List

Pelo segundo ano consecutivo, a Cemig foi incluída na “A List” de Mudanças Climáticas do Carbon Disclosure Project (CDP), organização internacional referência em divulgação de informações ambientais. Essa conquista reforça o compromisso da Companhia com a transparência e a ação efetiva frente aos



desafios climáticos globais. A Cemig obteve pontuação máxima em 10 dos 16 critérios avaliados, destacando-se pelo compromisso público de ser net zero em 2040.

Brand Finance



A Cemig é a 51ª marca mais forte do Brasil em 2025, segundo o ranking da consultoria internacional Brand Finance. Além disso, a Companhia avançou cinco posições na lista das 100 marcas mais valiosas do Brasil, alcançando a 59ª colocação nesta edição do levantamento da instituição. A presença da Cemig no ranking destaca não apenas seu desempenho financeiro, mas também a eficácia de sua gestão estratégica de marca em um mercado cada vez mais competitivo.

World's Most Trustworthy Companies – WMTC (As empresas mais confiáveis do mundo)



Na pesquisa World's Most Trustworthy Companies, desenvolvida pela revista Newsweek e a empresa internacional de pesquisas Statista, a Cemig ficou na 55ª posição dentre as empresas do setor de energia e utilities mais confiáveis do mundo. Segundo a pesquisa, 87% dos consumidores estão propensos a pagar mais por um produto de uma marca que eles confiam, em relação a outras marcas.

Troféu Transparência



A 29ª edição do Troféu Transparência – Prêmio Anefac, Fipecafi e Serasa Experian 2025 destacou as empresas que mais se empenham em construir lideranças humanizadas, sustentáveis e transparentes, pilares considerados essenciais para o fortalecimento da confiança no ambiente corporativo. Com a conquista deste ano, a Cemig acumula 19 premiações nas 29 edições do Troféu Transparência, reforçando a posição da empresa como referência nacional em governança, sustentabilidade e relacionamento com investidores, princípios que orientam sua atuação e sustentam sua reputação no mercado de capitais.

ESG Anefac 2025



A Companhia foi uma das vencedoras da categoria Estágio Transformador na 2ª edição do Prêmio ESG Anefac 2025, premiação que distingue empresas com maturidade avançada em práticas de sustentabilidade, governança e responsabilidade social. No Estágio Transformador, as organizações são reconhecidas por posicionar o ESG como base de sua estratégia, exercendo influência direta em suas cadeias de valor e demonstrando resiliência em questões sociais, ambientais e climáticas.

Prêmio Valor Inovação



A Cemig conquistou posição de destaque no Prêmio Valor Inovação Brasil 2025, figurando entre as empresas que mais investem em tecnologia e transformação no país. A Companhia alcançou o 5º lugar como a mais inovadora do setor elétrico, reafirmando seu protagonismo em um dos segmentos mais estratégicos para o desenvolvimento nacional. No ranking geral, a Companhia foi reconhecida entre as 50 empresas mais inovadora do País. O ranking anual é promovido pelo jornal Valor Econômico em parceria com a consultoria Strategy&, da PwC, e é considerado um dos mais relevantes indicadores de inovação corporativa do país.



Prêmio CIER de Inovação 2025



A Cemig conquistou o primeiro lugar no Prêmio CIER de Inovação 2025, na categoria Descentralização. O prêmio, concedido pela Comissão Regional de Integração de Energética, é um dos mais importantes do setor elétrico na América Latina e reforça o protagonismo da Companhia no desenvolvimento de soluções estratégicas para a transição energética.



Finance & Law Summit and Awards

A Vice-Presidência de Finanças e Relações com Investidores da Cemig foi uma das vencedoras da 6ª edição do Finance & Law Summit and Awards, premiação que reconhece as principais áreas jurídicas e financeiras do Brasil. Esse prêmio reconhece todo o trabalho de excelência conduzido pela equipe vice-presidência na Cemig, no sentido de transformar estratégia financeira em resultados concretos para a Cemig.

Top 30



A Cemig foi eleita a melhor empresa do setor de energia na 1ª edição do ranking TOP30 – As Melhores Empresas do Brasil. O ranking foi elaborado pela Austin Rating, agência de classificação de risco com mais de 40 anos de atuação, que avaliou o desempenho das companhias com base nos três últimos balanços anuais (2022, 2023 e 2024). O prêmio coroa o processo de transformação da Cemig para reencontrar o caminho da sustentabilidade econômica e operacional da empresa, fortalecendo a governança, priorizando investimentos em ativos estratégicos e colocando a defesa do interesse dos consumidores na pauta de todas as decisões da Companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.



BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de cálculo	2025			2024		
	Valor (Mil R\$)			Valor (Mil R\$)		
Receita líquida (RL)			42.751.283			39.819.620
Resultado Operacional (RO)			6.750.308			9.877.932
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			1.453.421			1.399.427
2) Indicadores sociais internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	119.115	8,20	0,28	100.510	7,18	0,25
Encargos sociais compulsórios	361.086	24,84	0,84	381.194	27,24	0,96
Previdência privada	94.678	6,51	0,22	90.670	6,48	0,23
Saúde	54.496	3,75	0,13	64.654	4,62	0,16
Segurança e medicina no trabalho	1.494	0,10	-	2.992	0,21	0,01
Educação	212	0,01	-	132	0,01	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.720	0,46	0,02	5.068	0,36	0,01
Creches ou auxílio-creche	2.425	0,17	0,01	2.037	0,15	0,01
Participação nos lucros ou resultados	215.305	14,81	0,50	172.286	12,31	0,43
Outros	6.519	0,45	0,02	10.040	0,72	0,03
Total - Indicadores sociais internos	862.050	59,31	2,02	829.583	59,28	2,08
3) Indicadores sociais externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	4.712	0,07	0,01	3.901	0,04	0,01
Cultura	109.631	1,62	0,26	119.016	1,2	0,3
Esporte	10.051	0,15	0,02	17.558	0,18	0,04
Saúde	3.159	0,05	0,01	5.095	0,05	0,01
Outros - Doações/Subvenções/FIA/AI6%	71.770	1,06	0,17	67.879	0,69	0,17
Total das contribuições para a sociedade	199.323	2,95	0,47	213.449	2,16	0,54
Tributos (excluídos encargos sociais)	13.728.868	203,38	32,11	14.497.788	146,77	36,41
Total – Indicadores sociais externos	13.928.191	206,33	32,58	14.711.237	148,93	36,94
4) Indicadores ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da Companhia	56.319	0,83	0,13	36.519	0,37	0,09
Total dos investimentos em meio ambiente	56.319	0,83	0,13	36.519	0,37	0,09
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	() não possui metas () cumpre de 51 a 75%		(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75%		() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	
	() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	
5) Indicadores do corpo funcional	2025		2024			
Nº de colaboradores ao final do exercício	5.320		5.028			
Nº de admissões durante o exercício	552		551			
Nº de colaboradores temporários	55		96			
Nº de estagiários (as) contratados (as)	90		96			
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária	1.347		1.278			
- 2º Grau	3.946		3.722			
- 1º Grau	27		28			
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	2.091		2.099			
Nº de mulheres que trabalham na Companhia	738		705			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,43		20,60			
Nº de pardos e negros (as) que trabalham na Companhia	2.341		2.070			
% de cargos de chefia ocupados por pardos e negros (as)	19,9		17,59			
Nº de pessoas com deficiência	175		190			



6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

2025

Relação entre a maior e a menor remuneração na Companhia		33,42	
Número total de acidentes de trabalho, considerando empregados próprios		25	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	☐ direção	☒ direção e gerências	☐ todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	☐ direção e gerências	☐ todos (as) empregados (as)	☒ Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a Companhia:	☐ não se envolve	☒ segue as normas da OIT	☐ incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	☐ direção	☐ direção e gerências	☒ todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	☐ direção	☐ direção e gerências	☒ todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	☐ não são considerados	☐ são sugeridos	☒ são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	☐ não apoia	☐ apoia	☒ organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia: 95.162	no Procon: 7.497	8.931

7) Outras informações

2025

Investimentos em questões ambientais	R\$56,3 milhões
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	26 reservatórios e 140 estações de coleta
Resíduos e materiais inservíveis	56 mil toneladas
Óleo mineral regenerado pela Companhia	100 mil litros
Receita com as vendas dos resíduos	R\$38 milhões



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	3.2	42.751.283	39.819.620	4.322.826	4.125.638
CUSTOS					
Custos com energia elétrica e gás	3.3a	(23.680.703)	(21.977.530)	(4.019.820)	(3.426.702)
Custos de construção de infraestrutura	3.3b	(6.102.936)	(5.002.461)	-	-
Custos de operação	3.3c	(5.730.328)	(4.683.753)	(25.832)	(25.054)
		(35.513.967)	(31.663.744)	(4.045.652)	(3.451.756)
LUCRO BRUTO		7.237.316	8.155.876	277.174	673.882
DESPESAS E OUTRAS RECEITAS					
Perdas de créditos esperadas	3.3c	(161.421)	(174.801)	(20)	(14.349)
Despesas gerais e administrativas	3.3c	(826.866)	(819.915)	(60.728)	(41.608)
Outras despesas	3.3c	126.339	(701.610)	(140.524)	(177.333)
Outras receitas	3.3d	174.008	3.194.668	-	-
		(687.940)	1.498.342	(201.272)	(233.290)
Resultado de equivalência patrimonial	9	200.932	223.714	4.812.850	6.746.620
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		6.750.308	9.877.932	4.888.752	7.187.212
Receitas financeiras	3.4	982.104	1.429.996	(72.212)	(9.441)
Despesas financeiras	3.4	(2.061.188)	(1.950.788)	(1.158)	(2.559)
Resultado financeiro líquido		(1.079.084)	(520.792)	(73.370)	(12.000)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.671.224	9.357.140	4.815.382	7.175.212
Imposto de renda e contribuição social corrente	23.2	(562.122)	(1.494.843)	-	(70.800)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.2	(209.485)	(743.010)	82.027	12.734
		(771.607)	(2.237.853)	82.027	(58.066)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.899.617	7.119.287	4.897.409	7.117.146
Total do lucro líquido do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		4.897.409	7.117.146	4.897.409	7.117.146
Participação de acionistas não controladores		2.208	2.141	-	-
		4.899.617	7.119.287	4.897.409	7.117.146
Resultado básico e diluído por ação preferencial	3.5	1,71	2,49		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	3.5	1,71	2,49		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.899.617	7.119.287	4.897.409	7.117.146
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 18)	107.624	1.159.453	10.331	182.968
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 23.2)	(36.592)	(394.214)	(3.513)	(62.209)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controladas e controladas em conjunto	-	-	64.726	644.480
Outros resultados abrangentes	-	(556)	-	(556)
	71.032	764.683	71.544	764.683
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Hedge de fluxo de caixa	512	-	-	-
	512	-	-	-
	71.544	764.683	71.544	764.683
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	4.971.161	7.883.970	4.968.953	7.881.829
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	4.968.953	7.881.829	4.968.953	7.881.829
Participação de acionista não-controlador	2.208	2.141	-	-
	4.971.161	7.883.970	4.968.953	7.881.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		4.899.617	7.119.287	4.897.409	7.117.146
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:					
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	23.2	771.607	2.237.853	(82.027)	58.066
Depreciação e amortização	3.3c	1.533.416	1.376.028	506	216
Baixa de valor residual líquido de ativos de contrato, ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível		210.433	83.438	-	-
Reembolso de subsídios tarifários		(934.961)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	(200.932)	(223.714)	(4.812.850)	(6.746.620)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão		(1.160.596)	(1.205.621)	-	-
Ganho por compra vantajosa		(12.446)	-	-	-
Ganho por remensuração de participação anterior		(61.746)	-	-	-
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP		-	(1.675.626)	-	-
Remensuração da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE)	6	219.168	-	-	-
Juros e variações monetárias		1.160.418	427.823	(96.417)	(90.101)
Variação cambial de empréstimos	3.4	1.544	463.887	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores	23.3	(208.757)	(512.852)	-	-
Reversão de valores a restituir a consumidores		-	(410.626)	-	-
Ganho na alienação de imobilizados e intangíveis		(28.890)	(42.989)	-	-
Ganho na alienação de investimentos	3.3	(59.520)	(1.616.911)	-	-
Amortização de custos de transação de empréstimos	15	28.107	18.752	-	-
Perdas de créditos esperadas	3.3	161.421	174.801	20	14.349
Provisões para contingências	21	655.271	(90.277)	148.295	72.499
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções		-	(146.577)	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	5	(505.758)	(423.293)	-	-
Obrigações pós-emprego	18	(750.390)	487.674	(29.015)	61.688
Outros		(86.596)	(37.427)	(58.744)	
		5.630.410	6.003.630	(32.823)	487.243
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia	14	(418.132)	(553.041)	(21.743)	(51.965)
Reembolso de subsídios tarifários	5	420.458	-	-	-
Tributos a recuperar		(158.723)	274.534	(1.053)	897
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(232.708)	109.904	192.958	185.384
Depósitos vinculados a litígios		(23.502)	115.709	(35.480)	11.290
Ativos de contrato e financeiros da concessão	5 e 6	737.423	851.757	-	-
Outros		(218.514)	(192.519)	65.655	1.582
		106.302	606.344	200.337	147.188
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	17	87.433	(65.125)	77.164	36.454
Impostos, taxas e contribuições	23.3	(216.615)	179.756	(219.376)	(232.175)
Salários e contribuições sociais		12.196	(21.334)	1.111	(747)
Encargos regulatórios		73.679	(61.764)	-	-
Contribuições pagas de benefícios pós-emprego	18	(392.777)	(439.311)	(25.266)	(22.025)
Contas a pagar relacionadas a energia gerada por consumidores		498.714	508.674	-	-
Outros		(332.342)	(253.164)	(42.425)	(38.396)
		(269.712)	(152.268)	(208.792)	(256.889)
Caixa gerado (consumido) nas operações					
Juros recebidos		471.137	351.095	48.897	60.346
Dividendos e JCP recebidos	9	269.052	349.534	3.570.752	4.237.628
Juros sobre debêntures pagos	15	(1.387.495)	(955.864)	-	-
Juros sobre arrendamentos pagos	16	(7.253)	(6.311)	(15)	(15)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(735.907)	(1.135.713)	(21.392)	(22.005)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	19	-	436.455	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		4.076.534	5.496.902	3.556.964	4.653.496
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(17.323.222)	(16.631.213)	(3.513.557)	(1.722.804)
Resgates de títulos e valores mobiliários		17.076.798	16.924.076	3.363.869	1.910.902
Aplicações em fundos vinculados		(1.098.563)	(204.591)	(757)	(9.882)
Resgates de fundos vinculados		1.054.969	-	1.483	-
Aquisição de participação societária e aporte em investidas		(2.705)	(1.027)	(355.900)	(305.780)



	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Alienação de investimentos	11.1	1.158	2.736.817	1.156.020	-
Alienação de ativos imobilizados e intangíveis	11.1	92.683	100.886	-	-
Redução de capital social em investida		-	56.832	-	-
Adição em imobilizado	7	(699.182)	(671.293)	(1)	-
Adição em intangível	8	(378.608)	(248.448)	(3.886)	(3.927)
Adição em ativos de contrato – Infraestrutura de distribuição e gás	6	(5.386.242)	(4.438.739)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(6.662.914)	(2.376.700)	647.271	(131.491)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos obtidos e captação de debêntures, líquidas	15	9.336.811	4.582.208	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(3.968.306)	(4.294.458)	(3.966.145)	(4.292.192)
Pagamentos de debêntures	15	(2.697.201)	(2.974.871)	-	-
Arrendamentos pagos	16	(81.512)	(72.339)	(232)	(246)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2.589.792	(2.759.460)	(3.966.377)	(4.292.438)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.412	360.742	237.858	229.567
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12	1.898.224	1.537.482	417.258	187.691
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12	1.901.636	1.898.224	655.116	417.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	12	1.901.636	1.898.224	655.116	417.258
Títulos e valores mobiliários	13	759.702	357.913	158.234	3.743
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	14	5.795.113	5.596.248	477.575	454.286
Ativos financeiros e setoriais da concessão	5	1.675.291	1.190.020	-	-
Ativos de contrato	6	1.115.452	1.140.037	-	-
Tributos a recuperar		580.004	510.963	2.740	1.687
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.2	396.698	7.283	-	-
Dividendos a receber	10	80.677	111.367	2.179.424	2.088.913
Fundos vinculados	15	239.558	235.206	802	11.465
Contribuição de iluminação pública		340.645	296.061	-	-
Reembolso subsídios tarifários		616.328	208.688	-	-
Outros ativos		978.684	623.708	54.033	55.566
		14.479.788	12.175.718	3.527.924	3.032.918
Ativos classificados como mantidos para venda	11.1	-	56.864	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		14.479.788	12.232.582	3.527.924	3.032.918
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo		26.381.494	23.365.059	2.638.449	2.338.017
Títulos e valores mobiliários	13	-	134.606	-	1.215
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	14	311.771	253.925	2.297	3.863
Tributos a recuperar		1.556.611	1.454.662	589.020	564.822
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.2	592.670	582.348	397.527	239.102
Impostos de renda e contribuição social diferidos	23.2	1.852.995	2.333.721	1.151.273	1.089.940
Depósitos vinculados a litígios		1.311.033	1.196.083	379.659	324.763
Reembolso subsídios tarifários		106.863	-	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	10	29.572	40.393	29.572	40.393
Ativos financeiros e setoriais da concessão	5	8.394.918	6.881.394	-	-
Ativos de contrato	6	12.081.355	10.326.877	-	-
Outros ativos		143.706	161.050	89.101	73.919
Investimentos	9	3.059.741	3.221.020	26.901.131	27.054.069
Imobilizado	7	4.189.942	3.715.105	343	713
Intangível	8	18.547.016	16.805.900	7.865	4.004
Direito de uso	16a	370.095	387.170	2.450	2.417
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		52.548.288	47.494.254	29.550.238	29.399.220
TOTAL DO ATIVO		67.028.076	59.726.836	33.078.162	32.432.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	3.039.004	2.951.571	431.341	354.177
Encargos regulatórios		441.269	343.944	-	-
Participação dos empregados e administradores no resultado		136.100	111.045	25.841	18.398
Impostos, taxas e contribuições	23.3	745.945	724.521	143.797	133.146
Imposto de renda e contribuição social	23.2	133.299	162.975	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		2.928.378	3.611.198	2.925.984	3.608.821
Debêntures	15	3.051.643	2.876.548	-	-
Salários e contribuições sociais		229.611	217.415	12.893	11.782
Contribuição de iluminação pública		542.704	475.032	-	-
Obrigações relacionadas a energia gerada por consumidores	20	1.825.274	1.251.298	-	-
Obrigações Pós-emprego	18	130.155	232.898	6.477	20.406
Indenização compensatória	18	417.705	-	20.553	-
Passivo financeiro da concessão	5	-	16.470	-	-
Valores a restituir a consumidores	23.3	340.800	526.499	-	-
Passivo de arrendamento	16b	89.111	79.228	245	233
Outros passivos		411.507	565.166	28.983	44.373
TOTAL DO CIRCULANTE		14.462.505	14.145.808	3.596.114	4.191.336
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios		148.247	171.893	4.624	4.624
Debêntures e empréstimos	15	16.413.688	9.402.752	-	-
Impostos, taxas e contribuições	23.3	491.736	496.253	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.2	1.569.412	1.543.290	-	-
Provisões	21	2.242.991	1.853.043	447.728	333.908
Obrigações Pós-emprego	18	1.672.414	4.072.608	407.641	519.931
Indenização compensatória	18	834.441	-	41.054	-
Valores a restituir a consumidores	23.3	150.957	166.089	-	-
Passivo de arrendamento	16b	328.118	349.972	2.650	2.579
Outros passivos		131.864	142.049	1.971	1.974
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		23.983.868	18.197.949	905.668	863.016
TOTAL DO PASSIVO		38.446.373	32.343.757	4.501.782	5.054.352
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	4	14.308.909	14.308.909	14.308.909	14.308.909
Reservas de capital		393.093	393.093	393.093	393.093
Reservas de lucros		14.217.595	13.575.648	14.217.595	13.575.648
Ajustes de avaliação patrimonial		(343.217)	(899.864)	(343.217)	(899.864)
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS		28.576.380	27.377.786	28.576.380	27.377.786
CONTROLADORES					
Participação de acionista não-controlador		5.323	5.293	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.581.703	27.383.079	28.576.380	27.377.786
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		67.028.076	59.726.836	33.078.162	32.432.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial						
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Custo atribuído de imobilizado	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	11.006.853	2.249.721	1.674.667	212.868	10.318.598	834.603	421.270	(2.069.345)	-	24.649.235	5.958	24.655.193
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	7.117.146	7.117.146	2.141	7.119.287
Outros resultados abrangentes												
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de tributos	-	-	-	-	-	-	-	765.239	-	765.239	-	765.239
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(556)	-	(556)	-	(556)
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	764.683	7.117.146	7.881.829	2.141	7.883.970
Aumento de capital	3.302.056	(1.856.628)	-	-	(1.445.428)	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício												
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(16.472)	-	16.472	-	-	-
Reservas de incentivos fiscais	-	-	-	114.136	-	-	-	-	(114.136)	-	-	-
Reserva legal	-	-	350.151	-	-	-	-	-	(350.151)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	2.935.900	-	-	-	(2.935.900)	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(834.603)	-	-	834.603	-	-	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	834.603	-	-	(834.603)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,6463 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.848.780)	(1.848.780)	-	(1.848.780)
Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	-	(1.419.847)	-	-	-	-	(1.419.847)	-	(1.419.847)
Dividendos obrigatórios (R\$0,6588 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.884.651)	(1.884.651)	-	(1.884.651)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.806)	(2.806)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	14.308.909	393.093	2.024.818	327.004	10.389.223	834.603	404.798	(1.304.662)	-	27.377.786	5.293	27.383.079
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	4.897.409	4.897.409	2.208	4.899.617
Outros resultados abrangentes												
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de tributos	-	-	-	-	-	-	-	71.032	-	71.032	-	71.032
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	512	-	512	-	512
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	71.544	4.897.409	4.968.953	2.208	4.971.161
Destinação do lucro líquido do exercício												
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(12.397)	-	12.397	-	-	-
Reservas de incentivos fiscais	-	-	-	79.194	-	-	-	-	(79.194)	-	-	-
Reserva legal	-	-	240.911	-	-	-	-	-	(240.911)	-	-	-



	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial						
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Custo atribuído de imobilizado	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	1.156.445	-	-	-	(1.156.445)	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(834.603)	-	-	834.603	-	-	-
Realização de ajustes de remensuração de passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	497.500	(754.501)	(257.001)	-	(257.001)
Juros sobre capital próprio (R\$0,8459 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.419.918)	(2.419.918)	-	(2.419.918)
Dividendos obrigatórios (R\$0,3822 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.093.440)	(1.093.440)	-	(1.093.440)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.178)	(2.178)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	14.308.909	393.093	2.265.729	406.198	11.545.668	-	392.401	(735.618)	-	28.576.380	5.323	28.581.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
RECEITAS				
Venda de energia, gás e serviços	50.265.462	47.552.688	5.020.402	4.790.582
Receita de construção de distribuição de energia e gás	5.657.128	4.712.104	-	-
Receita de construção de transmissão	577.414	425.257	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	334.017	432.727	-	-
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	-	1.675.626	-	-
Remensuração RBSE	(219.168)	-	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	117.161	104.417	-	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	581.618	183.169	-	-
Outras receitas	174.008	1.674.036	-	-
Perdas de créditos esperadas	(161.421)	(174.801)	(20)	(14.349)
	57.326.219	56.585.223	5.020.382	4.776.233
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia elétrica comprada para revenda	(20.697.066)	(18.020.424)	(4.429.610)	(3.775.917)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(3.437.088)	(3.525.697)	56	(63)
Serviços de terceiros	(5.289.958)	(4.263.160)	(28.801)	(23.554)
Gás comprado para revenda	(1.831.192)	(2.700.583)	-	-
Materiais	(3.409.383)	(2.479.194)	(225)	(130)
Outros custos	(1.470.461)	(923.521)	(167.159)	(103.822)
	(36.135.148)	(31.912.579)	(4.625.739)	(3.903.486)
VALOR ADICIONADO BRUTO	21.191.071	24.672.644	394.643	872.747
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(1.533.416)	(1.376.028)	(506)	(216)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	19.657.655	23.296.616	394.137	872.531
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	200.932	223.714	4.812.850	6.746.620
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	451.361	447.097	-	-
Receita de indenização da geração	126.451	86.480	-	-
Receitas financeiras	1.243.702	1.634.822	137.238	148.030
	2.022.446	2.392.113	4.950.088	6.894.650
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	21.680.101	25.688.729	5.344.225	7.767.181
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	883.645	2.035.003	19.709	95.055
Remuneração direta	1.356.082	1.280.370	35.903	21.539
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	(567.977)	669.428	(19.804)	69.689
FGTS	73.451	69.100	3.565	2.828
Programa de desligamento voluntário programado	22.089	16.105	45	999
Impostos, taxas e contribuições	13.728.868	14.497.788	425.909	552.390
Federais	8.021.939	9.048.143	168.183	295.028
Estaduais	5.693.671	5.438.257	257.585	257.162
Municipais	13.258	11.388	141	200
Remuneração de capitais de terceiros	2.167.971	2.036.651	1.198	2.590
Juros	2.149.806	2.027.552	1.158	2.559
Aluguéis	18.165	9.099	40	31
Remuneração de capitais próprios	4.899.617	7.119.287	4.897.409	7.117.146
Juros sobre capital próprio	2.419.918	1.848.780	2.419.918	1.848.780
Dividendos obrigatórios	1.093.440	1.884.651	1.093.440	1.884.651
Lucros retidos	1.384.051	3.383.715	1.384.051	3.383.715
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	2.208	2.141	-	-
	21.680.101	25.688.729	5.344.225	7.767.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 A Cemig

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Cemig Holding”) é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Seu CNPJ é 17.155.730/0001-64.

Em 8 de julho de 2025, a BME - Bolsa y Mercados Españoles Sistemas de Negociación aprovou o pedido de deslistagem das ações de emissões da Cemig no Mercado de Valores Latino-Americanos (Latibex), com efeitos a partir de 10 de julho de 2025

A Cemig está sediada no Brasil, na Avenida Barbacena, nº 1.200, bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Cemig, em conjunto com as suas controladas (“Companhia”), tem como atividades:

- comercialização de energia elétrica;
- construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica;
- serviços de geração distribuída e soluções de eficiência energética; e
- distribuição de gás.

Dessa forma, as operações da Cemig e suas controladas estão divididas em 6 segmentos reportáveis ([nota explicativa nº 3.1](#)): geração, transmissão, comercialização, distribuição, gás e participações.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Cemig e suas controladas.

Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado (ativo circulante menos passivo circulante) positivo R\$17.283 (negativo de R\$1.913.226 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia tem feito captações de recursos de terceiros para realização do seu programa de investimentos, com destaque para o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD). Os investimentos nos ativos



operacionais são capitalizados no ativo não circulante, impactando o cálculo do CCL, que considera apenas o curto prazo.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e avalia medidas para ajustar sua situação patrimonial conforme necessário. A Companhia tem um histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade, conforme apresentado nas Demonstrações dos resultados e nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

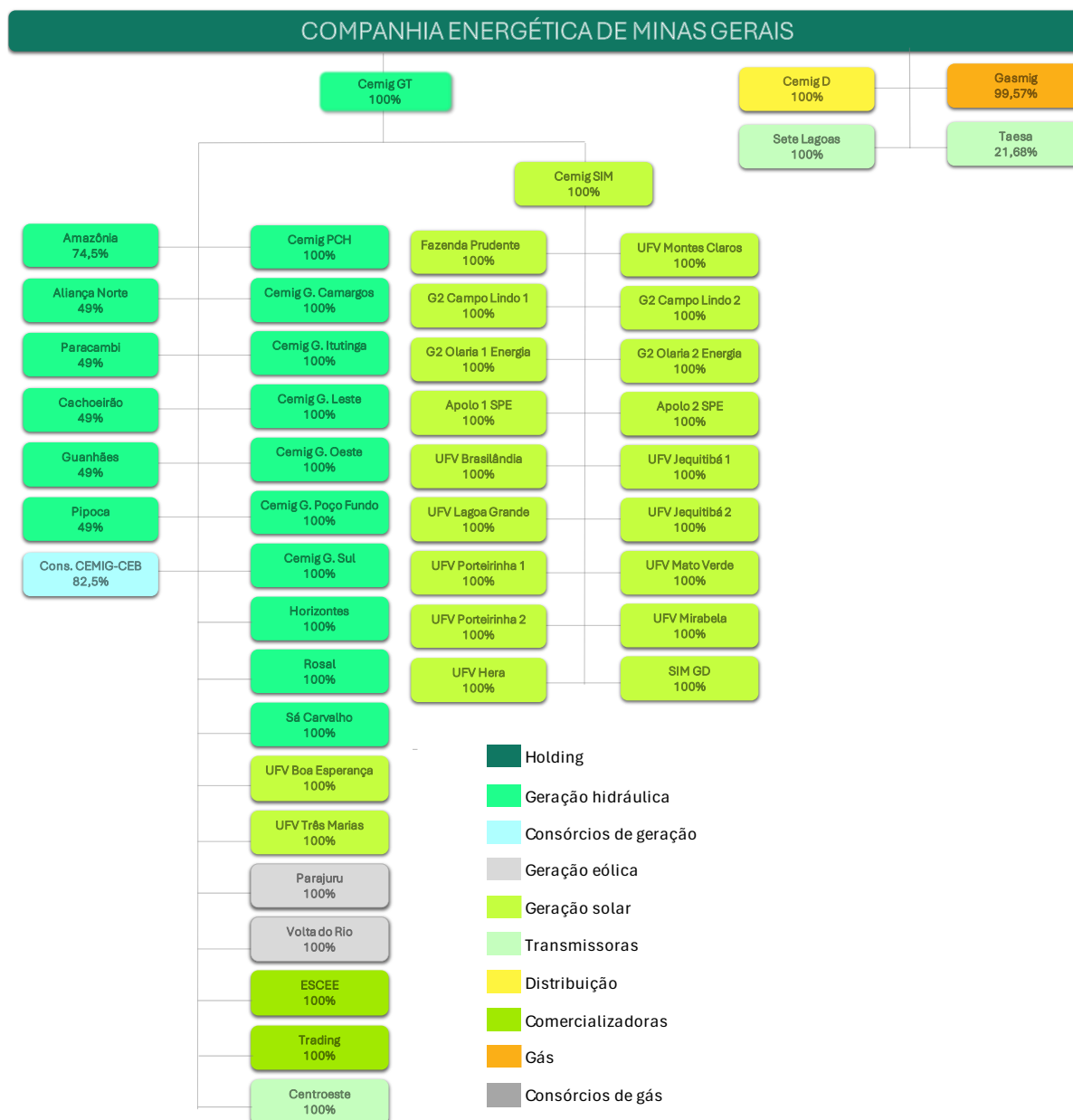
A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender às necessidades de capital de giro, investimentos, serviço da dívida e outras necessidades de caixa pelo menos para os próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos disponíveis nas instituições financeiras com as quais opera.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração da Companhia avaliou sua capacidade de continuar operando e acredita que suas operações têm capacidade de gerar recursos suficientes para continuar suas atividades no futuro previsível. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua continuidade operacional. Portanto, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.



1.2 Participações societárias

A Companhia em 31 de dezembro de 2025 possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto.





1.3 Concessões e autorizações

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

	Tipo	Localidade/Estado	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA					
Usinas hidrelétricas					
Theodomiro Carneiro Santiago (1)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	05/2027
Nova Ponte (1)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	08/2027
Sá Carvalho (1)	UHE	Antônio Dia/MG	Sá Carvalho	01/2004	08/2026
Rosal (1)	UHE	Entre Guaçuil/ES e Bom Jesus do Itabapoama/RJ	Rosal	01/1997	12/2035
Pai Joaquim (1)	PCH	Entre Sacramento e Santa Juliana/MG	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	UHE	Entre Berilo e Grão Mogol/MG	Cemig GT	14/2000	09/2037
Queimado (Consórcio) (1)	UHE	Entre Cabeceira Grande/MG, Unai/MG e Cristalina/GO	Cemig GT	06/1997	06/2034
Poço Fundo (1)	PCH	Entre Poço Fundo e Campestre/MG	Poço Fundo	01/2021	05/2052
Três Marias (2)	UHE	Três Marias/MG	Cemig GT	08/2016	01/2053
Salto Grande (2)	UHE	Braúnas/MG	Cemig GT	09/2016	01/2053
Itutinga (2)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2053
Camargos (2)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2053
Coronel Domiciano (2)	PCH	Muriáé/MG	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	04/2047
Joasal (2)	PCH	Juiz de Fora/MG			
Paciência (2)	CGH	Matias Barbosa/MG			
Piau (2)	PCH	Piau/MG			
Dona Rita (2)	PCH	Santa Rita do Itabira/MG	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	07/2050
Ervália (2)	PCH	Ervália/MG			04/2047
Neblina (2)	PCH	Ipanema/MG			01/2053
Peti (2)	PCH	São Gonçalo do Rio			03/2047
Tronqueiras (2)	PCH	Abaixo/MG			12/2046
Cajurú (2)	PCH	Entre Carmo do Cajuru e	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2053
Gafanhoto (2)	PCH	Divinópolis/MG			
Usinas eólicas					
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	-	Beberibe/CE	Praiais de Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	-	Acaraú/CE	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO DE ENERGIA					
Rede Básica (4)	-	-	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	-	-	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (4)	-	-	Centroeste	004/2005	03/2035
Subestação Sete Lagoas 4 (4)	-	-	Sete Lagoas	006/2011	06/2041
Linha de transmissão Governador Valadares 6 – Verona	-	-	Centroeste	001/2023	03/2053
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA				002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS		Minas Gerais	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa"). Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração das controladas, que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.



a) Concessões de geração

No negócio Geração, a Companhia auferir receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR) e no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Manifestação de interesse na prorrogação de concessão

A Cemig GT, visando garantir o direito de renovação das concessões de geração com vencimentos previstos para 2026 e 2027, protocolou manifestações de interesse na prorrogação das concessões das UHEs Sá Carvalho, Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte.

Em relação à UHE Sá Carvalho, foram protocoladas manifestações de interesse em fevereiro de 2023, mediante transferência de controle acionário, nos termos do Decreto 9.271/2018, e, adicionalmente, em julho de 2023, pelo regime de Cotas de Garantia Física, conforme Lei 12.783/2013.

Para as UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte, a Cemig GT reiterou, nas correspondências encaminhadas ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Aneel em julho de 2023, seu interesse na prorrogação das respectivas concessões, pelo regime de Cotas de Garantia Física. Em novembro de 2023, foram apresentadas manifestações adicionais considerando a modalidade de transferência do controle acionário das usinas. Com a publicação da Lei 15.269/2025, estabeleceu-se nova possibilidade de renovação das concessões, a critério do Poder Concedente, permitindo a manutenção das concessões por até 30 anos, condicionada ao pagamento de bonificação de outorga.

Sendo assim, em novembro de 2025, a Cemig GT enviou correspondência ao MME e ANEEL manifestando interesse na renovação das concessões das UHEs Sá Carvalho, Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte nos termos na Lei 15.269/2025.

Os processos de renovação das UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte encontram-se em fase de avaliação pela Aneel, enquanto o processo referente à UHE Sá Carvalho está sob análise do MME.

A Companhia ressalta que tais manifestações de interesse têm como finalidade assegurar o direito à eventual prorrogação dos Contratos de Concessão nºs 01/2004 e 07/1997, por até 30 anos, nos termos da legislação vigente e a critério do Poder Concedente.



A Companhia reforça que qualquer decisão sobre o tema dependerá da divulgação, pelo MME e pela Aneel, das condições aplicáveis à prorrogação das concessões, que será submetida à deliberação dos órgãos de governança competentes da Companhia.

Por fim, a apresentação dessas manifestações de interesse não suspende a análise de alternativas legais, em andamento, para a prorrogação das concessões que estão por vencer.

b) Concessões de transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Cemig e suas controladas estão autorizadas a cobrar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

c) Concessão de distribuição de energia elétrica

A Cemig D detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela Cemig D são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à Cemig D, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Cemig D não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Cemig D tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Cemig D, tais como o custo



da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Cemig D, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Cemig D.

A Cemig D também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas à fiscalização da Aneel na forma dos procedimentos de revisão tarifária definidos pela regulação previamente a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Cemig D está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Cemig D celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- o reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos: o indicador Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e o indicador Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, sendo que eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por



dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Reajuste Tarifário Anual

Em 20 de maio de 2025, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, para vigência até 27 de maio de 2026, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 7,78%, sendo 9,45%, em média, para consumidores conectados na Alta e média tensão e de 7,03%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão, sendo que para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão, o reajuste médio foi de 6,86%.

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão – Grupo A	9,45%
Baixa tensão – Grupo B	7,03%
Reajuste médio	7,78%

Este resultado decorre do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculados conforme estabelecido no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), para a formação da Receita Requerida; da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo tarifário anterior, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

Na composição do efeito médio, a variação dos custos da Parcela A contribuiu em 6,12%, a atualização da Parcela B foi responsável por 1,36%, refletindo, dentre outros fatores, a variação acumulada do IPCA de 5,53% no período de maio de 2024 a abril de 2025, e os componentes financeiros foram responsáveis pelos 0,3% restantes.

d) Concessão de distribuição de gás

A Gasmig possui a concessão para exploração industrial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado no estado de Minas Gerais pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis conforme previsão contratual, contados a partir da publicação da Lei Estadual nº 11.021 de 11 de janeiro de 1993. Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o segundo termo aditivo ao contrato de concessão e o prazo da concessão foi prorrogado até 10 de janeiro de 2053.

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no estado de Minas Gerais as tarifas de gás natural são fixadas pelo órgão regulador, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), de acordo com as características de consumo dos clientes.

As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à distribuição de gás. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e, uma vez ao ano, para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela Gasmig.



Além destes reajustes, estão previstas revisões tarifárias periódicas que deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a partir do final deste 1º ciclo, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Gasmig e adequar às tarifas. No contrato de concessão também é prevista a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Reajustes tarifários da distribuição de gás

Durante o exercício de 2025 foram emitidas pela SEDE as seguintes resoluções contendo os reajustes tarifários de 2025:

Resolução	Início da vigência	Redução média conforme faixa de consumo e categorias tarifárias
Nº 7, de 24 de janeiro de 2025	1º de fevereiro de 2025	Entre 5,34% e 6,17% de aumento para o mercado urbano. Entre 0,18% e 1,32% de redução para as demais categorias.
Nº 15, de 30 de abril de 2025	1º de maio de 2025	Entre 0,78% e 1,18% de aumento
Nº 41, de 1º de agosto de 2025	1º de agosto de 2025	Entre 5,9% e 7,4% de redução
Nº 69, de 4 de novembro de 2025	1º de novembro de 2025	Entre 4,4% e 6,6% de redução

e) Concessões onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração, a Cemig GT e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato ou por até 5 anos, desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração.

Essas concessões preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

Empreendimento	Período de vigência da concessão	Valor nominal em 31/12/2025	Valor presente em 31/12/2025	Percentual de participação %	Índice de atualização	Valor pago em 2025
Irapé	03/2006 a 09/2037	41.535	22.381	100	IGPM	3.427
Queimado (Consórcio)	01/2004 a 06/2034	8.553	5.377	82,5	IGPM	986

A taxa utilizada pela Cemig GT e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão. A parcela da Cemig GT no consórcio Queimado é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Adicionalmente, a Cemig GT produz energia por meio de 4 hidrelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, e que, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.



f) Geração distribuída

A Aneel implementou, em 2012, por meio da Resolução Normativa Aneel nº 482, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), a fim de incentivar a geração de energia renovável. Esse sistema permite que a energia injetada por unidades consumidoras com micro ou minigeração distribuída seja cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica.

Para que tenham acesso aos benefícios do SCEE, os usuários devem solicitar a realização da conexão na rede de distribuição local. Após aprovação da documentação e tratativas dos serviços necessários, as condições técnicas e comerciais definitivas serão apresentadas pela distribuidora na emissão do Parecer de Acesso, que também garante a reserva de carga e/ou da geração pretendida.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ou com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas *IFRS Accounting Standards*, essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil, para elaboração das demonstrações financeiras individuais da Cemig, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*).

Todas as informações contábeis relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.



O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 19 de março de 2026.

2.2 Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 2024 e 2025

A Companhia reestruturou a apresentação das notas explicativas referentes ao exercício de 2025, em comparação ao exercício de 2024. Foram considerados critérios de utilidade, relevância e conectividade das informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

A seguir, apresenta-se a correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais dos exercícios de 2024 e 2025

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2024	31/12/2025	
1	1	Contexto operacional
2	1.3	Concessões e autorizações
3	2	Base de elaboração das demonstrações financeiras
4	2.8	Princípios de consolidação
5	3.1	Resultado por segmento
6	12	Caixa e equivalentes de caixa
7	13	Títulos e valores mobiliários
8	14	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
9	23.1	Tributos a recuperar
10	23.2	Imposto de renda e contribuição social
11	22	Depósitos vinculados a litígios
12	5	Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão
13	6	Ativos de contrato
14	9	Investimentos em participações societárias
15	7	Imobilizado
16	8	Intangível
17	16	Arrendamentos
18	17	Fornecedores
19	23.3	Impostos, taxas e contribuições e valores a restituir a consumidores
20	15	Empréstimos e debêntures
21	23.4	Encargos regulatórios
22	20	Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores
23	18	Obrigações Pós-emprego
24	21	Provisões
25	4	Patrimônio líquido
26	3.2	Receita operacional líquida
27	3.3	Custos, despesas e outras receitas
28	3.4	Resultado financeiro
29	10	Transações com partes relacionadas
30	19	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
31	11	Ativos mantidos para venda e alienações
32	11	Ativos mantidos para venda e alienações
33	24	Obrigações contratuais
34	25	Eventos subsequentes



2.3 Bases de mensuração, moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos classificados como mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado nas notas explicativas nº 19 e 11.1.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cemig e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Cemig e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- [Nota 3.2](#) – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado e margem de construção)
- [Nota 5](#) – Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão (mensuração do valor justo)
- [Nota 6](#) – Ativos de contrato (definição da margem de construção e remensuração do ativo de contrato)
- [Nota 7](#) – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos e avaliação do valor recuperável)



- [Nota 8](#) – Intangíveis (capitalização de gastos como custo da infraestrutura, previsão de vida útil dos ativos, valor justo do direito de extensão da outorga em virtude da repactuação do GSF – *Generation Scaling Factor* e avaliação do valor recuperável)
- [Nota 9](#) – Investimentos em participação societária (avaliação do valor recuperável e ajuste a valor justo dos investimentos)
- [Nota 11](#) – Ativos classificados como mantidos para venda (mensuração do valor justo)
- [Nota 14](#) – Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia (perdas de créditos esperadas)
- [Nota 16](#) – Arrendamentos (mensuração do valor presente do passivo de arrendamento, considerando a intenção da Companhia em opções de renovação; mensuração subsequente do direito de uso)
- [Nota 18](#) – Obrigações pós-emprego (principais premissas atuariais na mensuração das obrigações pós-emprego)
- [Nota 19](#) – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração do valor justo)
- [Nota 21](#) – Provisões (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos)
- [Nota 23.2](#) – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro)

2.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa 2.6, que são normas que tiveram o início de sua vigência a partir de janeiro de 2025 e, pelo descrito na nota explicativa 2.7, que trata das normas emitidas, mas ainda não vigentes. As políticas contábeis adotadas estão em conformidade às normas e regulamentos descritos na nota explicativa 2.1 Declaração de conformidade.



2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 18 (R3) / IAS 28 e ICPC 09 - Aplicação do MEP para controladas nas demonstrações individuais A alteração contempla a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas, harmonizando as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais. A alterações na ICPC 09 foram apenas para ajustar a sua redação em virtude de atualizações posteriores à sua emissão. As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	01/01/2025
CPC 02 (R2) /IAS 21 e CPC 37 (R1) / IFRS 1 – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis. As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	01/01/2025
OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados. A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	01/01/2025

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma e principais alterações	Início da vigência
IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/ CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2026
IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/ CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2026
IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Essa norma substitui o CPC 26/ IAS 1 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações. A Companhia está em processo de avaliação do impacto da nova norma contábil, particularmente no que se refere à estrutura da demonstração de resultados, à demonstração dos fluxos de caixa e às divulgações adicionais exigidas para medidas de desempenho (MPMs). A Companhia também está avaliando o impacto sobre a forma como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo para itens atualmente rotulados como “outros”.	01/01/2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas IFRS. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes dessa alteração.	01/01/2027



Norma e principais alterações

Início da vigência

IFRS 10/ CPC 36 (R3) e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto

Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*.

Ainda não definido

A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes dessa alteração e aguarda o posicionamento formal sobre o início da vigência.

2.8 Princípios de consolidação

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Controladora. As políticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades Controladas	31 de dezembro de 2025 e 2024	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição S.A.	Consolidação	100,00
Companhia de Gás de Minas Gerais	Consolidação	99,57
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.	Consolidação	100,00

Mais detalhes sobre as participações estão apresentados na [nota explicativa nº 1.2](#).

Política contábil material

Controladas

A Cemig controla uma investida quando tem poder que lhe garante a (i) direção de suas atividades pertinentes, além de (ii) direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com esta investida e (iii) capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor destes retornos. A Cemig avalia se exerce ou não controle sobre a investida quando fatos e circunstâncias indicam que há mudanças em um ou mais desses três elementos de controle.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão em linha com as adotadas pela Controladora.

As informações financeiras das controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e os saldos de ativos, passivos e resultado são consolidados linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações decorrentes de operações *intercompany* são eliminadas no processo de consolidação.

Quando a Cemig perde o controle exercido sobre uma controlada, os ativos e passivos desta investida são baixados pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido.



Qualquer investimento retido é reconhecido pelo valor justo na data da perda do controle e ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Controladas em conjunto

As controladas em conjunto representam as investidas, nas quais a Companhia possui o controle compartilhado com outra empresa por meio de acordo contratualmente convencionado, independente do percentual de participação no capital votante. Assim, a Companhia não exerce individualmente o poder de tomada de decisões financeiras e operacionais na investida.

As políticas contábeis das controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mais detalhes estão divulgados na seção de políticas contábeis da [nota explicativa nº 9](#).

Operações em conjunto (*joint operation*)

A participação em consórcio detida pela Companhia é contabilizada de acordo com a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações relacionadas ao negócio.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Participação de acionistas não controladores

A participação de acionista não controlador é reconhecida pela participação proporcional dos acionistas não controladores nos ativos líquidos da investida, quando aplicável. Ela é apresentada no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.



3. RESULTADO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

3.1. Resultado por segmento

Os segmentos operacionais apresentados refletem como a Cemig e suas controladas realizam a gestão, estrutura organizacional e acompanhamento de resultados.

As informações por segmentos são elaboradas considerando 6 segmentos reportáveis, sendo:

- **Geração:** compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas, eólicas e solares, sendo caracterizada pela venda de energia própria no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, cotas de garantia física e para o segmento de comercialização.
- **Transmissão:** compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia.
- **Comercialização:** compreende a comercialização de energia elétrica para clientes livres e a prestação de serviços correlatos. Para atender ao mercado, a comercializadora adquire energia do segmentos de geração e de terceiros.
- **Distribuição:** compreende a distribuição e comercialização de energia elétrica para clientes cativos, e a operação e manutenção da infraestrutura e serviços correlatos.
- **Gás:** compreende a exploração industrial, institucional e residencial dos serviços de distribuição e comercialização de gás canalizado no estado de Minas Gerais.
- **Participações/Holding:** compreende a gestão das participações que são controladas em conjunto, em linha com as estratégias de negócio da Companhia. Também são incluídos nesse segmento os resultados da Controladora, com a atividade de holding, e da Cemig Sim.

As transações intersegmentos que ocorrem entre os segmentos de geração e comercialização consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia.



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO DE 2025

Descrição	Energia elétrica				Gás	Participações / Holding	Total	Eliminações (1)	Consolidado
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	3.074.582	1.447.210	8.420.606	29.043.367	2.789.275	119.582	44.894.622	(2.143.339)	42.751.283
Intersegmentos	1.475.430	574.706	930	92.273	-	-	2.143.339	(2.143.339)	-
Terceiros	1.599.152	872.504	8.419.676	28.951.094	2.789.275	119.582	42.751.283	-	42.751.283
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(619.582)	(357)	(8.216.345)	(15.511.085)	(1.442.064)	(2.460)	(25.791.893)	2.111.190	(23.680.703)
Intersegmentos	(86.759)	(155)	(1.386.204)	(634.727)	-	(3.345)	(2.111.190)	2.111.190	-
Terceiros	(532.823)	(202)	(6.830.141)	(14.876.358)	(1.442.064)	885	(23.680.703)	-	(23.680.703)
CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS (2)	(751.889)	(918.996)	(93.503)	(10.098.971)	(601.184)	(88.810)	(12.553.353)	32.149	(12.521.204)
Pessoal	(146.006)	(158.582)	(40.578)	(989.944)	(63.519)	(54.792)	(1.453.421)	-	(1.453.421)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(19.693)	(20.054)	(8.211)	(135.483)	(11.913)	(19.951)	(215.305)	-	(215.305)
Obrigações pós-emprego	73.503	45.424	10.409	578.059	-	42.995	750.390	-	750.390
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas, líquidas	(286.039)	(299.493)	(39.625)	(2.483.857)	(94.814)	(74.423)	(3.278.251)	32.149	(3.246.102)
Intersegmentos	(24.996)	(2.633)	-	(4.039)	(206)	(275)	(32.149)	32.149	-
Terceiros	(261.043)	(296.860)	(39.625)	(2.479.818)	(94.608)	(74.148)	(3.246.102)	-	(3.246.102)
Depreciação e amortização	(329.560)	(15.106)	(11)	(1.054.325)	(102.405)	(32.009)	(1.533.416)	-	(1.533.416)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(44.094)	(25.377)	(15.487)	(728.274)	3.152	(84.342)	(894.422)	-	(894.422)
Custos de construção da infraestrutura	-	(445.808)	-	(5.325.443)	(331.685)	-	(6.102.936)	-	(6.102.936)
Outras receitas	-	-	-	40.296	-	133.712	174.008	-	174.008
	(751.889)	(918.996)	(93.503)	(10.098.971)	(601.184)	(88.810)	(12.553.353)	32.149	(12.521.204)
CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS	(1.371.471)	(919.353)	(8.309.848)	(25.610.056)	(2.043.248)	(91.270)	(38.345.246)	2.143.339	(36.201.907)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	200.932	200.932	-	200.932
RESULTADO ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.703.111	527.857	110.758	3.433.311	746.027	229.244	6.750.308	-	6.750.308
Resultado financeiro	2.250	(30.516)	17.335	(886.301)	(49.364)	(132.488)	(1.079.084)	-	(1.079.084)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.705.361	497.341	128.093	2.547.010	696.663	96.756	5.671.224	-	5.671.224
Imposto de renda e contribuição social	(184.582)	(45.377)	35.144	(425.838)	(183.103)	32.149	(771.607)	-	(771.607)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.520.779	451.964	163.237	2.121.172	513.560	128.905	4.899.617	-	4.899.617
Participação dos acionistas controladores	1.520.779	451.964	163.237	2.121.172	511.352	128.905	4.897.409	-	4.897.409
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	2.208	-	2.208	-	2.208

(1) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).

(2) As informações dos custos e despesas por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios.



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO DE 2024

Descrição	Energia elétrica				Gás	Participações / Holding	Total	Eliminações (1)	Consolidado
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	2.919.344	1.293.171	7.278.694	26.617.173	3.477.047	130.567	41.715.996	(1.896.376)	39.819.620
Intersegmentos	1.387.790	460.441	-	37.513	18	10.614	1.896.376	(1.896.376)	-
Terceiros	1.531.554	832.730	7.278.694	26.579.660	3.477.029	119.953	39.819.620	-	39.819.620
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(382.833)	(325)	(6.508.816)	(14.734.515)	(2.126.709)	(86.048)	(23.839.246)	1.861.716	(21.977.530)
Intersegmentos	(31.894)	(148)	(1.308.627)	(517.200)	-	(3.847)	(1.861.716)	1.861.716	-
Terceiros	(350.939)	(177)	(5.200.189)	(14.217.315)	(2.126.709)	(82.201)	(21.977.530)	-	(21.977.530)
CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS (2)	(741.707)	932.459	(140.556)	(8.997.672)	(587.226)	1.312.170	(8.222.532)	34.660	(8.187.872)
Pessoal	(149.569)	(149.009)	(28.657)	(967.559)	(59.315)	(45.318)	(1.399.427)	-	(1.399.427)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(17.937)	(16.077)	(2.189)	(103.959)	(13.448)	(18.676)	(172.286)	-	(172.286)
Obrigações pós-emprego	(51.363)	(31.740)	(7.274)	(322.834)	-	(71.302)	(484.513)	-	(484.513)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas, líquidas	(248.956)	(97.116)	(26.245)	(2.295.218)	(82.811)	(96.519)	(2.846.865)	34.660	(2.812.205)
Intersegmentos	(28.101)	(2.657)	-	(2.265)	(184)	(1.453)	(34.660)	34.660	-
Terceiros	(220.855)	(94.459)	(26.245)	(2.292.953)	(82.627)	(95.066)	(2.812.205)	-	(2.812.205)
Depreciação e amortização	(324.764)	(8.834)	(15)	(921.920)	(97.621)	(22.874)	(1.376.028)	-	(1.376.028)
Provisões e ajustes para perdas operacionais (3)	7.893	4.960	(76.176)	(7.571)	(538)	(64.188)	(135.620)	-	(135.620)
Custos de construção da infraestrutura	-	(290.357)	-	(4.378.611)	(333.493)	-	(5.002.461)	-	(5.002.461)
Outras receitas	42.989	1.520.632	-	-	-	1.631.047	3.194.668	-	3.194.668
CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS	(1.124.540)	932.134	(6.649.372)	(23.732.187)	(2.713.935)	1.226.122	(32.061.778)	1.896.376	(30.165.402)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	223.714	223.714	-	223.714
RESULTADO ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.794.804	2.225.305	629.322	2.884.986	763.112	1.580.403	9.877.932	-	9.877.932
Resultado financeiro	(179.933)	(108.322)	23.547	(16.816)	(52.453)	(186.815)	(520.792)	-	(520.792)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.614.871	2.116.983	652.869	2.868.170	710.659	1.393.588	9.357.140	-	9.357.140
Imposto de renda e contribuição social	(333.818)	(556.697)	(136.335)	(661.917)	(212.753)	(336.333)	(2.237.853)	-	(2.237.853)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.281.053	1.560.286	516.534	2.206.253	497.906	1.057.255	7.119.287	-	7.119.287
Participação dos acionistas controladores	1.281.053	1.560.286	516.534	2.206.253	497.906	1.057.255	7.119.287	-	7.119.287
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	2.141	-	2.141	-	2.141

(1) (A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).

(2) As informações dos custos e despesas por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios.

(3) Inclui a perda por redução ao valor recuperável da mais-valia do investimento da Cemig GT na Aliança Norte, apresentada no segmento de Participações.



As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas ao principal gestor das operações para tomada de decisões, que é a Diretoria Executiva.

Política contábil material

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais para os quais existem informações financeiras individualizadas são revistos frequentemente pelo principal gestor das operações para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados ao principal gestor das operações incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

3.2. Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	35.902.039	34.341.226	4.821.343	4.677.050
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	5.843.870	5.133.598	-	-
CVA e outros componentes financeiros (1)	505.758	423.293	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (2)	-	512.852	-	-
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	346.244	383.483	-	-
Receita de construção e melhoria	577.414	425.257	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 6)	334.017	432.727	-	-
Receita de indenização da geração (nota 5.2)	126.451	86.480	-	-
Receita de construção de distribuição (3) (nota 6) (nota 8)	5.657.128	4.712.104	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	117.161	104.417	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (nota 5.3)	451.361	447.097	-	-
Liquidação na CCEE	268.373	91.866	140.161	53.824
Fornecimento de gás (4)	3.081.554	3.918.525	-	-
Compensação por violação de padrão indicador de continuidade	(154.745)	(157.485)	-	-
Outras receitas (c)	4.472.369	2.905.328	58.898	59.708
Tributos e encargos incidentes sobre a receita (d)	(14.777.711)	(13.941.148)	(697.576)	(664.944)
Receita líquida	42.751.283	39.819.620	4.322.826	4.125.638

(1) Esta receita corresponde ao total de adições e amortizações apresentados na [nota explicativa nº 5.4](#).

(2) Em maio de 2024, a Cemig D concluiu a devolução dos valores referentes à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores, que vinha sendo devolvido a partir de revisões tarifárias. Desse modo, a recomposição da receita referente à realização do passivo ocorreu até o segundo trimestre de 2024.

(3) Essa variação está associada ao aumento do número de obras efetuadas, pela Cemig D, principalmente em redes de distribuição de energia elétrica, em linha com o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), e, pela Gasmig, em linha com o Projeto Centro-Oeste.

(4) Essa variação está impactada principalmente, pela migração de clientes para o mercado livre e queda no volume vendido.



a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Consolidado				Controladora			
	MWh		R\$		MWh		R\$	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Residencial (1)	15.081.976	14.430.293	14.259.213	12.970.964	-	-	-	-
Industrial	18.589.692	17.820.062	5.104.698	5.376.852	7.854.534	8.166.506	1.834.118	1.884.212
Comércio, serviços e outros	12.350.345	11.801.947	6.805.292	6.613.450	1.773.634	1.845.504	370.151	376.250
Rural	3.749.606	3.577.553	2.665.782	2.527.684	151.636	98.803	28.425	18.986
Poder público	1.156.763	1.031.480	960.673	937.112	-	-	-	-
Iluminação pública	945.998	972.599	589.939	545.576	-	-	-	-
Serviço público	728.624	919.849	583.098	727.758	25.264	-	-	-
Subtotal	52.603.004	50.553.783	30.968.695	29.699.396	9.805.068	10.110.813	2.232.694	2.279.448
Consumo próprio	28.750	30.339	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(40.672)	91.584	-	-	(49.874)	24.411
	52.631.754	50.584.122	30.928.023	29.790.980	9.805.068	10.110.813	2.182.820	2.303.859
Suprimento a outras concessionárias (2)	20.708.996	17.191.591	4.961.307	4.500.121	10.223.866	9.005.978	2.625.473	2.338.588
Suprimento não faturado líquido	-	-	12.709	50.125	-	-	13.050	34.603
Total	73.340.750	67.775.713	35.902.039	34.341.226	20.028.934	19.116.791	4.821.343	4.677.050

- (1) O aumento no fornecimento de energia para clientes residenciais justifica-se, principalmente, por aumento na quantidade de consumidores, juntamente com a revisão tarifária de 2025.
- (2) Inclui Contratos de Cessão de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, vendas no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e receitas de Gestão de Ativos de Geração (GAG).

b) Receita de concessão da transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

Consolidado	2025			2024		
	Construção e melhorias	Operação e manutenção (1)	Total	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total
Receita de concessão da transmissão (2)	577.414	584.927	1.162.341	425.257	383.483	808.740
Custos de concessão da transmissão	(445.808)	(473.188)	(918.996)	(290.357)	(297.816)	(588.173)
Margem	131.606	111.739	243.345	134.900	85.667	220.567
Mark-up (%)	29,52%	23,61%	26,48%	46,46%	28,77%	37,50%

- (1) A receita de operação e manutenção da transmissão, decorrente de operações *intercompany*, não é eliminada da receita consolidada para fins de cálculo da margem. Essa receita é afetada pela diferença entre a RAP (Receita Anual Permitida) estimada dos projetos e o efetivo recebimento até a homologação da Revisão Tarifária Periódica, de forma a não alterar a TIR (Taxa Interna de Retorno).
- (2) Essa abertura não está incluindo a remuneração financeira do ativo de contrato que também faz parte da receita de concessão da transmissão.

c) Outras receitas

	Consolidado	
	2025	2024
Serviço taxado	18.681	17.548
Prestações de serviços	139.932	97.596
Subvenções - Baixa renda (1)	631.233	463.374
Subsídio SCEE (2)	389.843	(14.184)
Subsídio Eletrobras (Axia Energia) (3)	17.282	104.264
Subsídio de bandeiras tarifárias (4)	426.717	153.359
Subvenção da CDE para custear descontos tarifários (5)	1.968.959	1.334.483
Subvenções vinculados ao EUST	73.710	70.756
Aluguel e arrendamento	681.546	561.779
Outras	124.466	116.353
Total	4.472.369	2.905.328

- (1) O aumento está associado ao Reajuste Tarifário Anual de 2025 e ao aumento na quantidade de unidades consumidoras, principalmente, em decorrência da medida provisória 1.300 de 2025 que foi convertida na Lei 15.235 de 8 de outubro de 2025, que passou a garantir 100% de isenção para o consumo até 80 KWh mensais.
- (2) O subsídio do SCEE (Sistema de Compensação de Energia Elétrica) é um valor direcionado a custear os benefícios tarifários das unidades consumidoras participantes do SCEE que foi introduzido pela Aneel a partir da revisão tarifária de 2023. A previsão concedida em 2023 foi superior



aos montantes apurados e o ajuste em 2024 superou o valor do subsídio para o próprio ano, motivo que fez com que o valor do exercício de 2024 fosse mais baixo. Além disso, a variação decorre do aumento dos descontos concedidos pela Cemig D em 2025.

- (3) Com a Medida Provisória 1.212/2024, os recursos do aporte da Eletrobrás (Axia Energia) na CDE foram antecipados para quitação da Conta Covid e Conta Escassez Hídrica, reduzindo os valores diretamente aportados na conta CDE em 2025, em comparação a 2024.
- (4) Esse subsídio é impactado pelo acionamento ou não das bandeiras amarela e vermelha, que possuem custo adicional na tarifa de energia. Em 2025 houve acionamento das bandeiras “Amarela” em maio; “Vermelha – patamar 1” nos meses de junho, julho, outubro e novembro; “Vermelha – patamar 2” nos meses de agosto e setembro; e “Amarela” em dezembro. Em 2024 houve acionamento da bandeira “Amarela” em julho, e “Vermelha – patamar 1” em setembro, “Vermelha – patamar 2” em outubro e “Amarela” em novembro. Nos demais meses, não houve acionamento, permanecendo a bandeira verde.
- (5) O montante para esse subsídio é definido na Resolução Homologatória de cada reajuste tarifário. A variação decorre, principalmente, do aumento nos descontos que a Cemig concede, principalmente para as classes “Carga Fonte Incentivada”.

Subvenções e Subsídios tarifários

Os seguintes subsídios tarifários são reembolsados por meio dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE:

- Subsídio de bandeiras tarifárias, que são os valores incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público;
- Subvenções de baixa renda;
- Subsídio relativo ao SCEE (Sistema de Compensação de Energia Elétrica), liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023 para compensação de geração distribuída;
- Subsídio Eletrobrás (Axia Energia), referente aos valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica;
- Subvenção da CDE para custear descontos tarifários;
- Subvenções vinculadas ao EUST (Encargo de Uso da Rede de Transmissão).

No exercício de 2025, o montante apropriado como receita de subsídios e subvenções reembolsados via CDE totalizou o montante de R\$3.507.744 (R\$1.958.693 no exercício de 2024).

Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R\$722.955 em 31 de dezembro de 2025 (R\$208.358 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$710.767 da Cemig D e R\$12.228 da Cemig GT.



d) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Tributos sobre a receita				
ICMS	5.908.010	5.743.327	257.460	244.916
Cofins	3.203.842	3.193.077	361.609	345.104
PIS/Pasep	695.368	693.213	78.507	74.924
Outros	8.538	6.441	-	-
	9.815.758	9.636.058	697.576	664.944
Encargos do consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	8.640	8.397	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	88.256	82.773	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	4.521.230	3.873.026	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	42.534	41.347	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	60.763	59.061	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	30.381	29.535	-	-
Encargos do consumidor – Proinfa	54.333	57.966	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	44.034	41.268	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	65.683	67.858	-	-
CDE sobre P&D	18.229	17.720	-	-
CDE sobre PEE	27.870	26.139	-	-
	4.961.953	4.305.090	-	-
Total	14.777.711	13.941.148	697.576	664.944

Política contábil material

Receita operacional

De forma geral, para os negócios da Cemig e suas controladas no setor elétrico e de gás, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Seguem abaixo as políticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada e não faturada.

As usinas eólicas estão sujeitas a um montante mínimo de geração de energia a ser comercializada por meio do Proinfa. Quando a diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada é positiva, a Companhia reconhece um recebível que será liquidado no decorrer do exercício subsequente. Ao contrário, quando a diferença é negativa, a Companhia constitui uma provisão pela não performance, deduzindo a receita do período.

Fornecimento de gás

As receitas de venda de gás são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de gás, com base no volume medido e faturado, mensurado de acordo com as tarifas



especificadas nos termos contratuais. As receitas de distribuição de gás são calculadas com base nos volumes contratados e volumes efetivamente distribuídos, nos termos contratuais e regulação.

Receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente.

Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na [nota explicativa nº 5](#).

Receitas de transmissão

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações nas notas explicativas nº 6 e 23.3 (a).
- Receita de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de construção relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: corresponde ao componente financeiro, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos. Essa taxa não sofre alterações posteriores, exceto por um processo de RTP que gere modificação na estrutura dos investimentos ou alteração na taxa de remuneração do capital. A média simples das taxas implícitas é de 7,89% a.a., sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de caixa. A remuneração financeira é composta pela taxa implícita acrescida do índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as



receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na [nota explicativa nº 5](#). Em linha com a OCPC 05 – Contratos de Concessão, essa parcela de remuneração financeira da bonificação pela outorga está vinculada ao modelo de negócio constituído, distinguindo-se de uma indenização a ser recebida ao término da concessão, e, portanto, integra a receita operacional.

Liquidação na CCEE

Os resultados das operações na CCEE são apurados mensalmente de acordo com o resultado das liquidações das operações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Subsídios governamentais

A controlada Cemig D recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD.

As controladas Cemig GT, Centroeste e Sete Lagoas recebem valores da CDE a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas relativos a Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST.

Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los.

Estimativas e julgamentos

Fornecimento e distribuição de energia elétrica e gás

A Companhia reconhece as receitas correspondente ao fornecimento de energia e de gás não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado e no volume de gás consumido e não faturado no período.

As receitas do serviço de distribuição de gás são reconhecidas mensalmente, mesmo não ocorrendo utilização do sistema, a saber:

- Utilização da capacidade contratada em valores a partir de 85%: a receita reconhecida será correspondente à utilização;
- Utilização da capacidade contratada em valores inferiores a 85%: a receita fica estabelecida no máximo de 85% do valor relativo à plena utilização.



No caso do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, definido na regulamentação do setor.

A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior ou na quantidade definida no contrato, sendo contabilizada no final do mês.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade de distribuição.

Transmissão

A margem de construção é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada originalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço. Isso é feito a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação desses serviços e o valor da contraprestação que a entidade espera receber em troca dos serviços prometidos ao cliente. Esse cálculo é aplicado nos casos em que a Companhia tem direito exclusivo, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15.



3.3. Custos, despesas e outras receitas

A composição dos custos, despesas e outras receitas da Cemig e suas controladas é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica e gás

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	1.214.753	1.204.221	-	-
Contratos por cotas de garantia física	808.381	864.006	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	333.783	373.652	-	-
Energia de curto prazo (1)	1.628.252	1.154.485	241.517	82.731
Proinfa	530.543	467.607	-	-
Contratos bilaterais	330.164	498.866	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	4.596.120	4.564.085	-	-
Energia adquirida no ambiente livre	7.426.636	5.654.763	4.188.093	3.693.186
Geração distribuída (nota 20)	3.828.434	3.238.739	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(1.519.082)	(1.326.551)	(409.739)	(349.272)
	19.177.984	16.693.873	4.019.871	3.426.645
Encargos de uso da rede básica				
Encargos de transmissão - Rede básica	3.389.517	3.466.434	(56)	63
Encargos de distribuição	47.571	59.263	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(376.433)	(368.749)	5	(6)
	3.060.655	3.156.948	(51)	57
Gás comprado para revenda (2)	1.442.064	2.126.709	-	-
Total	23.680.703	21.977.530	4.019.820	3.426.702

- (1) A variação está associada, principalmente, pela forte elevação do PLD em todos os submercados, com destaque para o PLD SE/CO que passou de um patamar médio de R\$127,88/MWh em 2024 para R\$223,46/MWh em 2025, representando um crescimento de 75%. Essa elevação, associada a um cenário hidrológico desfavorável, onera os custos de curto prazo da Companhia com contratos de disponibilidade e com aqueles que compartilham o risco hidrológico.
- (2) O preço da molécula de gás adquirida pela Gasmig é corrigido pela variação do petróleo do tipo Brent e pela variação da taxa de câmbio. Redução em grande parte devido a migração dos principais clientes industriais para o mercado livre.

b) Custos de construção de infraestrutura

	Consolidado	
	2025	2024
Pessoal e administradores	178.137	172.215
Materiais	2.903.371	2.324.982
Serviços de terceiros	2.715.357	1.933.716
Aquisição de servidão	190.831	131.455
Outros	115.240	440.093
Total	6.102.936	5.002.461

Em linha com o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), houve aumento no número de obras realizadas pela Cemig D, principalmente em redes de distribuição, e, pela Gasmig, em linha com o Projeto Centro-Oeste. Mais detalhes nas notas explicativas nº 6 e 8.



c) Outros custos e despesas

Consolidado	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas		2025	2024
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024		
Pessoal (1)	1.100.311	1.053.117	-	-	353.110	346.310	-	-	1.453.421	1.399.427
Participação dos empregados e administradores no resultado	166.261	131.223	-	-	49.044	41.063	-	-	215.305	172.286
Obrigações pós-emprego (reversão) (nota 18) (2)	(58.862)	15.439	-	-	(18.859)	5.164	(672.669)	463.910	(750.390)	484.513
Materiais	139.699	117.519	-	-	23.284	16.651	-	-	162.983	134.170
Serviços de terceiros (C.1)	2.025.765	1.866.407	-	-	304.684	275.723	22	-	2.330.471	2.142.130
Depreciação e amortização	1.503.265	1.352.159	-	-	30.151	23.869	-	-	1.533.416	1.376.028
Provisões (reversões) (3)	506.939	(162.776)	-	-	-	-	148.296	81.248	655.235	(81.528)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	45.974	-	45.974
Perdas de créditos esperadas (nota 14)	-	-	161.421	174.801	-	-	-	-	161.421	174.801
Reversão de provisão com parte relacionada	-	-	-	-	-	-	-	(57.835)	-	(57.835)
Perda esperada com outros créditos	-	-	-	-	-	-	77.766	54.208	77.766	54.208
Remensuração RBSE (nota 6)	-	-	-	-	-	-	198.895	-	198.895	-
Outros custos e despesas (C.2)	346.950	310.665	-	-	85.452	111.135	121.351	114.105	553.753	535.905
Total	5.730.328	4.683.753	161.421	174.801	826.866	819.915	(126.339)	701.610	6.592.276	6.380.079

(1) Inclui montante de R\$22.089 referente aos custos com o PDVP 2025. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

(2) As reversões observadas em custos de operação e despesas gerais e administrativas estão atreladas à remensuração do passivo de pós-emprego devido à migração de funcionários ativos para o novo plano de saúde ofertado pela Companhia.

(3) No exercício de 2024, houve o reconhecimento de reversão nas provisões de contingências tributárias, no montante de R\$578.740, decorrente, de decisão favorável à Companhia, em 1ª instância, que determinou o cancelamento de cobrança e a extinção da execução fiscal de processo relacionado às contribuições previdenciárias sobre a Participação nos Lucros e Resultados.

Controladora	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas		2025	2024
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024		
Pessoal	28.129	24.504	-	-	9.416	437	-	-	37.545	24.941
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	-	-	21.580	17.014	-	-	21.580	17.014
Obrigações pós-emprego (reversões)	(2.297)	550	-	-	227	259	(26.945)	60.723	(29.015)	61.532
Materiais	-	-	-	-	225	129	-	-	225	129
Serviços de terceiros (C.1)	-	-	-	-	28.774	23.553	22	-	28.796	23.553
Depreciação e amortização	-	-	-	-	506	216	-	-	506	216
Provisões	-	-	-	-	-	-	148.296	81.248	148.296	81.248
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	182	-	182
Perdas de créditos esperadas (nota 14)	-	-	20	14.349	-	-	-	-	20	14.349
Perda esperada com outros créditos	-	-	-	-	-	-	631	-	631	-
Outros custos e despesas (C.2)	-	-	-	-	-	-	18.520	35.180	18.520	35.180
Total	25.832	25.054	20	14.349	60.728	41.608	140.524	177.333	227.104	258.344

**C.1) Serviços de terceiros**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	169.474	158.621	-	-
Comunicação	185.372	181.982	193	239
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	831.004	799.319	27	77
Conservação e limpeza de prédios	99.442	89.787	396	371
Vigilância	24.234	21.737	-	-
Consultoria	24.906	19.477	7.822	8.712
Tecnologia da informação	196.764	184.725	3.233	2.341
Corte e religação	82.630	72.379	-	-
Serviços advocatícios	37.519	37.669	5.149	2.854
Poda de árvores	109.910	85.777	-	-
Limpeza de faixa	174.563	154.299	-	-
Reprografia e publicações legais	17.913	18.063	178	150
Inspeção de unidades consumidoras	42.519	47.539	-	-
Mão de obra contratada	71.330	48.538	3.186	851
Outras despesas	262.891	222.218	8.612	7.958
Total	2.330.471	2.142.130	28.796	23.553

C.2) Outros custos e despesas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Arrendamentos e aluguéis	10.379	-	16	-
Propaganda e publicidade	39.242	28.876	10.509	8.323
Consumo próprio de energia elétrica	29.870	28.146	-	-
Subvenções e doações	21.189	48.638	1.000	914
Seguros	11.420	10.229	956	724
Anuidade CCEE	9.497	8.659	2.407	2.268
Forluz – Custeio administrativo	42.056	40.289	2.006	1.922
Agentes arrecadadores	59.094	59.879	-	-
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	290.084	212.504	-	-
Impostos e taxas	10.511	25.359	270	12.446
Outros	30.411	73.326	1.356	8.583
Total	553.753	535.905	18.520	35.180

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em abril de 2025, a Companhia aprovou o PDVP 2025, sendo o período de adesão dos empregados de 5 a 30 de maio de 2025, com adesão de 118 empregados. O programa previu o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “sem justa causa” e de um prêmio adicional proporcional ao tempo de serviço, a título de indenização.

Os custos com o programa totalizaram R\$22.089 e foram reconhecidos no resultado como custos e despesas de pessoal.

**d) Outras receitas**

	Consolidado	
	2025	2024
Ganho na alienação de imobilizados e intangíveis	40.296	42.989
Ganho na alienação de investimentos (nota 9)	59.520	1.616.911
Ganho por compra vantajosa	12.446	14.136
Ganho por remensuração de participação anterior (nota 9)	61.746	-
Revisão Tarifária Periódica, líquida	-	1.520.632
Total	174.008	3.194.668

3.4. Resultado Financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	514.501	435.614	66.965	62.312
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	313.741	299.428	5.418	4.902
Variações cambiais – Itaipu Binacional	14.654	-	-	-
Variação monetária	47.687	86.741	16.535	26.003
Variação monetária – CVA	107.601	16.245	-	-
Ganhos com instrumentos financeiros - Swap (1)	-	146.577	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	91.448	68.780	19.416	10.940
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre as receitas financeiras	(261.598)	(204.826)	(209.450)	(157.471)
Rendas de antecipação de pagamento	2.870	5.080	10	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	-	1.414	10.925
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	28.437	391.646	24.198	18.984
Atualização crédito IRPJ sobre PAT	4.944	59.001	680	9.393
Outras receitas financeiras	117.819	125.710	2.602	4.571
	982.104	1.429.996	(72.212)	(9.441)
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de debêntures (nota 15)	(1.503.407)	(989.664)	-	-
Amortização do custo de transação	(28.107)	(18.752)	-	-
Variação cambial de empréstimo, líquida do derivativo (nota 15) (2)	(10.564)	-	-	-
Variação cambial - Eurobond	-	(463.887)	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	-	(37.473)	-	-
Variação monetária - Debêntures (nota 15)	(286.264)	(247.621)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	-	(3.161)	-	(156)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores	(16.170)	-	-	-
Variação monetária de arrendamento	(24.387)	(26.981)	(165)	(193)
Despesas financeiras P&D e PEE	(43.192)	(29.650)	-	-
Atualização estimada de créditos de GD	(75.262)	(37.971)	-	-
Outras despesas financeiras	(73.835)	(95.628)	(993)	(2.210)
	(2.061.188)	(1.950.788)	(1.158)	(2.559)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(1.079.084)	(520.792)	(73.370)	(12.000)

- (1) Em dezembro de 2024, houve a liquidação dos Eurobonds pela Cemig GT juntamente com o respectivo instrumento financeiro derivativo de proteção.
- (2) Em agosto de 2025, a Cemig GT contratou um empréstimo em dólar. Para proteção do serviço associado a essa dívida, bem como a exposição da Cemig GT ao câmbio, foi contratado um instrumento financeiro derivativo ("Swap"). Mais detalhes na [nota explicativa nº 19](#).

Política contábil material

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, produtos e serviços, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos e passivos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do



método de juros efetivos.

3.5. Remuneração dos acionistas

De acordo com o Estatuto Social, caso a Cemig seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido seja suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então o dividendo por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. Os dividendos declarados serão pagos em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria Executiva, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Do lucro líquido do exercício, 50% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas, conforme previsto no Estatuto Social da Cemig.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam na distribuição de bonificações em igualdade de condições com as ações ordinárias. Adicionalmente, as ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores: (i) 10% sobre o seu valor nominal e, (ii) 3% do valor do patrimônio líquido das ações, quando da ocorrência de lucro.

Nos exercícios em que a Cemig não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, as ações emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, garantido pelo Estado de Minas Gerais, e não pela Cemig, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951 e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

a) Destinação do resultado de 2025 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que será realizada em abril de 2026, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2025, no montante de R\$4.897.409, acrescido dos saldos de realização: do custo atribuído do imobilizado, da reserva de lucros a realizar e do ajuste de avaliação atuarial do benefício de pós -emprego:

- R\$240.911 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva Legal, conforme estabelecido na Lei 6.404/1976;
- R\$3.513.358 sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Cemig, conforme segue:
 - R\$2.419.918 declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 2025;



- R\$676.139 declarados como dividendos obrigatórios, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
- R\$417.301 como dividendos obrigatórios pagos em dezembro de 2025.
- R\$1.156.445 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2026, conforme orçamento de capital;
- R\$79.194 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro de 2026.

b) Resultado por ação

O número de ações utilizado no cálculo do resultado básico e diluído por ação é como segue:

	Quantidade de ações	
	31/12/2025	31/12/2024
Ações ordinárias já capitalizadas	956.601.911	956.601.911
Ações em tesouraria	(132)	(132)
Total ações ordinárias em circulação	956.601.779	956.601.779
Ações preferenciais já capitalizadas	1.905.179.984	1.905.179.984
Ações em tesouraria	(1.099.880)	(1.099.880)
Total ações preferenciais em circulação	1.904.080.104	1.904.080.104
Total	2.860.681.883	2.860.681.883

Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico e diluído por ação é como segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	4.897.409	7.117.146
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício	2.338.491	2.484.972
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações preferenciais	921.224	2.252.201
Total do lucro para as ações preferenciais (A)	3.259.715	4.737.173
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias	1.174.867	1.248.459
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações ordinárias	462.827	1.131.514
Total do lucro para as ações ordinárias (B)	1.637.694	2.379.973
Lucro básico e diluído por ação (A/número de ações)	1,71	2,49
Lucro básico e diluído por ação (B/número de ações)	1,71	2,49

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação nos exercícios de 2025 e 2024 foram de R\$1,73 e R\$2,49, respectivamente, calculados com base na média ponderada do número de ações da Cemig.



c) Direitos e preferências das ações ordinárias e preferenciais

Todos os detentores de ações ordinárias da Cemig têm direito de voto na eleição de membros de nosso Conselho de Administração. Nos termos da Lei Brasileira das Sociedades por Ações, qualquer acionista detentor de no mínimo 5% das ações ordinárias em circulação da Cemig pode requerer a adoção de procedimento de voto múltiplo, que confere a cada ação um número de votos igual ao número de membros a serem eleitos para o nosso Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de acumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

Os detentores de ações ordinárias representativas de no mínimo 15% do capital social da Cemig, bem como detentores de ações preferenciais representativas de no mínimo 10% de nosso capital social (que não do acionista controlador) terão o direito de nomear um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente em votação em separado. Caso nenhum dos detentores de ações ordinárias ou ações preferenciais se enquadre nos limites mínimos mencionados acima, os acionistas que representarem no total no mínimo 10% de nosso capital social poderão combinar suas participações para eleger um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente.

**d) Dividendos****Cálculo dos dividendos mínimos propostos**

O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício, considerando a existência de parcela não realizada do lucro líquido do exercício, está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2025	2024
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais		
Valor nominal das ações preferenciais já capitalizadas	9.525.900	9.525.900
	9.525.900	9.525.900
Percentual sobre o valor nominal das ações preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	952.590	952.590
Valor do patrimônio líquido	28.576.380	27.377.786
Percentual das ações preferenciais sobre o patrimônio líquido (líquido de ações em tesouraria)	66,56%	66,56%
Participação das ações preferenciais no patrimônio líquido	19.020.439	18.222.654
Percentual sobre o valor do patrimônio líquido das ações	3,00%	3,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	570.613	546.680
Dividendos estatutários mínimos obrigatórios das ações preferenciais	952.590	952.590
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários com base no lucro líquido do exercício		
Lucro líquido do exercício	4.897.409	7.117.146
	50%	50%
Dividendo obrigatório – 50,00% do lucro líquido	2.448.705	3.558.573
Constituição de reserva de lucros a realizar		(834.603)
Realização da reserva de lucros a realizar	834.603	834.603
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	230.050	174.858
	3.513.358	3.733.431
Dividendos registrados em conformidade ao previsto no Estatuto		
Juros sobre o capital próprio	2.419.918	1.848.780
Dividendos ordinários	1.093.440	1.884.651
	3.513.358	3.733.431
Total dos dividendos para ações preferenciais	2.338.491	2.484.972
Total dos dividendos para ações ordinárias	1.174.867	1.248.459
Dividendos por valor unitário – R\$		
Dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais	0,50	0,50
Dividendo obrigatório (incluindo o IRRF sobre os juros sobre o capital próprio)	1,23	1,31
Dividendos propostos - ON	1,23	1,31
Dividendos propostos - PN	1,23	1,31

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.924.430	2.922.593
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	3.733.431	3.733.431
Dividendos propostos – Participação de não controladores	2.806	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(174.858)	(174.858)
Dividendos obrigatórios não distribuídos	1.419.847	1.419.847
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(4.294.458)	(4.292.192)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.611.198	3.608.821
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	3.513.358	3.513.358
Dividendos propostos – Participação de não controladores	2.178	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(230.050)	(230.050)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(3.968.306)	(3.966.145)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.928.378	2.925.984



e) Juros sobre o capital próprio (JCP)

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Cemig, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

A Diretoria Executiva da Cemig deliberou pela declaração de Juros sobre capital próprio – JCP, conforme a seguir:

Data de deliberação	Acionistas que fazem jus (1)	Montante	Retenção de imposto de renda
20/03/2025	25/03/2025	541.006	(51.738)
17/06/2025	23/06/2025	596.758	(56.677)
23/09/2025	29/09/2025	604.737	(57.570)
18/12/2025	23/12/2025	677.417	(64.065)
		2.419.918	(230.050)

(1) Fazem jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas nas datas informadas.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social da Cemig era de R\$14.308.909, representado por 956.601.911 ações ordinárias e 1.905.179.984 preferenciais, subscritas e integralizadas, ambas com valor nominal de R\$5,00.

	Quantidade de ações em 31/12/2025					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	487.540.664	50,97	22.210	-	487.562.874	17,04
FIA Dinâmica Energia S/A	313.988.379	32,82	163.860.580	8,60	477.848.959	16,70
BNDES Participações	106.610.119	11,14	-	-	106.610.119	3,73
PZENA	-	-	95.239.166	5,00	95.239.166	3,33
Black Rock	-	-	190.624.959	10,00	190.624.959	6,66
Outros						
No País	38.081.468	3,98	277.480.999	14,56	315.562.467	11,03
No Exterior	10.381.281	1,09	1.177.952.070	61,83	1.188.333.351	41,51
Total	956.601.911	100,00	1.905.179.984	99,99	2.861.781.895	100,00

	Quantidade de ações em 31/12/2024					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	487.540.664	50,97	22.210	-	487.562.874	17,04
FIA Dinâmica Energia S/A	310.667.579	32,48	147.792.680	7,76	458.460.259	16,02
BNDES Participações	106.610.119	11,14	-	-	106.610.119	3,73
PZENA	-	-	95.239.166	5,00	95.239.166	3,33
BlackRock	-	-	282.815.226	14,84	282.815.226	9,88
Outros						
No País	39.409.416	4,12	106.878.372	5,61	146.287.788	5,11
No Exterior	12.374.133	1,29	1.272.432.330	66,79	1.284.806.463	44,89
Total	956.601.911	100,00	1.905.179.984	100,00	2.861.781.895	100,00

O Capital Social da Cemig poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.



b) Reservas

Reservas de capital

	31/12/2025	31/12/2024
Ágio na emissão de ações	394.448	394.448
Correção monetária do capital	7	7
Ações em tesouraria	(1.362)	(1.362)
Total	393.093	393.093

As ações em tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR (“Fundo de Investimentos do Nordeste”), de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da Sudene (“Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste”), em função de incentivo fiscal.

Reservas de lucros

	31/12/2025	31/12/2024
Reserva legal	2.265.729	2.024.818
Reserva de retenção de lucros	11.545.668	10.389.223
Reserva de lucros a realizar	-	834.603
Reserva de incentivos fiscais	406.198	327.004
Total	14.217.595	13.575.648

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo.

Reserva estatutária

Destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social da Cemig.

Reserva de retenção de lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de lucros a realizar

O artigo 197 da Lei das S.A. permite que a Companhia constitua reserva de lucros a realizar quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

Por sua vez, a constituição da reserva de lucros a realizar não poderá prejudicar o pagamento dos dividendos estatutários das ações preferenciais, que representam o valor de R\$952.590, conforme descrito em mais detalhes na [nota explicativa 3.5](#) (d).



Adicionalmente, considerando que a constituição da reserva de lucros a realizar é opcional, a Administração decidiu propor remunerar de forma igualitária os acionistas portadores de ações ordinárias, tendo em vista a expectativa de capacidade financeira da Companhia.

A reserva de lucros a realizar com o saldo de R\$834.603 foi realizada em 2025.

Os valores constantes da reserva de lucros a realizar somente podem ser utilizados no pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Assim, tais valores acresceram ao dividendo declarado devido à realização financeira da reserva.

Reserva de incentivos fiscais

As controladas Cemig D, Cemig GT e Central Eólica Volta do Rio possuem o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene até 2032.

O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$94.360 (R\$114.136 em 31 de dezembro de 2024), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(27.834)	(53.590)
Controladas e controladas em conjunto		
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(709.662)	(1.252.240)
Custo atribuído de imobilizado	392.401	404.797
Ajustes de conversão de balanço	362	362
Hedge de fluxo de caixa	512	-
Outros	1.004	807
	(315.383)	(846.274)
Ajustes de avaliação patrimonial	(343.217)	(899.864)

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários.

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

Os valores registrados como hedge de fluxo de caixa correspondem às alterações no valor justo do instrumento de hedge contratado. Mais detalhes na [nota explicativa nº19](#).



5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Ativos relacionados à infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia (nota 5.1)	3.826.328	2.714.876
Concessão de distribuição de gás (nota 5.1)	102.916	92.131
Indenizações a receber – Geração (nota 5.2)	996.986	870.535
Bonificação pela outorga – Concessões de geração (nota 5.3)	3.182.110	3.098.247
	8.108.340	6.775.789
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (nota 5.4)	1.961.869	1.295.625
Total dos ativos	10.070.209	8.071.414
Passivos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (nota 5.4)	-	(16.470)
Total dos passivos	-	(16.470)
Ativo circulante	1.675.291	1.190.020
Ativo não circulante	8.394.918	6.881.394
Passivo circulante	-	(16.470)

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Distribuição	Geração	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.881.509	3.815.091	38.559	5.735.159
Transferências do ativo de contrato	730.977	-	50.980	781.957
Atualização financeira	104.417	533.577	2.592	640.586
Baixas	(2.027)	-	-	(2.027)
Recebimentos	-	(343.368)	-	(343.368)
Classificação como mantido para venda	-	(36.518)	-	(36.518)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.714.876	3.968.782	92.131	6.775.789
Adição	-	-	160	160
Transferências de ativo de contrato	995.762	-	-	995.762
Transferências do ativo intangível	-	-	6.266	6.266
Atualização financeira	117.161	577.812	4.359	699.332
Baixas	(1.471)	-	-	(1.471)
Recebimentos	-	(359.344)	-	(359.344)
Transferência para o mantido para venda	-	(8.154)	-	(8.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.826.328	4.179.096	102.916	8.108.340

5.1 Distribuição – Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás se enquadram nos critérios de aplicação da ICPC 01 /IFRIC 12, que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

5.2 Geração – Indenização a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997. Com isso a Cemig GT passou a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis desses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro e mensurados pelo método do valor justo por meio do resultado.



Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a Resolução Normativa nº 942, por meio da publicação da Resolução Normativa nº 1.027. Essa resolução estabelece a metodologia e os critérios gerais para cálculo, considerando como base o valor novo de reposição, que é calculado prioritariamente a partir de um banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

A movimentação do saldo é conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW) ¹	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2023	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2024	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2025
Lote D							
UHE Três Marias	jul/15	396,00	203.064	22.397	225.461	32.754	258.215
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	104.177	11.489	115.666	16.802	132.468
UHE Itutinga	jul/15	52,00	12.275	1.354	13.629	1.979	15.608
UHE Camargos	jul/15	46,00	23.860	2.632	26.492	3.848	30.340
PCH Piau	jul/15	18,01	5.324	587	5.911	859	6.770
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	6.384	704	7.088	1.029	8.117
PCH Peti	jul/15	9,40	7.368	813	8.181	1.188	9.369
PCH Dona Rita	set/13	2,41	1.909	211	2.120	307	2.427
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	10.152	1.017	11.169	1.486	12.655
PCH Joasal	jul/15	8,40	7.627	842	8.469	1.230	9.699
PCH Martins	jul/15	7,70	5.415	598	6.013	873	6.886
PCH Cajuru	jul/15	7,20	22.949	2.531	25.480	3.701	29.181
PCH Paciência	jul/15	4,08	5.044	557	5.601	813	6.414
PCH Marmelos	jul/15	4,00	2.931	323	3.254	473	3.727
Outras							
UHE Volta Grande	fev/17	380,00	439	49	488	70	558
UHE Miranda	dez/16	408,00	110.548	12.192	122.740	17.830	140.570
UHE Jaguará	ago/13	424,00	167.704	18.599	186.303	27.198	213.501
UHE São Simão	jan/15	1.710,00	86.885	9.585	96.470	14.011	110.481
		3.601,70	784.055	86.480	870.535	126.451	996.986

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

O saldo de R\$996.986 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do exercício.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar. Assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

5.3 Geração – Bonificação pela outorga

A Cemig GT pagou R\$2.216.353 a título de bonificação pela outorga de 30 anos dos contratos de concessão de nº 08 ao 16/206, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do leilão nº 12/2015. Essa bonificação foi reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios, cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto, durante o período de vigência da concessão.



A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

Consolidado	Usinas	Saldo em 31/12/2024	Atualização	Recebimento	Transferência para o mantido para venda	Saldo em 31/12/2025
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Três Marias	1.771.968	243.006	(193.348)	-	1.821.626
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Salto Grande	556.444	76.643	(60.976)	-	572.111
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	211.141	32.572	(25.924)	-	217.789
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	158.222	24.252	(19.299)	-	163.175
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	186.386	33.823	(26.910)	(741)	192.558
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	142.332	25.650	(20.564)	(4.099)	143.319
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	71.754	15.415	(12.323)	(3.314)	71.532
Total		3.098.247	451.361	(359.344)	(8.154)	3.182.110

Consolidado	Usinas	Saldo em 31/12/2023	Atualização	Recebimento	Transferência para o mantido para venda	Saldo em 31/12/2024
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Três Marias	1.715.331	241.128	(184.491)	-	1.771.968
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Salto Grande	538.594	76.032	(58.182)	-	556.444
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	203.763	32.115	(24.737)	-	211.141
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	152.716	23.920	(18.414)	-	158.222
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	200.644	33.472	(25.910)	(21.820)	186.386
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	137.345	25.155	(19.674)	(494)	142.332
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	82.643	15.275	(11.960)	(14.204)	71.754
Total		3.031.036	447.097	(343.368)	(36.518)	3.098.247

5.4 Ativos e passivos setoriais - Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se às diferenças entre os custos não gerenciáveis previstos pela Aneel e reconhecidos na tarifa no início do período tarifário e os custos não gerenciáveis efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem um direito quando os custos efetivamente incorridos são superiores aos custos previstos na tarifa, ou uma obrigação quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O termo aditivo ao contrato de concessão garante a indenização dos saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência de extinção da concessão por qualquer motivo. Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais estão apresentados pelo valor líquido por ciclo tarifário, em conformidade com os reajustes tarifários homologados ou a serem homologados.



	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Atualização	Transferências	Saldo em 31/12/2025	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
Ativos financeiros setoriais										
CVA ativa	140.938	1.511.603	(1.607.112)	258.232	623.674	927.335	163.701	763.634	593.272	334.063
Aquisição de energia (CVA energia)	320.591	981.000	(1.115.835)	198.052	293.294	677.102	126.020	551.082	429.832	247.270
Custo da energia de Itaipu	(78.453)	-	-	-	(120.321)	(198.774)	(51.660)	(147.114)	(138.702)	(60.072)
Proinfa	6.293	24.204	(18.835)	2.635	(9.133)	5.164	13.976	(8.812)	8.762	(3.598)
Transporte rede básica	249.572	131.046	(311.367)	36.212	155.407	260.870	106.526	154.344	197.846	63.024
Transporte de energia Itaipu	(4.001)	20.409	(33.197)	770	31.233	15.214	(5.192)	20.406	6.881	8.333
ESS	(221.511)	78.106	(118.160)	12.788	202.181	(46.596)	44.061	(90.657)	(9.578)	(37.018)
CDE	(131.553)	276.838	(9.718)	7.775	71.013	214.355	(70.030)	284.385	98.231	116.124
Demais ativos financeiros setoriais	1.154.687	389.625	(732.322)	161.040	61.504	1.034.534	(95.648)	1.130.182	735.514	299.020
Quota parte de energia nuclear	89.457	59.052	(109.844)	15.379	50.235	104.279	55.361	48.918	84.304	19.975
Neutralidade da parcela A	89.865	336.584	(200.346)	16.466	(125)	242.444	98.593	143.851	183.705	58.739
Neutralidade estimada sobre créditos GD	692.843	141.601	-	74.364	-	908.808	-	908.808	908.808	-
Sobrecontratação de energia	407.148	(167.824)	(400.726)	10.425	304.071	153.094	69.039	84.055	118.772	34.322
Devoluções tarifárias	(71.675)	-	-	-	(45.881)	(117.556)	(39.997)	(77.559)	(91.844)	(25.712)
Outros	(52.951)	20.212	(21.406)	44.406	(246.796)	(256.535)	(278.644)	22.109	(468.231)	211.696
Total ativos financeiros setoriais	1.295.625	1.901.228	(2.339.434)	419.272	685.178	1.961.869	68.053	1.893.816	1.328.786	633.083
Passivos financeiros setoriais										
CVA passiva	(138.939)	(545.477)	1.499.499	(191.409)	(623.674)	-	-	-	-	-
Aquisição de energia (CVA energia)	(326.512)	(498.317)	1.266.999	(148.876)	(293.294)	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	(73.023)	(159.432)	128.857	(16.723)	120.321	-	-	-	-	-
Proinfa	(9.431)	(8.812)	9.315	(205)	9.133	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	155.288	-	119	-	(155.407)	-	-	-	-	-
Transporte de energia Itaipu	33.716	(9.589)	8.434	(1.328)	(31.233)	-	-	-	-	-
ESS	71.327	137.718	-	(6.864)	(202.181)	-	-	-	-	-
CDE	9.696	(7.045)	85.775	(17.413)	(71.013)	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	122.469	(795.710)	785.652	(45.898)	(66.513)	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia nuclear	49.012	-	1.223	-	(50.235)	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	34.049	(59.014)	28.267	(3.427)	125	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia	304.071	-	-	-	(304.071)	-	-	-	-	-
Devoluções tarifárias	(31.223)	(122.675)	111.215	(3.198)	45.881	-	-	-	-	-
Outros	(233.440)	(614.021)	644.947	(39.273)	241.787	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	(16.470)	(1.341.187)	2.285.151	(237.307)	(690.187)	-	-	-	-	-
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais, líquido	1.279.155	560.041	(54.283)	181.965	(5.009)	1.961.869	68.053	1.893.816	1.328.786	633.083



Política contábil material

Atividade de distribuição de energia elétrica e gás

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12.

A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa, ou outro ativo financeiro, diretamente do poder concedente ou alguém por ele determinado. O direito incondicional de receber caixa decorre do contrato de concessão.

CVA e outros componentes financeiros

Os ativos e passivos financeiros setoriais se originam da diferença temporal entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Esse mecanismo de reposicionamento tarifário garante o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia elétrica. Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão. Esses ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Atividade de geração – Bonificação pela outorga

Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência. Esse ativo é remunerado pela Receita Anual de Geração (RAG).



Estimativas e julgamentos

Atividade de distribuição de energia elétrica

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. Os adicionados após o processo de RTP são estimados, podendo ser alterados, para fins de definição da indenização ao término da concessão.

Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão.

Atividade de distribuição de gás

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou alguém por ele determinado. Essa parcela é avaliada tendo como base o seu valor justo correspondente ao seu custo de aquisição atualizado pelo Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme determina o contrato de concessão.

Atividade de geração – Indenização a receber

A Cemig GT tem direito à indenização pelos ativos ainda não amortizados de usinas que tiveram o término da concessão a partir de 2013. A Cemig GT estimou o montante dessa indenização com base em resolução normativa emitida pela Aneel, que estabelece a metodologia e os critérios gerais para cálculo, considerando como base o valor novo de reposição.

6. ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Distribuição - Ativos de infraestrutura em construção	6.015.123	4.421.329
Gás – Ativos de infraestrutura em construção	821.653	553.770
Transmissão – Rede básica - Lei 12.783/13	1.105.845	1.616.179
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	5.254.186	4.875.636
Total	13.196.807	11.466.914
Circulante	1.115.452	1.140.037
Não circulante	12.081.355	10.326.877



A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.756.951	3.430.870	337.842	8.525.663
Adições	425.257	4.167.219	348.284	4.940.760
Remuneração financeira	432.727	-	-	432.727
Resultado da Revisão Tarifária Periódica	1.675.626	-	-	1.675.626
Realização	(798.990)	-	-	(798.990)
Outras adições	244	-	-	244
Transferências para o ativo financeiro	-	(730.977)	(50.980)	(781.957)
Transferências para o ativo intangível	-	(2.435.182)	(81.376)	(2.516.558)
Ajuste de ativos em curso (1)	-	(10.601)	-	(10.601)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.491.815	4.421.329	553.770	11.466.914
Adições (2)	577.414	5.165.831	335.005	6.078.250
Remuneração financeira	334.017	-	-	334.017
Realização	(825.145)	-	-	(825.145)
Remensuração RBSE (3)	(219.168)	-	-	(219.168)
Outras adições	1.098	-	-	1.098
Transferências para o ativo financeiro	-	(995.762)	-	(995.762)
Transferências para o ativo intangível	-	(2.561.049)	(67.122)	(2.628.171)
Ajuste de ativos em curso (1)	-	(15.226)	-	(15.226)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.360.031	6.015.123	821.653	13.196.807

- (1) Refere-se à movimentação (constituição/reversão) de provisões para perdas registradas em ativos de contrato em curso (obras canceladas).
(2) As adições estão detalhadas no decorrer desta nota explicativa.
(3) Na [nota explicativa nº 3.3](#), esse montante está apresentado líquido de PIS/Pasep e Cofins.

Transmissão

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	Índice de atualização	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Contrato de Concessão - 006/97 (a)	IPCA		
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE		461.520	479.291
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI		595.410	595.462
Contrato de Concessão - 079/00 (b)	IGPM	35.749	38.580
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	IGPM	13.398	17.701
Contrato de Concessão - 006/11 (e)	IPCA	9.375	9.002
		1.115.452	1.140.036
Não circulante			
Contrato de Concessão - 006/97 (a)	IPCA		
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE		644.325	1.136.887
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI		4.257.073	3.892.472
Contrato de Concessão - 079/00 (b)	IGPM	93.378	110.225
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	IGPM	59.252	63.961
Contrato de Concessão - 001/23 (d)	IPCA	84.074	43.435
Contrato de Concessão - 006/11 (e)	IPCA	106.477	104.799
		5.244.579	5.351.779
		6.360.031	6.491.815

a) Contrato de Concessão nº 006/1997

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente. Esse contrato foi prorrogado até 31 de dezembro de 2042, nos termos da Lei 12.783/2013, cujos valores foram determinados na Portaria nº 120/2016. Estes ativos são denominados de Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e são segregados dos demais ativos da Cemig GT, sendo que seu fluxo de caixa é composto pela parcela referente ao custo de capital (componente financeiro) e pela parcela referente à base de remuneração (componente econômico).



As alterações implementadas nestas instalações são tratadas como Rede Básica Novas Instalações (RBNI). Seu fluxo de caixa é referente à remuneração dos investimentos em reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo descontado a valor presente e, quando aplicável, inclui a parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão.

Rede Básica do Sistema Existente (RBSE)

Em 10 de junho de 2025, a Aneel publicou a ReH nº 3.469, que alterou a Receita Anual Permitida (RAP) referente ao componente financeiro dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), anteriormente homologada pela ReH nº 2.852/2021.

A principal alteração ocorreu na base de aplicação do custo de capital próprio para cálculo do componente, com a segregação da fase de amortização em dois fluxos, um denominado incontroverso (pagamentos não suspensos por liminares) e outro controverso (pagamentos suspensos por liminares), com datas de efetivo pagamento iniciadas em 1º de julho de 2017 e 1º de julho de 2020, respectivamente, e duração de oito anos cada.

Assim, a remuneração pelo custo do capital próprio incidiu exclusivamente sobre o fluxo controverso, pelo período de 2017 até 2020 (ano do efetivo pagamento).

As RAPs homologadas e processadas até o ciclo 2024/2025 foram consideradas como conclusas, e os resíduos foram acomodados nos pagamentos restantes dos ciclos 2025/2026 a 2027/2028, em fluxos uniformes.

Em decorrência das alterações promovidas pela resolução, a Companhia realizou a remensuração do ativo contratual da RBSE e registrou redução de R\$219.168, em 30 de junho de 2025.

b) Contrato de Concessão nº 079/2000

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

c) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida – RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.



d) Contrato de Concessão nº 001/2023

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Verona, com vigência até 30 de março de 2053.

e) Contrato de Concessão nº 006/2011

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Sete Lagoas 4, com vigência até 15 de junho de 2041.

Distribuição

As adições no segmento de distribuição refletem os investimentos realizados pela Cemig D, em linha com o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD). O PDD consiste na realização de empreendimentos vinculados ao sistema elétrico de potência, associados à expansão, reforço, reforma e renovação de ativos da Cemig D. No exercício de 2025, foram destaques os investimentos nos seguintes macroprojetos:

- **Expansão e reforço em alta tensão**, no montante de R\$1.492.510;
- **Atendimento urbano e rural** de demandas de fornecimento de energia, no montante de R\$797.550;
- **Atendimento complementar**, que engloba a conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico, no montante de R\$844.367; e
- **Reforço e reforma de redes** e operação e manutenção em média e baixa tensão, no montante de R\$519.920.

Gás

As adições no segmento de gás refletem os investimentos realizados pela Gasmig, em linha com o Projeto Centro-Oeste.

Encargos financeiros capitalizados

Dentre as adições realizadas pelas controladas Cemig D e Gasmig, no exercício de 2025, está contemplado o valor de R\$114.594 (R\$76.764 no exercício de 2024) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na [nota explicativa nº 15](#). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 12,26%. A natureza das adições em ativos de contrato e intangível é apresentada na [nota nº 3.2](#).

A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.



Política contábil material

Atividade de distribuição de energia

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Cemig D de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/ IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados.

Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível. Os ativos amortizados dentro do prazo da concessão são classificados como ativo intangível. A parcela dos ativos não amortizada dentro do prazo da concessão, que será objeto de indenização ao final da concessão, é classificada como ativo financeiro.

Atividade de transmissão

Durante o prazo da concessão, a Companhia recebe a Receita Anual Permitida (RAP), que remunera o investimento realizado na construção das linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A receita da Companhia é reconhecida à medida que são satisfeitas as obrigações de performance correspondentes, a saber: (i) disponibilidade e construção e (ii) operação e manutenção. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, em contrapartida ao ativo de contrato. Posteriormente, quando do aviso de crédito emitido pelo ONS, a RAP é faturada e os saldos são transferidos do Ativo de Contrato para Consumidores a receber.

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos.

Após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.



Informações adicionais sobre as políticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na [nota explicativa nº 3](#).

Atividade de distribuição de gás

Os novos ativos da infraestrutura da concessão são classificados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Estimativas e julgamentos

Atividade de transmissão

As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente (componente de financiamento) as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela RAP, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

A remuneração financeira do ativo de contrato corresponde ao componente financeiro, reconhecido pelo método linear com base na taxa de desconto determinada no início dos investimentos e incluindo a atualização financeira pelo índice da inflação. A taxa de desconto representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.



7. IMOBILIZADO

Consolidado	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	248.973	(38.141)	210.832	249.221	(35.570)	213.651
Reservatórios, barragens e adutoras	3.419.614	(2.587.261)	832.353	3.339.053	(2.519.660)	819.393
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.140.232	(899.854)	240.378	1.095.305	(883.276)	212.029
Máquinas e equipamentos	4.023.454	(2.270.647)	1.752.807	2.950.542	(2.143.232)	807.310
Veículos	15.823	(12.806)	3.017	20.128	(15.563)	4.565
Móveis e utensílios	13.776	(12.157)	1.619	13.662	(11.951)	1.711
	8.861.872	(5.820.866)	3.041.006	7.667.911	(5.609.252)	2.058.659
Em curso	1.148.936	-	1.148.936	1.656.446	-	1.656.446
Total	10.010.808	(5.820.866)	4.189.942	9.324.357	(5.609.252)	3.715.105

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Adição	Combinação de negócio (2)	Baixa	Depreciação	Transferência (3)	Saldo em 31/12/2025
Em serviço							
Terrenos (1)	213.651	2	-	(110)	(2.711)	-	210.832
Reservatórios, barragens e adutoras	819.393	-	-	-	(68.784)	81.744	832.353
Edificações, obras civis e benfeitorias	212.029	5	4.089	(43)	(19.257)	43.555	240.378
Máquinas e equipamentos	807.310	886	113.260	(14.326)	(93.488)	939.165	1.752.807
Veículos	4.565	-	-	(691)	(857)	-	3.017
Móveis e utensílios	1.711	5	44	(6)	(292)	157	1.619
	2.058.659	898	117.393	(15.176)	(185.389)	1.064.621	3.041.006
Em curso	1.656.446	580.878	13	(23.780)	-	(1.064.621)	1.148.936
	3.715.105	581.776	117.406	(38.956)	(185.389)	-	4.189.942

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
(2) Diz respeito as combinações de negócios realizadas pela Cemig Sim em dezembro de 2025. Mais detalhes na [nota explicativa nº 9](#).
(3) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Adição	Combinação de negócio	Classificação como mantido para venda	Baixa	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Em serviço								
Terrenos (1)	215.384	1.837	-	(85)	(800)	(3.488)	803	213.651
Reservatórios, barragens e adutoras	852.500	41	-	(7.067)	(1.341)	(78.628)	53.888	819.393
Edificações, obras civis e benfeitorias	226.806	88	-	(884)	(21)	(17.074)	3.114	212.029
Máquinas e equipamentos	747.845	1.140	87.241	(4.626)	(329)	(72.304)	48.343	807.310
Veículos	4.513	-	-	-	-	(1.171)	1.223	4.565
Móveis e utensílios	1.944	-	-	-	(6)	(292)	65	1.711
	2.048.992	3.106	87.241	(12.662)	(2.497)	(172.957)	107.436	2.058.659
Em curso	1.207.234	580.946	-	(7.255)	(17.043)	-	(107.436)	1.656.446
	3.256.226	584.052	87.241	(19.917)	(19.540)	(172.957)	-	3.715.105

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.



A taxa de depreciação média anual da Cemig e de suas controladas em 2025 e 2024 é de 3,03%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, barragem e adutora	2,00	Veículos	14,29
Edificação – Casa de força	2,00	Equipamento geral de informática	16,67
Edificação – Outras	3,33	Equipamento geral	6,25
Gerador	3,33	Edificação – Outras	3,33
Turbina hidráulica	2,50		
Conduto forçado	3,13		
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57		
Comporta	3,33		

A Cemig e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

Conforme estabelecido no contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos não depreciados, que corresponderá ao saldo remanescente do ativo ao final da concessão.

Os contratos de concessão de geração também preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto para os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015, que são objeto de Bonificação pela Outorga, conforme detalhado na [nota explicativa nº 5](#).

Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

Política contábil material

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.



Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia considera os ativos de geração e transmissão detidos pela Cemig GT como sendo duas unidades geradoras de caixa distintas, e os ativos de distribuição detidos pela Cemig D como sendo uma única unidade geradora de caixa. Os demais ativos são analisados de forma individual.

Existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia não apresentou impairment nos seus imobilizados nos exercícios de 2025 e 2024.

8. INTANGÍVEL

Consolidado	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	14.953	(7.422)	7.531	14.689	(6.933)	7.756
Concessão onerosa	13.599	(10.825)	2.774	13.599	(10.345)	3.254
Ativos de concessão	29.740.330	(12.509.794)	17.230.536	27.593.554	(11.765.667)	15.827.887
Repactuação do risco hidrológico - GSF	1.230.169	(604.865)	625.304	1.030.791	(467.401)	563.390
Outros	332.807	(99.732)	233.075	173.982	(90.659)	83.323
	31.331.858	(13.232.638)	18.099.220	28.826.615	(12.341.005)	16.485.610
Em curso	447.796	-	447.796	320.290	-	320.290
Total	31.779.654	(13.232.638)	18.547.016	29.146.905	(12.341.005)	16.805.900



A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Adição	Combinação de negócios (1)	Baixa	Amortização	Transferência (2)	Saldo em 31/12/2025
Em serviço							
Com vida útil definida							
Servidão	7.756	-	264	-	(489)	-	7.531
Concessão onerosa	3.254	-	-	-	(480)	-	2.774
Ativos de concessão	15.827.887	1.733	-	(132.227)	(1.132.380)	2.665.523	17.230.536
Repactuação do risco hidrológico - GSF (3)	563.390	199.378	-	-	(137.464)	-	625.304
Outros	83.323	1.208	191.955	(37.779)	(10.796)	5.164	233.075
	16.485.610	202.319	192.219	(170.006)	(1.281.609)	2.670.687	18.099.220
Em curso	320.290	176.289	-	-	-	(48.783)	447.796
Intangível	16.805.900	378.608	192.219	(170.006)	(1.281.609)	2.621.904	18.547.016

- (1) Em dezembro de 2025 a Cemig Sim adquiriu 100% de participação em 9 UFVs. Mais detalhes sobre a operação na [nota explicativa nº 9](#).
 (2) As transferências foram realizadas do ativo de contrato para o ativo intangível no montante de R\$2.628.171 no exercício de 2025 (R\$2.516.558 no exercício de 2024).
 (3) Do total de adições, o montante de R\$199.378 é referente ao reconhecimento do direito de extensão da outorga das usinas de Queimado, Pai Joaquim e Irapé. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Adição	Classificação como mantido para venda	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Em serviço							
Com vida útil definida							
Servidão	8.605	-	-	-	(849)	-	7.756
Concessão onerosa	3.860	-	-	-	(606)	-	3.254
Ativos de concessão	14.282.873	23.707	-	(61.505)	(999.215)	2.582.027	15.827.887
Repactuação do risco hidrológico - GSF (2)	697.592	363	(287)	(366)	(133.912)	-	563.390
Outros	59.884	10.094	-	-	(11.346)	24.691	83.323
	15.052.814	34.164	(287)	(61.871)	(1.145.928)	2.606.718	16.485.610
Em curso	196.166	214.284	-	-	-	(90.160)	320.290
Intangível	15.248.980	248.448	(287)	(61.871)	(1.145.928)	2.516.558	16.805.900

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na [nota explicativa nº 6](#).

As principais taxas anuais de amortização para 2025 e 2024 encontram-se apresentadas a seguir:

Distribuição de energia	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão – classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Distribuição de gás	(%)	Administração	(%)
Tubulações	3,33	Software	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	4	Veículos	20
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10	Equipamentos Processamento de Dados	20
Máquinas e Equipamentos	5 a 20	Móveis	10



A taxa média de amortização da Companhia é de 4,09% em 2025 e 4,03% em 2024, que representa, por atividade:

	Geração Hidrelétrica	Geração Eólica	Gás	Distribuição	Administração
2025	20,75%	5,78%	3,41%	3,94%	15,46%
2024	20,75%	5,78%	3,41%	3,92%	15,69%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Repactuação do risco hidrológico – Generation Scaling Factor - GSF

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Cemig GT no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação. No entanto, essa lei não especificou como será realizada a compensação na hipótese de ausência de dívidas com a União, relativa ao regime de concessões determinado. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicetadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguará	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Em 21 de dezembro de 2023, a Cemig GT encaminhou correspondência ao Ministério de Minas e Energia – MME, solicitando o reconhecimento da ausência de mecanismo para compensação, na hipótese mencionada acima, bem como a atualização dos valores constantes na ReH nº 2.919/2021 e a sua conversão na pactuação de prorrogação dos prazos de determinadas usinas sob concessão da Companhia, nos termos da Lei nº 14.052/2020.

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

Leilão da CCEE sobre créditos do Generation Scaling Factor (GSF)

Em 1º de agosto de 2025, a Cemig GT, sua subsidiária integral Cemig PCH S.A. e o consórcio Queimado, no qual a Cemig GT tem participação de 82,5%, sagraram-se vencedores no leilão promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) sobre os créditos do GSF.

As usinas hidrelétricas de Queimado e Pai Joaquim terão o direito de estender por 7 anos as suas outorgas de concessão e autorização, enquanto a usina de Irapé terá o direito de estender sua concessão por 3 anos. O desembolso total de R\$199.378 ocorreu no dia 13 de agosto de 2025.



	Potência (MW)	Garantia física (MW)	Início de operação	Vigência após extensão	Ágio (%)	Desembolso total R\$
Irapé	399	197	20/07/2006	27/10/2040	20	102.864
Pai Joaquim	23	13,91	31/03/2004	17/09/2041	20	18.768
Queimado (82,5%)	105	64,60	16/06/2004	26/06/2041	25	77.746
	527	275,51				199.378

Assim, no 3T25, foi reconhecido um aumento no ativo intangível no montante de R\$199.378, referente à extensão da outorga dessas usinas.

Política contábil material

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas”.

Atividade de distribuição de energia elétrica e gás

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12.

Estimativas e julgamentos

As taxas anuais de amortização consideram a vida útil esperada dos ativos e refletem o seu padrão de consumo esperado e são revisadas anualmente pela Administração.

A Cemig e suas controladas não identificaram indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos intangíveis.

Atividade de distribuição de energia e de gás

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (*Generation Scaling Factor*)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.



O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

Redução ao valor recuperável

Para os ativos de vida útil definida, existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia não apresentou impairment nos seus intangíveis nos exercícios de 2025 e 2024.

9. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Investidas	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controladas em conjunto				
Taesá	1.753.050	1.615.340	1.753.051	1.615.340
Guanhães Energia	176.260	172.300	-	-
Cachoeirão	43.043	44.893	-	-
Pipoca	49.408	54.041	-	-
Aliança Norte (1)	351.450	419.414	-	-
Amazônia Energia (1)	584.491	696.686	-	-
Paracambi	102.039	105.013	-	-
UFVs (2)	-	113.333	-	-
Controladas				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	10.958.919	11.734.032
Cemig Distribuição	-	-	12.521.917	11.281.256
Gasmig	-	-	1.575.488	1.581.321
Cemig Sim (3)	-	-	-	754.515
Sete Lagoas	-	-	91.756	87.605
Total do investimento	3.059.741	3.221.020	26.901.131	27.054.069

(1) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.

(2) Conjunto de negócios de UFVs, nas quais a investida Cemig Sim possui participação societária.

(3) Em 19 de dezembro de 2025, foi concluída a alienação da totalidade da participação societária na Cemig SIM para a Cemig GT, pelo valor contábil, no montante de R\$1.082.120. Além desse montante foi recebido o valor de R\$73.900, referente a aporte realizado pela Cemig na Cemig SIM, a fim de atender a projetos em andamento na investida.



Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia analisou e não foi constatada necessidade de registro de perda por redução ao valor recuperável nos seus investimentos, em conformidade ao previsto no CPC 01/IAS 36.

a) Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, parcela excedente do ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Consolidado							
Investidas	31/12/2023	Amortização	Outros	31/12/2024	Amortização	Outros	31/12/2025
Cemig Geração e Transmissão							
Aliança Geração (1)	250.985	(6.327)	(244.658)	-	-	-	-
Aliança Norte (2)	42.716	(1.971)	(40.745)	-	-	-	-
Paracambi	71.486	(2.501)	-	68.985	(2.501)	-	66.484
Taesá	132.820	(9.321)	-	123.499	(9.321)	-	114.178
Cemig Sim - UFVs (3)	6.368	(339)	-	6.029	(309)	(5.720)	-
Total	504.375	(20.459)	(285.403)	198.513	(12.131)	(5.720)	180.662

- (1) A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024, nos termos do CPC 31/IFRS 5. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A.
- (2) O valor apresentado na coluna "Outros" refere-se ao registro de perda por impairment da mais-valia do investimento da Cemig GT na Aliança Norte. Na Demonstração do Resultado do Exercício esse montante é apresentado na rubrica de Outras despesas e, na nota explicativa de Segmentos Operacionais integra o segmento de Participações.
- (3) O valor apresentado na coluna "Outros" decorre da conclusão da operação de descruzamento de ativos realizado pela Cemig Sim em dezembro de 2025. Mais detalhes no tópico de "Reorganização societária de 11 UFVs da Cemig SIM" desta nota explicativa.

Controladora					
Investidas	31/12/2023	Amortização	31/12/2024	Amortização	31/12/2025
Paracambi	71.486	(2.501)	68.985	(2.501)	66.484
Taesá	132.820	(9.321)	123.499	(9.321)	114.178
Gasmig	368.115	(12.657)	355.458	(12.657)	342.801
Sete Lagoas	(4.018)	244	(3.774)	244	(3.530)
Total	568.403	(24.235)	544.168	(24.235)	519.933

O direito de exploração é reconhecido na combinação de negócios ou na aquisição de controlada em conjunto e é amortizado considerando o período de concessão de cada controlada ou controlada em conjunto.



b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto

Consolidado

Investidas	Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Dividendos / JCP	Aportes	Outros	Saldo em 31/12/2025
Hidrelétrica Cachoeirão	44.893	5.850	(7.700)	-	-	43.043
Guanhães Energia	172.300	10.625	(8.777)	2.112	-	176.260
Hidrelétrica Pipoca	54.041	5.128	(9.761)	-	-	49.408
Paracambi	105.013	15.156	(18.130)	-	-	102.039
Amazônia Energia (1)	696.686	(112.508)	-	313	-	584.491
Aliança Norte (1)	419.414	(68.244)	-	280	-	351.450
Taesá	1.615.340	324.953	(187.243)	-	-	1.753.050
UFV Janaúba (2)	4.469	2.066	(2.416)	-	(4.119)	-
UFV Corinto (2)	9.146	2.090	(2.517)	-	(8.719)	-
UFV Manga (2)	11.461	2.171	(2.749)	-	(10.883)	-
UFV Bonfinópolis II (2)	6.423	1.268	(1.471)	-	(6.220)	-
UFV Lagoa Grande (2)	14.877	2.585	(3.450)	-	(14.012)	-
UFV Lontra (2)	17.766	2.556	(3.347)	-	(16.975)	-
UFV Mato Verde (2)	6.390	1.153	(1.528)	-	(6.015)	-
UFV Mirabela (2)	4.280	882	(1.063)	-	(4.099)	-
UFV Porteirinha I (2)	5.251	508	(1.290)	-	(4.469)	-
UFV Porteirinha II (2)	6.901	1.135	(1.534)	-	(6.502)	-
UFV Brasilândia (2)	14.905	2.573	(3.362)	-	(14.116)	-
UFV Apolo I (3)	5.597	465	-	-	(6.062)	-
UFV Apolo II (3)	5.867	520	-	-	(6.387)	-
Total do Investimento	3.221.020	200.932	(256.338)	2.705	(108.578)	3.059.741

(1) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.

(2) O valor apresentado na coluna "Outros" para essas UFVs decorre da conclusão da operação de descruzamento de ativos realizado pela Cemig Sim em dezembro de 2025. Mais detalhes no tópico de "Reorganização societária de 11 UFVs da Cemig SIM" desta nota explicativa.

(3) Em 19 de dezembro de 2025, foi concluída a operação de aquisição dos 51% restantes das ações dessas SPEs, de modo que a Cemig SIM passou a deter o controle total dessas investidas. Mais detalhes no tópico de "Aquisição de 3 usinas fotovoltaicas" desta nota explicativa.



Consolidado

Investidas	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Dividendos / JCP	Aportes	Outros	Saldo em 31/12/2024
Hidrelétrica Cachoeirão	46.816	5.318	(7.241)	-	-	44.893
Guanhães Energia (1)	221.725	10.323	(11.817)	-	(47.931)	172.300
Hidrelétrica Pipoca	47.529	14.165	(7.653)	-	-	54.041
Paracambi (2)	111.961	19.231	(17.278)	-	(8.901)	105.013
Amazônia Energia (3)	818.929	(122.614)	-	371	-	696.686
Aliança Norte (3) (4)	536.268	(76.765)	-	656	(40.745)	419.414
Taesa	1.565.369	330.167	(280.196)	-	-	1.615.340
Aliança Geração (5)	1.171.595	30.861	(83.891)	-	(1.118.565)	-
UFV Janaúba	4.442	1.042	(1.015)	-	-	4.469
UFV Corinto	8.851	1.737	(1.442)	-	-	9.146
UFV Manga	11.230	1.953	(1.722)	-	-	11.461
UFV Bonfinópolis II	6.303	955	(835)	-	-	6.423
UFV Lagoa Grande	14.494	2.379	(1.996)	-	-	14.877
UFV Lontra	17.686	2.307	(2.227)	-	-	17.766
UFV Mato Verde	6.169	1.204	(983)	-	-	6.390
UFV Mirabela	4.138	762	(620)	-	-	4.280
UFV Porteirinha I	5.058	1.094	(901)	-	-	5.251
UFV Porteirinha II	6.718	1.103	(920)	-	-	6.901
UFV Brasilândia	14.501	2.457	(2.053)	-	-	14.905
UFV Apolo I	5.771	343	(517)	-	-	5.597
UFV Apolo II	6.167	413	(713)	-	-	5.867
Itaocara (6)	-	(4.721)	-	15.329	(10.608)	-
Total do Investimento	4.631.720	223.714	(424.020)	16.356	(1.226.750)	3.221.020

- (1) Em 19 de setembro de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Guanhães Energia a redução do capital social no montante de R\$235.309, dos quais R\$137.488 foram destinados para absorção de prejuízos e R\$97.820 para restituição aos acionistas. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$47.932, já tendo recebido o montante total em 2024.
- (2) Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Paracambi, realizada em 16 de outubro de 2024, a redução do capital social no montante de R\$18.166, não implicando em redução na quantidade de ações ordinárias nominativas emitidas. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$8.901, recebidos em 2024.
- (3) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (4) Foi registrada perda por impairment da mais-valia do investimento da Cemig GT na Aliança Norte. Essa perda está apresentada nas Demonstrações do Resultado como "Outras despesas" e na nota explicativa de Segmentos Operacionais como parte do segmento de participações.
- (5) A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024, nos termos do CPC 31/IFRS 5. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A. Mais informações na nota explicativa nº 31 das demonstrações financeiras de 2024.
- (6) Reconhecimento de reembolso devido à Light Energia S.A., decorrente de valores investidos no desenvolvimento do Projeto da UHE Itaocara em montantes superiores à participação societária da Light no projeto. O reembolso foi efetivamente realizado em 22 de maio de 2024. Em novembro de 2024, o CNPJ dessa empresa foi baixado.

Controladora

Investidas	Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos / JCP	Aportes	Alienação	Saldo em 31/12/2025
Cemig Geração e Transmissão	11.734.032	1.814.758	(41.566)	(2.548.305)	-	-	10.958.919
Cemig Distribuição	11.281.256	2.121.172	(133.528)	(746.983)	-	-	12.521.917
Gasmig	1.581.321	498.694	-	(504.527)	-	-	1.575.488
Cemig Sim (1)	754.515	45.605	-	-	355.900	(1.156.020)	-
Sete Lagoas	87.605	7.668	-	(3.517)	-	-	91.756
Taesa	1.615.340	324.953	-	(187.242)	-	-	1.753.051
Total	27.054.069	4.812.850	(175.094)	(3.990.574)	355.900	(1.156.020)	26.901.131

- (1) Em 19 de dezembro de 2025, foi concluída a alienação da totalidade da participação societária na Cemig SIM para a Cemig GT, pelo valor contábil, no montante de R\$1.082.120. Além desse montante foi recebido o valor de R\$73.900, referente a aporte realizado pela Cemig na Cemig SIM, a fim de atender a projetos em andamento na investida.



Controladora

Investidas	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos / JCP	Aportes	Outros	Saldo em 31/12/2024
Cemig Geração e Transmissão	10.118.133	3.689.812	156.267	(2.230.180)	-	-	11.734.032
Cemig Distribuição (1)	8.883.227	2.206.255	488.213	(1.214.463)	-	918.024	11.281.256
Gasmig	1.748.575	483.110	-	(649.808)	-	(556)	1.581.321
Cemig Sim	419.103	29.632	-	-	305.780	-	754.515
Sete Lagoas	76.158	7.645	-	3.802	-	-	87.605
Taesá	1.565.369	330.166	-	(280.195)	-	-	1.615.340
Total	22.810.565	6.746.620	644.480	(4.370.844)	305.780	917.468	27.054.069

- (1) Foi aprovado na AGO da Cemig D, realizada no dia 29 de abril de 2024, o aumento da Reserva de Retenção de Lucros com o retorno dos dividendos obrigatórios do lucro líquido de 2023, no montante de R\$238.230, para garantir os investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Foi aprovado em AGE da Cemig D, realizada no dia 18 de dezembro de 2024, o aumento de seu capital social, por meio de dividendos e juros sobre capital próprio, no montante de R\$679.794. Por não envolver caixa, essas transações não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Movimentação dos dividendos a receber

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	49.914	3.118.320
Proposta de distribuição de dividendos pelas investidas	424.020	4.370.844
Recebimentos	(349.534)	(4.237.628)
IRRF sobre JCP declarados por investidas	(13.033)	(244.599)
Destinação para Plano de Desenvolvimento da Distribuição (1)	-	(238.230)
Destinação para aumento de capital - Cemig D (2)	-	(679.794)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	111.367	2.088.913
Proposta de dividendos feita pelas investidas	256.338	3.990.574
IRRF sobre JCP declarados por investidas	(17.976)	(329.311)
Recebimentos	(269.052)	(3.570.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	80.677	2.179.424

- (1) Foi aprovado na AGO da Cemig D, realizada no dia 29 de abril de 2024, o aumento da Reserva de Retenção de Lucros por meio dos dividendos obrigatórios do lucro líquido de 2023, para garantir os investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Por não envolver caixa, essa transação não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.
- (2) Foi aprovado em AGE da Cemig D, realizada no dia 18 de dezembro de 2024, o aumento de seu capital social, por meio de dividendos e juros sobre capital próprio. Por não envolver caixa, essa transação não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.



Saldos principais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2025:

2025	Taesa	Paracambi	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca
Ativo				
Circulante	2.171.464	13.330	22.069	18.036
Caixa e equivalentes de caixa	489.231	5.660	17.377	9.453
Não circulante	17.673.806	85.424	81.104	86.829
Total do ativo	19.845.270	98.754	103.173	104.865
Passivo				
Circulante	1.472.536	12.930	3.535	4.186
Empréstimos e financiamentos	723.867	8.916	-	154
Não circulante	10.670.735	13.262	-	314
Empréstimos e financiamentos	8.630.144	13.262	-	-
Patrimônio líquido	7.701.999	72.562	88.906	99.695
Total do passivo e patrimônio líquido	19.845.270	98.754	103.173	104.195
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	2.117.788	66.549	29.564	29.499
Custos operacionais	(498.494)	(24.688)	(19.275)	(18.029)
Depreciação e amortização	(5.416)	(9.382)	(3.075)	(4.200)
Lucro bruto	1.619.294	41.861	10.289	11.470
Despesas gerais e administrativas	(296.372)	(1.391)	-	(1.345)
Receitas financeiras	418.491	752	1.579	1.171
Despesas financeiras	(1.846.444)	(2.741)	(19)	(106)
Resultado operacional	(105.031)	38.481	11.849	11.190
Resultado de equivalência patrimonial	1.119.423	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	600.978	(2.449)	(1.117)	(1.192)
Resultado líquido do exercício	1.615.370	36.032	10.732	9.998
Resultado líquido do exercício	2.171.464	13.330	22.069	18.036
Resultado líquido do exercício	489.231	5.660	17.377	9.453
Resultado abrangente do exercício	17.673.806	85.424	81.104	86.829

2025	Aliança Norte	Guanhães Energia	Amazônia Energia
Ativo			
Circulante	700	13.545	297
Caixa e equivalentes de caixa	678	31	289
Não circulante	725.036	372.401	792.868
Total do ativo	725.736	385.946	793.165
Passivo			
Circulante	3	15.992	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Não circulante	8.489	10.240	8.614
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Patrimônio líquido	717.244	359.714	784.551
Total do passivo e patrimônio líquido	725.736	385.946	793.165
Demonstração do resultado			
Receita líquida de vendas	-	-	-
Custos operacionais	-	(520)	-
Depreciação e amortização	-	(4)	-
Lucro (prejuízo) bruto	-	(520)	-
Despesas gerais e administrativas	(441)	-	(185)
Receitas financeiras	100	659	44
Despesas financeiras	(2)	(76)	(60)
Resultado operacional	(343)	63	(201)
Resultado de equivalência patrimonial	(138.931)	8.565	(150.817)
Imposto de renda e contribuição social	-	(1.456)	-
Resultado líquido do exercício	(139.274)	7.172	(151.018)
Resultado líquido do exercício	-	-	-
Resultado líquido do exercício	(139.274)	7.172	(151.018)
Resultado abrangente do exercício	(139.274)	7.172	(151.018)



Saldos principais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2024:

2024	Taesá	Paracambi	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca
Ativo				
Circulante	2.315.800	11.535	10.578	20.936
Caixa e equivalentes de caixa	607.642	4.105	5.407	14.582
Não circulante	16.266.272	95.034	83.939	93.535
Total do ativo	18.582.072	106.569	94.517	114.471
Passivo				
Circulante	1.983.540	11.489	2.898	3.867
Empréstimos e financiamentos	431.600	8.719	-	709
Não circulante	9.353.019	21.554	-	316
Empréstimos e financiamentos	95.129	21.554	-	-
Patrimônio líquido	7.245.513	73.526	91.619	110.288
Total do passivo e patrimônio líquido	18.582.072	106.569	94.517	114.471
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	2.226.668	62.645	36.906	44.882
Custos operacionais	(463.381)	(12.588)	(25.432)	(13.260)
Depreciação e amortização	(3.843)	(4.249)	(3.320)	(4.082)
Lucro bruto	1.763.287	50.057	11.474	31.622
Despesas gerais e administrativas	(273.037)	(2.109)	-	(1.625)
Receitas financeiras	425.718	2.152	1.166	1.070
Despesas financeiras	(1.741.971)	(3.015)	(6)	(356)
Resultado operacional	173.997	47.085	12.634	30.711
Resultado de equivalência patrimonial	1.212.433	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	311.986	(2.732)	(1.780)	(1.775)
Resultado líquido do exercício	1.698.416	44.353	10.854	28.936
Resultado líquido do exercício	1.698.416	44.353	10.854	28.936
Resultado abrangente do exercício	1.698.416	44.353	10.854	28.936

2024	Aliança Norte	Guanhães Energia	Amazônia Energia
Ativo			
Circulante	540	14.812	244
Caixa e equivalentes de caixa	521	6.361	243
Não circulante	863.966	366.412	943.686
Total do ativo	864.506	381.224	943.930
Passivo			
Circulante	54	13.692	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Não circulante	8.505	19.314	8.781
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Patrimônio líquido	855.947	348.218	935.149
Total do passivo e patrimônio líquido	864.506	381.224	943.930
Demonstração do resultado			
Receita líquida de vendas	-	-	(163.743)
Custos operacionais	-	(1.988)	-
Depreciação e amortização	-	(22)	-
Lucro (prejuízo) bruto	-	(1.988)	(163.743)
Despesas gerais e administrativas	(151.819)	-	(589)
Receitas financeiras	62	544	7
Despesas financeiras	(4)	(113)	(42)
Resultado operacional	(151.761)	(1.557)	(164.367)
Resultado de equivalência patrimonial	-	28.974	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(160)	-
Resultado líquido do exercício	(151.761)	27.257	(164.367)
Resultado líquido do exercício	(151.761)	27.257	(164.367)
Resultado abrangente do exercício	(151.761)	27.257	(164.367)

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no estado do Pará. Essa participação



indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2025, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$83.749 (R\$217.025 em 31 de dezembro de 2024). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2025 é de R\$3.031 milhões (R\$3.053 milhões em 31 de dezembro de 2024). O potencial impacto para a Cemig GT está limitado ao seu investimento na NESA.

Aquisições Cemig Sim

Em dezembro de 2025, foram concluídas duas operações societárias pela Cemig SIM (Reorganização societária de 11 UFVs e aquisição de 3 usinas fotovoltaicas), detalhadas na sequência desta nota explicativa.

Reorganização societária de 11 UFVs

Em 2 de dezembro de 2025, a Cemig SIM concluiu o descruzamento de ativos com a Mori Energia Holding S.A. (“Mori”), subsidiária da Comerc Energia S.A. (“Comerc”). A Cemig Sim detinha 49% de participação em 11 usinas fotovoltaicas de geração distribuída, totalizando 53,7 MWp de potência instalada.

A operação envolveu dois Contratos de Compra e Venda de Ações (CCVAs). No primeiro, a Cemig SIM vendeu à Mori suas participações equivalentes a 49% das ações de 5 SPEs, por R\$ 106.435. No segundo, adquiriu 51% das ações de 6 SPEs, por R\$ 105.278. O pagamento foi realizado por compensação entre os valores das duas transações. A alienação das 5 usinas resultou em um ganho de R\$59.520.

Com o fechamento da operação, a Cemig SIM passou a deter o controle de 6 usinas fotovoltaicas, somando 27,0 MWp.



Os efeitos contábeis são destacados na sequência.

	UFV Brasilândia	UFV Lagoa Grande	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II	Total
Desdobramento do custo de aquisição							
Valor do patrimônio líquido de 100%	29.011	28.148	12.693	10.238	11.580	13.600	105.270
Mais-valia dos ativos líquidos	27.585	28.040	14.278	9.245	12.126	12.739	104.013
Valor justo dos ativos líquidos	56.596	56.188	26.971	19.483	23.706	26.339	209.283
(-) Valor justo da participação anterior de 49%	(27.732)	(27.532)	(13.216)	(9.547)	(11.616)	(12.906)	(102.549)
Goodwill (Compra vantajosa)	408	(1.054)	(87)	(377)	148	(495)	(1.457)
Valor total da contraprestação transferida	29.272	27.602	13.668	9.559	12.238	12.938	105.277

Conforme previsto no pronunciamento contábil IFRS 3/CPC 15, a Companhia remensurou pelo valor justo a participação detida anteriormente, reconhecendo a diferença no resultado do exercício na linha de “Outras Receitas”, conforme demonstrado a seguir:

	UFV Brasilândia	UFV Lagoa Grande	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II	Total
Valor justo da participação anterior de 49%	27.732	27.532	13.216	9.547	11.616	12.906	102.549
Valor contábil da participação anterior de 49%	14.116	14.012	6.015	4.099	4.469	6.503	49.213
Ganho pela remensuração da participação anterior	13.616	13.520	7.201	5.448	7.147	6.403	53.335

O resumo da mensuração a valor justo preliminar dos ativos e passivos adquiridos é conforme segue:

	UFV Brasilândia	UFV Lagoa Grande	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II	
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3.616	6.720	2.401	2.095	1.990		3.078
Outros ativos circulantes	4.063	3.712	1.933	1.411	1.666		1.716
Ativo não circulante							
Imobilizado	22.475	19.043	8.887	7.016	9.499		9.311
Outros ativos não circulantes	202	6	33	199	3		111
Passivo circulante							
Obrigações fiscais	(254)	(219)	(123)	(79)	(83)		(98)
Outros passivos circulantes	(41)	(46)	(20)	(21)	(1.021)		(22)
Passivo não circulante							
Provisão para desmantelamento	(1.051)	(1.068)	(418)	(382)	(475)		(496)
Patrimônio líquido em 30 de novembro de 2025	29.011	28.148	12.693	10.238	11.580		13.600
Mais valia do intangível (1)	27.585	28.040	14.278	9.245	12.126		12.739
Valor justos dos ativos líquidos identificáveis	56.596	56.188	26.971	19.483	23.706		26.339

(1) O Ativo Intangível referente ao Direito de Exploração das adquiridas foi identificado e avaliado com base na metodologia MPEEM - Multi Period Excess Earnings Method e está relacionado ao direito de exploração das usinas fotovoltaicas.

Aquisição de 3 usinas fotovoltaicas

Em 19 de dezembro de 2025, foi concluída, pela Cemig SIM, a aquisição de 100% das ações da SPE Hera Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda (“Hera”), pelo montante de R\$38.000 e de 51% das ações das SPEs Apolo 1 SPE Empreendimentos e Energia S.A. (“Apolo 1”) e Apolo 2 SPE Empreendimentos e Energia S.A. (“Apolo 2”), pelo montante de R\$18.571, nas quais a Cemig SIM já detinha uma participação de 49%.



Os efeitos contábeis são destacados na sequência.

Desdobramento do custo de aquisição	Apolo 1	Apolo 2	Hera	Total
Valor do patrimônio líquido de 100%	9.668	9.830	26.330	45.828
Mais-valia dos ativos líquidos	11.081	11.329	19.301	41.711
Valor justo dos ativos líquidos	20.749	21.159	45.631	87.539
(-) Valor justo da participação anterior de 49%	(10.167)	(10.368)	-	(20.535)
Compra vantajosa	(1.190)	(1.612)	(7.631)	(10.433)
Valor total da contraprestação	9.392	9.179	38.000	56.570

Conforme previsto no pronunciamento contábil IFRS 3/CPC 15, a Companhia remensurou pelo valor justo a participação detida anteriormente, reconhecendo a diferença no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	Apolo 1	Apolo 2	Total
Valor justo da participação anterior de 49%	10.167	10.368	20.535
Valor contábil da participação anterior de 49%	6.062	6.062	12.124
Ganho pela remensuração da participação anterior	4.105	4.306	8.411

O resumo da mensuração a valor justo preliminar dos ativos e passivos adquiridos é conforme segue:

	Apolo 1	Apolo 2	Hera
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.208	2.253	66
Outros ativos circulantes	558	468	-
Ativo não circulante			
Imobilizado	7.464	7.696	26.858
Outros ativos não circulantes	292	292	-
Passivo circulante			
Obrigações fiscais	(56)	(19)	(3)
Outros passivos circulantes	(25)	(31)	(40)
Passivo não circulante			
Passivo de arrendamento	(310)	(334)	-
Provisão para desmantelamento	(463)	(463)	-
Outros passivos não circulantes	-	(32)	(551)
Patrimônio líquido em 30 de novembro de 2025	9.668	9.830	26.330
Mais valia do intangível (1)	11.081	11.329	19.301
Valores justos dos ativos líquidos identificáveis	20.749	21.159	45.631

(2) O Ativo Intangível referente ao Direito de Exploração das adquiridas foi identificado e avaliado com base na metodologia MPEEM - Multi Period Excess Earnings Method e está relacionado ao direito de exploração das usinas fotovoltaicas.

Efeito nas demonstrações financeiras consolidadas

No quadro a seguir são demonstrados os valores de receita líquida e resultado líquido que foram refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como os valores consolidados caso as combinações de negócios tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2025.

Receita consolidada de 2025	42.784.065
Resultado consolidado de 2025	4.920.557
Receita refletida no consolidado	2.757
Resultado refletido no consolidado	1.770



Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investigações

Havia um inquérito civil público em condução pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar eventuais irregularidades no investimento da Cemig GT na Guanhães Energia. Após a realização das diligências pertinentes, e considerando as conclusões do Parecer Técnico Econômico produzido pela área técnica do Ministério Público, o órgão concluiu que não restou apurada qualquer lesão ao erário, nem tampouco indícios da prática de outro ato de improbidade administrativa, promovendo assim o arquivamento do inquérito em 26/02/2025.

Política contábil material

Investimentos em participação societária

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de dirigir as atividades pertinentes da investida para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, representado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da entidade adquirida e o valor do seu patrimônio líquido, e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos, representando a expectativa de geração futura de valor. Este é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia adquire o controle de um novo negócio independentemente da sua forma jurídica. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um processo substantivo que, juntamente a uma entrada de recursos, contribui significativamente para a capacidade de gerar recursos.

A Companhia contabiliza as combinações de negócios por meio do método de aquisição. Assim, no momento da aquisição, a companhia adquirente reconhece e mensura os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que poderá resultar no reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), mais-valia, menos-valia ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício na data da aquisição.

A mais-valia e a menos-valia representam a diferença entre o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e o valor contábil das participações societárias adquiridas. O



goodwill e a compra vantajosa representam a diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores.

Estimativas e julgamentos

Investimentos em participação societária

A mensuração subsequente desses investimentos é realizada com base no método de equivalência patrimonial. Posteriormente à essa mensuração, a Companhia avalia se há indicativos de possível desvalorização no valor recuperável de seus investimentos.

Para a mensuração do valor recuperável é calculado o valor justo do ativo, líquido das despesas de venda e o valor em uso, representado pelo valor presente dos fluxos de caixa esperados. O valor recuperável é dado como o maior montante entre essas duas estimativas. Sendo esse valor inferior ao valor contábil é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável diretamente no resultado em contrapartida à redução do ativo em questão.

Ao final de cada período de divulgação das informações contábeis, a Companhia avalia se há algum indicativo de que as perdas reconhecidas em períodos anteriores podem ser revertidas parcialmente ou integralmente. Diante da existência de indicativos, há a necessidade de estimar o valor recuperável do ativo.

O método da equivalência patrimonial deixa de ser aplicado a partir do momento em que o investimento perde as características de coligada, controlada ou controlada em conjunto, como, por exemplo, no caso de classificação como ativo não circulante mantido para venda.

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Cemig e suas controladas. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas àquelas aplicadas pela Cemig e suas controladas.

Combinação de negócios

Os custos gerados pela aquisição dos ativos são alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o goodwill, a mais-valia e a menos-valia são mensurados pelo custo, deduzidos de quaisquer perdas ao valor recuperável acumuladas. Para fins de teste do valor recuperável, o goodwill, a mais-valia e a menos-valia adquiridos em combinação de negócios são, a partir da data de aquisição, alocados a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

A Companhia entende, em linha com o ICPC 09 (R3), que não se caracteriza como goodwill o valor referente especificamente a direito de concessão, direito de exploração e



assemelhados, inclusive quando adquirido em combinação de negócios em que a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos, de acordo com os critérios descritos no item “Investimentos em participação societária”.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os relacionamentos entre a Cemig e suas investidas estão descritos na [nota de investimento \(nº 9\)](#). Já os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Consolidado								
Norte Energia	-	-	33.784	32.901	-	-	(302.906)	(289.835)
Paracambi	-	-	3.209	3.065	-	-	(32.346)	(30.828)
Guanhães	-	-	29	-	-	-	(1.096)	-
Hidrelétrica	-	-	-	4.440	-	-	(1.893)	(45.730)
Pipoca	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	37.022	40.406	-	-	(338.241)	(366.393)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Consolidado								
Encargos de conexão								
Taesá	-	-	114	107	-	-	(1.335)	(5.021)
Encargos de transmissão								
Norte Energia	9.838	8.726	-	-	35.001	33.292	-	-
Taesá	-	-	7.291	11.063	-	-	(144.610)	(145.763)
	9.838	8.726	7.405	11.170	35.001	33.292	(145.945)	(150.784)



Os encargos de conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os encargos de transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Consumidores e revendedores

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Governo do Estado de Minas Gerais	10.739	10.769	-	-	232.633	230.980	-	-

O saldo de Consumidores e revendedores que a Companhia possui com o ente controlador, refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia.

Prestações de serviços

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Consolidado								
Cachoeirão	102	101	-	-	281	305	-	-
Guanhães	1.504	722	-	-	2.497	2.321	-	-
Paracambi	-	-	-	-	737	675	-	-
Taesa	525	579	-	-	2.020	1.581	-	-
Hidrelétrica Pipoca	23	97	-	-	12	309	-	-
	2.154	1.499	-	-	5.547	5.191	-	-
Controladora								
Cemig Trading	45	45	-	-	-	-	-	-

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão e de redes de distribuição.

Contas a receber - AFAC

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Governo do Estado de Minas Gerais	13.366	13.366	-	-	-	-	-	-

Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.



Processos judiciais

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Guanhães	-	-	10.074	16.872	-	-	-	-
Cemig D	-	-	5.930	9.931	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais	18.738	27.084	-	-	-	-	-	-

Refere-se a um acordo firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e as empresas signatárias a seguir: a Alpargatas, a Guanhães e a Cemig Distribuição. Em 21 de dezembro de 2012, o Estado de Minas Gerais firmou o contrato nº 021/2012 para a execução de obras e de prestação de serviços em infraestrutura energética no estado de Minas Gerais e contratou a Companhia Energética de Minas Gerais para a execução das obras.

As obras foram executadas pela Cemig Distribuição em benefício da Alpargatas e da Guanhães sem o repasse dos recursos financeiros por parte do Estado de Minas Gerais para a Cemig no tempo adequado, o que culminou em desembolsos da Cemig Distribuição, executora das obras, e da Guanhães Energia. A Cemig Distribuição desembolsou recursos para a conclusão das obras em benefício da Alpargatas e a Guanhães desembolsou recursos para a conclusão das obras que tiveram a própria empresa como beneficiária.

Em 14 de junho de 2024, foi realizada conciliação pré-processual entre as empresas envolvidas em que o Estado se comprometeu a pagar R\$32 milhões à Cemig em 36 parcelas sucessivas, a partir de julho de 2024, no valor de R\$900 mil com data-base em maio de 2024. Como parte do acordo que foi feito, a Cemig ficou incumbida de repassar os valores de direito para a Guanhães Energia e para a Cemig Distribuição (mediante procuração emitida pela Alpargatas em benefício da Cemig Distribuição).

Juros sobre capital próprio e dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Consolidado								
Taesá	77.320	111.317	-	-	-	-	-	-
Guanhães	3.345	-	-	-	-	-	-	-
	80.665	111.317	-	-	-	-	-	-
Controladora								
Taesá	77.320	111.317	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão	908.636	744.132	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição	1.074.587	1.117.129	-	-	-	-	-	-
Sete Lagoas Transmissão	3.517	-	-	-	-	-	-	-
Gasmig	115.351	116.324	-	-	-	-	-	-
	2.179.411	2.088.902	-	-	-	-	-	-



FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	38.424	159.216	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	412.584	356.888	-	-	26.966	16.296	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	134.606	-	-	-	-	-	-

A Cemig e suas controladas e controlada em conjunto aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Arrendamentos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Arrendamento	-	-	18.459	18.544	-	-	(22.188)	(25.167)
Não circulante								
Arrendamento	180.615	180.248	198.854	195.122	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários da Companhia, proprietária do imóvel locado.

Benefícios pós-emprego

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:



EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Controladora								
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	16.778	2.677	-	-	(46.009)	(44.439)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(6.126)	(5.606)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(2.006)	(1.922)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	407.641	370.166	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	-	18.299	-	-	(19.433)	(17.249)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	-	149.195	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Consolidado								
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	399.524	52.889	-	-	(210.092)	(213.952)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(91.299)	(88.835)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(42.036)	(40.286)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	1.672.414	1.648.335	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	-	208.173	-	-	(305.112)	(273.722)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	-	2.396.109	-	-	-	-

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031;
- (2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratar de coligada:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	31/12/2025	Vencimento
Norte Energia S.A. (1)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.503.128	2042
Norte Energia S.A. (1)	Coligada	Fiança	Debêntures	71.629	2030
Norte Energia S.A. (NESSA)/Light (2)	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
				3.258.372	

- (1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.
- (2) Contragarantia emitida à Light, relacionada ao financiamento da Norte Energia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis anuais da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.



Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024
Remuneração	35.423	33.729
Participação nos resultados/(Reversão)	13.744	8.405
Previdência privada	1832	1.831
Planos de saúde e odontológico	241	359
Seguro de vida	43	55
Total	51.283	44.379

11. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E ALIENAÇÕES

11.1 Ativos classificados como mantidos para venda

A composição dos ativos classificados como mantidos para venda, mensurados pelo valor justo, é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado e intangível - Usinas (11.2)	-	20.347
Ativo financeiro – Bonificação pela outorga (11.2)	-	36.517
	-	56.864

Política contábil material

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos imobilizados e os ativos intangíveis não são mais depreciados ou amortizados, e qualquer investimento não é mais sujeito ao método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.

Atualmente, a Companhia não possui nenhum ativo nem passivo classificado como mantido para venda.

Estimativas e julgamentos

São mensurados inicialmente pela menor quantia entre o valor contábil e o valor justo (calculado pelo método do fluxo de caixa descontado) líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Para os casos em que a venda é realizada por meio de leilão, após sua realização, a Companhia considera o valor do lance ganhador como sendo o valor justo, por se tratar do valor que efetivamente será recebido pela venda dos ativos após os trâmites legais.



11.2 Alienação de ativos

Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023, a Cemig GT publicou o edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da Horizontes Energia S.A., subsidiária integral da Cemig GT.

O processo de alienação dos ativos para a Mang Participações e Agropecuária LTDA, vencedora do leilão realizado em 10 de agosto de 2023, foi concluído em 29 de fevereiro de 2024, após cumpridas todas as condições precedentes do Contrato de Compra e Venda de Ativos (CCVA). O valor recebido pela venda foi de R\$101 milhões.

A alienação teve o objetivo de atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a alocação de capital.

Em janeiro de 2025, foi proferida sentença procedente em relação à ação popular movida contra o edital de venda do Leilão público de alienação das 15 PCHs/ CGHs.

Em março de 2025, foi proferida nova sentença declarando a sentença anterior nula de pleno direito. Dessa forma, foi afastada a sentença que julgou procedente a ação popular movida contra o edital. A Cemig continuará atuando no processo, que conduzirá a nova sentença para apreciação do mérito.

Até o momento, não houve impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia decorrentes das sentenças judiciais.

Transferência onerosa de 4 PCH/UHEs

Em 23 de setembro de 2024, foi republicado o edital para realização de leilão público visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 4 UHEs/PCH, sendo 1 PCH da Cemig GT e 3 UHEs das suas subsidiárias integrais Cemig Geração Sul, Cemig Geração Leste e Cemig Geração Oeste.

Em 5 de dezembro de 2024, a Cemig GT realizou o leilão público na B3, sendo o lance vencedor apresentado pela empresa Âmbor Hidroenergia LTDA no valor de R\$52 milhões, o que representa um ágio de 78,8% em relação ao preço mínimo de R\$29,1 milhões.

Em 21 de fevereiro de 2025, a Cemig GT e suas subsidiárias Cemig Geração Leste, Cemig Geração Oeste e Cemig Geração Sul, assinaram o CCVA com a Âmbor Hidroenergia LTDA, vencedora do leilão.

Em 23 de maio de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais suspendeu, até o trânsito em julgado da decisão de mérito, a liminar proferida nos autos da Ação Popular contra o edital e o contrato do Leilão de alienação dessas usinas, restabelecendo os efeitos do Leilão realizado em 5 de dezembro de 2024.



Em 16 de outubro de 2025, a CEMIG GT e suas subsidiárias integrais concluíram, a transferência onerosa das usinas Machado Mineiro, Sinceridade, Martins e Marmelos, após cumpridas todas as condições precedentes do Contrato de Transferência Onerosa. O valor recebido pelo desinvestimento foi de R\$52,4 milhões.

A presente Transferência Onerosa visou atender às diretrizes do Planejamento Estratégico da CEMIG, que preconiza uma otimização do portfólio e de eficiência operacional, com uma melhor alocação de capital, por meio do desinvestimento de ativos de pequeno porte.

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em outubro de 2025:

Preço de venda	52.387
Valor do ativo mantido para venda até o fechamento da operação	(63.793)
Perda de capital na alienação	(11.406)

12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Cemig e suas controladas

	Indexador	Taxa média a.a. %		Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas bancárias				272.135	269.232	6.583	18.375
Aplicações financeiras							
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	CDI	70 a 111	80 a 111	1.591.077	1.469.776	633.825	397.446
(1)							
Aplicações automáticas - Overnight (2)	Pré-fixada	14,60 a 14,90	11,91 a 12,15	38.424	159.216	14.708	1.437
				1.629.501	1.628.992	648.533	398.883
Total				1.901.636	1.898.224	655.116	417.258

(1) Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

(2) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Cemig e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Os principais eventos que impactaram o total de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia, durante o exercício de 2025, foram as captações de debêntures e empréstimos sendo o valor líquido de R\$9.336.811.

Em contrapartida, em linha com atual política de investimentos, a Companhia investiu R\$5.386.242 na infraestrutura de distribuição de energia elétrica e gás durante o exercício de 2025, além do pagamento de R\$3.968.306 de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Estão divulgados na [nota explicativa nº 19](#) (i) a exposição da Cemig e de suas controladas a riscos de taxas de juros e (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na [nota explicativa nº 10](#).



13. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a. %		Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras							
Circulante							
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	CDI	101,85 a 110	-	346.613	-	155	-
Letras Financeiras (LFs) – Bancos	CDI	103,5 a 110,02	104,2 a 112	360.030	279.469	137.812	2.523
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	Variação Selic	15,11 a 15,12	12,41 a 12,45	47.424	72.422	18.153	654
Outros				5.635	6.022	2.114	566
				759.702	357.913	158.234	3.743
Não circulante							
Letras Financeiras (LFs) - Bancos	CDI	103,5 a 110,02	104,2 a 112	-	134.606	-	1.215
				-	134.606	-	1.215
Total				759.702	492.519	158.234	4.958

O aumento de Títulos e Valores Mobiliários está atrelado à gestão de caixa da Companhia, em conformidade com a Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxos de caixa das empresas do grupo.

A classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na [nota explicativa nº 19](#). As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na [nota explicativa nº 10](#).

A Cemig e suas controladas classificam de forma consistente os juros recebidos desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.



14.CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Consolidado						
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/12/2025	31/12/2024
Fornecimento de energia faturado	1.711.020	734.862	501.631	1.171.875	4.119.388	3.734.657
Fornecimento de gás faturado	91.353	24.860	265.127	-	381.340	394.298
Fornecimento de energia não faturado	1.201.004	-	-	-	1.201.004	1.288.438
Fornecimento de gás não faturado	19.576	-	-	-	19.576	24.581
Suprimento a outras concessionárias	37.399	49.700	1.196	22	88.317	99.663
Suprimento a outras concessionárias não faturado	487.070	-	-	-	487.070	399.646
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	112.813	366	-	2.134	115.313	117.340
Concessionários – transporte de energia faturado	38.141	29.017	18.871	75.340	161.369	213.488
Concessionários – transporte de energia não faturado	479.655	-	-	-	479.655	428.369
(-) Perdas de créditos esperadas	(122.964)	(23.682)	(117.537)	(681.965)	(946.148)	(850.307)
	4.055.067	815.123	669.288	567.406	6.106.884	5.850.173
Ativo circulante					5.795.113	5.596.248
Ativo não circulante					311.771	253.925

Controladora						
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/12/2025	31/12/2024
Fornecimento de energia faturado	49.985	5.294	1.072	27.461	83.812	96.839
Fornecimento de energia não faturado	375.285	-	-	-	375.285	412.111
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	-	48.594	-	-	48.594	-
(-) Perdas de créditos esperadas	-	(659)	(603)	(26.557)	(27.819)	(50.801)
	425.270	53.229	469	904	479.872	458.149
Ativo circulante					477.575	454.286
Ativo não circulante					2.297	3.863

A exposição da Cemig e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na [nota explicativa nº 19](#).

Composição e movimentação das provisões para perdas de créditos esperadas

As perdas de créditos esperadas (PCE) são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Residencial	418.007	331.097	-	3.214
Industrial	158.674	170.546	26.557	35.803
Comércio, serviços e outras	242.391	215.980	1.262	8.013
Rural	37.944	36.857	-	1.671
Poder público	18.441	20.426	-	946
Iluminação pública	1.517	1.825	-	921
Serviço público	6.535	21.020	-	233
Suprimento a outras concessionárias	410	-	-	-
Encargos de uso de rede - TUSD	62.229	52.556	-	-
Total	946.148	850.307	27.819	50.801



A movimentação das perdas de créditos esperados no período é conforme segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	867.999	36.452
Constituições líquidas (nota 3.3c)	267.836	14.349
Alteração em critério utilizado na estimativa	(93.035)	-
Baixas	(192.493)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	850.307	50.801
Constituições líquidas (nota 3.3c)	161.421	20
Baixas	(65.580)	(23.002)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	946.148	27.819

Política contábil material

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida ou pelo valor do gás fornecido e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Cemig e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

Especificamente para a atividade de transmissão, a Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida.

Estimativas e julgamentos

Perdas de créditos esperadas (PCE)

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração.



Para os clientes cativos, a Cemig D adota em sua análise uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu Contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 36 meses do faturamento, para clientes de consumo regular e, de 18 meses para os clientes de consumo irregular, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 36 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

É adotada regra diferenciada para os valores a receber provenientes do faturamento de débito irregular dada a sua natureza de maior dificuldade de cobrança. A análise é individualizada sendo ponderado na mensuração do risco de perdas o nível de solvência calculado internamente para o cliente.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas de créditos esperadas são mensuradas em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

No caso de estimativa de PCE e o reconhecimento como baixa ("default") de grandes consumidores o estudo é julgamental (análise individualizada) considerando, principalmente, histórico da dívida, garantias existentes e iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Para a Cemig GT e Cemig Holding o saldo a receber é analisado, em sua totalidade, levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais, sendo feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos. Vale ressaltar que não há constituição de PCE para os contratos celebrados com comercializadoras, em virtude de a entrega de energia estar condicionada ao pagamento prévio da fatura ou aporte de garantias.

A Gasmig também se utiliza da análise individualizada para estimativa de PCE de grandes consumidores, considerando histórico da dívida, garantias existentes e iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.



15. DEBÊNTURES E EMPRÉSTIMOS

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				31/12/2025		31/12/2024	
				Circulante	Não circulante	Total	Total
Cemig Geração e Transmissão							
Empréstimos	2026	SOFR+0,53%	USD	224.181	-	224.181	-
Total de empréstimos				224.181	-	224.181	-
Cemig Distribuição							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2025	IPCA + 5,10%	R\$	-	-	-	334.188
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série	2026	IPCA + 4,10%	R\$	1.067.120	-	1.067.120	2.048.454
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª Série	2027	CDI + 1,35%	R\$	3.335	500.000	503.335	502.548
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série	2029	IPCA + 6,1052%	R\$	1.628	579.172	580.800	557.412
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única	2026	CDI + 2,05%	R\$	1.019.131	-	1.019.131	2.030.078
Debêntures - 10ª emissão - 1ª série	2029	CDI + 0,80%	R\$	23.017	400.000	423.017	417.151
Debêntures - 10ª emissão - 2ª série	2034	IPCA + 6,1469%	R\$	39.728	1.728.381	1.768.109	1.696.909
Debêntures - 11ª emissão - 1ª série	2031	CDI + 0,55%	R\$	43.906	1.000.000	1.043.906	1.028.493
Debêntures - 11ª emissão - 2ª série	2036	IPCA + 6,5769%	R\$	30.462	1.591.686	1.622.148	1.552.871
Debêntures - 12ª emissão - 1ª série	2032	CDI + 0,86%	R\$	73.575	1.640.000	1.713.575	-
Debêntures - 12ª emissão - 2ª série	2040	IPCA + 7,5467%	R\$	19.350	884.013	903.363	-
Debêntures - 13ª emissão - 1ª série	2030	CDI+0,64%	R\$	35.461	1.143.000	1.178.461	-
Debêntures - 13ª emissão - 2ª série	2032	CDI+0,80%	R\$	23.590	752.000	775.590	-
Debêntures - 14ª emissão - 1ª série	2037	IPCA+6,7878%	R\$	15.789	2.011.614	2.027.403	-
Debêntures - 14ª emissão - 2ª série	2040	IPCA+6,6504%	R\$	3.870	502.905	506.775	-
				2.399.962	12.732.771	15.132.733	10.168.104
Gasmig							
Debêntures - 8ª emissão - Série única	2031	IPCA + 5,27%	R\$	156.181	779.945	936.126	1.025.100
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única	2029	CDI + 0,47%	R\$	1.257	200.000	201.257	200.190
Debêntures - 10ª Emissão - Série Única	2035	IPCA+6,50%	R\$	1.280	300.705	301.985	-
				158.718	1.280.650	1.439.368	1.225.290
Cemig Geração e Transmissão							
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª Série	2027	CDI + 1,33%	R\$	236.442	233.333	469.775	703.560
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série	2029	IPCA + 7,6245%	R\$	1.109	345.120	346.229	332.268
Debêntures - 10ª Emissão - Série Única	2030	CDI + 0,64%	R\$	27.615	625.000	652.615	-
Debêntures - 11ª Emissão - 1ª Série	2037	IPCA+6,7878%	R\$	7.894	1.005.807	1.013.701	-
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª Série	2040	IPCA+6,6504%	R\$	3.870	502.905	506.775	-
				276.930	2.712.165	2.989.095	1.035.828
(-) Deságio na emissão de debêntures (1)				(1.777)	(10.830)	(12.607)	(5.326)
(-) Custos de Transação				(6.371)	(301.068)	(307.439)	(144.596)
Total de debêntures				2.827.462	16.413.688	19.241.150	12.279.300
Total geral consolidado				3.051.643	16.413.688	19.465.331	12.279.300

(1) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.

Os custos nominais e reais da dívida da Companhia, são de 13,01% a.a. e 8,06% a.a. em 31 de dezembro de 2025, respectivamente, e de 11,98% a.a. e 6,65% a.a., em 31 de dezembro de 2024, respectivamente.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.



a) Emissões de debêntures

Ao longo do exercício de 2025, foram efetuadas emissões de debêntures pela Cemig GT, Cemig D e Gasmig, subscritas conforme segue:

Emissão	Quantidade	Valor em milhares	Data da liquidação financeira	Taxa (a.a.)	Prazo dias	Vencimento principal	Amortização	Classificação risco de crédito (1)
Cemig Geração e Transmissão								
10ª emissão – Série Única	625.000	R\$625.000	18/03/2025	CDI + 0,64%	1.826	2030	48º e 60º meses	'AAA (bra)'
11ª emissão - 1ª série	1.000.000	R\$1.000.000	18/11/2025	IPCA + 6,7878%	4.383	2037	120º, 132º e 144º meses	'AAA (bra)'
11ª emissão - 2ª série	500.000	R\$500.000	18/11/2025	IPCA + 6,6504%	5.479	2040	156º, 168º e 180º meses	'AAA (bra)'
	2.125.000	R\$2.125.000						
Cemig Distribuição								
12ª Emissão – 1ª série	1.640.000	R\$1.640.000	18/03/2025	CDI + 0,86%	2.557	2032	72º e 84º meses	'AAA (bra)'
12ª Emissão – 2ª série	860.000	R\$860.000	18/03/2025	IPCA + 7,5467%	5.479	2040	156º, 168º e 180º meses	'AAA (bra)'
13ª Emissão – 1ª série	1.143.000	R\$1.143.000	11/04/2025	CDI + 0,64%	1.831	2030	48º e 60º meses	'AAA (bra)'
13ª Emissão – 2ª série	752.000	R\$752.000	11/04/2025	CDI + 0,80%	2.562	2032	72º e 84º meses	'AAA (bra)'
14ª Emissão – 1ª série	2.000.000	R\$2.000.000	18/11/2025	IPCA + 6,7878%	4.383	2037	120º, 132º e 144º meses	'AAA (bra)'
14ª Emissão – 2ª série	500.000	R\$500.000	18/11/2025	IPCA + 6,6504%	5.479	2040	156º, 168º e 180º meses	'AAA (bra)'
	6.895.000	R\$6.895.000						
Gasmig								
10ª Emissão Série Única	300.000	R\$300.000	28/11/2025	IPCA+ 6,50%	3.649	2035	96º, 108º e 120º meses	"AA+(bra)"
	300.000	R\$300.000						
Total	9.320.000	R\$9.320.000						

(1) Classificação de risco de crédito atribuída pela agência Fitch Ratings à Emissão.

Os recursos obtidos com essas emissões foram destinados para a gestão do fluxo de caixa, compreendendo, mas não se limitando, às operações das Companhias e ao reembolso de investimentos realizados. Em relação às “Debêntures Verdes” (10ª Emissão da Cemig GT) e “Debêntures Sustentáveis” (12ª e 14ª Emissões da Cemig D), os reembolsos de investimentos realizados foram em linha com o Framework.

Essas emissões foram de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, outorgada pela Cemig.

Empréstimo Internacional sob a Lei 4.131

Em 07 de agosto de 2025, a Cemig GT contratou uma operação de crédito junto ao Citibank, no valor de US\$40 milhões, equivalente a R\$218.552 na data da contratação.

A operação foi estruturada na modalidade *Floating Rate Loan*, com incidência de juros à taxa *Adjusted Dollar Interest Rate* (taxa de referência), baseada na taxa de referência *Term SOFR (Secured Overnight Financing Rate)*, acrescida de um spread de 0,53% ao ano, com vencimento em 11 de agosto de 2026.



Foi contratado um *full cross-currency swap* para proteção cambial desta dívida em dólar e suas informações detalhadas são divulgadas na [nota explicativa nº 19](#).

b) Garantias

O saldo devedor das debêntures e empréstimos, em 31 de dezembro de 2025, é garantido da seguinte forma:

	31/12/2025
Aval e fiança	224.181
Aval e recebíveis	1.064.809
Fiança	16.758.466
Sem garantia	1.417.875
Total	19.465.331

c) Composição e movimentação consolidada das debêntures e empréstimos

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 6,9 anos. A composição consolidada das debêntures e empréstimos, por indexador, considerando seus vencimentos é como segue:

Consolidado	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Moedas							
Dólar Norte-Americano	224.181	-	-	-	-	-	224.181
Total por moedas	224.181	-	-	-	-	-	224.181
Indexadores							
IPCA (1)	1.348.281	144.946	441.433	793.456	158.750	8.693.668	11.580.534
CDI (2)	1.487.329	800.000	300.000	1.117.333	1.384.000	2.892.000	7.980.662
Total por indexadores	2.835.610	944.946	741.433	1.910.789	1.542.750	11.585.668	19.561.196
(-) Custos de transação	(6.371)	(3.256)	(8.687)	(14.221)	(5.915)	(268.989)	(307.439)
(-) Desconto	(1.777)	-	-	(94)	(94)	(10.642)	(12.607)
Total geral	3.051.643	941.690	732.746	1.896.474	1.536.741	11.306.037	19.465.331

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e
(2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os indexadores utilizados para atualização monetária das debêntures e empréstimos tiveram as seguintes variações nos exercícios apresentados:

Moeda	Variação acumulada em 2025 (%)	Variação acumulada em 2024 (%)	Indexador	Variação acumulada em 2025(%)	Variação acumulada em 2024 (%)
Dólar Norte-Americano	(11,14)	27,91	IPCA	4,26	4,83
			CDI	14,26	10,83



A movimentação das debêntures e empréstimos é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.831.139
Debêntures obtidas	4.700.000
Custos de transação	(117.792)
Empréstimos obtidos líquidos	4.582.208
Variação monetária	247.621
Variação cambial	463.887
Encargos financeiros provisionados	1.066.428
Amortização do custo de transação	18.752
Encargos financeiros pagos	(955.864)
Amortização de empréstimos	(2.974.871)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.279.300
Debêntures e empréstimos obtidos	9.538.552
Custos de transação	(190.950)
Deságio na emissão de debêntures	(10.791)
Debêntures e empréstimos obtidos, líquidos	9.336.811
Variação monetária	286.264
Variação cambial	1.544
Encargos financeiros provisionados	1.618.001
Amortização do custo de transação	28.107
Encargos financeiros pagos	(1.387.495)
Amortização de debêntures	(2.697.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.465.331

d) Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos e debêntures.

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2025	2024
Encargos de debêntures	1.618.001	1.066.428
Encargos financeiros capitalizados nos ativos de contrato (1)	(114.594)	(76.764)
Efeito líquido no resultado	1.503.407	989.664

(1) A taxa média de capitalização foi de 12,26% no exercício de 2025 (11,13% no exercício de 2024).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

e) Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Controladora, superior a R\$100 milhões (“cross default”).



A Cemig e suas controladas possuem contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Cemig Geração e Transmissão				
9ª emissão de debêntures 1ª e 2ª séries (1)	Dívida líquida/Lajida ajustado (2)	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0 de 31/12/2022 até 30/06/2026 Igual ou inferior a 3,5 de 31/12/2026 em diante	Semestral
10ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 31 de dezembro de 2029 Igual ou inferior a 4,0 de 31 de dezembro de 2029 em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 até 31 de dezembro de 2029 Igual ou inferior a 4,0 de 31 de dezembro de 2029 em diante	Semestral
11ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 31 de dezembro de 2029 (inclusive). Igual ou inferior a 4,0 de 31 de dezembro 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 (inclusive) até 31 de dezembro de 2029 (inclusive). Igual ou inferior a 4,0 de 31 de dezembro de 2029 (exclusive) em diante	Semestral
Empréstimo em US\$	Dívida Líquida/ Lajida ajustado (3) (4)	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,5	Semestral
Cemig Distribuição				
7ª e 8ª emissão de debêntures	Dívida Líquida / Lajida ajustado (2)	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 em diante	Semestral
9ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0	Semestral
10ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 (inclusive) Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Semestral
11ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 (inclusive) Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Semestral
12ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 30 de junho de 2029 (inclusive)	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 (inclusive)	Semestral



Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
		Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 (inclusive)	
			Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	
13ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 30 de junho de 2029 (inclusive)	Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 (inclusive)	Semestral
		Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	
14ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 30 de junho de 2029 (inclusive) em diante	Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 (inclusive) até 30 de junho de 2029 (inclusive)	Semestral
		Igual ou inferior a 4,0 de 30 junho 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	
Gasmig				
8ª emissão de debêntures série única (5)	Lajida/Serviço da Dívida Dívida Líquida/Lajida	Igual ou maior que 1,3 Igual ou menor que 3,0	-	Anual Anual
9ª emissão de debêntures	Lajida/Resultado financeiro líquido Dívida líquida/Lajida	Igual ou maior que 1,3 de 31 de dezembro de 2024 em diante Menor ou igual a 3,0 de 31 de dezembro de 2024 em diante	-	Anual
10ª Emissão de debêntures Série Única	Lajida/Resultado financeiro líquido Dívida líquida/Lajida	Igual ou maior que 1,3 de 31 de dezembro de 2025 em diante Menor ou igual a 3,0 de 31 de dezembro de 2025 em diante	-	Anual

- (1) O não cumprimento dos covenants implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Cemig GT do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- (2) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- (3) A Dívida Líquida corresponde ao saldo das rubricas de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, acrescidas das dívidas devidas à Forluz, menos (i) o total de Caixa, Equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários, (ii) os saldos positivos de CVA e (iii) a posição de hedge relacionada ao principal da dívida.
- (4) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, (i) menos: (i.1) a participação no lucro de qualquer participação minoritária; (i.2) resultados decorrentes da variação no valor de quaisquer opções de venda; (i.3) quaisquer ganhos na venda de ativos e quaisquer baixas, amortizações ou desvalorizações de ativos; (i.4) quaisquer créditos ou ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, desde que sejam não recorrentes; e (i.5) quaisquer receitas não monetárias relacionadas a indenizações por transmissão ou geração; (i.6) atualização monetária das receitas de concessão; e (ii) mais: (ii.1) quaisquer despesas ou encargos não monetários que sejam não recorrentes; (ii.2) entradas de caixa de dividendos de investimentos minoritários; (ii.3) entradas de caixa relacionadas a encargos de concessão; (ii.4) entradas de caixa relacionadas à receita de transmissão para cobertura do custo de capital; e (ii.5) entradas de caixa decorrentes de indenização por geração, desde que não sejam superiores a 30% (trinta por cento) desses itens.
- (5) O não cumprimento dos covenants implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.

A Administração monitora esses índices de forma contínua.



16. ARRENDAMENTOS

A Cemig e suas controladas reconheceram direito de uso e passivo de arrendamentos para os seguintes contratos nos termos do CPC 06 (R2) /IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.
- Arrendamentos de terrenos para implantação e operação de usinas de geração fotovoltaica.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

Taxa incremental aplicada (1)	Taxa média anual (%)	Taxa média mensal (%)
Contratos celebrados em 2025		
Até 4 anos	7,61	0,61
De 5 a 10 anos	7,36	0,59
De 11 a 20 anos	7,20	0,58
Contratos celebrados em 2024		
Até 5 anos	6,78	0,55
De 6 a 11 anos	6,68	0,54
De 12 a 21 anos	6,74	0,54

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Movimentação do direito de uso

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	245.195	152.674	397.869
Amortização (1)	(14.834)	(43.144)	(57.978)
Direito de uso adquirido na combinação de negócios	1.127	-	1.127
Baixa (contratos encerrados)	(7.038)	(3.815)	(10.853)
Adição	31.310	7.649	38.959
Remensuração (2)	7.703	10.343	18.046
Saldo em 31 de dezembro de 2024	263.463	123.707	387.170
Amortização (1)	(18.177)	(49.223)	(67.400)
Direito de uso adquirido na combinação de negócios	914	-	914
Baixa (contratos encerrados)	(3.930)	(3.576)	(7.506)
Adição	12.986	26.631	39.617
Remensuração (2)	17.196	104	17.300
Saldo em 31 de dezembro de 2025	272.452	97.643	370.095

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$982 no exercício de 2025 (R\$835 no exercício de 2024). A taxa anual média ponderada de amortização é 7,0% para Imóveis e 49,94% para Veículos.

(2) A Cemig e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.092
Amortização (1)	(110)
Remensuração (2)	435
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.417
Amortização	(119)
Remensuração	152
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.450



(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$9 em 2025 (R\$8 em 2024). A taxa anual média ponderada de amortização é 5,0% para Imóveis.

b) Movimentação do passivo de arrendamentos

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2023	432.936	2.429
Adição	38.959	-
Passivo de arrendamento recebido na combinação de negócios	449	-
Juros incorridos (1)	28.313	209
Arrendamentos pagos	(72.339)	(246)
Juros sobre arrendamentos pagos	(6.311)	(15)
Baixa (contratos encerrados)	(10.853)	-
Remensuração (2)	18.046	435
Saldo em 31 de dezembro de 2024	429.200	2.812
Adição	39.617	-
Passivo de arrendamento recebido na combinação de negócios	1.242	-
Juros incorridos (1)	25.531	178
Arrendamentos pagos	(81.512)	(232)
Juros sobre arrendamentos pagos	(7.253)	(15)
Baixa (contratos encerrados)	(6.896)	-
Remensuração (2)	17.300	152
Saldo em 31 de dezembro de 2025	417.229	2.895
Passivo circulante	89.111	245
Passivo não circulante	328.118	2.650

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$1.143 consolidado e R\$14 controladora no exercício de 2025 (R\$1.331 e R\$16 em 2024).
- (2) A Cemig e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	640.889	417.229	5.076	2.895
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	7.872	4.690	469	268

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2026	92.330	254
2027	74.379	254
2028	38.191	254
2029	34.237	254
2030	25.891	254
2031 a 2049	375.861	3.806
Valores não descontados	640.889	5.076
Juros embutidos	(223.660)	(2.181)
Passivo de arrendamento	417.229	2.895



Política contábil material

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso.

Ativos de direito de uso

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Cemig e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos relativos a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Estimativas e julgamentos

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Para o período de arrendamento, é considerada a intenção da Companhia em opções de renovação.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.



Passivo de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A taxa incremental é estimada a partir das taxas de captação corporativa, representando a taxa de juros que a Companhia pagaria ao obter empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, dos recursos necessários para adquirir o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

17. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda	1.483.976	1.175.532	416.731	345.444
Energia de curto prazo - CCEE	211.824	198.621	9.535	-
Encargos de uso da rede elétrica	242.262	239.751	-	95
Itaipu binacional	185.659	210.488	-	-
Gás comprado para revenda	89.087	215.596	-	-
Materiais e serviços (1)	826.196	911.583	5.075	8.638
Total	3.039.004	2.951.571	431.341	354.177

(1) Inclui o saldo de R\$4.663 relacionado a operações de risco sacado, em 31 de dezembro de 2025.

A exposição da Cemig e de suas controladas a riscos de taxa de câmbio e de liquidez relacionados a fornecedores está divulgada na [nota explicativa nº 19](#).

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Plano Odontológico de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) /IAS 19, e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2025.



Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig e suas controladas são patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”): Reúne os participantes ativos e assistidos que migraram do antigo plano de benefício definido, passando a ter direito a um benefício proporcional saldado. Para os participantes ativos, o benefício será pago somente na aposentadoria (benefício diferido).

Os benefícios do Plano A possuem pagamento vitalício, e o risco integral de insuficiência das reservas para cobrir esses compromissos (déficits) é exclusivamente das patrocinadoras.

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”): Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Adicionalmente aos planos previdenciários, a Companhia ofertava aos seus funcionários ativos e assistidos os seguintes planos de saúde:

Plano Prosaúde Integrado (PSI): é um plano de saúde administrado pela Cemig Saúde, que oferece cobertura ambulatorial, hospitalar e obstétrica em rede credenciada nacional para empregados ativos, aposentados e seus dependentes. As coberturas são prestadas principalmente pelo Programa de Referência de Assistência à Saúde (PRAS), complementadas pelos programas de reembolso de despesas médicas (PGE – Programa de Garantias Especiais e FCAS – Fundo Complementar de Assistência à Saúde).

Programa Odontológico (POD): plano odontológico ofertado pela Companhia aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes, administrado pela Cemig Saúde, em parceria com a Odontoprev, em abrangência nacional.



Em 2025, a Companhia deixou de reconhecer a obrigação atuarial futura relacionadas ao PSI e ao POD, extinguindo o passivo correspondente. Mais informações são apresentadas no decorrer desta nota explicativa.

Encerramento da obrigação pós-emprego sobre plano de saúde e plano odontológico

Em fevereiro de 2025, foi publicado acórdão de julgamento ocorrido em dezembro de 2024, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), cuja decisão determinou a cessação, a partir de 31 de dezembro de 2023, da validade das cláusulas que determinavam a prorrogação automática por iguais e sucessivos períodos da cláusula 17ª do acordo coletivo de trabalho de 2010 e cláusula 4ª do acordo coletivo de trabalho de 2016. Essas cláusulas garantiam a cobertura das suas obrigações com pagamento de benefício pós-emprego do plano de saúde (PSI) e do plano plano odontológico (POD), incluindo os aposentados e empregados ativos.

Essa decisão permitiu um avanço muito importante nos diálogos com os sindicatos para a realização de acordos coletivos com o objetivo pôr fim às obrigações da Companhia relativas às obrigações de custeio do PSI e do POD, destinado a empregados, ex-empregados, aposentados, pensionistas e seus dependentes, representados pelas entidades signatárias.

Em contrapartida ao encerramento das obrigações, a Companhia assumiu o compromisso de pagamento de uma indenização compensatória no valor máximo de R\$1.280.000, em seis parcelas. A 1ª e a 2ª parcelas ocorrerão, respectivamente, nos dias 15 de janeiro e 15 de março de 2026, sendo que a atualização financeira pelo IPCA ocorrerá somente a partir da 2ª parcela. As demais parcelas serão anuais, com previsão de pagamento a cada dia 15 de fevereiro, com início em 2027 e término em 2030.

Após o término dos pagamentos das indenizações, os próprios beneficiários passarão a arcar integralmente com o custo dos planos de saúde, conforme previsto na legislação.

Em setembro de 2025, foi homologado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, o acordo entre a Companhia, o Sindicato dos Eletricitários do Sul de Minas Gerais (Sindsul) e a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Minas Gerais (FTIUMG). Nesse acordo, a Companhia se comprometeu realizar um desembolso inicial de R\$27.854, sendo cumprido em novembro de 2025.

Posteriormente, em dezembro de 2025, foi homologado também pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região o acordo celebrado com as entidades representativas dos empregados do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (Sindieletro), Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge), Sindicato dos Técnicos Industriais de Minas Gerais (Sintec), Sindicato dos Eletricitários de Juiz de Fora e de aposentados da Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias – AEA.



	Cemig H	Cemig GT	Cemig D	Consolidado
Percentual de participação (%)	4,92%	22,63%	72,45%	100%
Valor principal da indenização compensatória	62.976	289.664	927.360	1.280.000
Pagamento Sindsul e FTIUMG	(1.369)	(6.305)	(20.180)	(27.854)
Total	61.607	283.359	907.180	1.252.146
				31/12/2025
Passivo circulante				417.705
Passivo não circulante				834.441

Encurtamento do plano de saúde e odontológico

Anteriormente ao acordo celebrado em dezembro de 2025, foi ofertado, aos funcionários ativos participantes do PSI e POD, a proposta de migração ao novo plano de saúde, Plano Premium. Essa janela de migração ocorreu nos meses de janeiro, abril e setembro de 2025.

À luz do IAS 19 / CPC 33 (R1), a redução do número de empregados ativos cobertos pelo PSI e POD representou um evento de encurtamento (*curtailment*), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos de pós-emprego no 1º, 2º e 3º trimestres de 2025.

Os efeitos desses eventos de encurtamento das obrigações com os planos de saúde e odontológico são apresentados, por trimestre, na tabela abaixo:

Consolidado	Encurtamento 30/09/2025		Encurtamento 30/06/2025		Encurtamento 31/03/2025		Laudo atuarial 2024	
	Plano de saúde	Plano odontológico	Plano de saúde	Plano odontológico	Plano de saúde	Plano odontológico	Plano de saúde	Plano odontológico
Taxa de desconto	12,14%	12,14%	11,85%	11,85%	12,32%	12,32%	12,23%	12,23%
Custo do serviço passado	(22.129)	(445)	(20.637)	(524)	(27.159)	(538)	-	-
Perdas (ganhos) atuariais	(105.416)	(1.755)	50.164	(1.431)	(58.767)	(970)	(518.980)	(10.387)

Para o recálculo da obrigação, a taxa de desconto considerada foi a taxa praticada na data do encerramento de cada trimestre. As demais premissas permaneceram constantes às premissas apresentadas no ano de 2024.

Na remensuração da obrigação pós emprego do terceiro trimestre, foram considerados também os efeitos do acordo realizado entre a Companhia, Sindsul e FTIUMG, em setembro de 2025.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017.

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$265.265, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$144.420. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano



antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência dos déficits é de R\$409.686 (R\$493.676 em 31 de dezembro de 2024, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

Equacionamento dos déficits de 2019, 2020, 2021 e 2022

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020, 2021 e 2022.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, estava realizando pagamentos em consignação, em conta de depósito judicial. Os depósitos eram constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit.

Em setembro de 2025, foi proferida decisão homologatória relativa ao acordo parcial celebrado entre a Companhia e a Forluz, a qual determinou que houvesse a liberação desses valores depositados referente à paridade contributiva, assim como que os próximos depósitos relativos à parcela incontroversa de 50% dos equacionamentos dos déficits sejam realizados diretamente à Forluz, ao invés de depósitos em juízo.

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021	Equacionamento do déficit de 2022
Início da consignação	Maio de 2021	Abril de 2022	Abril de 2023	Abril de 2024
Montante total solicitado pela Forluz	R\$160.425	R\$251.644	R\$669.711	R\$695.899
Montante considerando a paridade contributiva	R\$80.213	R\$125.822	R\$334.856	R\$347.950
Número de parcelas	166	158	159	156
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 5,7%	IPCA + 5,51%	IPCA + 5,51%
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2025	R\$80.839	R\$122.570	R\$329.991	R\$338.266

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas são conforme segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Total em 31/12/2025
Valor presente das obrigações	10.728.468	10.728.468
Valor justo dos ativos do plano	(9.093.461)	(9.093.461)
Passivo líquido inicial	1.635.007	1.635.007
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	167.562	167.562
Passivo líquido no Balanço Patrimonial	1.802.569	1.802.569

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total em 31/12/2024
Valor presente das obrigações	10.501.080	2.559.028	45.253	13.105.361
Valor justo dos ativos do plano	(8.947.474)	-	-	(8.947.474)
Passivo líquido inicial	1.553.606	2.559.028	45.253	4.157.887
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	147.619	-	-	147.619
Passivo líquido no Balanço Patrimonial	1.701.225	2.559.028	45.253	4.305.506



O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023	12.215.508	3.005.748	54.306	15.275.562
Custo do serviço corrente	1.235	6.425	128	7.788
Custo do serviço passado				
Juros sobre a obrigação atuarial	1.054.715	262.445	4.724	1.321.884
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	(1.360)	(29)	(1.389)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(1.882.833)	(555.962)	(9.846)	(2.448.641)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	232.526	38.342	(512)	270.356
	(1.650.307)	(518.980)	(10.387)	(2.179.674)
Benefícios pagos	(1.120.071)	(196.610)	(3.518)	(1.320.199)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2024	10.501.080	2.559.028	45.253	13.105.361
Custo do serviço corrente	890	2.732	57	3.679
Custo do serviço passado	-	(2.501.123)	(44.469)	(2.545.592)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.221.569	297.171	5.152	1.523.892
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	148.248	(4.264)	185	144.169
Decorrentes de ajustes com base na experiência	21.080	(175.125)	(3.772)	(157.817)
Benefícios pagos	(1.164.399)	(178.419)	(2.406)	(1.345.224)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2025	10.728.468	-	-	10.728.468

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	9.882.163
Retorno real dos investimentos	(53.802)
Contribuições do empregador	239.184
Benefícios pagos	(1.120.071)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2024	8.947.474
Retorno real dos investimentos	1.126.286
Contribuições do empregador	184.100
Benefícios pagos	(1.164.399)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2025	9.093.461



Movimentação do passivo líquido

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	2.356.542	3.005.748	54.306	5.416.596
Despesa reconhecida no resultado	213.952	268.870	4.852	487.674
Contribuições pagas	(239.184)	(196.610)	(3.517)	(439.311)
Perdas (ganhos) atuariais	(630.086)	(518.980)	(10.387)	(1.159.453)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2024	1.701.224	2.559.028	45.254	4.305.506
Despesa reconhecida no resultado	210.093	299.903	5.209	515.205
Custo do serviço passado	-	(2.501.123)	(44.470)	(2.545.593)
Contribuições pagas	(184.100)	(178.419)	(2.406)	(364.925)
Perdas (ganhos) atuariais	75.352	(179.389)	(3.587)	(107.624)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2025	1.802.569	-	-	1.802.569
			31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			130.155	232.898
Passivo não circulante			1.672.414	4.072.608

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	489.960	189.350	4.332	683.642
Despesa reconhecida no resultado	44.439	16.860	389	61.688
Contribuições pagas	(11.768)	(10.057)	(200)	(22.025)
Perdas (ganhos) atuariais	(149.788)	(32.369)	(811)	(182.968)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2024	372.843	163.784	3.710	540.337
Despesa reconhecida no resultado	46.009	19.018	416	65.443
Custo do serviço passado	-	(154.029)	(3.405)	(157.434)
Contribuições pagas	(9.059)	(14.698)	(140)	(23.897)
Perdas (ganhos) atuariais	4.325	(14.075)	(581)	(10.331)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2025	414.118	-	-	414.118
			31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			6.477	20.406
Passivo não circulante			407.641	519.931

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Valores reconhecidos na demonstração de resultado

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	890	2.732	57	3.679
Custo do serviço passado	-	(2.501.123)	(44.469)	(2.545.592)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.221.569	297.171	5.152	1.523.892
Rendimento sobre os ativos do plano	(1.012.368)	-	-	(1.012.368)
Despesa com pós-emprego em 2025	210.091	(2.201.220)	(39.260)	(2.030.389)

Consolidado	Total
Despesa com pós emprego em 2025	(2.030.389)
Indenização compensatória	1.280.000
Despesa líquida em 2025	(750.389)



Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	1.235	6.425	128	7.788
Juros sobre a obrigação atuarial	1.054.715	262.445	4.724	1.321.884
Rendimento sobre os ativos do plano	(841.998)			(841.998)
Despesa total em 2024	213.952	268.870	4.852	487.674

Estimativas para o exercício seguinte e análise de sensibilidade

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2026 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Total
Custo do serviço corrente	1.276	1.276
Juros sobre a obrigação atuarial	1.118.338	1.118.338
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(918.682)	(918.682)
Estimativa da despesa total em 2026 conforme laudo atuarial	200.932	200.932

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2026 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	1.201.281	1.201.281

A Cemig e suas controladas Cemig GT e Cemig D têm a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2026 no montante de R\$190.605 para amortização de déficit do Plano A e de R\$91.299 para o plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2025:

Efeitos na obrigação de benefício definido - Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Total
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	279.761	279.761
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(256.713)	(256.713)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	839.248	839.248
Acréscimo de 1% na taxa de desconto	(731.314)	(731.314)

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.



Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	
Plano A	Plano B
8,28	10,52

As principais categorias de ativos do plano são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2025	2024
Ações	1.082.709	1.076.012
Títulos de renda fixa	6.666.221	6.560.323
Imóveis	509.017	479.294
Outros	835.514	831.845
Total	9.093.461	8.947.474

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e não são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação.

	2025	2024	2023
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	749	53.273	95.536
Ações emitidas pela Companhia	895	225.800	3.776
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia	236.440	2.982	275.000
Total	238.084	282.055	374.312

Principais premissas atuariais

	2025		2024	
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial (1)	11,08%	11,15%	12,30%	12,23%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	11,08%	Não aplicável	12,30%	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,50%	3,50%	4,50%	4,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,50%	Não aplicável	4,50%	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1%	-	1%

(1) Taxas de desconto nominais baseadas na projeção NTN-b com vencimento próximo ao vencimento da obrigação (*duration*).

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Política contábil material

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.



Estimativas e julgamentos

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Para o caso dos planos de saúde e odontológico, os passivos são apurados pelo cálculo do valor presente das obrigações futuras a serem realizadas pela Companhia, considerando a manutenção do nível contributivo vigente, a previsão de reajuste real dos valores e a atualização futura das contribuições pela variação de índice compatível com os Regulamentos e o histórico dos custos dos planos.

Os cálculos atuariais ocorrem a cada encerramento de exercício, e envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Nos exercícios corrente e anterior, as despesas de pós emprego são registradas como despesas operacionais, com exceção das despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão, as quais são registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência, e nas mudanças de premissas atuariais, são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

Tanto o custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, quanto o ganho, ou a perda, na liquidação das obrigações são determinados a partir da remensuração do valor presente líquido da obrigação, devido à revisão de premissas atuariais, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração.



O aporte parcelado e condicionado constitui contraprestação de liquidação do plano de pós-emprego (*settlement*), sendo a mensuração do efeito no resultado, conforme o valor do instrumento de confissão de dívida da obrigação do passivo financeiro.

Com a extinção da obrigação futura, de acordo com o CPC 33/IAS 19, são eliminadas todas as obrigações legais ou construtivas futuras relacionadas ao plano e o ganho ou perda do *settlement* é mensurado pelo valor presente da obrigação de benefício pós-emprego liquidada da contraprestação transferida (pagamentos/ativos transferidos).

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo (1)	Valor contábil	Valor justo (1)
Ativos					
Custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários		5.634	5.634	140.628	140.628
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		6.106.884	6.106.884	5.850.173	5.850.173
Fundos vinculados		239.558	239.558	235.206	235.206
Contas a receber do Estado de Minas Gerais		29.572	29.572	40.393	40.393
Ativos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		1.961.869	1.961.869	1.295.624	1.295.624
Reembolso de subsídios tarifários		723.191	723.191	208.688	208.688
Bonificação pela outorga – Concessões de geração		3.182.110	3.182.110	3.098.247	3.098.247
		12.248.818	12.248.818	10.868.959	10.868.959
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	1.629.501	1.629.501	1.628.992	1.628.992
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	346.613	346.613	-	-
Letras Financeiras – Bancos	2	360.031	360.031	279.469	279.469
Letras Financeiras do Tesouro	1	47.424	47.424	72.422	72.422
		2.383.569	2.383.569	1.980.883	1.980.883
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	3.929.244	3.929.244	2.807.007	2.807.007
Indenizações a receber – Geração	3	996.986	996.986	870.535	870.535
		7.309.799	7.309.799	5.658.425	5.658.425
		19.558.617	19.558.617	16.527.384	16.527.384
Passivos					
Custo amortizado					
Debêntures e empréstimos (2)		(19.465.331)	(18.487.906)	(12.279.300)	(11.934.066)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz		(1.326.064)	(1.299.478)	(493.676)	(484.004)
Concessões a pagar		(27.772)	(27.772)	(27.428)	(27.428)
Fornecedores		(3.039.004)	(3.039.004)	(2.951.571)	(2.951.571)
Passivo de arrendamento (ajustado por remensurações)		(417.229)	(417.229)	(429.200)	(429.200)
Passivos financeiros setoriais		-	-	(16.470)	(16.470)
		(24.275.400)	(23.271.389)	(16.197.645)	(15.842.739)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Instrumentos financeiros derivativos	2	8.508	8.508	-	-
		8.508	8.508	-	-
		(24.266.892)	(23.262.881)	(16.197.645)	(15.842.739)

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo, exceto para Debêntures e empréstimos e Equacionamento de déficit do fundo de pensão – Forluz, em 31 de dezembro de 2025.

(2) O valor justo apresentado está líquido dos custos de transação e recursos antecipados, apresentados na [nota explicativa nº 15](#).

No reconhecimento inicial, a Cemig e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor



interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Técnica de avaliação – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição: os ativos de distribuição de energia elétrica são mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. Os ativos de distribuição de gás equivalem ao custo de construção



atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, conforme determina o contrato de concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na [nota explicativa nº 5](#).

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações, ver [nota explicativa 5.2](#).

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 111,43% da variação do CDI, com base nas suas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures, com taxas anuais variando entre (i) um mínimo de IPCA + 4,10 % a.a. e um máximo de IPCA + 7,6245 % a.a. e (ii) um mínimo de CDI + 0,47 % a.a. e um máximo de CDI + 2,05% a.a.. A diferença entre o valor contábil e o valor justo é impactada principalmente pelas condições macroeconômicas (inflação e juros), além da dinâmica do mercado de crédito, com reflexo nas negociações do secundário do mercado de capitais.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Operação de *Hedge* de fluxo de caixa

Em 07 de agosto de 2025, a Cemig GT contratou um empréstimo externo de USD40.000 mil, por meio da Lei 4.131/62. Como a moeda funcional da Companhia (R\$) é diferente da moeda do empréstimo, foi contratado um *full cross-currency swap*, em linha com sua política de hedge, com o objetivo de mitigar a exposição à variação cambial.

A este derivativo está sendo dado o tratamento de *hedge accounting*, com valor nocional de USD40.000 mil, equivalente a R\$218.552.



Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Produto	Valor principal contratado	Ganhos (perdas) reconhecidos no exercício de 2025	
					Resultado financeiro	Outros resultados abrangentes
US\$ variação cambial + (SOFR + 0,53% a.a.)	CDI + 0,55%	Agosto de 2026	Swap	US\$40 milhões	(10.564)	512

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos.

A Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo, em conformidade com as práticas de mercado.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer sua liquidez e rentabilidade, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão em linha com sua estratégia.

Os principais riscos de exposição da Cemig e suas controladas estão relacionados na sequência desta nota explicativa.

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto de flutuações no câmbio, nas taxas de juros e inflação, no valor de seus ativos e passivos financeiros, evidenciando qual o efeito nos resultados e no patrimônio líquido.

Os cenários para essa análise foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, sendo considerados conforme segue:

- **Cenário base:** considera-se os saldos contábeis da data destas Demonstrações Financeiras.
- **Cenário provável:** o saldo do cenário base é atualizado considerando o câmbio e as taxas de juros prováveis para 31 de dezembro de 2025, utilizando informações disponibilizadas pelos consultores financeiros. O efeito estimado no resultado da Companhia é indicado pela diferença entre o cenário provável e o cenário base.



- **Cenários adverso:** um cenário é considerado adverso quando gera uma redução nos ganhos de ativos financeiros líquidos (redução da taxa do cenário adverso em relação à do provável) ou aumento de passivos financeiros líquidos (aumento da taxa do cenário adverso em relação à do provável), quando associados ao mesmo risco. Assim, a Companhia atualiza os saldos do cenário base considerando o câmbio e as taxas de juros estimadas para um cenário adverso, utilizando-se como base informações disponibilizadas por seus consultores financeiros. O efeito estimado no resultado é indicado pela diferença entre o cenário adverso e o cenário base.

Risco de taxas de câmbio

A controlada Cemig D está exposta ao risco de elevação da taxa de câmbio, com impacto na rubrica de fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu).

O efeito da variação cambial associado ao contrato de compra de energia de Itaipu é mitigado por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida da Companhia em relação às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/12/2025		31/12/2024	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(33.756)	(185.659)	(34.005)	(210.488)
	(33.756)	(185.659)	(34.005)	(210.488)
Passivo exposto		(185.659)		(210.488)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar-americano em relação ao Real, em 31 de dezembro de 2026 será uma valorização de 2,73% (R\$5,65).

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é como segue:

Risco - Exposições cambiais	31/12/2025	31/12/2026	
	Cenário base: Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,65	Cenário adverso Dólar R\$6,28
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(185.659)	(190.722)	(211.989)
	(185.659)	(190.722)	(211.989)
Passivo exposto	(185.659)	(190.722)	(211.989)
Efeito da variação cambial no resultado		(5.063)	(26.330)

Risco de taxa de juros

A Cemig e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre



o resultado financeiro líquido, composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos à CVA e outros componentes financeiros, e pelas despesas financeiras atreladas às debêntures, bem como passivos financeiros setoriais.

As debêntures são obtidas junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O passivo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Equivalentes de caixa - CDI	1.629.501	1.628.992
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic	759.702	492.519
Indenizações a receber - Geração - CDI/Selic	996.986	870.535
Fundos vinculados - CDI	239.558	235.206
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 5.4)	1.961.869	1.295.624
	5.587.616	4.522.876
Passivos		
Debêntures – CDI (nota 15)	(7.980.662)	(4.882.020)
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 5.4)	-	(16.470)
	(7.980.662)	(4.898.490)
Passivo líquido exposto	(2.393.046)	(375.614)

Análise de sensibilidade

A Cemig e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 12,5% e a TJLP será de 8,59%, em 31 de dezembro de 2026.

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/12/2025	31/12/2026	
	Cenário base: Valor contábil	Cenário provável Selic 12,5% TJLP 8,59%	Cenário adverso Selic 16% TJLP 9,57%
Ativos			
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	1.629.501	1.833.189	1.890.221
Títulos e valores mobiliários	759.702	854.665	881.254
Indenização a receber - Geração (nota 5.2)	996.986	1.121.609	1.067.074
Fundos vinculados	239.558	269.503	277.887
CVA e outros componentes financeiros (nota 5.4)	1.961.869	2.207.103	2.275.768
	5.587.616	6.286.069	6.392.204
Passivos			
Debêntures (nota 15)	(7.980.662)	(8.978.245)	(9.257.568)
	(7.980.662)	(8.978.245)	(9.257.568)
Passivo líquido exposto	(2.393.046)	(2.692.176)	(2.865.364)
Efeito líquido da variação das taxas de juros no resultado		(299.130)	(472.318)



Risco de elevação da inflação

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação, sendo parte de suas debêntures e de seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à inflação	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA	3.929.244	2.807.007
Bonificação de outorga – IPCA (nota 5.3)	3.182.110	3.098.247
	7.111.354	5.905.254
Passivos		
Debêntures – IPCA e IGPM (nota 15)	(11.580.534)	(7.547.202)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	(1.326.064)	(493.676)
Passivo de arrendamento	(417.229)	(429.200)
	(13.323.827)	(8.470.078)
Passivo líquido exposto	(6.212.473)	(2.564.824)

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores, representada no cenário adverso.

Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, o IPCA será de 4,4% e o IGPM será de 3,77% em 31 de dezembro de 2026, a análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Consolidado	31/12/2025	31/12/2026	
	Cenário base: Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,4% IGPM 3,77%	Cenário adverso IPCA 7,03% IGPM 7,28%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA	3.826.328	3.994.686	4.095.319
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de Gás – IGPM	102.916	106.796	110.408
Bonificação de outorga – IPCA (nota 5.3)	3.182.110	3.322.123	3.405.812
	7.111.354	7.423.605	7.611.539
Passivos			
Debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 15)	(11.580.534)	(12.090.077)	(12.394.646)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	(1.326.064)	(1.384.411)	(1.419.286)
Passivo de arrendamento	(417.229)	(435.587)	(446.560)
	(13.323.827)	(13.910.075)	(14.260.492)
Passivo líquido exposto	(6.212.473)	(6.486.470)	(6.648.953)
Efeito líquido da variação da inflação no resultado		(273.997)	(436.480)

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.



A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos da Companhia ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Cemig e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos empréstimos e financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:											
- Pós-fixadas*											
Debêntures e empréstimos	-	-	-	439.033	2.686.726	1.336.190	5.347.284	5.739.885	13.412.704	4.176.092	33.137.914
Concessões a pagar	372	-	728	-	3.085	-	13.667	-	13.605	-	31.457
Equacionamento de déficit do fundo de pensão Forluz	9.417	6.129	25.525	17.704	235.145	66.926	450.313	216.951	912.012	165.753	2.105.875
	9.789	6.129	26.253	456.737	2.924.956	1.403.116	5.811.264	5.956.836	14.338.321	4.341.845	35.275.246
- Pré-fixadas											
Fornecedores	1.835.703	-	582.853	-	620.448	-	-	-	-	-	3.039.004
Total	1.845.492	6.129	609.106	456.737	3.545.404	1.403.116	5.811.264	5.956.836	14.338.321	4.341.845	38.314.250



Controladora	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:											
- Pós-fixadas*											
Equacionamento de déficit do fundo de pensão Forluz	463	302	1256	871	11.569	3.293	22.155	10.674	44.871	8.155	103.609
- Pré-fixadas											
Fornecedores	431.339	-	1	-	1	-	-	-	-	-	431.341
Total	431.802	302	1.257	871	11.570	3.293	22.155	10.674	44.871	8.155	534.950

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na [nota explicativa nº 16](#).

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Mais detalhes na [nota explicativa nº 15](#).

Risco de crédito e outros riscos operacionais

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. O risco de crédito é reduzido para a Cemig D em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2025, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Cemig e suas controladas, era de R\$946.148 (R\$850.307 em 31 de dezembro de 2024).

A Cemig e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, sendo ela constantemente atualizada. Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.



Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Cemig e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

1. O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.
2. Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.



Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

Geração

Há o risco de não renovação das concessões com vencimentos previstos para 2026 e 2027 das UHE Sá Carvalho, Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte, a Cemig GT protocolou manifestações de interesse na prorrogação das concessões mais detalhes sobre o tema na [nota explicativa nº 1.3](#).

Distribuição

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira. O termo aditivo incluiu metas anuais desses indicadores que deveriam ser cumpridas até 2020. O descumprimento em dois anos consecutivos ou no ano de 2020 incorreria na abertura do processo de caducidade da concessão.

A partir de 2021, o contrato estabeleceu que o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade. Essa regra foi regulamentada pela Resolução Normativa nº 948/2021, sintetizada conforme segue:

Indicador	Critérios	Medidas decorrentes do descumprimento
Gestão econômica e financeira	No ano base	Aporte de capital (1) Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
Gestão econômica e financeira	2 anos consecutivos	Caducidade da concessão
Qualidade do fornecimento	No ano base	Plano de resultados (2)
Qualidade do fornecimento	2 anos consecutivos ou 3 dos 5 anos civis anteriores	Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (3)
Qualidade do fornecimento	3 anos consecutivos	Caducidade da concessão



- (1) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.
- (2) O descumprimento de qualquer dos limites do DEC ou do FEC por um ano torna obrigatória a apresentação pela concessionária de um Plano de Resultados, que deverá ser submetido ao aceite prévio da Aneel e acompanhado em sua execução pelas áreas de fiscalização.
- (3) Essa limitação passará a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano do descumprimento do indicador.

O critério de qualidade do fornecimento é mensurado pelos indicadores de continuidade coletivos: DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). Consideram-se descumpridos quando, isoladamente ou em conjunto, o resultado de cada indicador ultrapassar os limites anuais globais estabelecidos pela Aneel.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Para o exercício de 2025 a apuração ainda não ocorreu, sendo realizada quando da divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O MRE foi concebido para compartilhar entre seus integrantes os riscos financeiros associados à comercialização de energia pelas usinas hidráulicas despachados de modo centralizado pelo ONS.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

d) Administração de capital

A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores às previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus diversos negócios.



Política contábil material

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Cemig e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- fundos vinculados;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia; e
- valores a receber de partes relacionadas.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;
- empréstimos, financiamentos e debêntures;
- dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz); e
- subvenção de baixa renda;
- reembolso de subsídios tarifários; e



- concessões a pagar e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

Também se enquadram nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de energia e gás. Os ativos financeiros da concessão da distribuição de energia são mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras, enquanto aqueles vinculados à concessão de gás são mensurados pelo custo histórico atualizado pelo IGP-M, menos as baixas e substituições, que corresponde ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

20. OBRIGAÇÕES RELACIONADAS A ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES

O Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) foi implementado em 2012 pela Resolução Normativa nº 482 da Aneel tendo como objetivo incentivar a geração de energia renovável. O SCEE permite que a energia injetada por unidades consumidoras com microgeração ou minigeração distribuída seja cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local. Posteriormente, essa energia é compensada no consumo do próprio cliente.

O saldo da obrigação representa o volume de energia a ser compensada, mensurado com base na tarifa de energia vigente da distribuidora.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado no passivo circulante era de R\$1.825.274 em comparação a R\$1.251.298 em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento



decorre, principalmente, do aumento na quantidade de energia injetada, que foi de 8.032 GWh no exercício de 2025 (6.108 GWh no exercício de 2024), que é consequência do crescimento do número de instalações geradoras, que passou de 301.804 em dezembro de 2024 para 372.932 em dezembro de 2025.

21. PROVISÕES

A Cemig e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	Consolidado						
	Trabalhistas	Cíveis		Tributárias	Regulatórias	Outras	Total
		Relações de consumo	Outras				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	431.919	44.747	39.902	1.618.375	51.883	13.087	2.199.913
Adições	194.356	178.292	42.678	45.404	5.649	41.685	508.064
Reversões	(17.025)	(23)	(477)	(575.960)	(730)	(4.126)	(598.341)
Liquidações	(141.863)	(72.479)	(20.419)	(4.594)	(1.453)	(15.785)	(256.593)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	467.387	150.537	61.684	1.083.225	55.349	34.861	1.853.043
Adições	226.669	164.302	22.788	291.249	15.444	58.035	778.487
Reversões	(26.839)	(57.596)	(17.877)	(131)	(12.411)	(8.362)	(123.216)
Liquidações	(169.175)	(53.646)	(11.448)	(3.646)	(10.972)	(16.436)	(265.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	498.042	203.597	55.147	1.370.697	47.410	68.098	2.242.991

	Controladora						
	Trabalhistas	Cíveis		Tributárias	Regulatórias	Outras	Total
		Relações de consumo	Outras				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.561	2.671	2.214	243.085	10.217	204	286.952
Adições	45.937	5.983	536	16.709	3.590	3.179	75.934
Reversões	(3.047)	(10)	(71)	-	(278)	(29)	(3.435)
Liquidações	(21.031)	(959)	(537)	(2.800)	(3)	(213)	(25.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	50.420	7.685	2.142	256.994	13.526	3.141	333.908
Adições	30.753	66.958	620	37.407	4.115	14.776	154.629
Reversões	(3.933)	(1.926)	-	-	-	(475)	(6.334)
Liquidações	(30.753)	(133)	(34)	(2.360)	(330)	(865)	(34.475)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	46.487	72.584	2.728	292.041	17.311	16.577	447.728



Há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, conforme segue:

Perda possível	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	1.354.496	1.041.962	228.258	182.297
Cíveis				
Relações de consumo	1.140.414	743.167	11.582	13.784
Outras ações cíveis	746.962	636.552	51.776	48.863
	1.887.376	1.379.719	63.358	62.647
Tributárias	3.211.539	3.329.441	625.219	659.133
Regulatórias	3.485.539	3.594.831	1.779.050	1.664.526
Outras	2.338.597	2.113.815	395.981	381.549
Total	12.277.547	11.459.768	3.091.866	2.950.152

A Administração da Cemig e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados sejam pagos em períodos superiores a 12 meses.

A Cemig e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação.

Tributárias

A Cemig e suas controladas são partes em processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de R\$412.421 (R\$469.337 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$7.991 (R\$5.761 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Cemig e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$211.791 (R\$190.346 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$2.635 foram provisionados (R\$3.093 em 31 de dezembro de 2024), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido



decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de R\$2.042.391 (R\$1.888.854 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$1.010.589 (R\$926.413 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Cemig e suas controladas ajuizaram ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$121.834, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Em 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia e, em decorrência disso, a ação relativa à contribuição previdenciária teve a contingência de perda alterada de possível para provável. Em dezembro de 2025, a ação relacionada à incidência de imposto de renda sobre os pagamentos realizados pela Companhia aos seus funcionários teve a contingência de perda reavaliada de possível para provável, em decorrência de acórdão proferido pela 3ª turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 6ª Região, que manteve a exigência fiscal por entender que a verba paga pela suspensão do direito ao anuênio estaria incluída no conceito constitucional de renda. Ambas as ações possuem o valor da provisão em depósito judicial. O montante das contingências é de R\$349.482 (R\$331.938



em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$349.482 (R\$147.958 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Cemig e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$190.689 (R\$229.208 em 31 de dezembro de 2024), em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Cemig e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição ao risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Cemig e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de R\$172.828 (R\$158.979 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, como responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de R\$307.491 (R\$288.601 em 31 de dezembro de 2024) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Cemig e suas controladas entre os exercícios de 2008 a 2018 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); iii) multas por



infrações de naturezas diversas; iv) amortização de ágio; e v) despesas com inovação tecnológica. O montante desta contingência é de R\$570.439 (R\$508.309 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS

Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2021, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou seis autos de infração contra a Gasmig, no valor total de R\$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 1º de dezembro de 2014 a 30 de setembro de 2021, alegando divergência entre a fórmula de cálculo utilizada pela Gasmig e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R\$124.478 de principal, R\$200.546 de multas e R\$32.411 de juros. Em julho de 2021, a Gasmig impetrou ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais. Os autos de infração ficam suspensos até julgamento do mérito da ação.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Gasmig, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, em dezembro de 2025 foram julgados procedentes os motivos iniciais, e classificada a probabilidade de perda como remota, o valor estimado da contingência era de R\$260.790 em 31 de dezembro de 2024.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, solicitando o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020. Esses juros foram calculados com base em períodos anteriores aos pagamentos efetivos, especificadamente no 1º e 2º trimestres de 2020. Além disso, a Companhia busca como afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante não recolhido, devido à dedução dessa despesa financeira, incluindo a aplicação de multas.

Adicionalmente, foi constituído um depósito judicial no montante de R\$97.254 (R\$87.980 em 31 de dezembro de 2024). O montante das contingências é de R\$87.638 (R\$79.985 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016



e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do Proinfa e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$237.066 (R\$216.159 em 31 de dezembro de 2024) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Trabalhista

A Cemig e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de R\$1.574.330 (R\$1.409.138 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$498.042 foram provisionados (R\$467.387 em 31 de dezembro de 2024), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Terceirização

A Companhia é parte de duas reclamações trabalhistas ajuizadas por sindicatos que discutem o reconhecimento de terceirização ilícita e, por consequência, a isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os funcionários próprios da Companhia. O montante da contingência é estimado em R\$278.208 (R\$100.211 em 31 de dezembro de 2024). A probabilidade de perda foi classificada como possível, visto que as decisões atuais nos processos são favoráveis à Companhia e que o Supremo Tribunal Federal (STF) possui entendimento firmado nos julgamentos do Tema 725 e da ADPF324, que reconhecem a licitude da terceirização, independentemente de se tratar de atividade-meio ou de atividade-fim.

Cíveis

Relações de consumo

A Cemig e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$728.973 (R\$492.319 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$137.812 (R\$93.758 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações com grandes consumidores – Compra e venda de energia elétrica

Em junho de 2024, houve a reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável, de ação judicial ordinária contra a Cemig GT, a qual requer a declaração de



nulidade da cláusula de multa por rescisão contratual de compra e venda de energia elétrica no mercado livre, bem como a restituição dos valores pagos pela parte autora. Adicionalmente, foi julgado parcialmente procedente o pedido de reduzir o valor da multa rescisória e de afastar a incidência de “spread” no cálculo da dívida. O montante da obrigação, recalculado após a decisão, é de R\$65.785 (R\$56.779 em 31 de dezembro de 2024).

Prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica

Foi ajuizada Ação Civil Pública, proposta em conjunto pelo Ministério Público Estadual e pelo Ministério Público Federal contra a Companhia e a Aneel, requerendo, ao município de Uberlândia, a adequação do serviço de atendimento ao consumidor de energia elétrica aos padrões estabelecidos pelo sistema jurídico, a evitabilidade de apagões e oscilações no fornecimento de energia elétrica, a fiscalização presenciais na transmissão e distribuição de energia elétrica e a indenização por danos morais coletivos, no montante de R\$397.803 (R\$344.606 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Fornecimento de energia elétrica

Em junho de 2025, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) ajuizou ação civil pública requerendo a condenação da Companhia ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, além da obrigação de fazer melhorias na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica em município mineiro. A demanda é fundamentada na alegação de falhas reiteradas e prolongadas no fornecimento de energia em diversas localidades do município. O valor da contingência, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$151.450, sendo a probabilidade de perda avaliada como possível.

Outras ações cíveis

A Cemig e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$802.109 (R\$698.236 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$55.147 (R\$61.684 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Cemig e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; e (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica. O valor da contingência é de R\$954.320 (R\$636.619 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$31.471 (R\$28.608 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.



Majoração tarifária – Plano Cruzado

A Cemig e suas controladas são rés de ações que questionam a respeito do aumento tarifário autorizado pelas Portarias DNAEE 38/86 e 45/86, ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. Por conseguinte, os autores requerem a restituição dos valores pagos a maior no período em questão, uma vez que a ilegalidade do aumento das tarifas foi pacificada pelo STJ, no tema Repetitivo 319. Atualmente, a maioria dos processos dessa discussão encontram-se em fase de apuração dos valores a serem restituídos. Tendo em vista disso, o montante da contingência é estimado em R\$56.803 (R\$66.924 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$15.939 (R\$26.741 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados.

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$1.786.683 (R\$1.671.718 em 31 de dezembro de 2024), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE. Em junho de 2025, foi publicado acórdão com votos favoráveis aos argumentos da Companhia, sendo reavaliada probabilidade de perda de possível para remota. O montante da contingência era de R\$680.844 em 31 de dezembro de 2024.



Discussão sobre faturamento de energia

No decorrer do ano de 2022, um dos clientes da Companhia instaurou um procedimento arbitral requerendo alterações de cláusulas contratuais e questionando a incidência de determinados tributos no valor de suas faturas de energia elétrica. Em setembro de 2022, a Companhia foi regularmente intimada de decisão judicial que deferiu pedido liminar, a qual determinou que a Companhia passasse a realizar os faturamentos do contrato de fornecimento de energia conforme o pedido. Após a instauração do procedimento arbitral e com a oitiva das partes, em janeiro de 2023, o Tribunal revogou a decisão anterior e determinou o restabelecimento da sistemática contratual de faturamento, bem como o pagamento dos valores não faturados por conta do pedido liminar inicialmente deferido em favor deste cliente.

O procedimento arbitral continua em curso, no qual este cliente questiona os pontos informados acima. Caso a decisão arbitral acate o pedido deste cliente, a Companhia deverá restituir a diferença entre os valores contratados e os ajustes demandados, que em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$355.836 (R\$274.693 em 31 de dezembro de 2024). A Administração, suportada por seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Penalidade administrativa

A Companhia ajuizou ação anulatória de ato administrativo, com pedido de providência cautelar, em desfavor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o intuito de cancelamento das sanções e das advertências e multas, no valor histórico de R\$25.778, decorrentes do Auto de Infração nº 076/2013 – SEF/ANEEL. O desembolso é estimado em R\$189.460 (R\$156.164 em 31 de dezembro de 2024) e a contingência de perda é avaliada como possível. O processo aguarda por sentença judicial.

Procedimento Arbitral

A Companhia é ré de procedimento arbitral relacionado à discussão sobre contrato de compra e venda de energia elétrica no ambiente livre de comercialização. Entre os pontos discutidos destacam-se a forma de faturamento, as faturas em atraso e se o contrato continua vigente. Para esse último ponto, caso não esteja vigente, haverá apuração de quem causou a sua resolução. A contingência é avaliada em R\$189.847 (R\$163.218 em 31 de dezembro de 2024), a Administração, suportada por seus assessores jurídicos, classifica a probabilidade de perda como possível.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Cemig e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$987.004 (R\$792.117 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$50.824 foram provisionados (R\$22.370 em 31 de dezembro de 2024), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



Contas a receber junto ao Estado de Minas Gerais - AFAC

A Cemig possui saldo a receber reconhecido no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2025, de R\$13.366 (R\$13.366 em 31 de dezembro de 2024), referente ao contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizado em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD).

A Cemig fez a retenção da parcela remanescente nos dividendos pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais em 30 de junho de 2021, e a questão estava em negociação na Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos (CPRAC) da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais. Em outubro de 2025, o Estado de Minas Gerais propôs ao Centro de Autocomposição e Segurança Jurídica do Ministério Público de Minas Gerais (“COMPOR”) a mediação das negociações iniciadas junto à CPRAC, envolvendo o assunto AFAC.

Em caso de insucesso do procedimento de mediação perante o COMPOR/MPMG e eventual ação judicial para discussão do mérito relacionado ao critério utilizado no passado para atualização monetária do AFAC, a Administração, suportada por seus assessores jurídicos, considerou a probabilidade de perda como possível. O valor estimado para a contingência, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$277.723 (R\$277.723 em 31 de dezembro de 2024).

Quebra de contrato

A Companhia está envolvidas em processos de natureza administrativa decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal dos negócios. Em 2025, essas ações apresentaram aumento no valor da contingência devido à homologação de cálculos periciais. O montante da contingência, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$296.581 (R\$200.153 em 31 de dezembro de 2024), sendo a probabilidade de perda avaliada como possível.

Volta do Rio

A Companhia e sua controlada Volta do Rio são rés de auto de infração proposto, em 2022, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU/CE), que considerou que aterros, enrocamentos e torres para instalação de sistema de geração eólica da CE Volta do Rio estariam localizados em faixa de praia. Em razão disso, aplicou-se à Central Eólica Volta do Rio as penalidades de: (i) demolição e/ou remoção das construções, bem como dos equipamentos instalados, caso não sejam passíveis de regularização; (ii) multa mensal para cada metro quadrado impactado pelas instalações. A Central Eólica Volta do Rio apresentou defesa da autuação e recurso administrativo. O cálculo da contingência considera a multa aplicada mensalmente a cada metro quadrado das áreas aterradas, construídas ou que foram realizadas obras, cercas ou instalações referentes à Central Eólica Volta do Rio. O montante da contingência, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$592.717 (R\$311.432 em 31 de dezembro de 2024), sendo a probabilidade de perda



avaliada como possível. O valor da contingência é calculado conforme o valor de multa, multiplicado pelos meses transcorridos, acrescidos de correção monetária.

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$2.960 (R\$344.060 em 31 de dezembro de 2024) dos quais R\$2.960 (R\$154 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

A redução no passivo contingente deve-se ao julgamento das apelações, de um dos processos do conjunto “Projeto Luz para Todos”, em que o TJMG atribuiu à Companhia o ônus tributário referente à diferença de ISSQN, decorrente da majoração da base cálculo do imposto, sendo reavaliada a probabilidade de perda de possível para provável, do montante de R\$2.960 em 31 de dezembro de 2025. Por outro lado, afastou a responsabilidade da Companhia por suposto desequilíbrio contratual, sendo reavaliado o prognóstico de perda de possível para remota o valor de R\$340.994, em 2025, dentre o montante de R\$344.060 em 31 de dezembro de 2024.

Desocupação de moradias sob linhas de alta tensão

A Cemig e suas controladas são partes em diversos processos judiciais, como rés, referentes a pedidos de cadastramento socioeconômico remoção, reassentamento e, eventualmente, indenização de reocupação das áreas degradadas pelas ocupações, especialmente nos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia. A Companhia entende que compete aos municípios a ordenação do espaço urbano, a elaboração de políticas de habitação e, conseqüentemente, a eventual obrigação de levantamento das famílias residentes sob linhas da Companhia e o reassentamento dessa população. Os valores de contingência para esses processos têm por base os pedidos formulados pelo Ministério Público. O montante do passivo contingente em discussão foi estimado em R\$249.710 em 31 de dezembro de 2025 (R\$223.191 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$14.314 (R\$12.491 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados.

Política contábil material

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando: (i) há uma obrigação presente resultante de evento passado; (ii) é mais provável que sim do que não de que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Estimativas e julgamentos

Os valores são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como



investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; (iii) o valor assumido das ações jurídicas relativas aos consórcios refere-se à cota parte da Companhia, prevista em contrato, e terá o mesmo tratamento que o aplicado aos demais processos; e (iv) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

22. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	191.160	218.681	24.410	30.594
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	36.363	34.346	444	402
PIS/Pasep e Cofins	4.893	4.581	-	-
ITCD	38.471	67.305	37.296	66.188
IPTU	143.735	110.243	113.028	78.933
FINSOCIAL	51.018	48.077	51.018	48.077
IR/INSS - indenização do anuênio	349.482	332.077	16.783	15.941
IRRF sobre lucro inflacionário	-	9.607	-	9.607
IRPJ/CSLL	168.707	153.464	510	510
Outros (1)	128.749	118.148	66.048	65.111
	921.418	877.848	285.127	284.769
Outros				
Regulatório	52.727	42.275	1.562	1.157
Responsabilidade civil	12.681	10.434	5.266	3.225
Relações de consumo	64.507	6.992	58.884	280
Bloqueio judicial	45.125	26.496	2.679	3.027
Outros	23.415	13.357	1.731	1.711
	198.455	99.554	70.122	9.400
Total	1.311.033	1.196.083	379.659	324.763

(1) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.



23. TRIBUTOS E ENCARGOS

23.1 Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
ICMS a recuperar (a)	550.947	484.587	1.666	612
PIS/Pasep (b)	1.015	685	24	24
Cofins (b)	6.887	5.391	120	121
Outros	21.155	20.300	930	930
	580.004	510.963	2.740	1.687
Não Circulante				
ICMS a recuperar (a)	920.181	847.118	-	-
PIS/Pasep (b)	137.758	131.637	129.304	124.019
Cofins (b)	498.672	475.907	459.716	440.803
	1.556.611	1.454.662	589.020	564.822
Total	2.136.615	1.965.625	591.760	566.509

a) ICMS a recuperar

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

b) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Cemig e suas controladas registraram, em maio de 2019, os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS, no período de julho de 2003 a maio de 2019. As formas de recuperação desses créditos são: (i) compensação do saldo a recuperar com os valores a pagar, mensalmente, de outros tributos federais; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

Em relação à Cemig D e Cemig GT, foi habilitada a compensação, a fim de acelerar a recuperação dos créditos. Em relação à Cemig Holding, há a expectativa de recebimento via precatórios, considerando que esta não tem recolhimentos mensais suficientes que justifiquem a compensação.

Nesse contexto, a Cemig Holding possui o saldo de R\$589.020 registrado no ativo não circulante referente a esses créditos, que serão recebidos via precatórios e estão sendo atualizados pela Selic.

23.2 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal ou em períodos subsequentes.



Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	766.836	501.102	355.469	249.641
Contribuição social	222.532	88.529	42.058	(10.539)
Total	989.368	589.631	397.527	239.102
Circulante	396.698	7.283	-	-
Não circulante	592.670	582.348	397.527	239.102

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Imposto de renda	112.920	119.135
Contribuição social	20.379	43.840
Total	133.299	162.975



c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cemig e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

	Consolidado				Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	DRE	DRA	Outros	
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal/base negativa	955.600	107.310	-	-	1.062.910
Provisões	619.254	134.258	-	-	753.512
Provisão para perda em investimentos	17.013	(839)	-	-	16.174
Provisões PLR	29.933	8.072	-	-	38.005
Obrigações pós-emprego	1.465.561	(566.704)	(36.592)	(257.001)	605.264
Perdas de créditos esperadas	350.420	56.636	-	-	407.056
Concessão onerosa	11.943	238	-	-	12.181
Direito de uso	134.728	(2.754)	-	-	131.974
Outros	17.016	(3.322)	-	-	13.694
Total	3.601.468	(267.105)	(36.592)	(257.001)	3.040.770
Passivos fiscais diferidos					
Custo atribuído	(147.235)	4.563	-	-	(142.672)
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(339.180)	13.465	-	-	(325.715)
Encargos financeiros capitalizados	(198.757)	(19.855)	-	-	(218.612)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(387.204)	(71.313)	-	-	(458.517)
Atualização ativo de contrato	(1.399.690)	119.435	-	-	(1.280.255)
Ajuste a valor justo instrumentos financeiros derivativos	(496)	2.094	-	-	1.598
Ressarcimento custos GSF	(183.638)	46.219	-	-	(137.419)
Passivo de arrendamentos	(119.617)	4.557	-	-	(115.060)
Outros	(35.220)	(41.545)	-	(3.770)	(80.535)
Total	(2.811.037)	57.620	-	(3.770)	(2.757.187)
Total líquido	790.431	(209.485)	(36.592)	(260.771)	283.583
Total do Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	2.333.721				1.852.995
Total do Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(1.543.290)				(1.569.412)



	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	DRE	DRA	Outros	Saldo em 31/12/2024
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal/base negativa	1.219.089	(263.489)	-	-	955.600
Provisões	723.110	(103.856)	-	-	619.254
Provisão para perda em investimentos	56.930	(39.917)	-	-	17.013
Provisão relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins	87.929	(87.929)	-	-	-
Provisões PLR	47.860	(17.927)	-	-	29.933
Obrigações pós-emprego	1.812.464	47.311	(394.214)	-	1.465.561
Perdas de créditos esperadas	325.950	24.470	-	-	350.420
Concessão onerosa	11.843	100	-	-	11.943
Direito de uso	126.322	8.406	-	-	134.728
Outros	12.145	4.871	-	-	17.016
Total	4.423.642	(427.960)	(394.214)	-	3.601.468
Passivos fiscais diferidos					
Custo atribuído	(154.872)	7.637	-	-	(147.235)
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(439.332)	100.152	-	-	(339.180)
Encargos financeiros capitalizados	(181.992)	(16.765)	-	-	(198.757)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(333.826)	(53.378)	-	-	(387.204)
Atualização ativo de contrato	(930.605)	(469.085)	-	-	(1.399.690)
Ajuste a valor justo instrumentos financeiros derivativos	(125.807)	125.311	-	-	(496)
Ressarcimento custos GSF	(228.879)	45.241	-	-	(183.638)
Passivo de arrendamentos	(127.317)	7.700	-	-	(119.617)
Outros	31.564	(61.863)	-	(4.921)	(35.220)
Total	(2.491.066)	(315.050)	-	(4.921)	(2.811.037)
Total líquido	1.932.576	(743.010)	(394.214)	(4.921)	790.431
Total do Ativo apresentado no Balanço Patrimonial					
	3.044.738				2.333.721
Total do Passivo apresentado no Balanço Patrimonial					
	(1.112.162)				(1.543.290)

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2024	DRE	DRA	Outros	Saldo em 31/12/2025
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal/base negativa	867.070	72.510	-	-	939.580
Provisões para contingências	112.708	35.209	-	-	147.917
Provisões PLR	2.806	1.386	-	-	4.192
Obrigações pós-emprego	183.715	(22.686)	(3.513)	(17.181)	140.335
Perdas de créditos esperadas	17.856	(7.594)	-	-	10.262
Direito de uso	956	29	-	-	985
Outros	848	(80)	-	-	768
Total	1.185.959	78.774	(3.513)	(17.181)	1.244.039
Passivos fiscais diferidos					
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(95.197)	3.264	-	-	(91.933)
Passivo de arrendamentos	(822)	(11)	-	-	(833)
Total	(96.019)	3.253	-	-	(92.766)
Total líquido	1.089.940	82.027	(3.513)	(17.181)	1.151.273
Total do Ativo apresentado no Balanço Patrimonial					
	1.089.940				1.151.273



	Saldo em 31/12/2023	DRE	DRA	Saldo em 31/12/2024
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	891.866	(24.796)	-	867.070
Provisões para contingências	97.720	14.988	-	112.708
Provisões PLR	3.568	(762)	-	2.806
Obrigações pós-emprego	230.928	14.996	(62.209)	183.715
Perdas de créditos esperadas	12.978	4.878	-	17.856
Direito de uso	826	130	-	956
Outros	702	146	-	848
Total	1.238.588	9.580	(62.209)	1.185.959
Passivos fiscais diferidos				
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(98.462)	3.265	-	(95.197)
Passivo de arrendamentos	(711)	(111)	-	(822)
Total	(99.173)	3.154	-	(96.019)
Total líquido	1.139.415	12.734	(62.209)	1.089.940
Total do Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	1.139.415			1.089.940

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido. A forma de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada conforme segue:

Benefícios pós-emprego: são realizados na medida de seus pagamentos ou caso sejam revertidos em função de novas estimativas atuariais ou outros fatos novos.

Provisões para contingências: são realizados na medida em que ocorram decisões administrativas ou judiciais quanto aos temas em litígio, ou que haja a revisão da classificação do risco nas respectivas ações.

Provisões para participações nos lucros e resultados: são revertidos a medida do seu pagamento ou mudança das estimativas em função dos resultados auferidos pela Companhia e metas corporativas.

Provisões operacionais: abrangem provisões para perda em investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os tributos diferidos relacionados serão revertidos quando da realização dos respectivos investimentos.

Perda por redução do valor recuperável de ativos: são revertidos quando da realização dos ativos correlatos, seja via amortização ou depreciação, seja via alienação.

Perda de créditos esperada: são realizados na medida em que os créditos se tornem dedutíveis de acordo com as regras de dedutibilidade da legislação fiscal ou haja reversão da referida provisão.

Valores justos: relacionados a combinações de negócios, bem como amortização de mais ou menos valia são realizados na medida da realização dos investimentos correlatos.



Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL: são realizados pela compensação com lucros futuros tributáveis da Companhia, considerando os critérios definidos pela legislação.

Contratos de concessão e similares: são realizados no decorrer do prazo do contrato, a medida do recebimento das receitas esperadas.

Custo atribuído de ativos imobilizados: são realizados a medida da realização do ativo correspondente, via amortização ou depreciação.

Arrendamentos contabilizados com base no IFRS 16 e demais rubricas: são realizados na medida em que os valores se tornem dedutíveis ou tributáveis de acordo com a legislação fiscal ou por eventual reversão dos valores registrados.

Conforme as estimativas individuais da Cemig e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2024, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2026	443.107	50.113
2027	379.436	93.182
2028	543.036	274.894
2029	366.257	98.116
2030 a 2032	679.709	286.351
2033 a 2035	629.225	441.383
	3.040.770	1.244.039

Diferenças temporárias não reconhecidas

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, por ser provável a geração de lucros futuros suficientes, não há tributos diferidos ativos não reconhecidos em se tratando de prejuízos fiscais e bases negativas.

Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui valores relacionados a Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre lucro reconhecidos nas suas Demonstrações Financeiras.



d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.671.224	9.357.140	4.815.382	7.175.212
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal (34%)	(1.928.216)	(3.181.428)	(1.637.230)	(2.439.572)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	30.361	66.198	893.196	1.742.690
Incentivos fiscais	95.854	165.882	-	1.119
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	109.341	95.177	-	-
Multas indedutíveis	(70.228)	(78.072)	(3.526)	(1.679)
JCP declarado	822.772	628.585	822.772	628.585
Sellic sobre indêbitos tributários	11.226	29.066	8.458	9.648
Outros	157.283	36.739	(1.643)	1.143
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva (1)	(771.607)	(2.237.853)	82.027	(58.066)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(562.122)	(1.494.843)	-	(70.800)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(209.485)	(743.010)	82.027	12.734
	(771.607)	(2.237.853)	82.027	(58.066)
Alíquota efetiva	13,61%	23,92%	-1,70%	0,81%

(1) A maior despesa de imposto de renda e contribuição social em 2024 decorre, principalmente, da alienação da participação societária na Aliança Geração e da Revisão Tarifária Periódica (RTP) da transmissão.

Política contábil material

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Cemig está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Cemig e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.



Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Subvenções governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma garantia razoável de que o subsídio será concedido e todas as condições associadas serão cumpridas, de acordo com o CPC 07 / IAS 20.

As controladas Cemig D, Cemig GT e Central Eólica Volta do Rio possuem empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional, bem como redução de 30% do IRPJ devido, após redução de 75%, em função do benefício do reinvestimento.

Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Mais detalhes na [nota explicativa nº 4](#).

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal, exceto nos casos em que a transação dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis, nas quais a entidade deve reconhecer um ativo ou passivo fiscal diferido e deve reconhecer a despesa ou receita por tributo diferido resultante no resultado;
- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em



controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo; e

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento tributário incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente.



23.3 Impostos, taxas e contribuições e valores a restituir a consumidores

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
ICMS	153.932	145.575	21.301	18.401
Cofins (a)	264.712	278.283	44.464	47.039
PIS/Pasep (a)	57.340	60.835	9.619	10.330
INSS	64.393	59.200	2.776	2.732
Outros (1)	205.568	180.628	65.637	54.644
	745.945	724.521	143.797	133.146
Não circulante				
Cofins (a)	403.908	407.721	-	-
PIS/Pasep (a)	87.828	88.532	-	-
	491.736	496.253	-	-
	1.237.681	1.220.774	143.797	133.146
Valores a restituir a consumidores				
Circulante				
PIS/Pasep e Cofins (b)	-	185.699	-	-
ICMS	340.800	340.800	-	-
	340.800	526.499	-	-
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins (b)	150.957	166.089	-	-
	150.957	166.089	-	-
	491.757	692.588	-	-

(1) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados, cujo recolhimento ocorreu no mês subsequente, em conformidade à legislação tributária. Mais informações na [nota explicativa nº 3.4](#).

a) Reforma tributária

Os passivos diferidos de PIS/Pasep e Cofins foram mantidos diante da ausência de regulamentação específica sobre o tema no âmbito da reforma tributária. A Lei Complementar nº 214/2025 traz alguns indícios quanto ao tratamento aplicável às receitas de transmissão, entretanto, ainda são necessários esclarecimentos, via regulamentação, para que seja definido o procedimento a ser adotado em relação às receitas de construção reconhecidas anteriormente à entrada em vigor da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

b) PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores

O montante de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores, em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições, é composto pela Cemig D e pela Gasmig nos valores de R\$25.853 (R\$208.578 em 31 de dezembro de 2024) e R\$125.104 (R\$143.210 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente. Os critérios para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins da Gasmig aos consumidores ainda serão objeto de discussões junto à Secretaria de Desenvolvimento de Minas Gerais.



A movimentação dos valores a restituir a consumidores é conforme segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.518.300
Restituição aos consumidores	(512.852)
Reversão de valores a restituir a consumidores	(410.626)
Atualização financeira - Selic	65.394
Outros	32.372
Saldo em 31 de dezembro de 2024	692.588
Restituição aos consumidores (1)	(208.757)
Atualização financeira - Selic	13.524
Outros	(5.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	491.757

(1) Trata-se de devolução via alíquota efetiva, referente a indébitos tributários apurados pela Companhia, conforme dispõe a Lei 14.385/2022.

c) Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.324 - Valores a restituir aos consumidores

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.324, que questiona a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022, a qual trata da devolução de tributos pagos a maior pelas distribuidoras de energia elétrica aos consumidores.

A decisão permite a dedução dos tributos incidentes sobre o indébito, bem como dos honorários específicos dispendidos pelas concessionárias, do valor a ser restituído aos consumidores. Foi definido, ainda, o prazo prescricional de 10 anos, contados prospectivamente, a partir da data da efetiva restituição do indébito às distribuidoras de energia elétrica ou da homologação definitiva da compensação realizada. Ainda, o STF decidiu que o recebimento de boa-fé pelo consumidor não será objeto de repetição pelas distribuidoras de energia.

Tendo em vista que os valores a restituir à distribuidora são objetos de análise administrativa, a Companhia aguarda a homologação dos indébitos apurados perante a Secretária da Receita Federal do Brasil, para efetuar a devolução da parcela correspondente aos consumidores. Já realizou a devolução integral dos créditos aos consumidores, não há impactos da decisão a serem reconhecidos.

23.4 Encargos regulatórios

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Passivo		
Reserva global de reversão - RGR	28.618	28.283
Conta de desenvolvimento energético - CDE	101.578	76.105
Taxa de fiscalização da Aneel	3.645	3.647
Programa de eficiência energética - PEE	240.596	187.674
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (a)	140.349	146.048
Pesquisa expansão sistema energético - MME (a)	4.973	4.783
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico - FNDCT (a)	9.953	9.573
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - Proinfa	6.747	8.971
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	14.063	11.993
Encargo de capacidade emergencial	26.325	26.325
CDE sobre P&D	3.143	3.028
CDE sobre PEE	4.914	4.782
Outros	4.612	4.625
Total	589.516	515.837
Passivo circulante	441.269	343.944
Passivo não circulante	148.247	171.893



a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

A movimentação dos saldos é conforme segue:

	Consolidado				Total
	FNDCT	MME	PEE	P&D (1)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.241	4.613	187.177	149.932	350.963
Adições	48.193	24.100	82.773	35.571	190.637
Pagamentos	(47.861)	(23.930)	(45.173)	-	(116.964)
Investimentos	-	-	(53.598)	(56.777)	(110.375)
Atualização financeira	-	-	16.495	14.551	31.046
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.573	4.783	187.674	143.277	345.307
Adições	18.866	9.432	88.256	11.295	127.849
Pagamentos	(18.486)	(9.242)	-	-	(27.728)
Investimentos	-	-	(60.566)	(22.635)	(83.201)
Atualização financeira	-	-	25.232	2.841	28.073
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.953	4.973	240.596	134.778	390.300

(1) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi de R\$5.771 em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.771 em 31 de dezembro de 2024).

24. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, que incluem, principalmente, compra de energia elétrica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.207.640	1.226.012	1.235.353	1.256.851	1.265.927	20.687.181	26.878.964
Compra de energia - leilão	5.305.689	4.910.325	4.899.472	4.996.676	5.167.845	56.629.748	81.909.755
Compra de energia - bilaterais	104.877	-	-	-	-	-	104.877
Cotas usinas Angra 1 e Angra 2	197.079	198.613	198.649	198.704	197.005	3.079.028	4.069.078
Transporte de energia elétrica de Itaipu	228.756	233.655	212.718	193.371	199.562	3.651.253	4.719.315
Outros contratos de compra de energia	6.649.739	5.055.063	3.357.075	3.001.858	2.941.653	22.660.208	43.665.596
Cotas de garantias físicas	853.243	811.042	761.386	761.482	761.386	12.182.180	16.130.719
Total	14.547.023	12.434.710	10.664.653	10.408.942	10.533.378	118.889.598	177.478.304

Os fluxos de pagamentos de arrendamentos, empréstimos e fornecedores estão apresentados nas notas explicativas nº 16 e 19.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição de Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita

Em 26 de fevereiro de 2025, a Cemig GT assinou o Contrato de Compra e Venda de Ativos (CCVA) para aquisição da totalidade do capital social da Empresa de Transmissão



Timóteo-Mesquita (ETTM) de propriedade do Grupo Fram Capital. Em 29 de janeiro de 2026 a Cemig GT concluiu a aquisição da totalidade do capital social da ETTM.

O preço negociado foi de R\$30 milhões e a RAP dos ativos é de R\$5,7 milhões. Os ativos de transmissão da ETTM estão conectados na Rede Básica de 230 kV de propriedade da Cemig, localizados na região do Vale do Aço, em Minas Gerais.

Até a emissão destas demonstrações financeiras, não foi concluída a mensuração do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, não sendo possível a contabilização da combinação de negócios.

Aquisição de 51% das ações da Hidrelétrica Pipoca S.A.

Em 14 de agosto de 2025, foi exercido o Direito de Preferência pela Cemig GT, para a aquisição de 51% das ações da Hidrelétrica Pipoca S.A. detidas pela Serena Geração S.A., subsidiária integral da Serena Energia S.A. O referido Direito de Preferência, conforme regulado no Acordo de Acionistas, decorre da transferência do controle indireto da PCH Pipoca, efetivada em 4 de novembro de 2025.

A eficácia da transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais nesse tipo de operação. A aprovação pelo CADE ocorreu em 2026 e a anuência da Aneel está em andamento.

Atualmente, a Cemig GT possui 49% das ações da PCH Pipoca. A aquisição dos 51% restantes integralizará a participação da Companhia no ativo, com 20 MW de potência instalada e 11,9 MW médios de garantia física.

O valor da operação é de R\$39 milhões tendo sido reajustado por 100% do CDI desde 15 de maio de 2025 até a data do leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) da Serena Energia S.A.



Declaração de juros sobre o capital próprio

Em 19 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de JCP relativos ao primeiro trimestre de 2026, no montante de R\$657.957, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2027 e a segunda até 30 de dezembro de 2027, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 24 de março de 2026.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Marcos Montes Cordeiro
Vice- Presidente de Relações Institucionais

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Sérgio Pessoa de Paula Castro
Vice-Presidente Jurídico

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidente de Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente de Geração e Transmissão

Sérgio Lopes Cabral
Vice-Presidente de Comercialização

Luis Cláudio Correa Villani
Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador – CRC-MG-121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte – MG

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (Companhia), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria



Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica

Veja as notas 5, 6 e 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente e a partir da efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura, assim como a mensuração e classificação contábil dos bens referentes à infraestrutura de concessão entre ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível, durante o processo de construção e quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamentos por parte da Companhia e suas controladas e pode impactar os saldos destes ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por estas razões, bem como pelos valores e divulgações envolvidos, consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados ao reconhecimento e a mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível; - Inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para o ativo de contrato e avaliação se sua classificação e elegibilidade foram apropriadas; - Inspeção documental, em base amostral, das transferências do ativo em andamento para ativo em operação e das respectivas evidências de que tais ativos estavam prontos para uso. - Recálculo da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, que foram capitalizados ao longo do exercício; - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo reconhecido em ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a nota 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia e suas controladas patrocinam plano de assistência médica a seus empregados, o qual foi liquidado durante o exercício social e plano de pensão com benefício definido que assegura a complementação de benefícios de aposentadoria. A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração na determinação das premissas atuariais, sendo as principais: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. Além disso, a mensuração dos efeitos da liquidação do plano de saúde envolve julgamentos da administração relacionados à avaliação das obrigações remanescentes para a Companhia e suas controladas e a remensuração do benefício de assistência médica na data da liquidação do plano (<i>settlement</i>). A Companhia e suas controladas contratam atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde. Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e da liquidação do plano de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários; - Avaliação do escopo, da independência, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas; - Avaliação dos acordos firmados com as entidades sindicais que extinguem as obrigações de benefício definido do plano de saúde da Companhia e suas controladas e, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas para o cálculo da liquidação (<i>settlement</i>) do plano de saúde, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas ; - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance



planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 19 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, Cemig Distribuição S.A. –Cemig D e Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2025 e os respectivos documentos complementares, a serem submetidos ao Conselho de Administração da Companhia, em 19-03-2026. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2025, como também com base na apresentação realizada, nesta reunião, e a minuta do Relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes Ltda., a ser emitido em 19-03-2026, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 18 de março de 2026.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá – Presidente

Pedro Bruno Barros de Souza – Conselheiro

Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira

Lucas de Vasconcelos Gonzalez – Conselheiro

João Vicente Silva Machado – Conselheiro



DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos para os devidos fins, que, em 16 de março de 2026, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Demonstrações Financeiras de 2025. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 16 de março de 2026.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Marcos Montes Cordeiro – Vice-presidente de Relações Institucionais

Sérgio Lopes Cabral – Vice-presidente de Comercialização

Andrea Marques de Almeida – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente de Geração e Transmissão

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Sérgio Pessoa de Paula Castro - Vice-presidente Jurídico

Luis Cláudio Correa Villani - Vice-Presidente de Tecnologia da Informação



DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 16 de março de 2026, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Demonstrações Financeiras de 2025. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 16 de março de 2026.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Marcos Montes Cordeiro – Vice-presidente de Relações Institucionais

Sérgio Lopes Cabral – Vice-presidente de Comercialização

Andrea Marques de Almeida – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente de Geração e Transmissão

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Sérgio Pessoa de Paula Castro - Vice-presidente Jurídico

Luis Cláudio Correa Villani - Vice-Presidente de Tecnologia da Informação



RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto pelos membros Roberto Cesar Guindalini (coordenador) a partir de 06.02.2024, Artemio Bertholini a partir de 10.05.2024, Giulia Carla Scalercio e Ricardo Lopes Cardoso, ambos a partir de 20.05.2024.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2025

Durante o período de 01.04.2025 a 19.03.2026, o Comitê reuniu-se em 20 (vinte) reuniões ordinárias ou extraordinárias, incluindo aquelas realizadas em conjunto com o Conselho Fiscal das Companhias para apreciação de Demonstrações Financeiras e ITRs, e com o Comitê de Auditoria da GASMIG. Também participou de reuniões do Conselho de Administração em 10 (dez) ocasiões. Ainda, no período de 01.01.2025 a 19.03.2026, o Comitê realizou 05 (cinco) reuniões específicas de análises de “Background Check” e elegibilidade de indicados a cargos da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselhos Fiscais das Companhias, totalizando 11 (onze) análises.

O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 15 (quinze) reuniões com a participação dos auditores externos, KPMG - Auditores Independentes Ltda., para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2025. O Comitê reuniu-se também com o Presidente, Vice-Presidentes, Diretores, Superintendentes e Gerentes da Companhia para tratar de temas contábeis relevantes, controles internos, planejamento de auditoria, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o



aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2024 e 2025, examinando balancetes, balanços patrimoniais, demonstrações do resultado do exercício, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado, notas explicativas e demais peças contábeis das Companhias, inclusive do Relatório da Administração, bem como as ITRs ao longo de 2025. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas pela instituição, das ocorrências atípicas e dos seus impactos na situação patrimonial, fluxo de caixa e nos resultados das Companhias, em reuniões havidas com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os auditores externos. Com base nas informações apresentadas pela Administração, nos relatórios da Auditoria Independente e nos exames realizados em suas reuniões, o Comitê conclui que (i) as práticas contábeis utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais estão alinhadas com os princípios fundamentais de contabilidade, à legislação societária brasileira, aos pronunciamentos técnicos do CPC e às normas dos órgãos reguladores e de controle; e (ii) as Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D, Cemig GT, e Sá Carvalho S.A., refletem, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Companhias na data-base de 31.12.2025, bem como o desempenho das operações no exercício findo. O Comitê tomou conhecimento da versão final do Relatório Anual Form 20-F, referente ao exercício de 2024, disponibilizado pela Administração e arquivado na U.S. Securities and Exchange Commission-SEC. Após a análise, os membros do Comitê concluíram que o referido Form 20-F foi elaborado, em todos os seus aspectos relevantes, em conformidade com a legislação vigente para fins de arquivamento perante a SEC.

DOS SISTEMAS DE RECEBIMENTO DE DENÚNCIAS, CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria de *Compliance* - DCI foram objetos de acompanhamento pelo Comitê, que entende que a atuação da Administração tem sido positiva no sentido de fortalecer a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia, embora alguns pontos requeiram acompanhamento prioritário e tempestividade nas remediações.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna – AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essa unidade. O Comitê avalia positivamente a abrangência, a qualidade e o nível de independência da área de auditoria interna da Companhia. No que tange à atuação da Auditoria Interna não foram identificadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE



O Comitê reuniu-se com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2025 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente, sem identificação de fatos que pudessem afetar sua objetividade ou independência. A interação foi regular, transparente e em linha com as normas internacionais de auditoria e de gestão de qualidade.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia ou informação de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros capazes de comprometer a continuidade das Companhias ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2025.

Belo Horizonte, 19 de março de 2026.

COMITÊ DE AUDITORIA

Roberto Cesar Guindalini
Coordenador

Artemio Bertholini
Membro

Giulia Carla Scalercio
Membro

Ricardo Lopes Cardoso
Membro



ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2026, da proposta de orçamento de capital consolidado para o exercício de 2026, em milhares de Reais. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Cemig, incluindo o valor de R\$1.167.173 da retenção de lucros do exercício de 2025.

Investimentos planejados para 2026

Distribuição	
Programa de Desenvolvimento da Distribuição – PDD	4.834.742
PDD - Participação consumidor	210.980
Infraestrutura e outros	223.254
	5.268.976
Geração	
Aportes	22.911
Reforma/Manutenção	20.578
Expansão	12.283
Subsidiárias	122.878
Infraestrutura	41.262
	219.912
Transmissão	
Melhorias/Reforços	560.229
Subsidiárias	7.251
Infraestrutura	64.587
	632.067
Gasmig	226.861
Participações	
Cemig Sim	375.276
Outros	2.347
	377.623
Total	6.725.439